

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA - PPGHE

LUIZ FERNANDO MOCELIN SPERANCETE

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSERÇÃO INTERNACIONAL DA
CHINA ENTRE 1978 E 2002: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-SISTÊMICA**

São Paulo

2021

LUIZ FERNANDO MOCELIN SPERANCETE

ORCID: 0000-0003-0698-7603

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSERÇÃO INTERNACIONAL DA
CHINA ENTRE 1978 E 2002: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-SISTÊMICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa.

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S749d Sperancete, Luiz Fernando Mocelin
Desenvolvimento econômico e inserção internacional da China entre 1978 e 2002: uma perspectiva histórico-sistêmica / Luiz Fernando Mocelin Sperancete; orientador Alexandre de Freitas Barbosa - São Paulo, 2021.
307 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. China. 2. Economia Internacional. 3. Desenvolvimento Econômico. I. Barbosa, Alexandre de Freitas, orient. II. Título.

COMISSÃO JULGADORA

Professor Doutor

Julgamento: _____.

Assinatura: _____.

Professor Doutor

Julgamento: _____.

Assinatura: _____.

Professor Doutor

Julgamento: _____.

Assinatura: _____.

À Danielle, Gui e Mel, com amor.

Aos meus Professores.

À Presidenta Dilma Rousseff.

O objetivo das reformas é estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento sustentável ao longo da próxima década e ao longo da primeira metade do próximo século.

Deng Xiaoping

As consequências da ascensão da China são grandiosas.

Giovanni Arrighi

RESUMO

Entre 1978 e 2002, a China ascendeu mundialmente como um dos centros mais dinâmicos de acumulação de capital. Após uma leitura pragmática dos acontecimentos políticos e econômicos mundiais ao final da década de 1970, o Estado chinês, liderado por Deng Xiaoping e seu grupo reformista, promoveu uma ruptura com os padrões de acumulação interna e inserção externa da economia chinesa.

Internamente, as reformas setoriais consubstanciadas nas “quatro modernizações” tornaram possível a abertura de frentes inéditas de acumulação de capital na economia chinesa. A gestão macroeconômica esteve totalmente alinhada e condicionada ao projeto reformista, sendo acompanhada por transformações institucionais e sociais ao longo do período, sem as quais não haveria a possibilidade de sucesso do projeto reformista.

Externamente, a ruptura do isolamento com o exterior, o advento da crise hegemônica e a consequente expansão financeira centrada nos Estados Unidos, as transformações das economias asiáticas antes e após a crise de 1997 e a abertura planejada de setores econômicos internos pelo Estado à presença de capital estrangeiro permitiram o gradual avanço chinês sobre as redes asiáticas e mundiais de produção, comércio e investimentos, tornando a economia chinesa um dos mais importantes centros de expansão material e acumulação de capital na economia-mundo capitalista no início do século XXI.

Palavras-chave: China. Desenvolvimento econômico. Inserção internacional.

ABSTRACT

Between 1978 and 2002, China rose worldwide as one of the most dynamic centers of capital accumulation. After a pragmatic reading of world political and economic events at the end of the 1970s, the Chinese state, led by Deng Xiaoping and his reformist group, promoted a break with the patterns of internal accumulation and external insertion of the Chinese economy.

Internally, the sectorial reforms embodied in the “four modernizations” made possible the opening of unprecedented fronts of capital accumulation in the Chinese economy. The macroeconomic management was fully aligned and conditioned to the reform project, being accompanied by institutional and social transformations over the period, without which there would be no possibility of success for the reformist project.

Externally, the rupture of isolation with the outside, the advent of the hegemonic crisis and the consequent financial expansion centered on the United States, the transformations of the Asian economies before and after the 1997 crisis and the planned opening of internal economic sectors by the State to the presence of foreign capital allowed the gradual Chinese advance over Asian and global networks of production, trade and investment, making the Chinese economy one of the most important centers of material expansion and capital accumulation in the capitalist world-economy at the beginning of the 21st century.

Keywords: China. Economic development. International insertion.

抽象的

1978 年至 2002 年间，中国在全球崛起，成为最具活力的资本积累中心之一。在对 1970 年代末世界政治和经济事件的务实解读后，以邓小平及其改革派为首的中国政府推动打破中国经济内部积累和外部插入的模式。

对内，体现在“四个现代化”中的部门改革使中国经济前所未有地开辟了资本积累战线。宏观经济管理完全适应改革项目，伴随着这一时期的体制和社会转型，没有这些改革项目就不可能成功。

对外，与外界的孤立破裂、霸权危机的出现以及随之而来的以美国为中心的金融扩张、1997年危机前后亚洲经济体的转型以及国家计划开放内部经济部门外国资本的存在使中国逐渐在亚洲和全球的生产、贸易和投资网络中取得进展，使中国经济成为资本主义世界经济中最重要的物质扩张和资本积累中心之一。21世纪。

关键词：中国。经济发展。国际插入。

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é sempre muito sublime. Cada passo, cada conquista pessoal, acadêmica e profissional, envolve não somente esforço próprio, mas a dedicação, tempo e esforço de muitas pessoas.

Em primeiro lugar, agradeço ao Pai, pela vida!

Em seguida, meus profundos agradecimentos à Danielle, Gui e Mel, por se fazerem presentes na minha vida. Tudo é por vocês e para vocês, sempre!

Agradeço aos meus familiares, por ensinarem a realidade da vida!

Agradeço fortemente ao meu orientador, Professor Doutor Alexandre de Freitas Barbosa, um dos grandes intelectuais que já conheci devido ao rigor metodológico e capacidade de análise, por ter aceitado me orientar desde o início de 2018, conferindo-me momentos memoráveis de ensinamentos e reflexão, dentro e fora de sala de aula. Além disso, agradeço muito a paciência de ler e reler os capítulos durante a construção deste trabalho, indicar referências bibliográficas sem as quais eu não conseguiria ter uma visão ampla do objeto de estudo, confrontar minhas ideias sempre à luz do referencial teórico utilizado e conferir-me todo o suporte para chegar a este momento.

Agradeço, também, a Beverly Judith Silver, grande intelectual e companheira de vida de Giovanni Arrighi, que me proporcionou um dos momentos mais marcantes da minha vida ao aprovar minha ida e ser minha supervisora durante visita ao Arrighi Center for Global Studies, da Johns Hopkins University. Estendo, ainda, meus agradecimentos ao professor Ho-Fung Hung e a Corey Payne pela acolhida em Baltimore e no próprio Arrighi Center.

Não poderia deixar de agradecer aos meus professores da FACAMP, por terem me iniciado na vida acadêmica, em especial a Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello, Lício da Costa Raimundo, Denis Maracci Gimenes, Lucas Jannoni e Daner Hornich. Estendo, ainda, meus agradecimentos aos professores Regina Gadelha, do NACI da PUC-SP, e Luís Antônio Paulino, da UNESP/Instituto Confúcio, com quem tenho muito aprendido nos últimos anos.

Por fim, agradeço aos meus amigos que, cada um a seu modo, me proporcionam momentos importantes e felizes, em especial a Fabio Maldonado (grande camarada Legasov!!!), uma das pessoas mais dedicadas ao conhecimento que já tive contato.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – Ascensão e crise da hegemonia norte-americana e suas consequências sistêmicas mundiais	10
1.1. Os ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi	11
1.2. Estabelecimento e consolidação da hegemonia norte-americana	21
1.3. A hegemonia norte-americana durante “os anos dourados” do capitalismo mundial.....	31
1.4. A crise da hegemonia e as transformações na economia-mundo capitalista na década de 1970: a China desponta no horizonte	42
1.5. Considerações finais do capítulo.....	55
Capítulo 2 - A arrancada econômica chinesa em meio a uma economia-mundo capitalista em intensa transformação (1978-1992)	59
2.1. Os impulsos externos e o início do processo reformista	60
2.2. A transição político-militar como base das reformas	65
2.3. O processo interno de reformas: as “Quatro Modernizações”	70
2.3.1. As reformas no setor rural.....	71
2.3.2. As reformas nos setores industrial e de ciência & tecnologia	80
2.3.3. As reformas no setor militar	95
2.4. A gestão macroeconômica durante as reformas: políticas fiscal e monetária	99
2.5. A abertura gradual ao exterior em meio ao ímpeto reformista	109
2.5.1. Política cambial, atração de IDE e estímulos às exportações: três elementos de uma mesma estratégia	109
2.5.2. Alteração do padrão de inserção econômica internacional chinesa	116
2.6. Considerações finais do capítulo.....	123
Capítulo 3 – Aprofundamento da acumulação capitalista, modernização produtiva e inserção econômica internacional chinesa (1993-2002);.....	127
3.1. Aprofundamento da acumulação capitalista e a gestão macroeconômica.....	132
3.1.1. Aspectos institucionais da acumulação capitalista chinesa no período	132
3.1.2. A gestão macroeconômica: políticas fiscal e monetária.....	141
3.2. A modernização setorial.....	174
3.2.1. Agricultura.....	175
3.2.2. Indústria e ciência & tecnologia	183

3.2.3. Setor bélico-militar	204
3.3. A condução do setor externo e o avanço chinês sobre as redes mundiais de produção, comércio e investimentos.....	209
3.3.1. A política cambial.....	210
3.3.2. A política de atração de IDE	217
3.3.3. A estratégia de comércio exterior e a alteração da posição mundial da economia chinesa	223
3.4. Considerações finais do capítulo.....	245
Epílogo: A caminho de um quinto “ciclo sistêmico de acumulação” centrado em <i>Zhongnanhai</i>?	250
Referências bibliográficas.....	269

Introdução

O advento das transformações ocorridas na China desde o último quarto do século XX tem provocado um amplo debate sobre este fenômeno tão impactante, profundo e inovador, que é a ascensão econômica chinesa.

Desde o período de graduação na FACAMP, o interesse pessoal e profissional sobre a temática chinesa (e a russa) têm sido o núcleo de minhas atividades acadêmicas e profissionais. O interesse despertado pelo tema trouxe consigo uma reflexão sobre em que medida a experiência chinesa de desenvolvimento pode ajudar a colocar novas questões para se pensar o projeto de desenvolvimento da nação brasileira.

O despertar para o início deste trabalho, fruto de mais de 4 anos de pesquisa, teve como ponto de partida a curiosidade em compreender a dinâmica política e econômica de uma nação que é vista aos olhos do mundo como um verdadeiro evento sísmico, haja vista que a China se inseriu na tão “alardeada” globalização produtiva-financeira com uma estratégia condicionada aos seus interesses nacionais. Esta estratégia, conforme se verá, foi realizada assegurando os seus interesses e contrapondo-se às medidas de política econômica consideradas “corretas”, “eficientes” e “irreversíveis”, ditadas por aquilo que Chang (2004) chama de “establishment internacional de políticas de desenvolvimento”, a saber, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o *Federal Reserve* – Banco Central do Estados Unidos, via receituário do arruinado “consenso de Washington”.

Em uma decisiva passagem pelo *Arrighi Center for Global Studies*, da *Johns Hopkins University*, sob supervisão da intelectual Beverly J. Silver - companheira de percurso teórico e de vida de Giovanni Arrighi -, participamos de seminários e reuniões sobre os acontecimentos que vem ocorrendo na China contemporânea, o que contribuiu para o surgimento de algumas hipóteses, confirmadas com dados quantitativos selecionados, sobre as tendências sistêmicas mundiais e o padrão de inserção internacional da economia chinesa desde a década de 1970.

Tais seminários foram importantes tendo em vista que *O longo século XX* e *Adam Smith em Pequim* conformam parte do arcabouço teórico sem o qual

este trabalho não poderia ter sido realizado, pois serviu de base para analisar a trajetória reformista chinesa à luz das transformações sistêmicas mundiais de longa duração, além de proporcionar a realização de uma discussão com outros autores.

O debate teórico-acadêmico que objetiva explicar a ascensão econômica chinesa durante o período reformista é amplo e variado. *Grosso modo*, podemos destacar três correntes teóricas que, inclusive, podem estabelecer interações entre si, conforme o esquema proposto por Medeiros (2013).

A primeira corrente consiste nas formulações dos liberais ocidentais e não-ocidentais, apresentando uma visão neoclássica do desenvolvimento econômico chinês ao defenderem que o aumento de produtividade do fator trabalho, os investimentos em educação e o processo de liberalização dos direitos de propriedade são a chave explicativa do sucesso do período reformista.

Além disso, argumentam que a China somente conseguiu avançar na sua agenda econômica reformista pois soube tanto se aproveitar de sua enorme vantagem comparativa mundial nos setores econômicos intensivos no fator trabalho, quando pelo fato de que Estado chinês conferiu maior grau de liberdade aos agentes econômicos privados internamente, que puderam estabelecer um padrão de acumulação de capital interno concatenado às redes mundiais de produção, comércio e investimentos.

Adicionalmente, esta corrente destaca que os investimentos no sistema educacional estatal e a absorção de tecnologias estrangeiras ligadas ao setor produtivo permitiram às empresas chinesas desenvolverem um complexo empresarial industrial com baixo custo por unidade de produção, com o conseqüente aumento da taxa de lucro empresarial, haja vista que a força de trabalho do país seria qualificada e parcamente remunerada, garantindo maior grau de competitividade mundial à produção chinesa.

Essencialmente, os pilares desta corrente teórica para explicar a ascensão econômica chinesa são: 1) o baixo custo relativo do fator trabalho - considerado uma vantagem comparativa extremamente impactante para a competitividade mundial chinesa, e; 2) os investimentos em educação. A soma

de tais pilares tornaram a economia chinesa altamente dinâmica, mas a argumentação desta corrente não se sustenta pois falha ao não levar em consideração os aspectos estruturais e sociais deste processo¹.

Uma segunda corrente teórica faz uma discussão da gestão macroeconômica e da economia do desenvolvimento aplicada ao caso chinês, com forte viés keynesiano, pós-keynesiano, marxista e schumpeteriano. Os intelectuais desta corrente argumentam que os fatores determinantes para a expansiva dinâmica de acumulação de capital na economia chinesa durante o período reformista foram 1) os excedentes na agricultura, especialmente no período inicial das reformas; 2) o papel do investimento como principal componente do crescimento, especialmente o investimento público no setor industrial, e; 3) a gestão macroeconômica alinhada aos anseios e objetivos de desenvolvimento econômico definidos pelo Conselho de Estado, através das metas dos planos quinquenais.

Derivando a argumentação, esta corrente descreve o caminho percorrido pela economia chinesa como algo planejado e liderado pelo Estado, que atuou de forma direta e/ou indireta via empresas estatais, alavancando os níveis de investimentos que, por sua vez, foram o dínamo do movimento expansivo entre 1978 e 2002.

Os resultados da condução macroeconômica voltada ao desenvolvimento e da liderança estatal neste processo foram a expansão da renda e da riqueza nacionais, a abertura gradual, regulamentada e setorializada de novas frentes de expansão à acumulação de capital e a diluição de pontos de estrangulamentos estruturais que surgiram ao longo do processo.

Derradeiramente, há uma terceira corrente teórica considerada sistêmica-estruturalista, assentada na economia política, na história econômica e na análise sistêmica de longo prazo, argumentando que o sucesso da estratégia reformista chinesa é fruto, mas não somente, de um movimento histórico de expansão do sistema capitalista a nível mundial, haja vista que, a partir do final da década de 1970, a economia-mundo capitalista passou por profundas

¹ Para um aprofundamento desta visão, ver as obras de Cai *et alli* (2003); Golley *et al* (2011); Haskel *et alli* (2012); Lin (2012); Oi (1992); Rozelle *et alli* (2013); Wei *et al* (2011).

transformações que levariam àquilo que Arrighi (1996; 2008) chama de “expansão financeira” norte-americana, a qual inaugurou um novo padrão de acumulação ampliada de capital fincado cada vez mais na esfera fictícia, sediado nas economias centrais, especialmente na economia norte-americana, e cujo centro de comando seria a praça financeira de Nova Iorque.

Concomitantemente a esta “expansão financeira” destravada no centro da economia-mundo capitalista, esta corrente defende que se iniciou uma “expansão material” na região asiática, a qual se tornou receptora dos fluxos mundiais de capitais circulantes que para aquela região se deslocavam na busca de se valorizarem nas esferas produtiva e comercial (via redução de custos operacionais empresariais e ganhos de escala na produção e comercialização de mercadorias).

É neste contexto que a China, para esta corrente teórica, se abriu aos circuitos mundiais de acumulação de capital como um novo espaço onde os capitais circulantes poderiam se instalar com o objetivo de aumentarem suas taxas de retorno, mesmo que, para isso, tivessem que aceitar todas as medidas regulatórias e de subordinação à estratégia nacional de desenvolvimento impostas pelo Estado chinês. Isto levou, conseqüentemente, ao início de um processo de desorganização do modo de funcionamento da economia-mundo capitalista e suas redes de produção, comércio e investimentos, e a uma maior importância da economia chinesa em tais fluxos desde então.

Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho se filia à segunda e, principalmente, à terceira correntes interpretativas, haja vista a utilização do método histórico, a partir de uma reflexão das transformações sistêmicas da acumulação ampliada de capital, para se analisar a dialética relação entre as reformas econômicas chinesas e as transformações sistêmicas ocorridas na economia-mundo capitalista desde o final de década de 1970. Ou seja, filiamos-nos à terceira corrente teórica (e nos aproveitamos da segunda) para expor a fragilidade empírica e conceitual da primeira corrente enquanto arcabouço de análise da ascensão chinesa no período analisado.

O recurso às duas correntes teóricas utilizadas objetiva evidenciar que a ascensão chinesa pode ser interpretada como o fruto de uma torrente de

transformações sistêmicas ligadas ao desenvolvimento histórico do capitalismo e da hegemonia norte-americana, além do sucesso da estratégia reformista interna, cuja confluência de fatores internos e externos se fizeram sentir na reconfiguração da acumulação ampliada de capital durante os anos 1980 e, em maior intensidade, nos anos 1990, quando a dinâmica da economia-mundo capitalista já não mais poderia ser analisada sem se levar em conta a presença chinesa.

Para se analisar a estratégia reformista chinesa em meio ao contexto externo em que o país se inseria, são utilizados conceitos-chaves de autores consagrados na literatura selecionada, tais como: “economia-mundo capitalista”, “capitalismo”, “economia de mercado” e “zonas periféricas” de Fernand Braudel; “ciclos sistêmicos de acumulação de capital”, “expansão material”, “expansão financeira” e “caos sistêmico” de Giovanni Arrighi.

Nesse sentido, a chave de leitura deste trabalho deve partir do marco conceitual destes autores, os quais são poucos explorados na literatura tangente à ascensão chinesa, mas que oferecem um arcabouço teórico que possibilita fazer uma interação entre as categorias universais e sistêmicas de cada período histórico analisado, sem deixar de lado aspectos particulares e concretos que impactam e/ou podem impactar o entendimento e a importância das medidas implementadas pelo Estado chinês em sua estratégia reformista.

Isso possibilita, do nosso ponto de vista, entender o encadeamento histórico da economia-mundo capitalista (que tornou possível a abertura administrada pelo Estado de setores internos à acumulação de capital e a mudança do padrão de inserção externa da economia chinesa), a qual é entendida neste trabalho como a totalidade das regiões/subsistemas capitalistas nacionais que, interagindo entre si, com posições hierárquicas diferentes, atuando de maneira contraditória e gerando movimentos em todos os lugares em interação, formam um “todo”, a saber: a economia-mundo capitalista.

Partindo-se destes pressupostos, este trabalho tem como objeto de análise compreender a dinâmica do “quarto ciclo sistêmico de acumulação de capital” (ciclo de acumulação norte-americano) proposto por Arrighi (2008), a crise hegemônica norte-americana, suas consequências e transformações sobre

as redes mundiais de produção, comércio e investimentos, e como a China adentrou nesta dinâmica com seu processo de reformas e abertura econômica administrada pelo Estado chinês após 1978. Disto deriva uma avaliação sobre a estratégia chinesa de desenvolvimento econômico, como ocorreram e quais impactos tiveram as reformas internas, nos mais variados níveis de análise, e como ocorreu a ruptura do relativo isolamento com o exterior, à luz de um contexto externo altamente dinâmico e instável.

Com base neste objeto de análise, o objetivo central deste trabalho consiste em encontrar uma moldura metodológica, a partir de autores selecionados das duas correntes teóricas utilizadas, para tentar 1) compreender a estratégia implementada pelo Estado chinês de abertura administrada a um novo padrão de acumulação via reformas econômicas, institucionais e sociais; 2) quais foram os impactos deste processo na alteração do padrão de inserção econômica internacional do país, em meio às transformações ocorridas na economia-mundo capitalista durante o período analisado, e; 3) como a economia chinesa impactou, em linhas gerais, a reconfiguração da acumulação ampliada de capital nos anos 1980 e, especialmente, nos anos 1990.

As hipóteses levantadas são as de que o processo de reformas econômicas e institucionais internas levadas adiante pelo Estado criaram as bases para um acelerado processo de transformação produtiva e tecnológica da economia chinesa, cujos impactos se transbordaram, via aumento de produtividade, para todos os setores econômicos.

A liderança estatal, que se exerceu via gestão macroeconômica e utilização das empresas estatais, levou à consecução dos objetivos propostos pelo Conselho de Estado de dar vida a uma dinâmica de acumulação totalmente nova e singular ao período *ex ante* a 1978, centrada na expansão do investimento e da demanda agregada no crescente mercado interno chinês, e com objetivos de longo prazo de combate à pobreza, criação de setores econômicos novos, aumento da riqueza nacional com metas sazonais previamente estabelecidas nos planos quinquenais e a ruptura com o relativo isolamento internacional imperante desde 1949.

Desta hipótese deriva o fato de que o setor externo teve papel importante na estratégia estatal de desenvolvimento das forças produtivas internas, especialmente na busca do *catch-up* tecnológico, porém não se constituindo como o centro gravitacional desta estratégia. Dizemos isto, pois, o setor externo apresentou um caráter eminentemente complementar a esta estratégia, no sentido de estar interligado aos ditames e metas da agenda reformista interna liderada pelo Estado.

Sobre o papel do Estado chinês neste processo, frisamos que, não obstante as transformações institucionais e de abertura gradual à atuação do setor privado no mercado interno ao longo do período reformista, o Estado manteve sob seu controle e comando, via empresas estatais e gestão macroeconômica, elevados níveis de investimentos em áreas essenciais ligadas à estratégia de desenvolvimento, especialmente nos setores industriais pesados, industriais intensivos em tecnologia, infraestrutura e sistema bancário, além de manter um rígido controle sobre os preços macroeconômicos e básicos.

A ampla coordenação estatal no processo de desenvolvimento e abertura de novas frentes de expansão à acumulação de capital se fizeram sentir na melhora dos padrões de vida daquela sociedade e, após a crise asiática de 1997, impactou na melhora da posição internacional da economia chinesa enquanto importante centro industrial mundial.

Para se chegar a esta leitura, depreende-se que o grupo político dirigente chinês fez uma leitura correta do contexto externo ao longo do tempo para colocar em marcha uma estratégia de reformas e alteração do padrão de inserção política e econômica externa do país que soube tirar proveito da expansão financeira norte-americana e do neoliberalismo dela resultante, principalmente nos anos 1990. Isso ajuda a explicar porque muitos países e regiões passaram por sérias crises econômicas e financeiras, como a ocorrida na região asiática, e como isto favoreceu a ocupação de novos espaços pela economia chinesa e suas corporações nas redes mundiais de produção, comércio e investimentos.

À luz desta breve exposição inicial, esta dissertação está dividida em três capítulos mais um epílogo.

No primeiro capítulo, procuramos fazer uma exposição dos preceitos teóricos fundamentais de Giovanni Arrighi e outros autores sobre as determinações sistêmicas mundiais do estabelecimento, consolidação e crise da hegemonia norte-americana. Paralelamente, analisamos as mudanças geopolíticas das décadas de 1970 e 1980, as quais reorganizaram os sistemas político e econômico mundiais de forma a abrir à China a possibilidade de ruptura com seu relativo isolamento externo.

No segundo capítulo, cujo recorte histórico abrange a primeira fase do período reformista (1978-1992), trataremos dos impulsos emitidos pela economia-mundo capitalista para que a economia chinesa se incorporasse a ela no início dos anos 1980. Faremos também uma exposição sobre o processo de transição político-militar após a morte de Mao Tsé-Tung, que levou tanto ao comando do PCC, quanto do próprio Estado chinês, o grupo liderado por Deng Xiaoping e sua agenda reformista.

Destacaremos, ainda, que esta agenda tinha como metas a realização de um conjunto de transformações econômicas e institucionais internas, consubstanciadas nas “quatro modernizações” e na gestão macroeconômica voltada ao desenvolvimento industrial, além da realização de uma estratégia de mudança do padrão de inserção externa da economia chinesa, condicionada ao desenvolvimento econômico e tecnológico interno, e cujos resultados foram sendo sentidos, gradualmente, na alteração da posição da economia chinesa na economia-mundo capitalista, em direção ao seu centro dinâmico.

No terceiro capítulo, trataremos da (segunda) fase de aprofundamento e consolidação da estratégia reformista e de acumulação de capital na economia chinesa, cobrindo um arco temporal que vai de 1993 até 2002. Nesse sentido, faremos uma análise sobre como o aprofundamento da acumulação de capital esteve fortemente condicionado ao avanço das reformas institucionais e da gestão macroeconômica implementadas pelo Estado, cujos impactos se fizeram sentir na elevação da complexidade industrial e tecnológica das corporações chinesas atuantes nos setores originários das “quatro modernizações”, e na abertura planejada de novos setores, altamente sofisticados em termos de intensividade de capital e tecnologia, à acumulação de capital.

Buscaremos, ainda, analisar como os impactos desta dinâmica interna se fizeram sentir, especialmente após a crise asiática de 1997, na melhora do padrão de inserção externa da economia chinesa e na estruturação de uma nova dinâmica nas redes de produção, comércio e investimentos na região asiática, tendo em vista a elevação do grau de interdependência econômica das economias da região com a economia chinesa, as quais passaram a orbitar em torno desta.

Complementarmente, analisaremos a amplitude dos impactos que a atuação econômica externa chinesa causou sobre a dinâmica e a estrutura de funcionamento da economia-mundo capitalista, haja vista que a economia chinesa, em acelerada “expansão material” no período, se consolidou como grande centro industrial regional e mundial, alterando a seu favor, e de modo incontestado, a dinâmica de funcionamento das redes mundiais de produção, comércio e investimentos (e da própria dinâmica ampliada de acumulação de capital em sentido mais amplo), beneficiando não somente a si própria, mas também as economias asiáticas acopladas a ela, num contexto de avanço mundial da “expansão financeira” centrada nos Estados Unidos.

No epílogo, de forma despretensiosa e apoiado no arsenal teórico utilizado, procuramos lançar algumas hipóteses, à luz dos acontecimentos tratados neste trabalho, sobre os impactos da ascensão chinesa no sistema mundial nas duas primeiras décadas do século XXI, com o objetivo de contribuir para futuras análises sobre o tema.

Capítulo 1 – Ascensão e crise da hegemonia norte-americana e suas consequências sistêmicas mundiais

A ascensão e crise da hegemonia norte-americana não pode ser deixada de lado quando se analisa o processo reformista chinês ocorrido a partir de 1978.

A apresentação do arcabouço metodológico que aqui pretendemos utilizar ajuda a entender como o contexto internacional permeou toda a estratégia chinesa de rompimento com seu relativo isolamento, assim como permite elucubrar como o possível descenso hegemônico norte-americano tornou possível (e foi determinante) para ascensão econômica chinesa a partir do início do período reformista. À luz desta breve nota inicial, este capítulo apresenta quatro seções, mais as considerações finais.

Na primeira seção (item 1.1), procura-se apresentar os principais conceitos teóricos e históricos formulados por Giovanni Arrighi (especialmente o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação) e por Fernand Braudel (com especial atenção aos conceitos de capitalismo e economia de mercado), os quais são utilizados ao longo de todo este trabalho.

Na segunda seção (item 1.2), discorre-se sobre o estabelecimento e consolidação da hegemonia norte-americana (ou quarto ciclo sistêmico de acumulação capitalista para Giovanni Arrighi), e como foi-se criando um reordenamento econômico mundial cujo centro passou a ser a economia norte-americana.

A terceira seção (item 1.3) apresenta as características do ponto máximo de poder e riqueza da hegemonia norte-americana e sua relação com o auge da acumulação de capital na economia-mundo capitalista nos trinta anos correspondentes entre o imediato pós-segunda guerra mundial (1947) e a crise dos anos 1970 (também conhecido como “anos dourados” do sistema capitalista mundial). Torna-se fundamental destacar aqui que foi neste contexto que os Estados Unidos começaram sua aproximação com a China.

Na quarta seção (item 1.4) busca-se analisar a crise hegemônica norte-americana durante os anos 1970 e 1980 e as transformações decorrentes desta crise na economia-mundo capitalista, com especial atenção à ascensão da região asiática como centro altamente dinâmico e novo locus de acumulação de

capital a partir da década de 1980, com destaque especial à China e o início de suas reformas estruturais internas e de abertura planejada ao exterior.

Ao fim, segue-se breves considerações finais do capítulo (item 1.5).

1.1. Os ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi

O fim da segunda guerra mundial em 1945 simbolizou não apenas o fim da velha ordem política e econômica internacional pregressa, criada nos estertores da *Pax Britannica* desde pelo menos o início do século XIX, mas também simbolizou uma nova reorganização política, econômica e institucional internacional com os Estados Unidos assumindo a posição de liderança hegemônica dos pontos de vista político, econômico, tecnológico e militar.

Não obstante a União Soviética também ter emergido dos pontos de vista político, militar e tecnológico no início da década de 1950, a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica ao fim da referida guerra é consequência de um processo histórico de longa duração de desenvolvimento do sistema capitalista, desde pelo menos o século XV, que encontrou na nação norte-americana, desde pelo menos meados do século XIX, um lar para que pudesse se consolidar em escala e espaço ainda maior que nos “ciclos sistêmicos” anteriores, especialmente o ciclo britânico e sua hegemonia internacional no século XIX.

Apesar da consolidação hegemônica pós-1945, a partir do último quarto do século XX tem havido a emergência de outros atores e regiões na hierarquia de poder mundial, como alguns países do Leste Asiático, em especial a China, em resposta à estratégia norte-americana de reestruturação do capitalismo mundializado através da preponderância das Empresas Transnacionais (doravante ETN) norte-americanas na produção e comércio mundiais, nos fluxos de investimentos crescentes via Investimento Direto Estrangeiro (doravante IDE) e no papel político central do governo de Washington no apoio de tais ETN.

Por outro lado, a aceleração da acumulação de capital a nível mundial via transfiguração da produção das ETN dos países centrais ocidentais para outras regiões periféricas, especialmente aos países asiáticos, e a desregulamentação dos mercados financeiros, de trabalho e de legislações nacionais têm

transformado as paisagens geográficas do sistema capitalista, favorecendo algumas regiões privilegiadas em detrimento do declínio de alguns países e regiões tanto no próprio ocidente quanto em regiões não-ocidentais, ao longo deste processo.

Preteritamente a isto, a emergência, consolidação e crise do “quarto ciclo sistêmico de acumulação de capital” na visão de Arrighi (1996; 2008), também chamado de “ciclo norte-americano”, e a decorrente ascensão hegemônica do governo de Washington e dos capitais de Nova Iorque na economia-mundo capitalista, é condição *sine qua non* para se compreender os acontecimentos ao longo de toda a segunda metade do século passado, especialmente no último quarto de século, quando o fenômeno chinês surgiu inesperadamente no horizonte mundial.

Nesse sentido, utiliza-se metodologicamente neste trabalho a abordagem proposta por Giovanni Arrighi na sua vasta obra intelectual, o qual utiliza-se da análise histórica como instrumento para teorizar e formular hipóteses que expliquem fenômenos políticos, econômicos e sociais de grande monta, e/ou de longa duração.

Ao analisar historicamente o desenvolvimento do sistema de acumulação capitalista e sua interação com as sucessivas hegemônias mundiais, o autor italiano propõe a hipótese de que existem ciclos sistêmicos de acumulação capitalista, cada um com características políticas, econômicas e sociais distintas, com um determinado padrão tecnológico, e com uma nação no centro do sistema que controla todo o processo de acumulação de capital, comandando toda a rede de produção e trocas de mercadorias, além dos fluxos de capital tanto no interior de suas fronteiras quanto no mundo exterior conhecido em cada momento histórico.

Nesse sentido, o autor italiano destaca que houve quatro ciclos sistêmicos de acumulação de capital na história, a saber:

1. O ciclo ibérico-genovês, que vigorou durante 160 anos (1460-1640);
2. O ciclo holandês, durante 140 anos (1640-1780);
3. O ciclo britânico, durante 130 anos (1780-1914), e;
4. O ciclo norte-americano, que se iniciou em 1914 e continua vigendo.

Cabe destacar que Arrighi (1996) propõe estes ciclos sistêmicos com base no trabalho de Fernand Braudel (2009) sobre os “longos séculos” de vigência do capitalismo enquanto sistema econômico e de organização social em contínua expansão.

Tais longos séculos de Braudel se confundem, no sentido de percorrerem um espaço histórico-temporal parecido com os “ciclos” de Arrighi, tendo em vista que o primeiro “longo século” braudeliano é o XVI, vigendo durante 220 anos entre 1340 a 1640, se confundindo com o ciclo ibérico-genovês de acumulação de capital de Arrighi (1460-1640); o segundo longo século de Braudel é o “longo século XVII”, com 180 anos, entre 1560 e 1780, que engloba o período do “ciclo holandês” de acumulação de capital proposto por Arrighi (1640-1780); o terceiro “longo século” de Braudel é o XIX, com 130 anos de vigência entre 1740 e 1914, se confundindo com o terceiro ciclo de Arrighi, o “ciclo britânico” (1780-1914), e; por fim, há o “longo século XX” para Braudel, com 110 anos e que se inicia em 1860 indo até a década de 1970, englobando o período em que Arrighi define como o quarto ciclo sistêmico de acumulação, ou “ciclo norte-americano”, com início em 1914 e ainda em vigência.

Esta metodologia histórica de Arrighi apresenta caráter indutivo, pois ela revela que desde o primeiro ciclo sistêmico de acumulação capitalista há um “centro” hegemônico que monopoliza o poder e a riqueza mundiais frente a regiões “periféricas”, ou seja, que há um centro que controla o processo sistêmico de acumulação de capital nas regiões conhecidas da economia-mundo capitalista, em cada momento histórico, a saber: a produção e o comércio entre o centro hegemônico e as regiões periféricas.

Para que haja um centro hegemônico, Arrighi (1996) diz ser importante que haja a fusão de interesses do Estado (poder político) com o capital (poder econômico) no seio da nação que se propõe a tal posto. É com esta abordagem que ele propõe que a consolidação mundial do capitalismo enquanto sistema histórico e social de acumulação dominante não teria ocorrido sem o essencial suporte do poder estatal em processo de ascensão, em cada época histórica.

A partir desta fusão de interesses entre as classes detentoras do poder político e detentoras do capital é que se cria um sistema próprio, original, de

acumulação de riqueza e geração de valor, que somente se expande para além das suas fronteiras originais com a proteção e suporte do Estado nacional, afinal, conforme destaca os próprio Arrighi,

[...] os componentes do capitalismo fundiram-se na poderosa mescla que impeliu as nações europeias à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia capitalista mundial poderosíssima e verdadeiramente global. Por essa perspectiva, a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa. [...] A concentração de poder nas mãos de determinados blocos de órgãos governamentais e empresariais foi tão essencial para as reiteradas expansões materiais da economia capitalista mundial quanto a concorrência entre estruturas políticas 'aproximadamente equivalentes' (ARRIGHI, 1996, p. 11/13).

Sumariamente, descrevendo os quatro ciclos sistêmicos de acumulação até hoje conhecidos, a participação fundamental do Estado no suporte à classe capitalista nacional que defende e as relações internacionais, Alexandre Barbosa aponta que

os ciclos sistêmicos de acumulação duram ao redor de um século e funcionam a partir da alternância de formas organização da produção e de centros hegemônicos (mais especificamente os ciclos genovês, holandês, britânico e norte-americano) que constituem padrões diversos de repetição e evolução do capitalismo histórico como um sistema mundial, articulados às disputas de poder entre os Estados (BARBOSA, 2019, p. 212 – tradução nossa).

Neste contexto, há que se explicitar alguns conceitos que permeiam toda a discussão aqui proposta: primeiro, o sociólogo italiano (Arrighi), seguindo a teorização de Fernand Braudel, diz que o “capitalismo” é algo que se cria sobre a “economia de mercado”. Então, por capitalismo entende-se uma zona de monopólio, onde prefigura o reino da astúcia e do mais forte, onde a livre iniciativa não está presente e onde as relações entre os detentores do capital se imiscuem com os interesses dos detentores do poder político. Ou seja, é onde a acumulação capitalista ocorre, através do choque entre capitais e capitalistas, num verdadeiro estado de natureza hobbesiano em busca da valorização do capital².

² “[...] Acima [da economia de mercado] a zona de ‘contramercado’ é o reino da esperteza e do direito do mais forte. É aí que se situa por excelência o domínio do capitalismo – ontem como hoje, antes como depois da Revolução Industrial” (BRAUDEL, 2009b, p. 197).

Mas, para que a valorização do capital ocorra e o capitalismo, camada superior do dinâmico sistema de geração social de riqueza, se perpetue, deve haver um lugar onde possa ocorrer o processo de circulação de mercadorias e se realize, do ponto de vista monetário, a geração da riqueza capitalista.

Este local, para o autor italiano e seguindo a lógica “braudeliana”, é a “economia de mercado”, onde há uma relação de trocas horizontais entre diferentes mercados, a automatização das trocas e o ponto de encontro da oferta, da demanda e dos preços de mercadorias produzidas no processo produtivo. Ou seja, é o lugar onde as trocas ocorrem seguindo as leis de oferta e demanda vigentes no mercado (oferta x demanda = preço)³.

Então, para que haja a valorização do capital, os seus detentores estendem seus “tentáculos” e se jogam, com (ou até mesmo sem) o suporte estatal, sobre a economia de mercado, numa busca desenfreada pelo controle da geração de riqueza através do processo de circulação e trocas das mercadorias que possuem. Por ser um local onde a competência e as inovações imperam, a economia de mercado é um local onde a competitividade econômica, de fato, se realiza e se transforma em valor adicionado ao capital, quando as mercadorias geram o valor no seu processo de troca.

A comercialização e o conseqüente excedente monetário da produção realizada na economia de mercado é, então, colocada à disposição/transferida aos detentores do capital e acumulada no mundo do capitalismo, zona superior deste modo sistêmico de geração de valor e que somente existe sobre a economia de mercado, conforme já mencionamos.

Caricaturalmente, o capitalismo histórico nos moldes propostos por Arrighi

ergueu-se sobre as estruturas de uma economia de mercado já preexistente, e, com o correr do tempo, adquiriu o poder de moldar os rumos dos mercados, englobando cada vez mais sociedades e expandindo a fronteira [geográfica e espacial] de acumulação de capital [e da própria economia de mercado] (ARRIGHI, 1996, p.11).

Esta expansão, somente pôde ocorrer, na visão do autor, pois sempre esteve ancorada em um centro de poder político e econômico específico que

³ “A economia de mercado multiplica suas ligações horizontais entre os diversos mercados; nela um certo automatismo liga habitualmente oferta, procura e preços” (BRAUDEL, 2009b, p. 197).

criou toda uma estrutura histórica específica de produção e trocas de mercadorias e, com a incorporação cada vez maior de regiões consideradas “fora” desta rede de produção e trocas comerciais (também chamadas de periféricas), naquilo que Braudel chamará de “vida material”, que nada mais é que uma região/ou várias regiões que não apresentam uma economia de mercado, tampouco uma classe capitalista estabelecida. São aquelas regiões que Manuel Castells (1999) chama de “regiões excluídas”, ou, na palavra do próprio Braudel (2009b), zonas da “infraeconomia”, operando em regime de “autosuficiência” (subsistência/autarquia), sem apresentarem vínculos sólidos tanto com o capitalismo em si, quanto com a totalidade da própria economia de mercado⁴.

A cada “longo século” braudeliano ou “ciclo sistêmico de acumulação” de Arrighi há um “centro hegemônico”, que comanda o sistema capitalista e que incorpora, seja pela força econômica ou pela força das armas, novas regiões que serão novos mercados consumidores e/ou fornecedores de matérias-primas para a produção e comércio de mercadorias produzidas no centro, essenciais para a acumulação de capital da classe capitalista que repousa na sede hegemônica e que gradualmente estende seus tentáculos sobre estas regiões periféricas, expandindo as redes de produção e comércio mundiais.

Nesse sentido, além de propor quatro ciclos sistêmicos de acumulação de capital, Arrighi (1996) propõe que o sistema capitalista analisado historicamente (capitalismo histórico) apresenta algumas características marcantes: primeiro, desde a ascensão da hegemonia ibérico-genovesa (primeiro ciclo sistêmico de acumulação capitalista), passando pelas demais hegemonias e ciclos sistêmicos de acumulação, há sucessivas fases de “expansão material”⁵, centrada na nação onde repousa a dinâmica do sistema e que se irradia para toda a economia-mundo capitalista (para todas as regiões periféricas que, através da sua

⁴ “[...] É o andar térreo da não economia, espécie de humo onde o mercado lança suas raízes, mas sem prender integralmente. Esse andar térreo é enorme [...]” (BRAUDEL, 2009b, p. 197).

⁵ Tal conceito é definido por Arrighi como quando “o capital-dinheiro põe em movimento uma massa cada vez maior de mercadorias, força de trabalho e dons da natureza” (ARRIGHI, 2008, p. 240), ou seja, um “período durante o qual o capital excedente é reinvestido no comércio e na produção de mercadorias, em escala suficientemente maciça, para criar as condições de uma cooperação e uma divisão do trabalho renovadas, dentro e entre as distintas organizações governamentais e empresariais” (ARRIGHI, 1996, p. 308).

especialização produtiva e comercial, interagem com a nação capitalista hegemônica via trocas comerciais).

Esta interação promoveu historicamente a incorporação de várias regiões mundiais à dinâmica capitalista, ensejando a afirmação de que a economia-mundo capitalista é um “todo”, a junção de várias partes que, interagindo entre si, performam o todo, funcionando sob a égide do comando do capital/da acumulação capitalista imperante no centro hegemônico⁶.

Mas, a partir do momento em que se chega ao ápice da produção e trocas de mercadorias *pari passu* ao avanço tecnológico, a composição orgânica do capital chega ao seu limite e se instalam crises (de superprodução ou de superacumulação) que fazem com que a taxa de acumulação de capital caia, levando a uma crise sistêmica mundial que força a abertura de novas fronteiras de acumulação de capital por outras vias que não somente aquelas centradas na produção e no comércio de mercadorias. Ou seja, cria-se a necessidade de haver uma nova forma de acumulação de capital que surge com a saturação da “expansão material”.

Nesse contexto historicamente surgem mecanismos estritamente financeiros de valorização do capital que, unidos às esferas da produção e trocas de mercadorias, mas com autonomia sobre elas, enseja o início daquilo que Arrighi (1996; 2008) chama de “expansão financeira”⁷, a saber: um tipo de

⁶ “A economia-mundo [...] envolve apenas um fragmento no universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações internas conferem unidade orgânica. [...] Resumindo: uma economia-mundo é uma soma de espaços individualizados, econômicos e não econômicos, agrupados por ela; [...] representa uma enorme superfície (em princípio, é a mais vasta zona de coerência, em determinada época, em uma região determinada do globo). [...] uma economia-mundo é um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas com níveis diferentes. Desenham-se no local três ‘áreas’, três categorias pelo menos; um centro restrito, [...] o ‘coração’, que reúne tudo o que há de mais avançado e de mais diversificado; [...] regiões secundárias bastante desenvolvidas, [...] só tendo parte das vantagens do centro, embora participe delas, a zona dos ‘brilhantes secundários’ [...] e, finalmente, enormes margens exteriores, [...] a imensa periferia, com seus povoamentos pouco densos, é o arcaísmo, o atraso, a exploração fácil por parte dos outros. Essa geografia discriminatória ainda hoje logra e explica a história geral do mundo, se bem que esta, ocasionalmente, também crie por si mesma o logro com a sua convivência” (BRAUDEL, 2009c, pg. 20/25/26/29/32)

⁷ Tal conceito é definido por Arrighi como “uma situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista” (ARRIGHI, 1996, p. 8). Ou seja, é uma fase em que “o capital-dinheiro, em escala cada vez maior, liberta-se da forma “mercadoria” e a acumulação prossegue com

acumulação de capital que não mais está predominantemente baseado no mundo da produção e das trocas, mas sim na valorização estritamente financeira do capital, ou seja, na utilização de ativos e mecanismos financeiros que, para gerarem valor, não necessariamente precisam adentrar no mundo da produção e das trocas físicas de mercadorias.

Paralelamente a isto, o processo de transição das fases de expansão material para as fases de expansão financeira se confunde com as fases de mudanças hegemônicas no centro de comando do capitalismo histórico. São aqueles momentos históricos de transição hegemônica que foram sempre acompanhados de conflitos militares entre a potência hegemônica declinante (a qual passa por uma saturação de sua acumulação de capital pelas via produtiva e comercial, especializando-se nos negócios da alta finança – expansão financeira) e a potência ascendente com possíveis pretensões hegemônicas (a qual apresenta elevado dinamismo na acumulação de capital baseado numa forte expansão material, ou seja, na geração de valor baseado na produção e troca de mercadorias, com forte apoio estatal).

Tal questão apresenta um caráter primordial para o método aqui utilizado, pois é nas fases de expansão financeira que a potência hegemônica que comanda o centro do sistema capitalista mundial começa a passar por uma fase de exaustão de seu poder nas suas múltiplas vertentes e, com a ascensão de um novo centro de acumulação de capital e poder mundial, onde passa a vigorar uma nova frente de expansão material capitalista, cria-se um ambiente de “caos sistêmico”, que o autor caracteriza como aqueles momentos em que ocorrem distúrbios políticos, econômicos e sociais que geram ondas de instabilidade por diversas regiões da economia-mundo capitalista e que tendem a resultar numa confrontação bélica entre a potência ascendente e a potência hegemônica declinante, cujo resultado pode ser (e, de fato, tem sido historicamente na visão do autor) uma transição hegemônica centrada cada vez mais na potência em ascensão, que reorganizará toda a estrutura política e econômica mundial de

negociações financeiras” (ARRIGHI, 1996, p. 240), sendo sintomático de uma situação de “maturidade” do desenvolvimento capitalista onde ela tende a ocorrer.

forma a manter seu controle, garantindo um mínimo de cooperação entre os Estados nacionais e suas classes capitalistas.

Conforme já nos referimos, Arrighi (1996) diz que sempre que a expansão material da potência hegemônica chegasse a um ponto de saturação (ou auge), passaria a ocorrer na economia-mundo capitalista aquilo que o autor chama de “caos sistêmico”, “situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização” (ARRIGHI, 1996, p. 30), e que é caracterizado por três fatores.

O primeiro é emergência de lutas competitivas dos pontos de vista econômico e comercial, criando pontos de fricção/abalos nos fluxos comerciais em toda a economia-mundo capitalista, com a conseqüente emergência de políticas econômicas nacionais autárquicas, ou seja, protecionismo.

Um segundo fator é a deflagração de conflitos armados entre a potência hegemônica declinante e a aspirante potência hegemônica em ascensão, cujos exemplos históricos foram:

- 1) as lutas entre os ibéricos-genoveses contra a ascensão econômica e marítima holandesa, que só foram resolvidas ao término da guerra dos trinta anos (1616-1648), com a assinatura do tratado de Vestefália, que institucionalizou o equilíbrio de poder europeu e das rotas de comércio capturadas da Espanha em favor da ascendente Holanda;
- 2) a guerra dos sete anos (1756-1763), envolvendo a comercialmente e maritidamente ascendente Grã-Bretanha, que passava por uma forte expansão material que culminaria na “explosão” da Primeira Revolução Industrial a partir de 1780, conforme destaca Hobsbawm (2013), e a decadente Holanda, que perdeu a guerra para os ingleses juntamente com os franceses, cedendo o lugar central da economia-mundo capitalista e do poder político mundial ao império centrado em Londres, após a assinatura do tratado de Paris de 1763;
- 3) as ascensões materiais da Alemanha “bismarckiana” pós-unificação em 1871, dos Estados Unidos pós-guerra civil em 1865 e do Japão pós-revolução Meiji de 1868, em detrimento do declinante império britânico, gerando um clima de caos e conflito sistêmico que desembocaria nas

duas guerras mundiais entre 1914-1945, e cujo grande vencedor foi os Estados Unidos, que se tornaram hegemônicos.

Tais eventos históricos apresentam uma característica em comum: o nacionalismo econômico! Tanto é que os embates em torno das duas guerras mundiais se deram envolvendo nações que buscavam se consolidar mundialmente como importantes centros político-econômico-militar em desfavor da capengante hegemonia inglesa que, não obstante deter ao fim da segunda guerra mundial um vasto império colonial, o “fardo” da administração deste império colocava sobre os súditos da rainha uma conta que não mais se sustentaria.

Neste contexto, a vitória norte-americana (com a conseqüente derrota alemã e japonesa) e o estabelecimento de sua hegemonia resultou na criação de todo um arranjo político e econômico institucionalizado a nível mundial, que reorganizou a economia-mundo capitalista e o sistema político mundial após 1945, consolidando a transição hegemônica de Londres para Washington-Nova Iorque.

Por fim, Arrighi destaca um terceiro fator que caracteriza o caos sistêmico, que é o início do processo de transição da expansão material que ocorre na potência hegemônica que ruma em direção a um processo de expansão financeira, haja vista que as outras nações/regiões aspirantes a ocuparem o centro da economia-mundo capitalista passam por uma forte expansão material, com elevação de sua produtividade e competitividade nas esferas da produção e das trocas comerciais em nível mundial, sempre em desfavor da potência hegemônica.

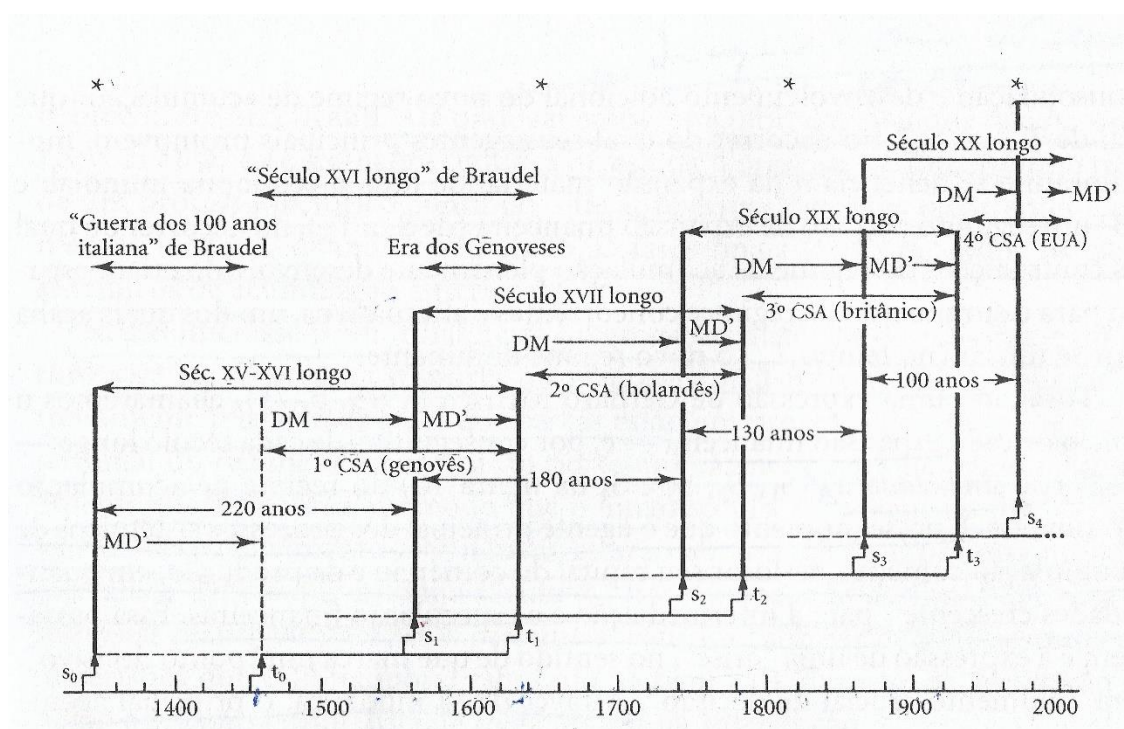
Nesse sentido, não resta outra alternativa para a classe capitalista da potência hegemônica senão em deslocar sua capacidade de acumulação de capital da esfera produtiva-comercial para a esfera financeira. Isto ocorreu com os capitalistas genoveses em vista da ascensão material holandesa em meados do século XVII; com os capitalistas holandeses em vista da ascensão material britânica na segunda metade do século XVII, e; ocorreu, com os capitalistas britânicos desde o fim do século XIX com ascensão material da classe capitalista norte-americana (ARRIGHI, 1996; 2008).

Ao ter havido sucessivas trocas hegemônicas, fases de expansões material e financeira, sempre permeadas por aquilo que Arrighi (1996) chama de “caos sistêmico”, metodologicamente, o que temos que ter em mente é que

os períodos de trocas contínuas (expansão material) são seguidos por períodos de trocas descontínuas (expansão financeira), que é quando se apresenta a rearticulação hegemônica sob a liderança de novos blocos de agentes governamentais e empresariais. Ao mesmo tempo, um regime de acumulação capitalista em escala mundial se reconstrói a cada ciclo, que é como entendemos a economia-mundo capitalista em seus diversos momentos, com várias hierarquias e configurações espaciais (BARBOSA, 2019, p. 212 – tradução nossa).

A figura abaixo expõe de forma esquematizada as formulações teóricas de Arrighi e Braudel, de forma a tornar visível como as sucessões hegemônicas e os ciclos sistêmicos de acumulação capitalista ocorreram ao longo tempo histórico.

Figura 1.1 – Longos séculos e ciclos sistêmicos de acumulação



Fonte: Arrighi (1996), p. 219

1.2. Estabelecimento e consolidação da hegemonia norte-americana

O quarto ciclo sistêmico de acumulação de Giovanni Arrighi consubstancia-se no “ciclo norte-americano”, iniciado com o fim da guerra de

secessão daquele país em 1865 e consolidado no fim da Segunda Guerra Mundial em 1945.

Na visão do supracitado autor italiano, os Estados Unidos passaram por uma fase de forte expansão material de sua economia a partir da segunda metade do século XIX, consolidando-se como a principal economia industrial na virada do século XIX para o século XX (ou naquilo que Arrighi chama de *locus* principal da acumulação de capital na economia-mundo capitalista) paralelamente ao declínio da produção manufatureira britânica, cuja classe capitalista passou a se dedicar na acumulação via expansão financeira.

A expansão material norte-americana foi calcada, em primeiro lugar, no “imperialismo interno”, colocado em prática na conhecida “marcha para o Oeste”, com a captura de enorme quantidade de territórios realizada às expensas/expulsão de indígenas, colonos europeus e nações latinas, como o México (ARRIGHI, 1996).

Já no final do século XIX, a consolidação da “ilha” norte-americana entre os oceanos Atlântico e Pacífico já havia se consubstanciado e, a partir disso, o isolacionismo protecionista implementado pelo governo norte-americano seria a chave-mestra da política externa do país, destinada a dar subsídio a um processo de industrialização nascente e a expansão das trocas comerciais que estava sendo implementada internamente (CHANG, 2004).

Neste mesmo período, a economia-mundo europeia estava passando por importantes transformações, tais como o declínio da hegemonia britânica e o avanço da industrialização alemã sob a batuta do recém unificado império alemão. O fim anunciado da *Pax Britannica* e seu imperialismo de mercado fez com que as fronteiras da economia-mundo capitalista se expandissem para diversos pontos do mundo, especialmente sobre a Ásia e a América Latina.

Mediante a prática da ideologia do “livre-mercado” e de práticas imperialistas territorialistas, os britânicos eram, desde o fim das guerras napoleônicas em 1815 e até 1870, o principal centro da acumulação ampliada de capital em escala mundial, fazendo com que o mercado mundial tivesse uma expansão em escala e magnitude incomparavelmente maior do que aquele visto no ciclo hegemônico anterior, a saber, o ciclo holandês (ARRIGHI, 1996).

A unificação da Alemanha pós-1870 faria com que a competição econômica aumentasse no âmbito da economia-mundo capitalista, tendo em vista que o império alemão e os Estados Unidos emergiam como potências econômicas a nível mundial, com elevada produção industrial, elevada taxa de acumulação de capital e forte coordenação estatal no comando da acumulação de capital interna.

Apesar de terem construído um império verdadeiramente mundial, os britânicos já não tinham mais capacidade, entre 1870 e o início do século XX, de sustentar a ordem política e econômica mundial criada por eles próprios, tendo em vista que os desafios alemão e norte-americano impostos à classe capitalista britânica na concorrência comercial e produtiva mundial comprometeram a capacidade londrina tanto de governar o sistema interestatal pelo lado político, quanto de continuar como locus primário da produção e comércio de bens industriais.

Nesse sentido, os britânicos passariam a se especializar nas transações puramente financeiras a nível mundial, num claro sinal de declínio (ou outono) da hegemonia britânica, conforme Braudel (2009a) e Arrighi (1996; 2008).

Com a exacerbação da competição intercapitalista entre britânicos, norte-americanos e alemães a nível mundial, o “caos sistêmico”⁸ se faria presente e

o poderio mundial do principal Estado capitalista [Reino Unido] havia crescido tanto, em comparação com seus predecessores e com seus desafiantes contemporâneos [Estados Unidos e Império Alemão], que [...] embora o controle do comércio e das finanças mundiais continuasse a desempenhar papel importante na determinação das capacidades relativas no sistema interestatal, no correr do século XIX a vantagem decisiva na luta pelo poder mundial havia-se convertido no tamanho e potencial de crescimento comparativos do mercado interno. Quanto maior e mais dinâmico o mercado interno de um Estado em relação a todos os demais, melhores as chances desse Estado em expulsar o Reino Unido do centro das redes globais de relações [econômicas] que constituíam o mercado mundial. [...] Desse ponto de vista, os Estados Unidos estavam numa posição muito melhor do que a Alemanha (ARRIGHI, 1996, p. 61).

Corroborando tal argumento, Hobsbawm (1995) destaca que, a partir da segunda metade do século XIX, uma revolução nos transportes e nas telecomunicações acompanhariam a “marcha para o Oeste” norte-americana,

⁸ “Ausência total de ordem”, nas palavras de Arrighi (1996).

afinal a busca pela integração de diversas cidades e regiões inteiras seria somente conseguida através do estabelecimento de linhas férreas regulares que pudessem promover o deslocamento de pessoas e mercadorias a um custo relativamente baixo.

Se por um lado isto facilitou a criação de um crescente mercado produtor e consumidor de mercadorias e serviços, por outro lado a descoberta de fontes de energia fóssil (petróleo) faria com que a classe capitalista nascente no país destinasse boa parte de seus crescentes lucros nas rotas de comércio interna e externa visando à descoberta de novos poços do “ouro negro”, o qual se tornaria a base energética da indústria norte-americana (OLIVEIRA, 2003). Então,

nos Estados Unidos, a vigorosa expansão da agricultura mercantil, pela colonização do Oeste por pequenas propriedades ou pelas plantações escravistas, potenciava o crescimento da indústria. Essa agricultura mercantil, ao mesmo tempo que ampliava mercados para a indústria nacional, garantia a exportação de [produtos] primários e possibilitava a importação de meios de produção, o que acelerava a implantação da indústria. [...] A construção ferroviária era impulsionada pela colonização e a produção mercantil (OLIVEIRA, 2003, p. 232/234).

Falando sobre o nascente setor industrial norte-americano, o supracitado autor destaca que

[...] o setor industrial, por sua vez, permitia que a pequena produção superasse suas limitações, pois potenciava a produtividade do trabalho e, assim, garantia a oferta no mercado de grandes excedentes agrícolas a preços baixos, favorecendo, dessa forma, a acumulação industrial pelos seus efeitos sobre os salários e sobre os custos das matérias-primas. [...] A estrada de ferro, a mecanização da pequena produção, a imigração, os níveis de acumulação atingidos pelos bancos, comércio e indústrias dos Estados Unidos [...] permitiram que a indústria americana logo assumisse posição de liderança mundial no campo da tecnologia e da criação de novos setores produtivos (IBIDEM).

Indo de encontro a esta ideia, Chang destaca que “durante todo o século XIX e até a década de 1920 a economia dos Estados Unidos foi a que mais rapidamente cresceu no mundo, conquanto tenha sido a mais protecionista em quase todo o período” (CHANG, 2007, p. 58).

Por outro lado, mesmo que tal crescimento tenha sido fortemente estimulado pelo protecionismo comercial, foi a expansão do mercado interno consumidor, a criação de novos produtos, processos e redes empresariais industriais e a marcha para o Oeste (que estimulou o comércio de longa distância

internamente) que, de fato, estão no centro da expansão material da economia norte-americana⁹.

O resultado desta dinâmica materialmente expansionista, baseado no comércio a longas distâncias internamente, a expansão do domínio de gigantesca quantidade de terras e a consolidação de um complexo empresarial-industrial nacional, faria com que os Estados Unidos se transformassem num poderoso complexo agrícola, industrial e militar, requisito fundamental que qualquer nação aspirante a um lugar no centro da economia-mundo capitalista deve apresentar (ARRIGHI, 2008).

Ao final da Primeira Guerra Mundial em 1918, os Estados Unidos já assumiam a posição de credores mundiais em termos financeiros, mas seria somente após a Segunda Guerra Mundial que, derrotando as nações capitalistas com pretensões hegemônicas na Europa e na Ásia (Alemanha e Japão), e com a Grã-Bretanha não tendo mais condições de sustentar seu papel de potência hegemônica da economia-mundo capitalista e do poder político mundial, os Estados Unidos assumiriam o comando hegemônico da economia-mundo capitalista por um lado, e, por outro, monopolizariam o poder político do mundo bipolar com os soviéticos.

Por hegemonia adota-se neste trabalho o conceito gramsciano de que, diferentemente da mera dominação, a hegemonia é a capacidade de um grupo social dominante em determinar, sobre determinado estrato social e momento histórico, os traços, as características e as peculiaridades específicas da estrutura social em que opera, unindo os estratos sociais dominados através do consenso via parâmetros ideológicos e éticos de conduta, com a sempre presente ameaça de uso da força, caso necessário.

Segundo Ramos (2005, p. 28-29),

para Gramsci, coerção e consenso não são opostos; na verdade, a força é um elemento constitutivo do consenso na medida em que qualquer ruptura deste traz à tona os mecanismos de coerção – mecanismos estes que são intrínsecos a todas as esferas da vida social e permanecem latentes enquanto o consenso se mostrar suficiente para manter a reprodução das relações sociais. A coerção é o elemento latente, inerente ao consenso.

⁹ Cf. Oliveira (2003), capítulo 5.

Esta dupla perspectiva, segundo o próprio Gramsci, corresponde

à natureza dúplice do centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia (Gramsci, 2002a, p. 33). O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a 'liquidar' ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser, dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente' (Gramsci, 2002b, p. 62-63).

De acordo com Arrighi (1996), os Estados Unidos se beneficiaram do declínio da hegemonia inglesa ao fim da segunda guerra mundial aproveitando-se do caos sistêmico instalado durante os dois conflitos mundiais para lucrar e trilhar uma posição econômica superior a Londres na economia-mundo capitalista. Nas palavras do autor,

a derrocada final da economia mundial centrada no Reino Unido foi extremamente benéfica para os Estados Unidos. [...] E como em todos os casos anteriores de enriquecimento e conquista de poder prodigiosos, em meio a um crescente caos sistêmico, o grande salto a frente da riqueza e poder norte-americanos entre 1914 e 1945 foi, primordialmente, uma expressão da renda de proteção de que o país desfrutava, numa posição singularmente privilegiada na configuração espacial da economia capitalista mundial (ARRIGUI, 1996, p. 284-285).

Ao fim do conflito em 1945, os Estados Unidos passaram a exercer sua hegemonia na economia-mundo capitalista controlando a produção do dinheiro mundial e o poder político-militar Ocidental, colocando em marcha um novo *modus operandi* das relações políticas e econômicas mundiais baseado na criação das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), no Plano Marshall, no Plano Colombo de ajuda ao Japão, na criação da Organização das Nações Unidas e na doutrina de contenção ao expansionismo soviético (Doutrina Truman).

Não obstante a disposição política norte-americana de promover um novo *aggiornamento* da economia-mundo capitalista e do sistema político mundial, há que se ressaltar a importância da liderança de Franklin Delano Roosevelt na moldagem, internamente, desta nova postura externa dos Estados Unidos pós-1945.

Dizemos isto pois, ao chegar à Casa Branca em março de 1933, em resposta ao aprofundamento da crise de 1929 sobre a economia e os trabalhadores norte-americanos (que não viam no republicano Herbert Hoover alguém que pudesse fazer frente à enorme e crescente massa de desempregados, à quebra generalizada de empresas e ao encolhimento da economia do país), o democrata Roosevelt teve de implementar uma série de medidas emergenciais, de forma escalonada no tempo e no espaço, naquilo que se convencionou chamar de *New Deal* (novo acordo).

Tais medidas, implementadas inicialmente em 1933 e aprofundadas em 1936, destinavam-se a sanar o grave problema de liquidez da economia norte-americana, haja vista a postura reticente do *Federal Reserve* - Banco Central dos Estados Unidos (doravante FED) em manter quase que inalterada a política monetária, frente à gravidade da crise que se arrastava desde 1929 (BELLUZZO, 2009).

Para tanto, o orçamento fiscal e o corpo burocrático do Estado norte-americano foram colocados a serviço da reorganização econômica do país, numa estratégia em que o Estado, liderando tal processo em coordenação com os setores produtivos e sociais, repactou a forma como a economia norte-americana operaria a partir de então, de forma a tirar o país não só da crise econômica que se arrastava desde 1929, mas principalmente visando a atenuar os profundos efeitos da grave crise social instalada (BERSTEIN & MILZA, 2007a).

Dentre as medidas implementadas pelo governo Roosevelt, destacam-se o *Glass-Steagall Act*, de 1933, que promovia uma série de reformas no setor bancário, responsável, na visão dos *planners* (planejadores do *New Deal*), pela crise de 1929.

Dentro do marco do *Glass-Steagall Act*, surgiu o *Banking Act*, também de 1933, que promoveu uma cisão no setor bancário, criando uma distinção setorial entre os bancos de depósitos de curto prazo e os de longo prazo, com nenhum banco podendo ter participação acionária nas empresas do setor produtivo.

Além disso, no mesmo ano houve a criação da *Federal Deposit Insurance Corporation*, destinada a criar salvaguardas aos depósitos dos depositantes em

instituições financeiras, de forma a se evitar a insolvência de tais instituições e a iliquidez dos depositantes caso precisassem dos fundos depositados.

Do ponto de vista financeiro, o governo Roosevelt impôs travas bastante firmes à forma como os bancos norte-americanos, especialmente o Morgan, operavam, haja vista que na década de 1920 a farrá do crédito barato e a alavancagem fizeram com que a criação de riqueza fictícia, no mercado acionário, tornasse os ganhos dos financistas de Wall Street totalmente descolados do crescimento produtivo da economia norte-americana. Ou seja, as travas colocadas pelo governo Roosevelt sobre Wall Street praticamente jogaram na lona os financistas de Nova Iorque!¹⁰

Do ponto de vista do setor produtivo, entre a segunda metade de 1935 e 1936, Roosevelt não viu outra alternativa para a saída da crise senão utilizar o orçamento federal de forma mais arrojada, expandindo o déficit fiscal conforme já o aconselhava Keynes mesmo antes da publicação da *Teoria Geral* em 1936, criando uma série de medidas e instituições federais destinadas a fomentar tanto o aumento do volume de emprego entre as camadas sociais menos favorecidas e a classe média, como para fazer com que a acumulação de capital voltasse a se fazer presente na economia norte-americana.

Nesse sentido, houve a criação 1) do *Wagner Act*, que induziu à criação dos sindicatos norte-americanos, responsáveis por representar os trabalhadores dos diversos setores econômicos nas negociações salariais com os sindicatos patronais; 2) do *National Labor Relation Board* no *National Labor Relation Act*, que deu ao Estado o poder de arbitrar e controlar o poder dos sindicatos; 3) do *Work Progress Administration* no *Emergency Relief Appropriation Act*, que destinou-se a formular e implementar nacionalmente políticas de combate ao desemprego, e, complementarmente; 4) o *Social Security Act*, que criou, pela primeira vez na história do país, um seguro universal aos trabalhadores em caso de desemprego, desamparo na velhice e em casos de invalidez.

Ou seja, as políticas do *New Deal*, criadas em 1933 e aprofundadas a partir de 1936, não somente promoveram uma repactuação na relação entre o Estado, o capital e os trabalhadores via sindicatos, mas também promoveu uma

¹⁰ Cf. Belluzzo (2004), capítulo 8.

nova forma de organização social que, diferentemente do liberalismo individualista vigente até então, baseava-se na cooperação e na solidariedade social para retomar a trajetória de crescimento não somente da economia norte-americana de forma geral, mas também da renda e dos salários dos trabalhadores, e isso somente foi possível com a imposição de amarras aos financistas de Wall Street e ao apelo da população às políticas progressistas do *New Deal*, que tiveram ressonância dentro do Congresso norte-americano, que, por sua vez, também não teve saída senão apoiar as medidas do poder Executivo.

Mas, ainda em 1938, conforme Berstein & Milza (2007a), houve um aprofundamento da política de estímulos federais com a adoção de novas medidas eminentemente keynesianas ancoradas em enormes gastos governamentais, especialmente para financiar a construção de moradias, contratação de trabalhadores para atuarem na atualização da infraestrutura nacional e na contratação de jovens recém-formados em áreas estratégicas para a ciência nacional.

Além disso, o controle governamental sobre as empresas do setor produtivo e as políticas de elevação da renda mínima paga aos trabalhadores tiveram efeito na elevação da demanda agregada, haja vista que os gastos governamentais, aliados à crescente massa salarial despejada na economia pela classe trabalhadora, favoreceram, e muito, a retomada dos investimentos e da acumulação de capital na esfera empresarial privada (BELLUZZO, 2009).

Com o início da segunda guerra mundial em 1939 e a entrada norte-americana em 1941 após o ataque a Pearl Harbor, a economia norte-americana acelerou a recuperação econômica e, com o fim do conflito em 1945, as bases do sucesso do *New Deal* (repressão ao setor financeiro, estímulos à produção privada e um forte aparato social estatal) foram transfiguradas para o plano internacional, com os acordos de Bretton Woods e o papel norte-americano na criação de planos de reconstrução econômica à Europa e ao Japão.

Isto foi levado adiante de forma a fazer frente ao avanço soviético no espaço europeu e asiático, resultando no início de uma expansão material da acumulação capitalista mundial que durou trinta anos, entre 1945 e meados da

década de 1970, somente interrompido quando a “contrarrevolução monetarista” pôs um fim aos “trinta anos gloriosos” do sistema capitalista mundial via introdução de políticas de desregulamentação e liberalização capitaneadas pelos “moedeiros falsos”¹¹ nos Estados Unidos e nas demais economias capitalistas centrais.

Ou seja, os norte-americanos ofereceram ao mundo (e aqui nos referimos à Europa Ocidental e ao Japão, especialmente) uma nova forma de organização econômica e social, consubstanciada na presença efetiva do Estado nacional na coordenação de políticas macroeconômicas expansivas, destinadas, em última instância, tanto a promover o pleno emprego dos fatores de produção, quanto a estabelecer um efetivo “estado de bem-estar social” às populações envolvidas.

Desta forma, após 1945 os norte-americanos atuaram como um verdadeiro “Estado hegemônico”, oferecendo soluções sistêmicas a problemas sistêmicos, tendo em vista a sua capacidade de liderar o sistema interestatal e colocar um fim ao “caos sistêmico” presente no sistema mundial desde pelo menos 1914, instituindo, em bases inteiramente novas, uma ordem internacional destinada a satisfazer plenamente seus interesses hegemônicos em termos políticos e econômicos, e que oferecia as soluções demandadas pelos Estados nacionais em nível mundial.

Conforme destaca o próprio Arrighi (1996, p. 29-30),

um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles.

Sobre este momento de consolidação da hegemonia norte-americana pós-Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos sobre a economia-mundo capitalista pós-1945, os Estados Unidos utilizaram do paradigma da guerra fria para colocar em prática um processo novo de acumulação de capital em escala mundial, centrado na sua própria economia nacional, e que tornaria factível aos

¹¹ Cf. Fiori (1997).

países envolvidos nesta nova ordem ganhos em termos econômicos e sociais, o que legitimou a hegemonia norte-americana.

1.3.A hegemonia norte-americana durante “os anos dourados” do capitalismo mundial

Com o avanço dos partidos comunistas nas eleições europeias no imediato pós-segunda guerra mundial e o recrudescimento da tentativa soviética de expandir o comunismo sobre os países ocupados (mas também aqueles não-ocupados – caso da Itália) durante a guerra, os norte-americanos partiram para uma nova doutrina de consolidação de seu poderio econômico-financeiro e político-militar no mundo (principalmente na Europa Ocidental e no Leste Asiático), conforme já visto na seção anterior.

Tal tentativa, do ponto de vista econômico, baseou-se na implementação de planos de ajuda econômica à Europa Ocidental e ao Japão, além da implementação de um regime flexível de comércio internacional, que criaria as condições de expansão e liberalização das trocas de mercadorias na economia-mundo capitalista.

Nesse sentido, paralelamente à criação das instituições de Bretton Woods, em 1947 foi criado o *General Agreement on Trade and Tariffs* (GATT), destinado a liberalizar os fluxos comerciais internacionais através de regras e garantias de acesso aos mercados nacionais, beneficiando, naquele momento, as ETN sediadas em solo norte-americano, que buscavam novas oportunidades de lucro nos mercados europeus e japoneses via IDE, aproveitando-se da condição de superioridade política do Estado norte-americano em relação a estas áreas (BELLUZZO, 2009).

Entretanto, tal medida fora patrocinada pelo governo norte-americano pois isso facilitaria a consecução de uma outra medida econômica lançada no mesmo ano (Plano Marshall), cujo objetivo seria promover uma ajuda dos EUA às economias da Europa Ocidental no valor de cerca de US\$ 14 bilhões à época para que, com a reconstrução europeia, o expansionismo soviético fosse dissipado daqueles países, afinal, conforme destaca Hobsbawm (1995), o caos social e econômico que a guerra trouxe a países como a Alemanha, França e

Itália foi determinante para que os partidos comunistas locais conseguissem considerável representação parlamentar nas eleições do imediato pós-guerra.

Por um lado, no contexto do Plano Marshall e da instauração do regime de Bretton Woods, os EUA se tornaram o grande criador de liquidez e principal centro de estímulos à reconstrução dos países europeus, pois abriu sua economia para as necessárias importações feitas pelas economias europeias. Com esta ajuda comercial e financeira, os países europeus importariam dos EUA grande parte dos produtos destinados à sua reconstrução, o que estimularia a economia norte-americana entre o final da década de 1940 e durante quase toda a década de 1950, resultando numa retomada do crescimento econômico em bases mais aceleradas nos EUA (HOBBSAWN, 1995), em paralelo com a Guerra da Coreia e o rearmamento do Departamento de Defesa norte-americano, que seriam estímulos adicionais à expansão econômica norte-americana e mundial em geral (ARRIGHI, 2008).

Por outro lado, este contexto seria a tábua de salvação para os europeus ocidentais, pois os generosos empréstimos vindos do outro lado do Atlântico *pari passu* a abertura comercial dos EUA impulsionava tanto a formação de um setor industrial europeu (que importava máquinas e equipamentos dos EUA para a produzir bens de consumo final dentro de suas economias) quanto a migração de uma enorme massa de investimentos produtivos das ETN norte-americanas rumo ao solo das economias europeias.

Este último fator é considerado por Arrighi (1996; 2008) a principal característica da economia-mundo centrada em Nova Iorque neste momento, afinal a verticalização da produção das ETN norte-americanas no que tange ao acesso de fontes de matérias-primas, produção e comercialização em rede tornaram factível uma nova onda de expansão da economia-mundo capitalista, assim como tornou possível os fluxos financeiros ancorados no dólar se tornarem relativamente crescentes.

Segundo Belluzzo (2009), a hegemonia norte-americana, neste contexto, fez com que uma nova divisão internacional do trabalho fosse materializada, e, contrariamente ao ciclo de acumulação britânico, que estruturou redes de comércio e produção baseadas no esquema “Centro-Periferia”, durante o ciclo

norte-americano as relações intrafirmas, especialmente as norte-americanas, foi o motor dinamizador da expansão econômica em escala mundial devido ao fato de: 1) os norte-americanos produzirem manufaturas, matérias-primas e alimentos; 2) o mercado interno norte-americano foi o grande vetor da expansão econômica daquele país, e; 3) a presença norte-americana na Europa Ocidental e no Japão se fazia em grande parte via fluxos entrantes de IDE, dando às empresas com sede em Nova Iorque elevado poder de comando sobre as redes de produção e comercialização de mercadorias a nível mundial.

Para Berstein & Milza (2007b), este contexto pós-guerra apresentava aos países da Europa Ocidental dois pontos importantes, dignos de nota: 1) o papel dos governos nacionais no planejamento dos investimentos nos setores considerados estratégicos (infraestrutura de transportes, energia, alimentação, tecnologia e indústria), e; 2) o papel central que a classe trabalhadora teria na estruturação de um capitalismo originariamente tutelado pelas forças sociais e pelo Estado, em última instância.

Sobre o primeiro ponto, um dos pilares centrais da reconstrução europeia baseou-se na ideia de solidariedade social (em detrimento do egoísmo e individualismo do período anterior a 1945), baseado num novo *pacto social* entre os grupos dirigentes nacionais europeus e as suas respectivas sociedades. Nesse sentido, nos principais países europeus (Alemanha, França, Itália) houve a consolidação dos princípios do *New Deal* via programas de investimento público em setores como educação, saúde pública, infraestrutura, previdência social, subsídios à produção de alimentos, enfim, vultosos investimentos foram realizados em setores que garantiriam a paz social das sociedades europeias ocidentais (HOBBSAWN, 1995).

Sobre o segundo ponto, foram criadas e executadas políticas governamentais de estímulo à elevação da renda dos trabalhadores, regulamentação das atividades econômicas visando a aumentar a demanda e a produção de bens industriais e serviços, taxaço sobre a riqueza das classes mais abastadas, controle sobre as taxas de juros, preços e aluguéis (HOBBSAWN, 1995), além da criação de *funding* para investimentos - reinvestimento “obrigatório” dos incipientes lucros das empresas europeias e norte-americanas operando em solo europeu - (BELLUZZO, 2009).

Neste momento, entre a segunda metade da década de 1940 e durante toda a década de 1950, os EUA apresentavam um superávit comercial com toda a Europa Ocidental, afinal o Plano Marshall e as instituições de Bretton Woods criavam as condições para que os norte-americanos liderassem o processo de reconstrução usando de seu poderio econômico-financeiro e político-militar, naquilo que autores como o próprio Belluzzo (2009), Hobsbawn (1995), Arrighi (1996; 2008) chamam de “hegemonia benigna”.

Mas, à medida que as empresas europeias (e também as japonesas) auferiam a elevação de suas produtividades e ganhavam musculatura na concorrência contra as empresas norte-americanas em seus próprios mercados (e igualmente nos mercados mundiais), iniciara-se uma profunda alteração na posição comercial mundial dos Estados Unidos, que passou a apresentar declínio no superávit das suas transações correntes já no fim da década de 1950 (MOFFITT, 1984).

No tocante à reconstrução japonesa, esta esteve inserida na estratégia norte-americana de contenção ao expansionismo soviético na região asiática, tendo em vista as perturbações políticas e sociais que a região perpassava logo ao final do conflito mundial, como a guerra-civil chinesa, que somente seria colocada a termo em 1949 com a vitória dos exércitos de Mao Tsé-Tung (OLIVEIRA & LESSA, 2006), e a Guerra da Coréia de 1950-53, que drenou importante atenção e recursos norte-americanos e que favoreceu a reconstrução econômica japonesa, cuja indústria passou a ser fornecedora de insumos aos soldados norte-americanos, como gêneros alimentícios e equipamentos básicos. Nesse sentido, o Japão passaria por rápidas transformações a partir de 1948, quando uma nova constituição seria redigida e transformações empresariais ocorreriam, colocando-o, já na metade da década de 1950, ao posto de segunda economia capitalista mundial.

Tais transformações na economia japonesa foram consubstanciadas por uma reforma agrária ampla, a elevação da produtividade agrícola, a reestruturação dos conglomerados industriais e financeiros, a reversão dos saldos negativos das contas externas do país em direção a superávits e a ajuda do governo norte-americano em termos financeiros e de importação de produtos industriais japoneses (TORRES FILHO, 2012).

Mas, é somente com a Guerra da Coreia a partir de 1950 que o Japão passaria a incrementar ainda mais seu crescimento e se tornaria uma das economias mais complexas da economia-mundo capitalista naquela década, pois a referida guerra impulsionou a já acelerada recuperação do país “ao provocar uma forte demanda por bens e serviços, uma vez que o Japão era o fornecedor que estava em melhores condições [na região] de atender às enormes necessidades das tropas [norte]-americanas” (BERSTEIN & MILZA, 2007b, p. 147) durante a guerra¹².

Com o avanço e posterior fim das reconstruções europeia e japonesa no final dos anos 1950 e com os mecanismos de seguridade social sendo impulsionados e garantidos pelo Estado nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, pôde-se observar um deslocamento da demanda por consumo das famílias em desfavor dos setores menos sofisticados e essenciais para bens e serviços considerados mais sofisticados e não-essenciais, ou seja, para aqueles setores com maior valor adicionado (carros, casas, viagens, vestuário de alta costura).

À medida que a reconstrução avançava daqueles setores mais básicos da economia para aqueles mais sofisticados e de maior valor agregado, empresários norte-americanos, europeus e japoneses viam seus lucros se avolumarem, ao passo que os trabalhadores viam seus salários cada vez maiores em termos reais, dado o crescimento da demanda por mão de obra (por conta dos investimentos do Plano Marshall e dos investimentos privados nacionais e estrangeiros), também como pela parcela cada vez menor que os gastos com seguridade social e despesas básicas como alimentação, vestuário e moradia representavam em seus orçamentos, o que estimulava a aquisição cada vez mais rápida e crescente de bens e serviços não-essenciais.

Para o historiador Eric Hobsbawn,

tratava-se de um pacto aceitável para todos. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo boom de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão de obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partidos comunistas fracos e condições previsíveis para a administração

¹² Cf. Torres Filho, 2012.

macroeconômica que todos os Estados então praticavam. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo porque pela primeira vez passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas (HOBSBAWN, 1995, p. 227).

Do ponto de vista da ordem econômico-financeira mundial, após 1945 houve a ancoragem dos meios de pagamentos internacionais ao dólar, conferindo ao FED papel crucial no provimento da liquidez monetária mundial e detentor do poder de *senhoriagem*.

Do ponto de vista institucional, houve o funcionamento entre 1945 e 1959 de um amplo conjunto de regras tácitas (positivadas no direito internacional via tratados) e morais de conduta entre a potência hegemônica e os outros Estados nacionais, tornando factível a harmonização e a aceitação dos interesses de Washington vis-à-vis os interesses dos outros Estados nacionais na nova arquitetura interestatal vigente. Nesse contexto, as ETN se expandiriam e se consolidariam como principais agentes da acumulação de capital na economia-mundo capitalista, com a já citada verticalização e a racionalização dos processos produtivos até então vigentes, promovendo um aumento da escala de produção e comercialização de produtos industrializados com origem nos Estados Unidos.

Desta forma, o complexo estatal-empresarial norte-americano não somente passaria a controlar boa parte dos vários tipos de mercados na economia-mundo capitalista, mas superaria as práticas vigentes nos mercados mundiais *ex ante* 1945, transformando o modo como a acumulação de capital passaria a ocorrer no pós-guerra através da criação de redes mundiais de produção e comércio de mercadorias e fluxos de investimentos, cujo controle se daria, essencialmente, na sede do alto comando acumulação ampliada do capital, a saber: Nova Iorque.

Tal afirmação vai ao encontro do que Giovanni Arrighi afirma, pois, para ele,

o principal instrumento de formação do mercado mundial sob a hegemonia norte-americana, o acordo geral sobre tarifas e comércio, deixou nas mãos dos governos em geral, e do governo dos Estados Unidos em particular, o controle, o ritmo e a direção da liberalização comercial. [...] Muito mais fundamental, entre a hegemonia norte-

americana e a britânica tem sido a tendência de ‘internalização’ de uma parcela expressiva e crescente do comércio mundial em empresas transnacionais de grandes dimensões e hierarquização vertical. [...] Várias estimativas indicam que a proporção do comércio mundial composto por transações intrafirmas elevou-se de algo da ordem de 20% a 30%, na década de 1960, para algo da ordem de 40% a 50% no fim da década de 1980. [...] Esse aspecto da hegemonia norte-americana reflete a centralidade do investimento direto [...] na reconstrução da economia capitalista mundial desde a Segunda Guerra [Mundial]” (ARRIGHI, 1996, p. 72-73)

Referimo-nos a isto pois foi através dos déficits gêmeos norte-americano (fiscal e em transações correntes com o resto do mundo) que foi possível a disseminação de políticas econômicas nacionais notoriamente “keynesianas”, cujo objetivo foi o desenvolvimento econômico em bases de pleno emprego dos fatores de produção, elevação do consumo de massas e produção em larga escala, numa alavancagem em versão mundial da expansão material norte-americana que se iniciou pós-guerra civil em 1865, e que se alastrou por quase a totalidade da economia mundo-capitalista¹³.

Nesse sentido,

os Estados Unidos puderam exercer sua hegemonia de modo a abrir caminho para políticas nacionais de desenvolvimento econômico e de reforma social. [...] Ao longo do período que se estende do imediato pós-guerra até o fim do sistema de Bretton Woods, em 1979 (quando os Estados Unidos assumem unilateralmente a responsabilidade de manter a posição do dólar como a moeda reserva), deu-se um crescimento econômico generalizado [no Centro e] na Periferia [da economia-mundo capitalista] (CARDOSO DE MELLO, 1997, p. 19)

Porém, conforme destacam Belluzo (2009) e Arrighi (1996; 2008), entre o final de 1950 e a primeira metade da década de 1960, em meio à reconstrução europeia e japonesa e o pleno estabelecimento das “pontes” que ligavam as mais remotas partes da economia-mundo capitalista a Nova Iorque, os Estados Unidos mantiveram uma posição superavitária líquida nas suas transações correntes, a despeito dos constantes déficits em seu balanço de pagamentos, devido a posição deficitária da conta financeira.

Porém, na virada dos anos 1970, com a consolidação e sucesso das corporações alemãs e japonesas na concorrência produtiva e comercial mundial

¹³ “A economia norte-americana funcionava [...] como “reguladora” do sistema capitalista. Isto significa que os Estados Unidos cumpriam o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e de prestador de última instância. Para os países membros do sistema hegemônico, esta função reguladora era uma garantia *ex ante* de políticas nacionais expansionistas continuadas e estratégias de crescimento neomercantilistas” (BELLUZZO, 2009, p. 53).

frente às suas homólogas norte-americanas, houve contínua queda da taxa de lucro das ETN sediadas em solo norte-americano, com perdas significativas de mercados, antes cativos, em partes do centro, semi-periferia e periferia da economia-mundo capitalista.

Segundo Arrighi,

assim que os retardatários [Europa Ocidental e Japão e suas grandes empresas transnacionais] alcançaram o líder [Estados Unidos], houve excesso de capacidade produtiva mundial e pressão sobre a taxa de lucro para baixo, com as indústrias dos Estados Unidos suportando o grosso da pressão. [...] Com a queda da taxa de lucro, houve busca incessante, por parte das ETN [norte-americanas], para redução dos custos de produção, se dirigindo para regiões com custos mais baixos e capacidade técnica mais elevada (ARRIGHI, 2008, p. 115-116).

Aliado à saturação da posição produtiva e comercial norte-americana nos anos 1970, a guerra do Vietnã tornou-se fator decisivo para a sangria de recursos do Estado e da economia norte-americanos, o que compeliu as bases do poderio econômico e financeiro do país.

Politicamente, tal guerra, tendo-se alongado demasiado e se tornado custosa demais para os contribuintes, tornou-se o calcanhar de Aquiles da estratégia de manutenção da hegemonia por parte do governo de Washington, ou, nas palavras de Arrighi (1996; 2008), tornou-se a “crise sinalizadora” do fim daquela hegemonia, haja vista, por um lado, o prelúdio do declínio econômico-comercial que os Estados Unidos enfrentavam nos anos 1960, que se intensificaria nos anos 1970 e, por outro lado, o início à contestação do poderio financeiro norte-americano por parte dos governos e das classes capitalistas alemãs e japonesas, algo que é interpretado como resultado do sucesso da reconstrução econômica destes países e da ascensão de suas ETN na concorrência produtiva e comercial mundial contra as ETN norte-americanas durante as décadas de 1960 e 1970, cujo principal efeito foi o acúmulo de reservas em dólares por estes países, o surgimento do “euromercado” de divisas e o conseqüente questionamento do dólar como *standard* universal de valor (moeda de reserva mundial) durante toda a década de 1970¹⁴.

¹⁴ “Depois de 1968, [...] o mercado de crédito interbancário libera-se inteiramente do padrão monetário e de reservas dólar-ouro e passa a estabelecer o seu próprio circuito supranacional de crédito, com uma liquidez abundante e crescente, inteiramente fora de controle das autoridades monetárias e sem qualquer relação aparente com o déficit de balanço de pagamentos americano” (TAVARES, 1997, p. 31).

Conforme destaca o próprio Arrighi, “a intensificação da concorrência entre capitalistas e a crise da lucratividade, aliado à guerra do Vietnã e suas consequências, foram elementos da ampla ‘crise sinalizadora’ da hegemonia” (ARRIGHI, 2008, p. 165).

Por “crise sinalizadora” Arrighi assim define:

Assinalam problemas que acabam resolvidos em períodos bastante longos. É nesse momento que o agente principal dos processos de acumulação começa a deslocar seu capital do comércio e da produção, em quantidades crescentes, para a intermediação e a especulação financeiras. Essa passagem é a expressão de uma ‘crise’, no sentido de que marca um ‘ponto decisivo’, [em que] o principal agente dos processos sistêmicos de acumulação de capital revela uma avaliação negativa da possibilidade de continuar a lucrar com o reinvestimento do capital excedente na ‘expansão material’ da economia mundial, bem como uma avaliação positiva da possibilidade de prolongar sua liderança/dominação, no tempo e no espaço, através de uma especialização maior nas altas financeiras (ARRIGHI, 1996, p. 220).

Essa contestação em meio à crise sinalizadora da hegemonia ocorreu, dentre outras coisas, devido: 1) à criação e expansão do “euromercado de moedas” entre as décadas de 1960 e 1970, cujo *funding* era originado pelos enormes superávits comerciais de países europeus ocidentais (especialmente alemães) e japoneses contra a economia norte-americana; 2) aos enormes custos financeiros e militares no “atoleiro do Vietnã”, e; 3) à reciclagem dos petrodólares que as monarquias do Oriente Médio realizavam, como consequência do lucro da venda do petróleo para o Ocidente e o reinvestimento deste lucro nos principais bancos que operavam no “euromercado”, especialmente após o primeiro “choque do petróleo” de 1973.

A exemplo dessa dinâmica emergente centrada nas economias europeias e seu emergente mercado de “euromoedas”, Eric Hobsbawm destaca que,

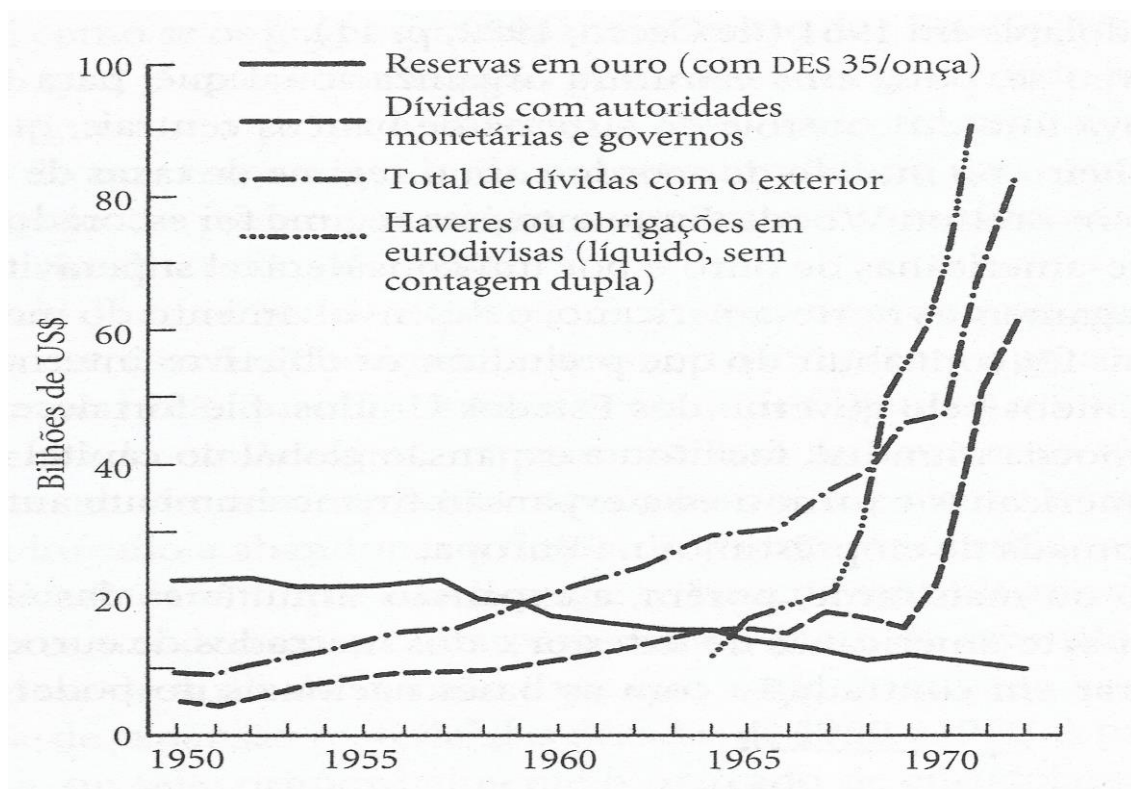
em dado momento da década de 1960, um pouco de engenhosidade transformou o velho centro internacional financeiro, a *City* de Londres, num grande centro *offshore* global, com a invenção da “euromoeda”, ou seja, sobretudo “eurodólares”. Os dólares depositados em bancos não americanos e não repatriados, sobretudo para evitar as restrições da legislação bancária americana, tornaram-se um instrumento financeiro negociável. Esses dólares em livre flutuação, acumulando-se em grandes quantidades graças aos crescentes investimentos americanos no exterior e aos enormes gastos políticos e militares do governo dos EUA, se tornaram a fundação de um mercado global, sobretudo de empréstimos a curto prazo, que escapava a qualquer controle. Seu crescimento foi sensacional (HOBSBAWN, 1995, p. 273).

Dando um exemplo da explosão da liquidez em tal mercado de moedas, o autor diz que

o mercado de “euromoeda” subiu de cerca de US\$ 14 bilhões em 1964 para aproximadamente US\$ 160 bilhões em 1973 e quase US\$ 500 bilhões cinco anos depois (1978), quando esse mercado se tornou o principal mecanismo para reciclar [os dólares] dos lucros do petróleo que os países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) de repente se viram imaginando gastar e investir (IBIDEM).

Apesar do consenso de que os “trinta anos gloriosos” foram o momento em que a economia-mundo capitalista apresentou taxas elevadas de crescimento, da produção, do comércio, da busca do pleno emprego pelos planejadores governamentais e da elevação dos padrões de vida das populações nos países centrais (EUA, Europa Ocidental e Japão), o “euromercado de moedas” e a fuga de capitais dos controles governamentais nos países centrais fariam com que se criasse um grave e crescente descompasso entre as metas estabelecidas pelos governos nacionais em termos de política econômica e a busca do lucro capitalista pelos complexos empresariais transnacionais.

Figura 1.2 – Reservas em ouro e dívidas de curto prazo dos Estados Unidos (1950-72)



Fonte: Arrighi (1996), p. 372.

Segundo Maria da Conceição Tavares (1997), o sistema monetário internacional estabelecido a partir de 1945 estaria com seus dias contados em meados da década de 1970, pois os eventos de 1971 (fim do padrão dólar-ouro) e de 1973 (fim das paridades fixas entre as moedas nacionais em relação ao dólar) - que culminaram no fim do “regime” de Bretton Woods - tornaram a posição política norte-americana arredia à perda de preponderância do dólar como moeda reserva na economia-mundo capitalista.

Este cenário de crise, segundo a autora, ocorreu por conta da autonomia crescente dos capitais circulantes sobre as economias nacionais na busca incessante por valorização e

tinha-se desenvolvido à sombra do padrão dólar (inicialmente através do movimento intra-europeu de comércio, seguido pela fuga de capitais americanos para o euromercado) um florescente mercado privado de crédito que alimentou o último auge da expansão da [economia-mundo capitalista] que se encerra entre 1973-74. A especulação em moedas que se desata depois da ruptura do sistema de paridades fixas, torna inoperantes os mecanismos de ajustamento monetário do balanço de pagamentos. Esta nova situação de desequilíbrio monetário e cambial, à qual se agrega o excedente de petrodólares, permite uma expansão ainda maior do mercado interbancário [de euromoedas]. Este escapa inteiramente ao controle do núcleo constituído pelo oligopólio dos vinte maiores bancos e das duzentas maiores empresas multinacionais que tinham Londres como mercado principal. Produz-se, assim, uma expansão adicional do circuito interbancário à qual iriam juntar-se centenas de bancos menores das mais diversas procedências que se abrigam nos mercados *offshore* e nos chamados paraísos fiscais. Os movimentos especulativos de capitais sempre denominados em dólares, que dão lugar a um *non-system*, continuam minando o dólar como moeda reserva, desestabilizam periodicamente a libra e fortalecem o Marco e o lene como moedas internacionais. Assim, a ordem monetária internacional caminha rapidamente para o caos, sobretudo depois do primeiro choque de petrodólares e da política recessiva americana de 1974 (TAVARES, 1997, p.31-32).

Com a elevação da *Prime Rate* pelo FED em 1979, naquilo que a literatura atinente ao tema¹⁵ chama de “choque de juros”, o governo de Washington e o núcleo dos altos financistas de Nova Iorque (Wall Street) retomaram a capacidade de comando econômico e financeiro norte-americano que estava sendo perdido ao longo da década de 1970, principalmente quando dos eventos ocorridos em 1971¹⁶ e 1973¹⁷.

¹⁵ Cf. Tavares (1997); Belluzzo (2009, capítulo 2); Mello (1997); Fiori (2008).

¹⁶ Fim da conversibilidade do dólar com o ouro a uma paridade fixa (US\$ 35 = 1 onça de ouro).

¹⁷ Fim da paridade fixa das moedas nacionais com referência no dólar (base do regime financeiro internacional de Bretton Woods).

Com o “choque de juros”, abriu-se uma nova etapa da reprodução ampliada do capital norte-americano nos setores ligados à nascente “Terceira Revolução Industrial” (MELLO, 1997), além de ter-se iniciado uma reestruturação das redes de produção e comércio mundiais, a racionalização dos processos produtivos e a retomada da capacidade financeira do governo dos Estados Unidos via valorização do dólar frente às outras moedas mundiais, naquilo que se convencionou chamar de “diplomacia do dólar forte” (BELLUZZO, 2009; TAVARES, 1997).

Conforme veremos na próxima seção, diferentemente daquilo que Tavares (1997) chama de “retomada da hegemonia norte-americana”, este movimento perpetrado pelo governo de Washington é, na visão de autores como Arrighi (1995; 2008) e Wallerstein (2002; 2004), uma clara crise da hegemônica em si, uma vez que os EUA promoveram uma série de rupturas tangentes à ordem hegemônica mundial por eles instaurada em 1945, passando a tentar exercer uma dominância ancorada no poderio das armas e no poderio financeiro a partir de 1979.

1.4.A crise da hegemonia e as transformações na economia-mundo capitalista na década de 1970: a China desponta no horizonte

A dinâmica da economia-mundo capitalista ao final da década de 1970 apresentou um processo de ruptura profunda com o padrão de acumulação até então vigente, a saber, o padrão *fordista*.

O brusco rompimento de tal padrão de acumulação a nível mundial causado pela potência hegemônica do momento representou, na visão de Tavares (1997), a “retomada do poder hegemônico”, que estava sendo minado ao longo dos “trinta anos gloriosos” tanto por conta do papel dos Estados Unidos como “regulamentador” da ordem interestatal vigente até então, que criava as bases para a emergência de novos competidores em âmbito mundo-capitalista, quanto pelo fato de que a guerra do Vietnã representou uma amarga derrota para a máquina de guerra e o poder político norte-americanos de modo generalizado, especialmente após os Acordos de Paris de 1973. Tal contexto representa aquilo que Arrighi (1996) chama de “crise sinalizadora” da hegemonia dos EUA.

Nesse sentido, dois importantes movimentos foram feitos pela potência hegemônica para tentar refrear a referida “crise da hegemonia”. O *primeiro movimento* remete à tentativa de recuperar sua posição financeira hegemônica, tendo como prelúdio o rompimento da conversibilidade do padrão dólar-ouro em 1971 e o rompimento das taxas de câmbio fixas, porém ajustáveis, entre as principais moedas e o dólar em 1973 (BELLUZZO, 2009).

Tal movimento foi procedido por um substancial ajustamento monetário do dólar a partir de 1979, quando o FED elevou abruptamente a *Prime Rate* para cerca de 20% na média anual (TAVARES, 1997), naquilo que a literatura chama de “choque de juros”, conforme já nos referimos ao fim da seção anterior.

À luz desse processo, Mello (1997) destaca que, do ponto de vista econômico-financeiro, o governo norte-americano destravou uma reestruturação da acumulação capitalista a nível mundial, uma verdadeira “contrarrevolução liberal-conservadora” ou “contrarrevolução monetarista”, retomando para si o poder de comando capitalista em todos os níveis (progresso técnico, oferta de liquidez, condições de financiamento, pressão sobre os balanços de pagamentos nacionais, intensificação da concorrência das ETN no Centro e na Periferia e a desregulamentação dos mercados financeiros mundiais).

Com tais medidas, houve uma valorização da moeda norte-americana por conta do gigantesco influxo mundial de divisas que se destinou à compra de títulos do governo norte-americano lastreados na *Prime Rate*. Este fenômeno, além de impor sérias restrições de liquidez a praticamente todos os países que compunham a economia-mundo capitalista, devolveu aos Estados Unidos o poder de controlar e capturar praticamente todo o capital circulante mundial, além de promover um ajustamento mundial dos ativos tangíveis e intangíveis, assim como obrigar os governos nacionais a implementar medidas de política econômica sincronizadas às norte-americanas.

Segundo Arrighi, “o governo dos Estados Unidos passou de ofertante para demandante da liquidez internacional, minando o jogo destrutivo da concorrência entre capitais no mundo, fortalecendo seu papel de centro do sistema monetário internacional” (ARRIGHI, 2008, p. 170). Complementarmente, Maria da Conceição Tavares ressalta que

[...] a sincronização das políticas ortodoxas obrigou todos os países a manterem em níveis baixos suas taxas de investimento e de crescimento e a forçar as exportações. Como reflexo do ajuste forçado, quase todos os países do mundo estão experimentando superávits no balanço comercial. Todos menos um: o Estados Unidos. Eles abrem sua economia e ao fazê-lo provocam uma maciça transferência de renda e de capitais do resto do mundo, afinal [...] o fato essencial é que todo o mundo está financiando não apenas o Tesouro americano, especialmente seu componente financeiro, mas também os consumidores e investidores americanos (TAVARES, 1997, p. 41).

Essa ação do governo de Washington visando a retomar o papel central do dólar como moeda reserva mundial foi consubstanciada numa verdadeira “diplomacia do dólar forte” e, como consequência, tal movimento reforçou o papel de Nova Iorque como a “cidade” onde o coração do sistema capitalista mundial repousa em termos de comando de sua dinâmica ampliada de acumulação (ARRIGHI, 2008), afinal os fluxos financeiros mundiais que corriam pelas artérias da economia-mundo capitalista foram profundamente impactados por esta nova fonte de bruscos impulsos vindos do coração do sistema.

Cabe destacar que, na esteira desse momento de profundas transformações a nível mundo-capitalista, outra ação do FED, superveniente ao “choque de juros” e à “diplomacia do dólar forte”, foi determinante para o sucesso da estratégia norte-americana de retomar sua supremacia financeira mundial, a saber: a desregulamentação do mercado financeiro do país e a propagação mundial de tal processo para que outros países o fizessem, o que facilitou o aumento da influência do capital norte-americano em todos os canais financeiros, de toda a economia-mundo capitalista.

Isso ocorreu, pois, segundo Maria da Conceição Tavares,

a visão estratégica da elite financeira e militar americana [...] se reforçou com a vitória de Ronald Reagan, [e] seus sócios ou rivais capitalistas [foram] compelidos, não apenas a submeter-se, mas a racionalizar a visão dominante como sendo a ‘única possível’. Esta racionalização vem [se] passando em matéria de política econômica pela aceitação de um ajuste recessivo que corresponde a uma sincronização da política econômica e da ideologia conservadoras sem precedentes (TAVARES, 1997, p. 29).

Pelo lado político-estratégico, esta visão dominante dos *policy makers* de Washington foi importante para financiar, com recursos captados nos mercados financeiros mundiais, um movimento de elevação dos (já volumosos) investimentos militares e em setores de tecnologia da emergente terceira revolução industrial (ARRIGHI, 2008).

Tais investimentos no complexo industrial-militar e nos setores tecnológicos tangentes promoveu o reforço da concorrência política e militar norte-americana contra a União Soviética, naquilo que comumente é conhecido como “segunda guerra fria”, que levaria ao fim da superpotência euroasiática anos mais tarde, em 1991 (OLIVEIRA & LESSA, 2006; MONIZ BANDEIRA, 2018).

Dessa forma, a crise sinalizadora da hegemonia norte-americana abriu um novo período das relações interestatais e interempresariais mundiais, com o grupos dirigentes político-militar e financeiro norte-americanos dando início a um processo de exacerbação da pressão competitiva contra as demais economias e grupos dirigentes nacionais a nível mundial, sendo reflexos disso a “contrarrevolução monetarista” do fim dos anos 1970 e o desenvolvimento de novas tecnologias atreladas ao setor bélico-industrial (FIORI, 2008).

O fulcro desta resposta à crise sinalizadora da hegemonia decorreu, dentre outras coisas, pela retomada do conservadorismo político no Congresso norte-americano que, afastado do poder desde a década de 1930, passou a ditar novamente os rumos, muito mais belicistas, da política externa do país, especialmente com a ascensão do grupo ligado ao republicano Ronald Reagan ao poder.

Por outro lado, do ponto de vista econômico, este conservadorismo se fez valer na volta da ortodoxia econômica dos financistas de Wall Street, que voltaram a dar as cartas na condução das políticas macroeconômicas norte-americanas, o que também não ocorria, de fato, desde a década de 1930.

Porém, diferentemente de uma “retomada hegemônica” conforme os termos de Tavares (1997), na qual se pressupõe a legitimidade da liderança hegemônica pelas contrapartes sobre as quais esta hegemonia é exercida, segue-se neste trabalho a tese de Giovanni Arrighi (2008) e de José Luís Fiori (2008) de que, com os eventos do fim da década de 1970 e durante toda a década de 1980, houve a irrupção de uma era de dominação norte-americana sobre os circuitos econômicos mundiais nas suas mais diferentes instâncias (financeiro, produtivo, tecnológico, militar), de forma a sustentar não somente a cambaleante liderança financeira norte-americana na economia-mundo

capitalista, mas também sustentar uma posição de destaque do país no que se refere à sua supremacia político-estratégica não somente sobre o Ocidente, mas sobre todo sistema interestatal.

Afirmamos isto, pois, segundo Tavares, numa visão conjuntural daquele momento,

o fulcro do problema não reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade de enquadramento econômico-financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários. [...] Até o final da década de 1970, não era previsível que os EUA fossem capazes de enquadrar dois países que tinham uma importância estratégica na ordem capitalista: o Japão e a Alemanha. Se os EUA não tivessem conseguido submeter a economia privada japonesa no seu jogo de interesses e se as políticas [alemãs] não fossem tão conservadoras, os EUA teriam enfrentado dois blocos com pretensões europeias e asiáticas de independência econômica. [...] Os países da Europa não formularam, desde o ajuste recessivo, qualquer plano para restaurar solidamente o seu crescimento econômico global. Apenas jogaram individualmente na modernização de certas indústrias e tentaram proteger-se para que o Japão não invadisse mais os seus mercados. Mas, ao mesmo tempo em que a concorrência intercapitalista se acentua no resto do mundo, opera-se um fantástico aumento de eficiência das indústrias modernas no Japão e em alguns países da Europa. Como já vimos, os EUA estão aproveitando esta situação para modernizar sua estrutura produtiva, à custa do resto do mundo [grifo nosso] (TAVARES, 1997, p. 28-30-42).

Em claro contraste a tal argumento e com uma visão estrutural e de longo prazo, Arrighi denota que

o declínio do poder e do prestígio norte-americanos atingiu seu ponto máximo no fim da década de 1970, [e] a contrarrevolução monetária iniciada no último ano do governo Carter e implantada com mais força por Reagan foi uma reação pragmática a essa situação. [...] Ela também inverteu, além das expectativas mais otimistas de seus perpetradores, a queda vertiginosa do poder norte-americano nos quinze anos anteriores, [...] provocando um redirecionamento maciço do fluxo global de capital para os Estados Unidos e para o dólar, [...] permitindo que os Estados Unidos conseguissem pelos meios financeiros o que não conseguiriam pela força das armas: derrotar a União Soviética na Guerra Fria e debelar o Sul rebelado. (ARRIGHI, 2008, p. 145-148-155)

Corroborando a tal argumento, José Luis Fiori destaca que

aquilo que se assistiu depois da “crise dos 1970” foi [...] uma mudança estrutural do sistema mundial, e um aumento exponencial do poder dos Estados Unidos. Pouco a pouco o sistema mundial foi deixando para trás um modelo ‘regulado’ de ‘governança global’, liderado pela ‘potência benevolente’ dos Estados Unidos, e foi se movendo na direção de uma nova ordem mundial com características mais imperiais do que hegemônicas. [...] Mas, foi só na segunda metade do século XX, e em particular depois da “crise dos 1970”, que os Estados Unidos adotaram uma estratégia imperial explícita e amplamente vitoriosa (FIORI, 2008, p. 18-35).

Nesse contexto, os investimentos do governo e das ETN norte-americanas nos setores da terceira revolução industrial, como a eletrônica, a robótica e os sistemas de informações e telecomunicações, foram determinantes para a arrancada do país no novo *modus operandi* da concorrência intercapitalista e interempresarial que emergiria a partir da década de 1980 na economia-mundo capitalista (FIORI, 2008).

Para tanto, a capacidade de comando e expansão mundial da rede bancária norte-americana e a estreita ligação desta com Nova Iorque tornaria mais rápido os fluxos de capitais que seriam destinados aos setores que emergiam na esteira do processo de desenvolvimento de novos produtos e serviços ligados à terceira revolução industrial. A década de 1980 foi, então, para os EUA e suas ETN uma década de ampla reestruturação tecnológica que possibilitou a expansão do poder de comando da acumulação de capital norte-americana não somente em âmbito restrito à economia norte-americana, mas também sobre a economia-mundo capitalista como um todo, devido tanto à reestruturação das cadeias produtivas mundiais decorridas na esteira deste processo, quanto à abertura forçada dos mercados financeiros e das contas capitais nacionais, que conferiram aos financistas de Wall Street o poder de especular e ditar os rumos de sociedades inteiras, que passaram a estar à mercê dos vorazes e desestabilizadores fluxos e influxos de capital de curto prazo, a partir de então.

O setor industrial-militar seria amplamente estimulado quanto ao desenvolvimento de novos e mais sofisticados armamentos, além da consecução do projeto “guerra nas estrelas” e a “Iniciativa Estratégica de Defesa”, que foram exemplos do reanimado engajamento do governo norte-americano no recurso ao uso intensivo da tecnologia, com investimentos financiados às custas da escassez de liquidez mundial, para desequilibrar o “equilíbrio estratégico global”, já a partir do final dos anos 1970, a seu favor (ARRIGHI, 1996).

Conforme sumariamente destacam Medeiros & Serrano,

a década de 1980 se inicia com um aumento, sem precedentes, em tempos de paz, dos gastos militares americanos, que se integrava à estratégia de confronto com a União Soviética e com um renovado convite ao desenvolvimento da China (convite este

que visava ampliar as divergências dentro do bloco socialista). Ao mesmo tempo, ocorre o choque dos juros e se inicia nos Estados Unidos e na Inglaterra um processo de desregulação e inovações financeiras que os Estados Unidos a partir de então farão o possível para difundir no resto dos países centrais nos anos 1980. [...] O choque de juros leva à recessão mundial e abre um período de valorização do dólar que dura até 1985. A subida recorde dos juros e a recessão internacional derrubam os voláteis preços internacionais das *commodities*. Este fator, junto com a queda dos preços das exportações em dólar, provocada pela desvalorização das moedas dos principais países supridores do mercado internacional de produtos industriais, gera choques de oferta positivos, que desaceleram a inflação americana e internacional” (MEDEIROS & SERRANO, 2012, p. 139)

Uma passagem muito importante da citação anterior deve ser levada em consideração para uma compreensão ainda mais ampla da complexidade deste movimento de crise sinalizadora e a reação dos Estado Unidos.

Durante a década de 1970, o presidente dos EUA, Richard Nixon, e seu Secretário de Estado, Henry Kissinger, promoveram a reaproximação com a China, visando a se aproveitarem do “cisma sino-soviético”¹⁸ para isolar a União Soviética internacionalmente. Conforme destaca o próprio Kissinger, “a China, embora em teoria seria um aliado da União Soviética, buscava encontrar espaço de manobra para resistir à ameaça de um ataque vindo de Moscou” (KISSINGER, 2012, p. 7). Neste contexto, “a abertura para os Estados Unidos terminaria com o isolamento chinês e ofereceria a outros países até então

¹⁸ “O desenvolvimento da energia nuclear e da bomba atômica na China deixou os soviéticos com a percepção de que os asiáticos tinham por meta uma via alternativa de construção do socialismo, contrária àquela estabelecida pela própria União Soviética” (LEÃO, 2010, p. 46). “Desde o início dos anos 1950, os dirigentes chineses criticam veementemente a política seguida por Krushev. Eles o criticam pelo “revisionismo” e por sua ação em favor da coexistência pacífica com o Ocidente. O tom sobe em 1963, com a publicação pelo PCC de uma declaração de 25 pontos enumerando as divergências com a União Soviética. As principais restrições dizem respeito à natureza do regime soviético, qualificado de “burguês”, à traição da revolução pelo Kremlin e à sua teimosia em querer dirigir o movimento comunista internacional. Essas ofensas de natureza doutrinária e tática escondem outras, por vezes mais profundas e antigas, como a usurpação territorial realizada pela antiga Rússia às custas da China, atitude ambígua da União Soviética por ocasião da revolução chinesa, relacionamento desigual entre um Estado industrializado e um país pobre. Em 1966, quando começa a Revolução Cultural na China, o conflito torna-se agudo e passa a opor duas potências francamente rivais. Multiplicam-se incidentes de fronteira, terminando, em março de 1969, em sérios enfrentamentos no Ussuri. A União Soviética fala em “incursões de bandidos” e a China em “provocações dos czares do Kremlin”. A tensão logo diminui, mas agora a União Soviética “social-imperialista” passa a ser, para Pequim, o “inimigo principal”. No início dos anos 1970, enquanto começa a aproximação entre Washington e Pequim, o bloco comunista encontra-se, efetivamente, dividido ao meio” (BERSTEIN & MILZA, 2007b, p. 277-278).

hesitantes uma justificativa para reconhecer a República Popular da China” (KISSINGER, 2015, p. 156).

O reatamento de relações político-diplomáticas entre Washington e Pequim ao longo dos anos 1970 deve ser levado em consideração para uma análise das causas da ascensão da China como espaço de acumulação de capital após as reformas econômicas de 1978, haja vista que sem esta “etapa prévia” de restabelecimento político-diplomático com os Estados Unidos dificilmente a estratégia chinesa de abertura planejada ao sistema de acumulação capitalista e a instauração de reformas setoriais sob controle do Estado teria logrado êxito, tampouco a reestruturação do capitalismo a nível internacional após 1979 teria logrado êxito em instalar suas estacas em solo chinês para aproveitar as vantagens dos custos de produção e exploração de um mercado interno de mais de 900 milhões de pessoas naquele momento (ARRIGHI, 2008).

Paralelamente à esta dinâmica, as ações norte-americanas visando a reforçar seu papel como economia central em âmbito mundial consubstanciaram-se na estratégia das ETN sediadas nos Estados Unidos em buscar novas rotas de produção e comércio de longa distância nos estertores da economia-mundo capitalista, visando: 1) ao aumento da taxa de retorno de suas atividades produtivas e comerciais; 2) à redução de custos salariais e tributários, e; 3) nos ganhos de mercados externos consumidores para suas mercadorias, outrora perdidos para as ETN alemãs e japonesas (BELLUZZO, 2009; ARRIGHI, 2008).

Isto ocorreu pois até a década de 1970 a elevação do custo do trabalho em solo norte-americano, o aumento da inflação (por conta dos choques do petróleo) e a conseqüente baixa competitividade das ETN norte-americanas frente às suas homólogas europeias e japonesas impactaram a taxa de lucro global das corporações sediadas em território norte-americano, levando a uma crise de acumulação, o que estimulou a busca pela abertura de novas rotas produtivas e comerciais no exterior, especialmente em regiões ainda não exploradas, como a China, para fazer com que os custos de produção diminuíssem e a taxa de lucro voltasse a crescer já a partir dos anos 1980.

Segundo Beverly Silver (2019), estas políticas resolveram a grave crise de lucratividade das ETN norte-americanas mas, em contrapartida, houve um processo de erosão das legislações que garantiam a proteção da classe trabalhadora norte-americana, que passou tanto a perder seus estáveis empregos por conta da transferência de plantas produtivas dos EUA para a Ásia, quanto adentrou num processo de degradação e superexploração que culminou numa tendência estrutural de estagnação de seus rendimentos a partir de então.

Esse deslocamento produtivo-empresarial seria feito em direção aos *New Industrialized Countries (NIC's)* de primeira geração, também chamados de *Tigres Asiáticos*¹⁹, que se aproveitaram das oportunidades criadas pelas transformações estruturais da economia-mundo capitalista para iniciar um processo de rápida e cada vez mais dinâmica expansão material (ARRIGHI, 2008)²⁰.

Em decorrência de tal movimento, foram criadas as chamadas “cadeias globais de valor” asiáticas, verdadeiras redes de produção industrial e comercial que passaram a conectar as várias economias nacionais (que se abriam à atração de IDE na economia-mundo capitalista) ao principal centro de comando e principal mercado consumidor capitalista mundial, os Estados Unidos.

Estas cadeias globais de valor nada mais são do que as redes empresariais que criam espaços de fluxos de produção, comércio e investimentos, ligando setores econômicos no interior das sociedades através de redes, conforme propõe Castells (1999). Para o autor, a economia mundo-capitalista pós-1980 apresenta-se interligada por redes que criam espaços de fluxos econômicos que conectam diversas regiões separadas geograficamente e/ou economicamente, sob o comando centralizado das elites empresariais dos países centrais.

¹⁹ Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan.

²⁰ Cabe fazer referência neste ponto ao célebre trabalho de Gabriel Palma (2004) sobre o modelo dos “gansos voadores” da região asiática, no qual o país que lidera o processo de desenvolvimento produtivo e tecnológico transfere parte sua produção (geralmente mais intensiva em trabalho) para países retardatários na região, que se abrem a tais investimentos, ocasionando, por conseguinte, uma rede de investimentos, produção e trocas comerciais entre tais países, deslocando para frente a fronteira regional da acumulação de capital, num efeito “bola de neve”. Tal processo começou com o Japão e, por pressão norte-americana, os capitais de Wall Street também adentraram neste processo. Ver também Castells (1999), capítulo 4.

Para o autor, três camadas/características determinam estes espaços de fluxos na era da economia informatizada (ou “nova economia”): a primeira camada constitui-se nas redes promovidas pela tecnologia informacional, formando, em seu conjunto, a base material que proporciona a dinâmica funcional de acumulação da sociedade em rede²¹; a segunda é constituída pelas relações e funções entre as diversas regiões inseridas nas redes dos espaços de fluxos, que interligam os espaços de lugares, ainda que de forma desigual²², e; a terceira remete à capacidade organizacional das elites gerenciais, financeiras e informacionais dominantes, que criam os espaços de fluxos estruturando conexões com os espaços de lugares, determinando que tipo de função tais espaços geográficos e suas populações terão na dinâmica de acumulação ampliada de capital²³.

Para fins de nossa proposta neste trabalho, a relação entre as proposições de Castells e a expansão financeira de Arrighi elucidada como as ETN passaram a ter enorme influência na habilitação de regiões inteiras nas

²¹ “O suporte material do espaço de fluxos, é realmente constituído por um circuito e impulsos eletrônicos (microeletrônica, telecomunicações, processamento computacional, sistemas de transmissão e transporte em alta velocidade – também com base em tecnologias da informação), formando, em conjunto, a base material dos processos que verificamos serem estrategicamente cruciais na rede da sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 501).

²² “A segunda camada de fluxos é constituída por seus nós (centros de importantes funções estratégicas) e centros de comunicação. O espaço de fluxos não é desprovido de lugar, embora sua lógica o seja. Está localizado em uma rede eletrônica, mas essa rede conecta lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais bem definidas. Alguns lugares são intercambiadores, centros de comunicação desempenhando papel de coordenador para a perfeita interação de todos os elementos integrados na rede. Outros lugares são nós ou centros da rede, isto é, a localização de funções estrategicamente importantes que constroem uma série de atividades e organizações locais em torno de uma função chave na rede. [...] Consequentemente, embora a análise das cidades globais forneça a ilustração mais direta da orientação localizada do espaço de fluxos em nós e centros de comunicação, essa lógica não está em absoluto limitada aos fluxos de capital. Os principais processos dominantes em nossa sociedade são articulados em redes e ligam lugares diferentes e atribuem a cada um deles um papel e um peso em uma hierarquia de geração de riqueza, processamento de informação e poder, fazendo que isso, em última análise, condicione o destino de cada local” (CASTELLS, 1999, p. 502/504).

²³ “A terceira camada importante do espaço de fluxos refere-se à organização espacial das elites gerenciais dominantes (e não das classes) que exercem funções direcionais em torno das quais esse espaço é articulado. [...] O espaço de fluxos não é a única lógica espacial de nossas sociedades. É, contudo, a lógica espacial dominante porque é a lógica espacial dos interesses/funções dominantes em nossa sociedade. Mas essa dominação não é apenas estrutural. É estabelecida, na verdade, concebida, decidida e implementada por atores sociais. Portanto, a elite empresarial tecnocrática e financeira que ocupa as posições de liderança em nossas sociedades também terá exigências espaciais específicas relativas ao suporte material/espacial de seus interesses e práticas, e [...] segue de mãos dadas com a elite informacional, com capacidade de desorganizar os grupos da sociedade que, embora constituam maioria numérica, veem (se é que veem) seus interesses parcialmente representados apenas dentro da estrutura do atendimento dos interesses dominantes” (CASTELLS, 1999, p. 504) .

paisagens da economia-mundo capitalista, como a Ásia, em detrimento de outras no mesmo período, como a América Latina, que caiu em desgraça quando do estouro da “crise da dívida externa”, levando a um amplo processo de regressão sistêmica dos países latino-americanos, especialmente o Brasil, em meio à rápida industrialização de países como os *NIC* de primeira e segunda gerações.

Ademais, torna-se muito claro que a expansão financeira aqui proposta está intimamente ligada ao poder de comando das altas finanças e sua utilização das novas tecnologias emergidas esteira da terceira revolução industrial para tal, conferindo a estas elites financeiras, especialmente aquela centrada no coração do sistema mundo-capitalista (Nova Iorque), enorme poder de comando sobre toda a estrutura financeira, produtiva e comercial mundial.

Com a exacerbação das trocas comerciais em meio ao avanço da economia informacional oriunda da terceira revolução industrial, as ETN e os blocos de capitais mundiais passam a habilitar e desabilitar regiões e sociedades inteiras para o processo produtivo, privilegiando determinadas regiões à acumulação de capital em detrimento de outras, menos atrativas.

Neste contexto, o aproveitamento das elevadas disparidades econômicas e sociais entre as economias relativamente menos desenvolvidas foram cruciais para que a taxa de retorno dos investimentos das ETN norte-americanas retomasse tendência de alta, após instaladas nestas economias.

Como reforço da retomada dos lucros das ETN dos EUA, amplos mercados consumidores nacionais foram integrados às redes de comercialização e venda mercadorias que eram produzidas localmente, e, assim como os fluxos entrantes de capital produtivo corriam pelos dutos das contas de transações correntes destes países, os lucros e dividendos, oriundos da exploração do mercado consumidor local, eram canalizados via conta capital às matrizes das ETN sediadas nos EUA, reforçando a importância da expansão da rede bancária norte-americana a nível mundial, além de justificar as pressões realizadas pelo governo norte-americano para as aberturas comercial e financeira das economias nacionais mundo afora a partir da década de 1980 (ARRIGHI, 1996; BELLUZZO, 2009).

Mas, não somente os EUA passariam a transferir IDE aos países com menor desenvolvimento econômico relativo na região asiática. O Japão também o faria, haja vista que se apresentava, desde a década de 1960, como a economia líder da região asiática, o “ganso líder”, para usar a metáfora dos “gansos voadores” de Gabriel Palma (2004). À medida que a reestruturação do sistema capitalista mundial se faria sentir na economia japonesa, os grupos políticos e empresariais dirigentes daquele país logo veriam uma saída para tal impasse na transferência das suas corporações produtivas rumo às regiões mais pobres da Ásia com menores custos de produção como a única via para manter o nível de acumulação de capital no patamar dos anos anteriores (BERSTEIN & MILZA, 2007b).

Conforme atesta Arrighi (1996), os setores de menor valor adicionado da estrutura produtiva japonesa foram paulatinamente transferidos entre meados da década de 1970 e intensivamente durante toda a década de 1980 para os “Tigres Asiáticos” e, de forma mais vagarosa, à China, aproveitando-se da força de trabalho abundante nestes países a um custo relativamente mais baixo do que a força de trabalho japonesa. Nesse sentido foi criada pelo Japão uma rede de subcontratação produtiva nos “Tigres Asiáticos” que recebiam o IDE japonês em todos os níveis produtivos (ETN, médias e pequenas empresas) e em diversos setores (multiestratificação produtiva)²⁴.

A dinâmica de produção e comercialização daquilo que Arrighi chama de “regime de acumulação emergente” na região asiática nos anos 1980 (ARRIGHI, 1996) foi, então, estruturada a partir da incorporação, cada vez maior em escala e produtividade, da região asiática, liderada pela economia japonesa, à dinâmica de funcionamento da economia-mundo capitalista, esta, por sua vez, centrada, em última instância, na economia norte-americana.

Em outras palavras, o “regime de acumulação emergente” na Ásia, surgido em decorrência da expansão financeira norte-americana, se basearia numa forte expansão material a partir dos anos 1980, tendo em vista que as ETN norte-americanas e japonesas realizaram a transferência maciça de suas plantas produtivas para regiões onde a força de trabalho barata e qualificada se

²⁴ Cf. Castells (1999), capítulo 4, páginas 251-293.

encontrava disponível, e de onde as exportações do resultado da produção intensiva em trabalho pudessem ser escoadas para as economias norte-americana e japonesa sem grandes dificuldades.

Conforme destaca Arrighi,

os investimentos em busca de mão-de-obra dos países mais ricos para os mais pobres nada têm de novo, é claro, e são também um aspecto dos investimentos externos diretos norte-americanos e europeus ocidentais, especialmente desde a crise sinalizadora do regime norte-americano. No entanto, a 'informalidade' e a 'flexibilidade' do sistema multiestratificado de subcontratação japonês, combinadas com a abundância de mão-de-obra parcimoniosa e industriosa na região do leste asiático, dotam o capital japonês e asiático oriental de uma clara vantagem na corrida global pela redução dos custos de mão-de-obra (ARRIGHI, 1996, p. 363).

Nesse sentido, continua o autor,

o espaço asiático oriental de investimentos à procura de mão-de-obra e de exportações que usam mão-de-obra intensiva originou-se “no magnânimo” [...] regime de comércio da *Pax Americana*. [...] Foi esse regime “magnânimo” que possibilitou a fenomenal transformação e modernização estruturais da economia japonesa. [...] Os setores de menor valor adicionado do aparelho produtivo japonês foram maciçamente transferidos [...] e o sistema multiestratificado de subcontratação japonês desenvolveu-se internamente e se expandiu transnacionalmente em estreita relação com a oferta abundante e altamente competitiva de mão-de-obra do leste e sudeste asiáticos, [...] contribuindo de maneira decisiva para o milagre econômico regional [a partir da década de 1980] (ARRIGHI, 1996, p. 358-359-362-363).

A partir das citações, pode-se inferir que, a partir da “crise sinalizadora” da hegemonia dos EUA na década de 1970, emergiram tendências de continuidade e ruptura na reprodução ampliada do capital a nível mundial, com o complexo estatal-empresarial norte-americano na liderança, mas sendo acompanhado de perto pelos complexos estatais-empresariais japoneses na região asiática (e pelos europeus ocidentais na região econômica transatlântica).

Por um lado, esse processo abriu uma janela de oportunidade para que outros espaços econômicos surgissem nas paisagens do capitalismo histórico e que se tornariam as bases da reconfiguração das redes mundiais de produção das ETN ocidentais e japonesas, principalmente as com sede norte-americana (HARVEY, 2005). Nesse sentido, houve uma ruptura com o padrão mundial de acumulação *fordista* vigente desde 1945, consubstanciado no regime de acumulação norte-americano na sua fase de “expansão material” e na criação

de uma ordem internacional com instituições, regras de conduta e normas que ofereciam soluções sistêmicas para as demandas sistêmicas.

Consequentemente, viu-se a partir dos anos 1970 a emergência de um novo tipo de acumulação de capital mais flexível operando nas economias centrais, principalmente na economia norte-americana, esta última passando para uma etapa de acumulação de capital majoritariamente baseada na intermediação financeira, na produção com elevada intensidade tecnológica e no consumo via endividamento, haja vista o declínio da posição manufatureira e comercial dos EUA em meio à emergência de Alemanha e Japão como lócus de acumulação produtiva e comercial a nível mundial.

Por outro lado, apesar de ter havido a continuidade da liderança da economia norte-americana como dínamo das trocas na economia-mundo capitalista, viu-se a partir dos anos 1980 uma crescente presença do componente meramente financeiro no processo de acumulação de capital tanto no interior daquela economia, quanto na relação entre ela com outras economias, sob a liderança das casas bancárias de Wall Street. Ou seja, o alto comando da economia-mundo capitalista continuou a repousar em Nova Iorque, mas com o reforço da presença dos altos financistas do país no coração da reprodução ampliada do capital a nível mundial, numa nova e avassaladora onda de expansão mundial do poder financeiro dos EUA que Arrighi (1996; 2008) classifica como o momento de “outono” do poder do país, um momento historicamente reconhecido de saturação da posição hegemônica da potência líder, que entra nos estágios finais do regime de acumulação “material” que até então liderava.

1.5. Considerações finais do capítulo

Conforme se pôde constatar ao longo do capítulo, a compreensão da ascensão, consolidação e crise da hegemonia norte-americana (ciclo sistêmico de acumulação norte-americano) é determinante para se analisar a reestruturação que a economia-mundo capitalista viria a passar a partir da década de 1970.

Determinante, pois, foi justamente a consolidação hegemônica norte-americana pós-1945 e o sucesso da reorganização política e econômica mundial

liderada por Washington durante os trinta anos seguintes que levariam à destruição desta ordem no prelúdio dos anos 1970. Em outras palavras: o sucesso da hegemonia norte-americana em solucionar o caos sistêmico do período *ex ante* 1945 levou justamente à crise hegemônica, repetindo um padrão histórico de ascensão e crise de hegemonia (fases de expansão material se alternando com fases de expansão financeira), em meio ao desenvolvimento histórico do capitalismo.

Neste sentido, as medidas tomadas pelo governo e os altos e influentes financistas norte-americanos a partir de meados da década de 1970 destravaram um complexo e agressivo processo de reestruturação das paisagens produtivas, comerciais, tecnológicas e financeiras do sistema capitalista mundial, cujo resultado foi o encontro entre a busca sedenta por novas fontes espaciais e setoriais de acumulação de capital pelos capitalistas sediados no centro do sistema capitalista e a abertura de diversas economias na região asiática que passaram a se oferecer como novo espaço para o estabelecimento das redes mundiais de produção, comércio e investimentos.

Como desdobramento do início da fase de expansão financeira norte-americana, surgiu no Leste Asiático um novo impulso para que houvesse um ajuste espacial mundial do capitalismo histórico, afinal, paralelamente à crise de acumulação desencadeada nos anos 1970 e a resposta decisiva dos EUA, o enquadramento do Japão e de todas as economias centrais e periféricas ao poder de comando dos EUA na acumulação ampliada de capital favoreceu a ascensão econômica de países como os “Tigres Asiáticos” e a China, que passaram a ser vistos como a solução para a referida crise mundialmente instalada.

Ou seja, a incorporação destes países à dinâmica ampliada de acumulação de capital centrada nos EUA possibilitaria um novo surto, uma nova rodada, num novo espaço geográfico, de expansão material da economia-mundo capitalista, tendo a região asiática seu grande centro dinâmico, em paralelo e como resultado da expansão financeira norte-americana.

Em meio a este contexto internacional permeado por profundas transformações e após embates em torno da sucessão de Mao Tsé-Tung após

sua morte em 1976, surgiria na China uma liderança reformista que, no seio do PCC, assumiria o controle político do país, a saber, Deng Xiaoping (HOBSBAWN, 1995; BERSTEIN & MILZA, 2007c). O grupo político do novo líder chinês, no comando PCC, passaria a adotar uma postura decisivamente de ruptura com o ideário de Mao Tsé-Tung no que tange ao padrão de acumulação planejado e aos ideais da “Revolução Cultural”²⁵.

Para o secretário de estado norte-americano à época da aproximação entre Estados Unidos e China, Henry Kissinger, Deng Xiaoping encarnava uma nova fase para a história milenar chinesa, com um ímpeto reformista e de abertura controlada ao exterior, tudo isto em meio a um contexto político e econômico mundial imerso em profundas incertezas.

Segundo Kissinger,

apesar de [Deng Xiaoping] ter sido alvo, por duas vezes, de expurgos por parte de Mao [Tsé-Tung], ele se tornou o real governante do país dois anos depois da morte do líder chinês, em 1976. Rapidamente empenhou-se em reformar a economia e abrir a sociedade. Buscando o que definia como “socialismo com características chinesas”, ele liberou as energias latentes do povo chinês. Num período menor do que o de uma geração, a China avançou [...]. Para acelerar ainda mais essa espetacular transformação, a China — ainda que possivelmente não por convicção — ingressou nas instituições internacionais [ONU, ocupando o lugar de Taiwan] e aceitou as regras estabelecidas da ordem mundial (KISSINGER, 2015, p. 156).

Tendo como pano de fundo as transformações ocorridas a nível mundial e também a nível regional na Ásia, além da aproximação entre o governo norte-americano e o governo chinês desde a primeira metade da década de 1970, quando o “cisma sino-soviético” chegou ao seu ponto máximo e o governo norte-americano visava isolar político-estrategicamente os soviéticos²⁶, a China iniciou um processo planejado de reformas e abertura econômica, adotando um padrão

²⁵ “Lançada em 1965 por Mao Tsé-Tung, a Revolução Cultural é, antes de mais nada, uma ampla campanha ideológica contra os velhos costumes que continuam a influenciar o comportamento dos chineses. [...] É também uma luta pelo poder político no interior do comunismo chinês. Ela opôs aqueles que priorizaram a consciência política e a ideologia, como Mao Tsé-Tung, aos que, apoiados nas estruturas petrificadas do PCC, queriam privilegiar o desenvolvimento que o país necessitava, fazendo algumas concessões à ideologia. É nesse sentido que se pode interpretar o afastamento de Liu Shao-chi pelos maoístas [...] e do pragmático Deng Xiaoping” [da estrutura diretiva do PCC]. [...] A Revolução Cultural provocou, ao longo de muitos anos, um grande transtorno na sociedade chinesa, com milhões de famílias deportadas, humilhadas e presas e, sem dúvida, mais de 2 milhões de vítimas. Perturbou profundamente a atividade econômica e deu início, às vezes de maneira extravagante, a um culto à personalidade [de Mao] que, por outro lado, foi denunciado” (BERSTEIN & MILZA, 2007b, p. 501).

²⁶ Cf. Kissinger (2012), especialmente os capítulos 6, 7, 8 e 9.

de acumulação com mecanismos tipicamente capitalistas, estimulando diversos setores internos na economia chinesa, cujos resultados foram o início de um ininterrupto processo de rápido crescimento econômico, o desenvolvimento de suas forças produtivas internas e o prelúdio de mudanças na inserção econômica internacional do país, deixando no passado o isolamento junto às economias capitalistas mundiais, conforme veremos no próximo capítulo.

Capítulo 2 - A arrancada econômica chinesa em meio a uma economia-mundo capitalista em intensa transformação (1978-1992)

A articulação da economia chinesa com as economias dos países capitalistas centrais e o início de processo de transformações na acumulação ampliada de capital no início da década de 1980 marcou uma profunda ruptura do padrão de acumulação socialista vigente até então no país asiático.

As transformações na divisão internacional do trabalho decorrentes, em grande medida, da “contrarrevolução monetarista” fizeram com que as redes de produção, comércio e investimentos mundiais adentrassem num momento de avanço em escala e intensidade para regiões outrora esquecidas nas paisagens geográficas do capitalismo mundial (BELLUZZO, 2009; HARVEY, 2005).

Do ponto de vista político-estratégico, a década de 1980 representou a intensificação das tensões entre as duas superpotências, naquilo que se convencionou chamar de “nova guerra fria”, quando Ronald Reagan colocou em prática medidas destinadas a sacramentar a vitória norte-americana sobre a União Soviética, algo que viria no início da década de 1990.

À luz destas transformações na economia-mundo capitalista e no sistema político-estratégico mundial, este capítulo busca analisar o processo de abertura planejada e a introdução gradual de mecanismos tipicamente capitalistas de acumulação na economia chinesa entre 1978 e 1992, realizado através das reformas setoriais propostas por Deng Xiaoping, que fizeram com que a China adentrasse gradualmente nas redes de produção, comércio e investimentos mundiais. Para tanto, este capítulo está dividido em cinco seções, mais as considerações finais.

A primeira seção (item 2.1) analisa os impulsos que a economia-mundo capitalista emitiu à economia chinesa ao longo das décadas de 1970 e 1980, os quais estimularam o início do processo reformista, e como o grupo dirigente chinês conseguiu fazer uma leitura correta deste cenário externo dando início a um processo de rompimento com o isolamento internacional do país.

Na segunda seção (item 2.2), busca-se analisar como a transição político-militar após a morte de Mao Tsé-tung impactou o início das reformas, tendo em vista que a sucessão em Pequim fora realizada à revelia da continuidade do

grupo de Mao no comando do Estado chinês, com a conseqüente ascensão do grupo liderado por Deng Xiaoping.

Na terceira seção (item 2.3), intenta-se uma análise das reformas *per se*, enfatizando como cada uma delas deu suporte ao objetivo central de Deng Xiaoping, a saber: promover uma abertura gradual e a rápida modernização de setores econômicos escolhidos pelo Estado, com a introdução gradual de mecanismos tipicamente capitalistas de acumulação, que proporcionou, conforme se verá, uma espécie de “acumulação primitiva chinesa”, necessária àquele estágio inicial de acumulação de capital no país, com destaque para os setores rural, industrial, científico-tecnológico e o militar.

Na quarta seção (item 2.4), intenta-se uma análise da gestão macroeconômica do país, com especial ênfase às políticas fiscal e monetária, as quais foram condicionadas à estratégia governamental de industrialização dos setores rural e urbano da economia chinesa, assim como se tornaram partes intrínsecas da estratégia de abertura coordenada de novas frentes internas de acumulação de capital.

Na quinta seção (item 2.5) faz-se uma análise da política cambial, a qual esteve atrelada à política monetária, mas que serviu como pedra angular da agressiva política de exportações chinesas às economias ocidentais centrais, assim como favoreceu a atração de IDE às recém criadas Zonas Econômicas Especiais na costa Sul chinesa, impactando, positivamente, a inserção internacional chinesa na economia-mundo capitalista como país fortemente exportador de produtos de consumo leve e canalizador mundial de IDE.

Por fim, nas considerações finais do capítulo analisa-se o contexto interno e externo em que a economia chinesa se deparava no início da década de 1990.

2.1. Os impulsos externos e o início do processo reformista

A terceira revolução industrial e a exacerbação da “economia de custo” no seio das ETN norte-americanas e asiáticas (especialmente as japonesas) fizeram com que a concorrência produtiva mundial se exacerbasse em matéria de busca de novos e menos custosos locais de produção, especialmente na Ásia, tendo em vista ter sido esta região um local pouco habitado pelas redes

mundiais de produção, comércio e investimentos capitalistas até a década de 1970, mas que, a partir da década de 1980, passaria a se abrir e a se inserir de forma mais intensa na nova divisão internacional do trabalho que surgia (LEÃO, 2010).

Nesse contexto, a valorização da moeda norte-americana e a desregulamentação financeira que tomava corpo nos EUA e nas economias centrais (cuja consequência foi a maior abertura das contas de transações correntes e capital nacionais aos crescentes fluxos monetários internacionais) tornaram possível ao capital produtivo norte-americano alargar as fronteiras da economia-mundo capitalista através da integração das redes de produção e comércio, visando a aproveitar as oportunidades ofertadas pela crise internacional decorrente do “choque de juros”, além de intensificar os ganhos de escala e escopo ao terceirizarem parte da produção para regiões com baixo custo do trabalho, como na Ásia (ARRIGHI, 2008).

Até meados da década de 1980, este processo de transnacionalização produtiva e desregulamentação financeira se aprofundou de forma a rearticular a estrutura produtiva mundial, que deixava de ter sua dinâmica fundada nos países centrais e passava a ser deslocada para as regiões com menores índices de desenvolvimento.

Com o Acordo do Plaza em 1985, cujo resultado foi a desvalorização do dólar frente às moedas das economias centrais – com destaque para a valorização forçada do iene japonês -, e as restrições impostas pelos EUA às exportações japonesas à economia norte-americana no Acordo do Louvre em 1987, a concorrência produtiva entre japoneses e norte-americanos a nível mundial se acirrou, e isto teria amplas consequências para a integração produtiva asiática.

Para resistir ao avanço das ETN norte-americanas na concorrência produtiva mundial, o Japão iniciou um amplo processo de reestruturação de suas redes de produção e investimentos, transnacionalizando parte importante de suas plantas de produção para as regiões asiáticas onde os custos do trabalho eram baixos e onde havia subsídios governamentais para a entrada do IDE japonês (HIRATUKA, 2010; CASTELLS 1999).

Esta saída encontrada pelas ETN japonesas e norte-americanas via transnacionalização foi acompanhada de perto pelas ETN dos países da Europa Ocidental. Para suportarem esse aumento da concorrência produtiva em nível mundial, as ETN norte-americanas, europeias e japonesas passaram a realizar amplos investimentos em ativos intangíveis, como gastos com marketing, o desenvolvimento de novos tipos de produtos e novos processos, visando a aumentar o grau de assimetria concorrencial nos setores econômicos em que atuavam.

Nas palavras de Hiratuka (2010, p. 15), tal movimento tornou evidente

um maior comprometimento de recursos para enfrentar a competição a partir de então, ao mesmo tempo em que crescia a incerteza em relação aos retornos esperados dos investimentos, em razão da maior instabilidade das variáveis macroeconômicas. A acumulação de vantagens específicas tornou-se mais premente, ao mesmo tempo em que aumentou a preocupação em racionalizar e aproveitar na maior extensão possível os retornos desses ativos. O impulso verificado a partir da década de 1980 no grau de internacionalização das grandes corporações mundiais e a forma como a expansão ocorreu estiveram, portanto, associados à busca de compatibilizar o desenvolvimento de ativos capazes de propiciar assimetrias concorrenciais, com a racionalização de recursos, a diminuição de *sunk-costs* e o aumento da flexibilidade. Tudo isso em simultâneo à necessidade de encontrar novos espaços de acumulação, de maneira a aumentar a captura de quase-rendas associadas a esses mesmos ativos.

Como consequência, as externalidades inerentes a este movimento das supracitadas ETN, especialmente as norte-americanas e japonesas, efetivaram uma dinamização profunda das redes de produção asiáticas, tornando a articulação entre as economias asiáticas cada vez mais complexa, tendo em vista que as cadeias de produção intensivas em trabalho (mercadorias de consumo leve) foram sendo paulatinamente transferidas dos EUA e Japão para países como Malásia, Filipinas e a própria China (ARRIGHI, 1996; 2008).

Logo, a região asiática se tornaria um polo importante de atração de IDE não somente dos EUA e do Japão, mas também da Europa Ocidental e de economias emergentes, alterando substancialmente a posição asiática na nova divisão internacional do trabalho durante a década de 1980 (CASTELLS, 1999).

Em conformidade com este cenário, pode-se afirmar que a disputa produtiva entre Estados Unidos e Japão durante a década de 1980 concedeu impulsos que possibilitaram à região asiática adentrar num processo virtuoso de

atração de IDE, expansão industrial, ampliação das redes de comércio e investimentos, cujo resultado foi uma elevação vertiginosa do nível de crescimento econômico, uma verdadeira expansão material. Em outras palavras, a exacerbação da concorrência a nível mundial entre os países centrais fez com que a região asiática fosse levada a se inserir na economia-mundo capitalista de forma a se tornar o mais importante lócus da expansão material da economia-mundo capitalista, num momento em que os Estados Unidos entrou de vez na trilha da sua expansão financeira (LEÃO, 2010; ARRIGHI, 2008).

Entretanto, o estímulo ao endividamento das empresas e das famílias promovido pelo governo norte-americano a partir da década de 1980 foi elemento determinante para que os mercados asiáticos, que adentravam na nova dinâmica produtiva internacional, pudessem alavancar suas exportações. Por um lado, isto significava que os produtores asiáticos teriam à sua disposição o maior mercado consumidor da economia-mundo capitalista; por outro lado, isto demandava um volume de investimento produtivo e tecnológico que os produtores asiáticos não tinham naquele momento, o que somente seria equacionado com a entrada de IDE das ETN norte-americanas e japonesas (BELLUZZO, 2009; DUMÉNIL & LÉVY, 2005).

Tal movimento ganharia intensidade quando o governo de Washington aplicara retaliações comerciais aos tigres asiáticos na segunda metade da década de 1980, a saber, contra a Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong, seja pela via da correção cambial (desvalorização) do dólar em relação às moedas destas economias, seja por restrições às exportações, com o objetivo de mitigar a posição deficitária da economia norte-americana com as citadas economias. Como consequência deste evento, os tigres asiáticos passaram a sofrer com a concorrência de novos países que deslanchavam suas industrializações neste contexto, principalmente os *New Industrialized Countries* (doravante *NIC*) de segunda geração (Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia), mais a própria China (TAKAGI, 1999).

Isto ocorreu devido ao fato de que entre 1987 e 1989 as moedas japonesa, sul-coreana e de Hong Kong (*NIC* de primeira geração) sofreram considerável apreciação frente ao dólar, como resultado das pressões norte-americanas. Contrariamente, os *NIC* de segunda geração mantiveram suas moedas

desvalorizadas em relação ao dólar, colocando suas indústrias exportadoras em melhores condições às indústrias dos tigres asiáticos e às dos países mais desenvolvidos da região, os quais aceleraram a transferência de seus parques produtivos intensivos em trabalho para os NIC de segunda geração, numa espécie de efeito cascata na região asiática, com as economias menos desenvolvidas e com menor custo do fator trabalho sendo incorporadas às redes de produção, comércio e investimentos não somente na própria região asiática, mas também em nível mundial (CHESNAIS, 1996).

Se do ponto de vista produtivo e comercial a dinâmica interestatal mundial ocorria desta forma, do ponto de vista político-estratégico a década de 1980 foi marcada pelo acirramento da disputa entre Estados Unidos e União Soviética, naquilo que Berstein & Milza (2007c), Hobsbawn (1995) e Saraiva (2008) chamam de “segunda guerra fria”.

Com uma quantidade elevada de recursos financeiros à sua disposição devido ao choque de juros, o governo norte-americano sob comando de Ronald Reagan deu início à *Strategic Defense Initiative (SDI)*, também comumente chamada de “guerra nas estrelas”, cujo objetivo era conferir vantagem aos Estados Unidos contra os soviéticos em termos de desenvolvimento de novas armas convencionais e estratégicas tecnologicamente superiores, objetivando forçar o governo soviético a competir em condições econômicas e financeiras desiguais, haja vista que o elevado volume de recursos necessários aos investimentos nestes setores era a questão-chave para o avanço da influência norte-americana em termos de política externa contra os soviéticos, que não dispunham dos mesmos níveis de recursos econômico-financeiros para competir (HOBBSAWN, 1995).

Por um lado, esta política de contenção aos soviéticos era tratada, nas palavras de Reagan, como a contenção do “império do mal”, justificando a elevação dos investimentos nos setores de defesa e a concessão de ajuda militar aos aliados dos Estados Unidos mundo afora. Por outro lado, a expansão das alianças mundiais dos Estados Unidos fez com que se aumentasse o isolamento da União Soviética, especialmente quando esta última invadiu o Afeganistão em 1979, ficando lá até fragorosa derrota em 1985 (SARAIVA, 2008).

As consequências do acirramento político-militar e do “choque de juros” foram o desenvolvimento de novos setores econômicos ligados à vanguarda tecnológica, especialmente nos setores bélico-industrial (desenvolvimento de novas armas teleguiadas, armas controladas via satélite e novas formas de armamentos convencionais) e tecnológico (surgimento de várias das grandes empresas de tecnologia como a Microsoft, a Apple, a Bloomberg), que reestruturaram tanto os processos de produção industrial via incremento de novos maquinários sofisticados, quanto reestruturaram os mercados financeiros a nível mundo-capitalista, através da expansão da conectividade via internet (um projeto inicialmente vinculado ao Departamento de Defesa norte-americano nos anos 1960-70), que facilitaria e seria um dos vetores do processo de desregulamentação financeira iniciado nos Estados Unidos, se expandindo mundo afora e que está, por sua vez, na base da expansão financeira norte-americana, em vigor desde então.

2.2. A transição político-militar como base das reformas

Com a morte de Mao Tsé-Tung em 1976 e o fracasso da Revolução Cultural (que levou à desestabilização da produção de alimentos nas zonas rurais e à consequente morte de milhões de pessoas), um novo equilíbrio de forças políticas no interior do PCC passaria a tomar grande impulso, com os membros relegados por Mao ao ostracismo e mesmo à prisão durante a Revolução Cultural sendo reabilitados e assumindo posições de destaque (ainda que secundários) no interior do PCC. Dentre estes, destacam-se Deng Xiaoping e Zhou Enlai, os quais propalavam aos seus seguidores os ideais socialistas do “grande timoneiro”, mas ligando-os a um novo projeto de desenvolvimento, baseado na industrialização da economia chinesa *pari passu* a ruptura com o isolamento internacional do país (MEDEIROS, 2008).

Nesse contexto, Hua Guofeng, ferrenho defensor da Revolução Cultural de Mao e dos métodos autoritários de repressão do regime, ascendeu ao cargo de Secretário-Geral do Comitê Central do PCC com o apoio da “gangue dos quatro”, assumindo provisoriamente o comando político do país (LEÃO, 2010). Guofeng colocou em marcha uma política de reafirmação da repressão aos camponeses contrários à nova liderança do PCC e adotou uma postura benévola

ao Confucionismo, visto como algo aristocrático e aterrador às aspirações nacionais chinesas pelos movimentos modernizantes rurais e urbanos.

Tais medidas se chocavam com as aspirações da ala modernizadora do PCC, cujo símbolo era Deng Xiaoping e Zhou Enlai, criando um racha em torno do projeto de desenvolvimento a ser seguido pelo PCC e, conseqüentemente, pelo Estado chinês.

Analisando este intrincado processo sucessório, Kissinger revela que,

de um lado, havia uma facção de administradores práticos liderados por Zhou e subseqüentemente Deng; de outro, havia os puristas ideológicos em torno de Jiang Qing e seu grupo de radicais baseados em Xangai (a quem Mao posteriormente aplicaria o rótulo derrisório de “a Gangue dos Quatro”). Eles insistiam numa aplicação literal do pensamento de Mao. Entre eles estava Hua Guofeng, o sucessor imediato de Mao. [...] As duas principais facções se envolveram em numerosas disputas sobre cultura, política, política econômica e as prerrogativas do poder — em resumo, sobre como governar o país. [...] A Gangue dos Quatro defendia que o país se voltasse para dentro. Eles buscavam purificar a cultura e a política chinesas de influências suspeitas (incluindo qualquer coisa reputada como “revisionista”, burguesa, tradicional, capitalista ou potencialmente contra o Partido), para dar um novo vigor à ética da luta revolucionária e do igualitarismo radical na China e reorientar a vida social em torno da adoração essencialmente religiosa de Mao (KISSINGER, 2012, p. 191-192).

Sobre o grupo reformista/modernizador liderado por Deng Xiaoping e Zhou Enlai, Kissinger diz que

Deng partilhava, e ia além, da visão de Zhou de uma China que equilibrava seus princípios revolucionários com ordem e uma busca pela prosperidade. No fim, ele acabaria por resolver a ambivalência de Mao entre ideologia radical e uma abordagem da reforma em bases mais estratégicas. Nenhum dos dois acreditava nos princípios ocidentais de democracia. Ambos haviam sido participantes acrílicos nas primeiras ondas revoltosas de Mao. Mas, ao contrário de Mao e da Gangue dos Quatro, Zhou e Deng relutavam em apostar o futuro da China na revolução contínua. [...] Zhou se identificava estreitamente com a aproximação sino-americana e com a tentativa de devolver os assuntos domésticos chineses a um padrão de maior normalidade, na seqüência da Revolução Cultural, posições contra as quais a Gangue dos Quatro se opunha como uma traição de princípios revolucionários. Deng e outros funcionários que pensavam como ele, tais como Hu Yaobang e Zhao Ziyang, ligavam-se ao pragmatismo econômico, que a Gangue dos Quatro atacava como uma reintrodução de aspectos do sistema capitalista. Com a crescente fragilidade física de Mao, a liderança chinesa ficou paralisada numa luta de poder (KISSINGER, 2012, p. 192-193).

Meses após a morte de Mao, Zhou Enlai também morreria, cabendo a Deng Xiaoping o comando da ala modernizadora do PCC e, com o fracasso das tentativas de Guofeng de restaurar os ideais confucianos e da Revolução

Cultural, logo teria o apoio majoritário dos membros do Partido a seu projeto de desenvolvimento e modernização econômica, consubstanciado em reformas de caráter capitalista.

Conforme destaca Leão (2010, p. 32) “depois dos falecimentos de Mao e Zhou, Deng assumiu a posição de grande líder da China, ou seja, de imperador e líder revolucionário, características atribuídas a Mao”. Com a assunção ao poder em meio ao enfraquecimento e saída de Guofeng do comando do Estado chinês, Xiaoping emergiria e daria continuidade às bases do projeto de Mao Tsé-Tung, mas com uma nova roupagem, a saber: avançar no desenvolvimento da China promovendo reformas graduais na economia via introdução gradual de mecanismos de acumulação capitalistas, regulados pelo Estado, analogamente ao que Lênin realizou logo após a Revolução Russa em 1917²⁷.

Tal projeto logo tomaria lugar de destaque em discussões no interior do PCC. Conforme o próprio Deng,

neste momento, a consciência política de todo o Partido, do ELP e do povo emergiu notavelmente. [...] As pessoas estão usando a cabeça, pensando nos problemas e mostrando preocupação com o Estado e o Partido. Quando a Gangue dos Quatro estava destruindo o Partido, a esmagadora maioria das pessoas [...] ficou profundamente perturbada. Temos quadros tão bons, tão bons membros do Partido e um povo tão bom, com um nível tão alto de consciência política e uma confiança ilimitada na causa do Partido! São eles que representam a garantia mais segura de que podemos superar todas as dificuldades e obter grandes vitórias em todos os campos. São eles que são o bem mais precioso do nosso país (XIAOPING, 1994b, p. 39 – tradução nossa).

Tentando unir os principais quadros do PCC à sua tese das “quatro modernizações” como a única saída para resolver as mazelas econômico-sociais chinesas, em discurso no Comitê Central Deng enfatizou a necessidade de apoio ao seu projeto ao afirmar que

²⁷ “Para os próximos anos é preciso pensar nos elos intermediários, capazes de facilitar a passagem do regime patriarcal, de pequena produção, para o socialismo. Nós voltamos frequentemente a cair ainda neste raciocínio: o capitalismo é um mal, o socialismo é um bem. Mas este raciocínio é errado, porque esquece todo o conjunto das estruturas econômico-sociais existentes, abarcando apenas duas delas. O capitalismo é um mal em relação ao socialismo. O capitalismo é um bem em relação ao medievalismo, em relação à pequena produção, em relação ao burocratismo ligado à dispersão dos pequenos produtores. Uma que ainda não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é em certa medida inevitável, como produto espontâneo da pequena produção e da troca, e, portanto, devemos aproveitar o capitalismo (principalmente dirigindo-o para a via do capitalismo de Estado) como elo intermediário entre a pequena produção e o socialismo, como meio, via, processo ou método de elevação das forças produtivas” (LÊNIN, 1980, p. 508-509).

[...] portanto, estou certo, como todos vocês, de que, sob a liderança do Comitê Central, uniremos todo o Partido, todo o exército e todo o povo de nossas diversas nacionalidades, e que, erguendo a grande bandeira do pensamento de Mao Tsé-Tung, seremos capazes de utilizar todos os fatores positivos para alcançar as quatro modernizações até o final deste século. Permitiremos que nosso Estado socialista e a causa de nosso Partido cresçam e prosperem, e consolidaremos ainda mais nossa ditadura do proletariado (IBIDEM, p. 39 – tradução nossa).

Apesar da derrota do grupo político de Guofeng, havia questões de ordem política a serem equacionadas pelo novo líder chinês, para destravar seu projeto: primeiro, a modernização econômica era condição *sine qua non* para que o regime socialista se sustentasse a partir dali; segundo, sem o monopólio do PCC, a tão almejada modernização econômica não seria levada adiante; terceiro, sem o apoio do Exército de Libertação Popular (doravante ELP) ao grupo de Xiaoping, dificilmente as condições seriam favoráveis à agenda reformista.

A centralidade do PCC no comando das reformas seria uma questão fundamental para a estratégia do líder reformista. Nesse sentido, a transição do regime de acumulação, desde o seu início, deveria contar com o apoio das facções políticas do país no seu conjunto, sendo representadas no interior do PCC²⁸.

Mas, ainda havia uma profunda divisão no interior do PCC quanto à forma como as reformas deveriam ser realizadas, e o papel do Estado chinês neste processo. De um lado, havia os “neocomunistas”, que defendiam a centralidade do PCC no comando das reformas, mesmo que, para isto, houvesse uma maior repressão política e social no interior da sociedade chinesa. De outro lado, havia os “liberais”, que acreditavam ser necessária uma liberalização política de forma a dinamizar o avanço das reformas, contando com o apoio popular, o que ensejou várias manifestações em universidades e praças públicas no país, alarmando a cúpula do ELP e o Comitê Central do próprio PCC.

²⁸ “Temos consciência de que é uma tarefa árdua alcançar as quatro modernizações, mas podemos dar conta disto. Em primeiro lugar, todo o Partido está unido, assim como o povo de toda a nação. [...] Não é simples introduzir as reformas e modernizar nosso país. [...] Sem estabilidade e unidade políticas, seria impossível para nós continuar com a construção nacional, muito menos realizar as reformas e seguir uma política de abertura - nenhum desses esforços lograria sucesso. A abertura para o exterior não é simples, e as reformas são ainda mais difíceis e devem ser conduzidas de forma ordenada. [...] Para livrar-se da pobreza e se modernizar, a China deve manter a estabilidade política e a unidade, e realizar a construção socialista de forma ordeira sob a liderança do Partido. Os distúrbios impossibilitariam o foco no desenvolvimento econômico” (XIAOPING, 1994c, p. 86/133/138 – tradução nossa).

Diferentemente da União Soviética, em que esta situação foi equacionada com as reformas políticas de Gorbachev, mas que levaram ao fim do regime soviético (MOCELIN, 2016), na China a ala “neocomunista” acabou tendo maior aderência ao projeto de Deng Xiaoping, dando suporte à ideia do líder chinês de que fortalecimento político do PCC no interior do Estado e da sociedade chinesa era a única forma de levar adiante as reformas econômicas consubstanciadas nas “quatro modernizações” (MEDEIROS, 2008).

Uma menor coesão ou a adoção de medidas politicamente liberalizantes teriam um efeito contrário, pois, segundo o próprio Deng:

[...] o Comitê Central, o Conselho de Estado e os principais organismos de várias localidades adotaram e continuarão a adotar medidas para fortalecer a ordem pública, consolidar a legalidade socialista e garantir a estabilidade e a unidade. As comissões de inspeção disciplinar foram estabelecidas pelo Comitê Central e pelas organizações locais do Partido. Sua principal missão é ajudar o Comitê Central e os comitês locais do Partido a melhorar seu estilo de trabalho. Temos plena confiança em nossa habilidade de superar os obstáculos temporários ao nosso avanço e levar o Partido e o povo à vitória em nosso esforço de modernização (XIAOPING, 1994b, p. 123 – tradução nossa).

Se por um lado o equacionamento das forças políticas no interior do PCC foi resolvido, por outro lado, Deng Xiaoping teria que equacionar o apoio do ELP ao seu projeto modernizador, tendo em vista o contexto internacional de acirramento da Segunda Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, aliado à intensificação da presença de tropas militares soviéticas na fronteira do país desde o final dos anos 1960.

Nesse sentido, o ELP e a ala político-militar do PCC logo veriam as “quatro modernizações” como uma forma de alavancar a modernização das forças armadas chinesas, o que, conseqüentemente, conferia enorme vantagem ao líder chinês e seu grupo político frente aos seus opositores internos no Partido, haja vista que o ELP tinha enorme ramificação geográfico-social no país, e se tornaria o fiel da balança nas disputas internas no interior do PCC.

Conforme destaca Medeiros,

a estratégia de Deng Xiaoping perseguia modernizar a economia [...] e o exército, ao mesmo tempo preservando a unidade nacional e as instituições políticas assentadas no monopólio do poder do PCC e do seu controle sobre o ELP. [...] A construção da estratégia de abertura econômica chinesa jamais deixou de ser uma estratégia de

manutenção do monopólio do poder político do PCC (MEDEIROS, 2008, p. 227).

Tendo como pano de fundo o contexto internacional de acirramento da guerra fria e a busca da coesão entre o PCC e o ELP ao seu projeto, a transição político-militar chinesa entre 1976 e 1978 foi coordenada pelo grupo de Deng de forma a consolidar o projeto político de desenvolvimento econômico nacionalista pensado por Mao ao longo do período entre 1949 e 1976, mas agora com um viés nitidamente marcado pela utilização dos mecanismos capitalistas de acumulação, visando a dinamizar os níveis de bem-estar e de produção da sociedade chinesa, inaugurando o “socialismo com características chinesas”²⁹.

Desta forma, o engajamento do Estado chinês em torno projeto reformista, a reorganização do comando político do PCC em torno da figura de Deng, a criação de uma nova doutrina de segurança militar, que assegurou as bases bélico-materiais do ELP, e o conseqüente apoio deste ao projeto do modernizante liderado por Deng³⁰, fizeram com que se criassem as bases política, social e militar para que as reformas fundadas nas “quatro modernizações” deslanchassem ao longo da década de 1980 e início dos anos 1990³¹, as quais passamos analisar a partir de agora.

2.3. O processo interno de reformas: as “Quatro Modernizações”

Partindo de uma conjuntura externa de transformações profundas na economia-mundo capitalista ao final da década de 1970 e de uma conjuntura interna de consolidação do grupo modernizador liderado por Deng Xiaoping no comando do Estado chinês, o programa de reformas econômicas baseado nas

²⁹ “Em um país socialista, um partido genuinamente marxista deve devotar-se a desenvolver as forças produtivas e, tendo isto como fundamento, aumentar gradualmente os padrões de vida do povo. Isto significa construir uma civilização com um elevado padrão material. Nós ignoramos o desenvolvimento das forças produtivas por um longo período no passado, e, então, estamos conferindo especial atenção à construção de um padrão elevado de civilização material. Ao mesmo tempo, estamos construindo uma civilização socialista com elevados padrões culturais e ideológicos, que, essencialmente, significa que o nosso povo deve estar imbuído com ideais comunistas e tornar-se pessoas de integridade moral com educação e autodisciplina. A modernização que estamos buscando é uma modernização de tipo chinesa. O socialismo que estamos construindo é um socialismo com características chinesas. É por isto que estamos agindo de acordo com as nossas realidades e condições concretas, e principalmente através da nossa autossuficiência” (XIAOPING, 1984, p. 16-17 – tradução nossa).

³⁰ Cf. Xiaoping (1984), item “*The army should be subordinate to the general interest of national development*”.

³¹ Cf. Xiaoping (1994c), item “*Our work in all fields should contribute to the building of socialism with Chinese characteristics*”.

“quatro modernizações” colocou ênfase na modernização da agricultura, da indústria, da ciência & tecnologia e do setor militar, com o objetivo promover e acelerar o processo de industrialização da economia chinesa, tanto no setor rural quanto no setor urbano.

Para tanto, este objetivo esteve atrelado às metas da gestão macroeconômica que, além de buscar colaborar ao desenvolvimento dos quatro grandes setores definidos como prioritários nesse processo, procurou evitar a formação de gargalos econômicos estruturais que pudessem ameaçar a continuidade do processo reformista, haja vista a definição das metas de desenvolvimento setorial de longo prazo a serem alcançadas, definidas pelo Estado chinês.

As características das reformas, na visão de Leão (2010), responderam à necessidade do Estado chinês de superar o relativo atraso econômico do país em comparação às nações plenamente desenvolvidas, assim como para dissipar o isolamento internacional chinês, vigente até a década de 1970.

Do ponto de vista interno, as reformas tinham como característica atenuar o caos econômico e social (miséria) do período maoísta e, com base nisso, a implantação de medidas tipicamente capitalistas de acumulação, ainda que em escala pequena para os padrões chineses, buscaram fomentar, de um lado, a expansão do nível de investimentos, nacionais e estrangeiros, com o conseqüente aumento da renda nacional, e, por outro lado, promover a sofisticação gradual da estrutura produtiva e institucional da economia chinesa, impactando positivamente a inserção econômica do país na economia-mundo capitalista.

2.3.1. As reformas no setor rural

A modernização das relações de produção na agricultura chinesa apresentou-se de forma gradual, mas não menos radical do ponto de vista do que ocorrera antes das reformas. Dizemos isto, pois, no período anterior, a agricultura fora conduzida através da coletivização total das terras, com o monopólio do Estado sobre elas, não restando outra alternativa aos camponeses senão aquela de seguir as determinações emitidas pelo governo de Pequim, com os excedentes da produção não podendo ser, sequer, negociados a preços de

mercado, afinal a regulação estatal era total sobre o setor (determinação de metas de produção, fixação dos preços de comercialização, forte taxaço sobre a produção)³².

Com a introdução das reformas de Deng, a coletivização de terras passou a ser gradualmente abandonada, e a introdução de mecanismos capitalistas de formação de preços e de comercialização do excedente tomou enorme impulso, especialmente quando o governo autorizou os produtores rurais a comercializarem, sob preços de mercado, a produção que excedesse as quotas impostas pelo Estado.

Visando aumentar a produtividade da produção no campo e a elevação da renda rural, o governo de Deng anunciou uma elevação dos preços dos produtos agrícolas que estavam dentro das cotas determinadas pelo governo central, além de estabelecer novos e maiores preços para o excedente produtivo às quotas.

Nesse contexto, a liberalização da produção de vários produtos passou a ser uma realidade ao produtor rural chinês, pois a ampliação da taxa de retorno da produção, juntamente com a liberalização da formação dos preços da produção que excedesse às quotas estabelecidas pelo governo, introduziram a motivação central do processo de produção capitalista no setor rural, a saber: a busca do lucro.

Para se ter uma noção do impacto deste movimento de liberalização dos preços dos produtos agrícolas, os preços dos grãos, algodão, cana-de-açúcar e carne de porco dentro das quotas apresentou um aumento da ordem de 17% entre 1978 e 1979. Para estes mesmo produtos, quando superassem as quotas de produção estabelecidas, com o acréscimo das oleaginosas, o aumento se situou entre 30% e 50% (LEÃO, 2010). A produção, desta forma, apresentou significativa tendência de alta no prelúdio das reformas, haja vista a liberalização dos preços.

³² “Durante o período socialista, o planejamento central utilizou as instituições socialistas rurais para fornecer de forma contínua à população bens agrícolas com baixo preço. Os recursos provenientes desta produção agrícola foram direcionados para expandir a estrutura industrial, uma vez que a estratégia econômica se baseava na capacidade do Estado em mobilizar recursos para a indústria” (NAUGHTON, 2007, p. 233 – tradução nossa).

Até o ano de 1984, o sistema de preços de bens agrícolas apresentou este formato dual. Após este ano, houve a unificação do sistema de preços, que deixaram de ser progressivamente regulados pelo Estado, passando a ser negociados pelos produtores, de forma individual, com os consumidores atacadistas, ocorrendo uma verdadeira formação de preços sob as regras de mercado neste setor, com o conseqüente aumento da rentabilidade da produção camponesa e aumento da oferta de bens agrícolas no mercado consumidor chinês.

Paralelamente a esta medida, o governo de Pequim liberalizou a importação de grãos dos Estados Unidos, pois a política de aproximação político-diplomática dos dois países pressupunha que o mercado consumidor de grãos chinês fosse aberto aos exportadores norte-americanos, com créditos oficiais oriundos de Washington sendo colocados à disposição do Estado chinês para financiar as importações chinesas³³. Tal medida decorreu do fato de que Deng procurava romper com a política maoísta do *Grain First*³⁴, gerando um aumento na disponibilidade de gêneros alimentícios antes não ofertados.

Por um lado, a produção de grãos apresentou salto extraordinário durante o período de 1978 e 1992, alcançando cerca de 440 milhões de toneladas, tendo sido acompanhada pela produção de arroz, cana de açúcar, fibras, algodão e frutas, que também apresentaram crescimentos expressivos. Por outro lado, os tubérculos, que constitui uma das bases da dieta chinesa, apresentou redução no período em questão, ainda que leve, conforme a tabela 2.1.

Tabela 2.1 - Terras agrícolas e produção de bens agrícolas (1978-1992)
Milhões de toneladas

Ano	Grãos	Arroz	Tubérculos	Algodão	Fibras	Cana de açúcar	Frutas
-----	-------	-------	------------	---------	--------	----------------	--------

³³ Cf. Leão (2010), capítulo 3, item 3.1; Kissinger (2012), capítulo 14.

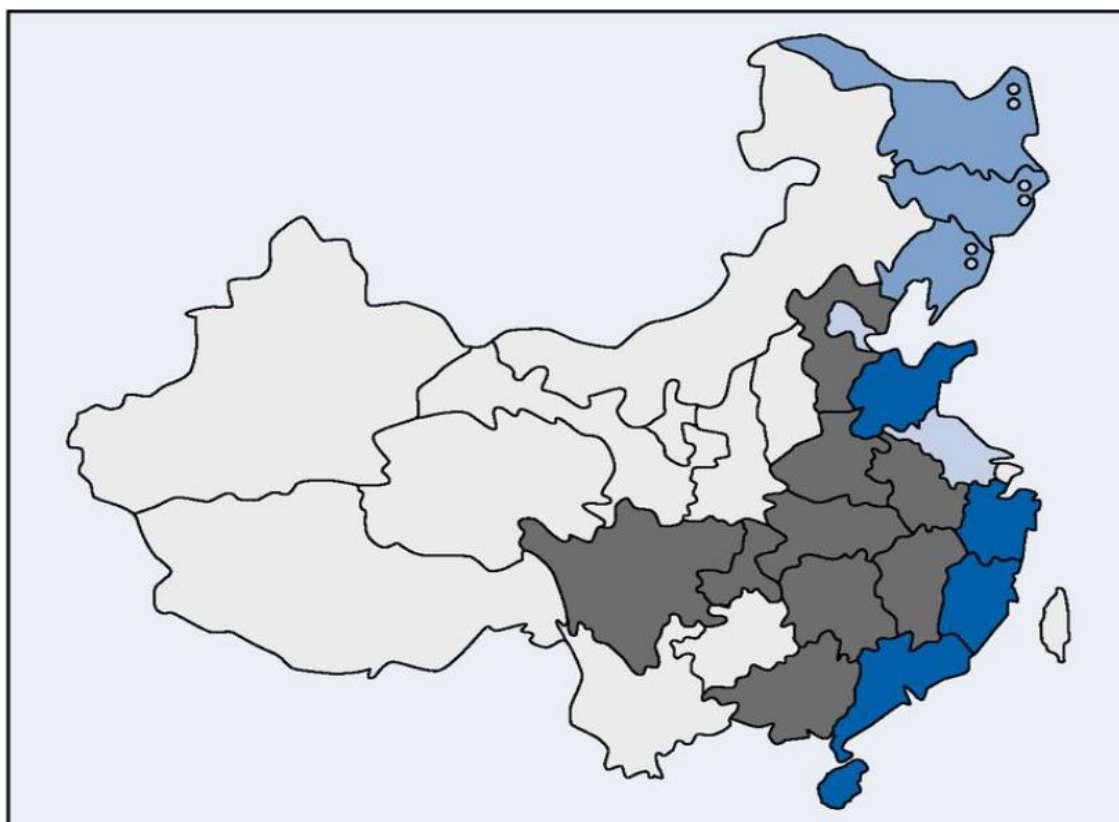
³⁴ Durante o período de Maoísta, a política estatal para a agricultura era baseada nas comunas rurais, dedicadas, quase que exclusivamente, à produção de grãos, base da dieta da sociedade chinesa. Após as reformas, houve uma menor ênfase na produção de grãos, à medida que estes poderiam ser importados de um grande produtor mundial do produto, com preços relativamente baixos e créditos disponíveis para tal, o que, conseqüentemente, liberou os produtores chineses a buscarem a expansão e cultivo de outros gêneros alimentícios, aumentando a oferta de alimentos antes não comercializados no país. Além disso, o incremento tecnológico atrelado à produção agrícola aumentou a produtividade do setor, afinal, por exemplo, foi criado e comercializado na China o arroz híbrido, uma espécie de arroz que poderia ser cultivado em regiões inóspitas dentro do país a este tipo de produção, com custo relativamente menor que a produção do arroz tradicional, inclusive porque demandava menor quantidade de fertilizantes de origem biológica, tradicionalmente usada nas plantações de arroz comum na China (NAUGHTON, 2007)

1978	304	136	31	2	1,3	21,1	6,6
1980	320	139	28	2	1,4	22,8	6,7
1985	379	168	26	4	4,4	51,5	11,6
1990	446	189	27	4	10,9	57,6	18,7
1991	435	183	27	5	8,8	67,9	21,8
1992	442	186	28	4	9,3	73	24,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

No que tange à área cultivada da agricultura chinesa, esta passou por substancial elevação, com regiões inteiras passando a ser incorporadas como consequência da elevação do uso de fertilizantes químicos e da crescente mecanização da produção, especialmente nas regiões costeiras do nordeste e sudeste do país, conforme o mapa 2.1. Uma das consequências da mecanização do campo foi a liberação de parte da força de trabalho rural, especialmente nas províncias centrais do país (cinza escuro do mapa), que migrou para os centros urbanos em busca de novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

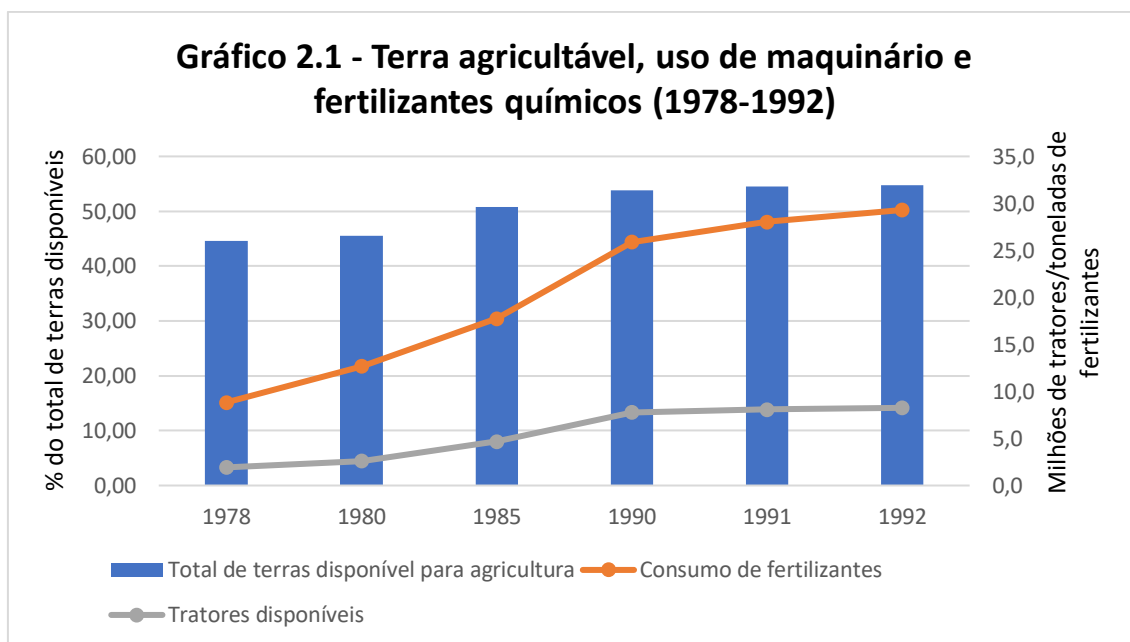
Mapa 2.1 – “As várias Chinas rurais” no período das reformas



- Área rural pobre: Gansu, interior da Mongólia, Qinghai, Tibet, Ningxia, Shaanxi, Shanxi, Yunnan.
- Área de forte êxodo rural: Anhui, Hebei, Henan, Hubei, Jiangxi, Chongqing, Guangxi, Sichuan.
- Área dependente da produção de grãos: Heilongjiang, Jilin, Liaoning.
- Área rural diversificada: Fujian, Guangdong, Shandong, Zhejiang, Hainan.
- Área rural peri-urbana: Pequim, Jiangsu, Tianjin.

Fonte: OCDE (2009), p. 74 – com adaptações.

De acordo com Medeiros (2012), a variação para cima dos preços dos produtos agrícolas impactou fortemente a renda dos produtores camponeses, que passavam a adotar nas novas práticas comerciais liberadas pelo Estado chinês. Longe de ter um impacto imediato sobre os salários reais dos trabalhadores rurais e urbanos em setores não-agrícola, o aumento dos preços agrícolas se fez sentir pesadamente sobre o poder de compra dos trabalhadores assalariados, especialmente após a unificação dos preços a partir de 1984.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020) e do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Como consequência, tanto Leão (2010) quanto o próprio Medeiros (2013) destacam que este duplo movimento tornou possível: 1) a diminuição do hiato de renda entre os setores rurais e urbanos; 2) a pressão sobre o poder de compra dos assalariados do setor urbano, fazendo com que se exacerbasse a necessidade de aumento da produtividade nos setores urbanos ligados à indústria e aos serviços, e; 3) uma busca por novos investimentos no meio rural, que expandisse a produção de forma a aumentar a oferta de bens pelos produtores, afinal haviam estímulos estatais para tal.

Paralelamente à liberação da produção agrícola e sua comercialização a preços de mercado quando acima das quotas estabelecidas, o governo central promoveu uma ampla reforma no sistema produtivo rural chinês via autorização e impulsionamento de atividades não-agrícolas atreladas ao campo, que se

destinariam à fabricação de produtos relativamente industrializados, de consumo leve.

Estamos falando, nesse sentido, das *Town and Villages Enterprises* (doravante TVE), que nada mais foram do que empresas de vilas e municípios, situadas nos lotes de terras que foram descoletivizados pelo governo central, e que passariam a ser usadas para a produção, em escala cada vez maior, de produtos de valor agregado mais elevado do que os produtos agrícolas tradicionais.

Com o advento da liberalização dos preços do campo, o aumento da produtividade agrícola via elevação do uso de fertilizantes e a importação de grãos dos Estados Unidos, as recém-criadas TVE passaram a produzir bens sem a imposição de quotas e regulamentação de preços pelo governo central. Nesta fase inicial das reformas, tais empresas se ocupariam em expandir a produção de alimentos industrializados e bens de consumo leve intensivos em trabalho (NAUGHTON, 2007; MEDEIROS, 2013).

Na visão de Damas (2014), as TVE eram formalmente empresas com controle coletivo dos meios de produção, sob a forma de concessões que o governo central concedia aos governos e comitês locais, com o registro de tais empresas como empresas coletivas, devido à falta de um arcabouço legal para a existência de empresas privadas no país durante toda a década de 1980.

Em contraposição a esta formalidade, o autor destaca que as TVE possuíam informalmente/na prática um controle privado, com o Estado chinês concedendo os direitos de exploração econômica e propriedade dos meios de produção a determinadas famílias locais, as quais passariam a produzir e reter para si parte do lucro gerado com a produção e comercialização dos produtos fabricados.

Diferentemente deste ponto de vista, Leão (2010) e Medeiros (2013) destacam que as TVE apresentavam controle comunitário/coletivo desde o início das reformas, essencialmente porque o governo central concedia aos governos locais e aos comitês (de residentes) a propriedade comunitária dos ativos destas empresas, escolhendo, em comum acordo, os seus administradores, apesar da

maioria esmagadora das TVE serem empresas individuais, conforme a tabela 2.2.

Ademais, o governo central determinava que parte do lucro líquido, geralmente 60%, fosse anualmente investido tanto na provisão de bens e serviços públicos à população local, quanto para expandir a produção, de forma a ampliar a oferta de bens e serviços e promover incremento de produtividade.

Tabela 2.2 – Dados agregados das TVE – em % - (1985-1995)

Número de empresas (unidade)			Volume de emprego			Valor adicionado			
Ano	Coletivas	Privadas	Individuais	Coletivas	Privadas	Individuais	Coletivas	Privadas	Individuais
1985	12,8	4,4	82,8	59,5	6,8	33,7	72,9	5,9	21,3
1990	7,8	5,2	87	50,1	7,8	42,1	66,8	7,9	25,3
1995	7,4	4,4	88,3	47,1	6,8	46,1	64,1	5,9	30,0

Fonte: OCDE (2009).

Destaca-se, ainda, que a criação destas empresas esteve atrelada ao movimento de abertura planejada de setores econômicos ao capital estrangeiro já no início da década de 1980, também como à necessidade de geração de divisas em moeda forte para fazer frente às importações de máquinas e equipamentos necessários ao incremento tecnológico ligado ao projeto reformista em sentido mais amplo (MEDEIROS, 2008). Tanto é que, no ano de 1990, as TVE representavam 16,5% das exportações chinesas, assim como 13,4% do PIB do país, empregando 93 milhões de trabalhadores, conforme a tabela 2.3.

Tabela 2.3 – Dados segmentados das TVE – (1985-1990)

Ano	Quantidade (milhões)	Volume de emprego (milhões)	Valor adicionado (bilhões/Yuan)	Participação no PIB (%)	Participação no produto industrial (%)	Participação nas exportações (%)
1985	12,2	70	248	8,6	15	Não disponível
1990	18,7	93	483	13,4	27,1	16,3

Fonte: OCDE (2009).

Com a permissão do Estado, as TVE puderam se associar às ETN estrangeiras, essencialmente as asiáticas, via *joint ventures*, tendo em vista que os países relativamente mais desenvolvidos da Ásia passaram a terceirizar parte de sua produção intensiva em trabalho para as TVE chinesas, com consequente transferência tecnológica e a obrigatoriedade de que parte substancial da produção de tais *joint ventures* fosse destinada à exportação, viabilizando,

assim, a entrada de divisas em moeda forte na economia chinesa (NAUGHTON, 2007).

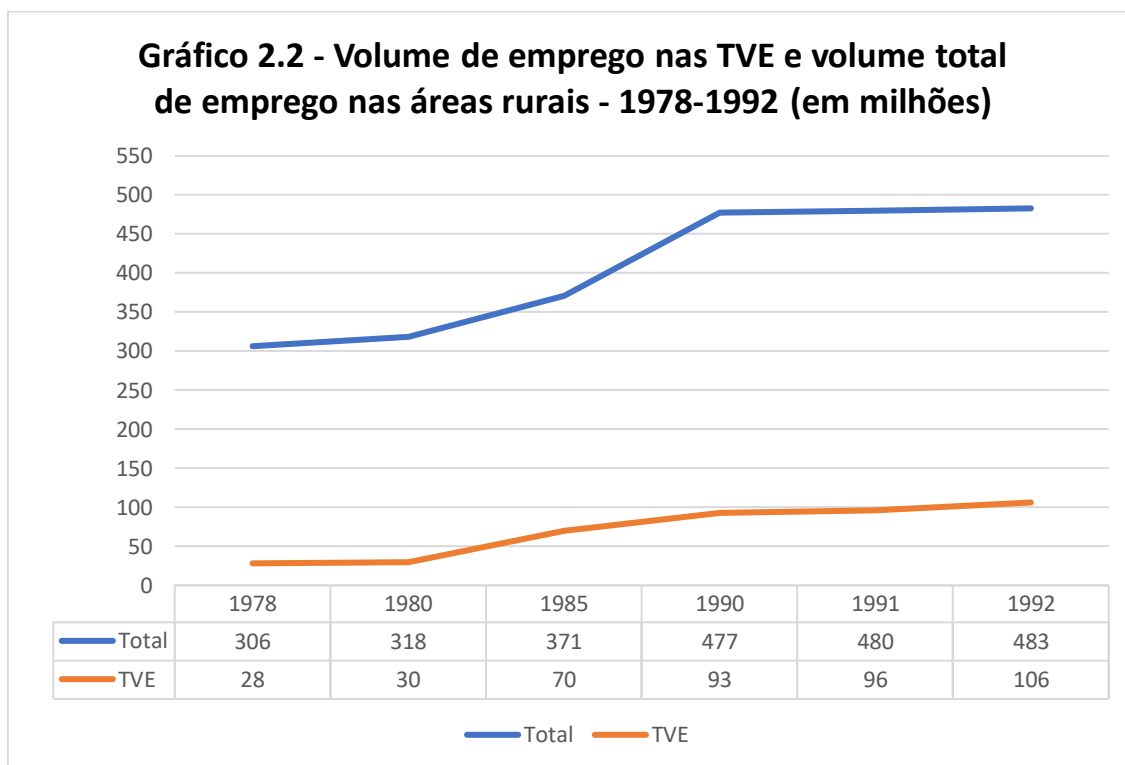
Como consequência desse processo, os setores mais impactados positivamente foram os de vestuário e alimentos, este último passando por um incremento tecnológico significativo quando comparado ao período maoísta, haja vista que a produção de alimentos industrializados das TVE apresentou um salto extraordinário, paralelamente ao aumento visto nos setores agrícolas tradicionais durante todo o período entre 1978 e 1992.

O processo de terceirização da rede de produção asiática para a China, cujo país líder em termos de desenvolvimento econômico e produtivo era o Japão e suas ETN, somente foi viabilizado, dentre vários motivos, porque: 1) o governo central de Pequim tornou factível a concessão de subsídios fiscais para que tais ETN asiáticas se instalassem em território chinês; 2) os salários dos trabalhadores chineses eram baixos em termos comparativos aos salários dos trabalhadores japoneses e dos trabalhadores dos *NIC* de primeira geração; 3) ficou estabelecida uma política de créditos oficiais às TVE, concedidos pelo *Agricultural Bank of China (ABC)* e pelas *Rural Credit Cooperatives (RCC)*, os quais eram garantidos pelos governos locais e regionais em termos de cobertura em caso de não-pagamento dos compromissos assumidos pelas TVE; 4) o Estado chinês barganhou junto às ETN estrangeiras o acesso ao crescente mercado interno chinês, que passava por profundas transformações na sua estrutura de consumo e urbanização, como forma de atrair capital e tecnologias estrangeiros, necessários ao projeto reformista.

Com estes estímulos estatais, a participação do valor adicionado das TVE no PIB rural chinês saltou de menos de 24,2% em 1978 para 69,7% em 1992 (ZHU & ELBERN, 2002). O volume de emprego gerado por tais empresas também apresentou substancial elevação, absorvendo, inclusive, aquelas populações que desejavam sair do meio rural tradicional (agricultura), mas que não desejavam ir em direção aos grandes centros urbanos.

Conforme o gráfico 2.2, o volume de trabalhadores empregados nas TVE em 1978 era da ordem de 28 milhões de pessoas, chegando a mais de cem milhões em 1992. Tal fato segurou a pressão sobre os preços e salários no meio

urbano, afinal, à medida que a população do campo e o incremento de produtividade cresciam, o êxodo rural tendia a crescer. Neste contexto, as TVE tiveram papel fundamental como instrumento de retenção desta população migrante de origem rural, evitando uma explosão demográfica nos grandes centros urbanos.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Segundo Fu *et al* (2002), a contribuição do PIB per capita das TVE sobre o PIB per capita total do setor rural apresentou um salto significativo durante o período analisado neste capítulo. Em 1978, cerca de 7,6% do PIB per capita rural advinha das atividades das TVE, saltando para 24,6% em 1985 e 27,1% em 1992. Uma das justificativas de tal elevação, para os autores, é que as TVE estavam tanto direcionadas para o comércio interno quanto para o comércio externo, além do fato de que a remuneração dos trabalhadores estava ligada à performance de produção.

Além disso, a contratação e demissão de trabalhadores, qualificados ou não, eram realizadas de acordo com as condições da demanda, especialmente porque os administradores de tais empresas tinham elevado grau de liberdade para promoverem práticas gerenciais de forma sincronizada à realização da produção com maior nível de produtividade, com o objetivo de geração de lucro

(ZHU & ELBERN, 2002). Adicionalmente, as exportações de produtos oriundos das TVE, em *joint ventures* com as ETN estrangeiras, eram importante forma do governo chinês promover a entrada divisas em moeda forte na economia chinesa, conforme já mencionado, além de serem mecanismos de exposição das empresas chinesas à competição empresarial internacional.

Fazendo uma análise a respeito dos níveis de competitividade e produtividade das TVE a nível internacional durante o período reformista, Fu *et al* (2002) destacam que

[...] a comparação internacional de eficiência técnica indica que, em indústrias comparáveis, as TVE da China são eficientes em relação a outros grandes fornecedores de países em desenvolvimento no mercado mundial. No caso da indústria têxtil, Brasil, Turquia, Indonésia e TVE [chinesas] estão na fronteira [da produtividade], o que indica que são eficientes em relação a outros concorrentes como Índia, Filipinas, Tailândia, Coréia [do Sul] e México. No caso da indústria de produtos de couro, as TVE estão na fronteira [da produtividade], juntamente com Tailândia, Chile, Indonésia, Turquia e Índia. Sendo muito mais eficientes do que Filipinas, Coréia, Hong Kong e Taiwan (FU *et al*, 2002, p.7 – tradução nossa).

Citando as deficiências chinesas em maquinaria elétrica, os autores prosseguem inferindo que o governo chinês buscou estimular o avanço das TVE em tal setor, pois

a maquinaria elétrica é um item de exportação na escala comparativa de vantagens que a China está tentando avançar. Aqui, Brasil, Coréia [do Sul] e Indonésia formam a fronteira da eficiência. As TVE são menos eficientes do que as empresas nesses países, mas são tão eficientes quanto a Tailândia e mais eficientes do que as empresas do México, Filipinas, Índia e Malásia. Em suma, as TVE não são apenas muito mais eficientes do que as empresas estatais [chinesas] comparáveis; elas também são, em geral, mais eficientes em comparação com seus principais concorrentes internacionais nas principais indústrias de exportação (IBIDEM – tradução nossa).

Por fim, torna-se importante adentrarmos nas reformas do setor industrial, que impactaram não somente o setor urbano, conforme iremos ver, mas que apresentaram um transbordamento de produtividade em diversos setores da economia chinesa, como nas próprias TVE e no setor exportador, além de ter sido um importante indutor dos níveis de investimentos realizados em ciência e tecnologia atrelados à produção, impactando profundamente a inserção econômica internacional da China na economia-mundo capitalista.

2.3.2. As reformas nos setores industrial e de ciência & tecnologia

As reformas nos setores industrial e de ciência & tecnologia (doravante C&T) estiveram intimamente presentes no programa “quatro modernizações”. Até o final de década de 1970, ambos os setores estiveram exclusivamente nas mãos dos planejadores centrais do PCC, com elevado grau de ineficiência produtiva e organizacional, inclusive com forte dependência da União Soviética em matéria de organização, manutenção e execução dos projetos ligados aos setores, assim como havia forte dependência de transferência tecnológica soviética (MEDEIROS, 2008).

A centralização das decisões das empresas estatais nos órgãos da Comissão de Planejamento do PCC apresentava como efeito o total controle sobre os preços das mercadorias, sobre os regulamentos salariais, sobre a configuração dos contratos e sobre a provisão de cargos, tendo em vista a necessidade de satisfazer arranjos políticos em níveis nacional, regional e local.

O setor produtivo, então, possuía elevada rigidez no processo produtivo, poucos incentivos à inovação e ao desenvolvimento de novos produtos, além da baixa integração dos poucos centros de C&T que existiam, tornando as restrições tecnológicas algo marcante no seio do processo produtivo chinês.

Com o “cisma sino-soviético” do final da década de 1960 e os impulsos que a economia-mundo capitalista emitia no decorrer da década de 1970, a indústria e o complexo de C&T chineses passariam a ter papel de destaque. Com o prelúdio da agenda reformista de Deng Xiaoping, a expansão do parque industrial e os estímulos ao avanço da C&T chineses seriam condição *sine qua non* para a estratégica de longo prazo proposta pelas reformas (NAUGHTON, 2007).

O fim do isolamento internacional derivado da aproximação junto aos Estados Unidos logo traria seus resultados para a China, pois a abertura planejada ao exterior fez com que o governo chinês pudesse ancorar o processo das reformas industriais com base na atração de ETN estrangeiras, especialmente as asiáticas e norte-americanas, em regiões geográficas e setores industriais selecionados.

Nesse contexto, a estratégia do governo de Pequim seria a de atrair capital e tecnologia estrangeiros, via IDE, especialmente naqueles setores mais

intensivos em capital e nas regiões costeiras do país. Para tanto, o governo chinês ofereceu uma série de concessões fiscais e tributárias, assim como impôs uma série de restrições a estas ETN, como a obrigatoriedade de destinar parte da produção às exportações.

Do ponto de vista das concessões, as ETN que se instalassem nas quatro recém-criadas Zonas Econômicas Exclusivas (doravante ZEE) situadas nas cidades de Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen³⁵ poderiam explorar a força de trabalho local de acordo com as leis de mercado, de forma a reduzir os custos de produção. Poderiam, ainda, ter acesso aos fluxos comerciais e financeiros internacionais de forma facilitada, por estarem próximas a Hong Kong e Taiwan³⁶, além de poderem aproveitar a dimensão e a diversidade do mercado consumidor chinês, e usufruir ganhos de custo oriundos dos *clusters* de infraestrutura e logística que passaram a ser criados e ampliados pelas grandes empresas estatais chinesas.

Cabe destacar que o período que vai de 1978 a 1989 foi marcado por profundas mudanças nas relações entre Estados Unidos e Japão, especialmente quando os norte-americanos lançaram mão do “choque de juros” em 1979 e impuseram aos japoneses os custos financeiros e cambiais decorrentes dos Acordos do Plaza, de 1985, e do Louvre, de 1987. Tais eventos tornaram premente aos capitais japoneses a busca de novas (e mais vantajosas) rotas de inversão a nível mundo-capitalista, com o objetivo de diminuir sua exposição às intemperes do governo norte-americano.

No que tange às obrigações das ETN em solo chinês, houve a imposição de uma série de regulamentações para a entrada dos fluxos de IDE, permitidos apenas nos setores de maior intensidade tecnológica, como informacional e microeletrônica, haja vista serem estes setores que emergiam da terceira revolução industrial (revolução tecnológica), e que somente seriam consolidados

³⁵ Criadas em 1979 e colocadas em pleno funcionamento a partir da “Política de Portas Abertas” de 1981, estavam inseridas no Sexto Plano Quinquenal (1981-85).

³⁶ Uma das estratégias de Deng Xiaoping era aproveitar os capitais da diáspora chinesa na região asiática para financiar os investimentos estrangeiros necessários ao projeto de modernização e desenvolvimento. Para tanto, a criação das ZEE proximamente a Hong Kong e Taiwan facilitaria e tornaria mais ágeis os fluxos de investimentos destinados à China, além de facilitar as exportações chinesas resultantes do desenvolvimento produtivo industrial vindouro. Sobre este assunto, ver Castells (1999).

na China, na visão do grupo de Deng Xiaoping, através da importação de tecnologia do exterior, via atração das ETN.

Nesse sentido, a imposição de acordos de transferência tecnológica entre as ETN e as firmas locais chinesas seria a fonte primordial do *catch-up* tecnológico vislumbrado pelo governo de Pequim no período, além de se tornar um importante canal para a expansão dos negócios chineses com o exterior. A transferência tecnológica se consolidou como política governamental visando a facilitar tanto a capacitação (e absorção) tecnológica das firmas locais chinesas, quanto para facilitar a adaptação das ETN estrangeiras aos padrões e à dinâmica de consumo no mercado interno chinês.

Por exemplo, a criação de centros de pesquisa & desenvolvimento (doravante P&D) pelas ETN foi fundamental nesse processo de fomento governamental ao *catch-up*, afinal o governo chinês ofereceu, conforme iremos ver, subsídios fiscais e financeiros, exclusivamente nas ZEE, de forma a estimular a incorporação tecnológica oriunda de tais centros pelas firmas chinesas lá também instaladas, via *joint ventures* (NAUGHTON, 2007).

No que tange à comercialização da produção originada pelos fluxos entrantes de IDE, o governo chinês impôs pesadas regulamentações para que as ETN destinassem, obrigatoriamente, parte de sua produção às exportações, de forma a tornar possível a entrada de moeda forte (dólares) na economia chinesa, algo necessário, na visão do grupo dirigente do PCC, tanto à estratégia de aprofundamento do parque industrial chinês via importação de bens de capital, quanto ao objetivo de conectar as empresas chinesas às redes de produção e comércio asiáticas.

De acordo com Monteiro Neto (2005), para dar suporte às reformas promovidas nos setores industrial e de C&T, o planejamento estatal foi fundamental, pois, em 1981, o governo chinês colocou em prática a “Política de Portas Abertas”, tendo como meta o desenvolvimento industrial e tecnológico nacional ancorado na especialização produtiva interna, que seria condicionada ao projeto modernizador.

Tal política resultou na segmentação territorial da produção chinesa em três cinturões (*Three Belts*), da seguinte forma: na região costeira, as atividades

industriais seriam concentradas nos setores com maior intensividade tecnológica e destinadas à exportação, especialmente com a formação das *joint ventures*; na região central e nordeste do país, as empresas e produtores nacionais se concentrariam nas atividades ligadas à agricultura e à produção e transmissão de energia, e; na região oriental, a produção de animais e a exploração mineral seriam as atividades principais.

O resultado dessa política de especialização interna foi relativamente satisfatório e, nas visões de Leão (2010) e Dang (2008), fez com que o governo chinês promovesse a expansão das vantagens fiscais e financeiras do plano original das reformas para outras regiões costeiras do país, onde foram criadas, em 1985, mais dez ZEE³⁷, que se transformariam, junto com quatro ZEE criadas em 1979, nas Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (doravante ZDET).

No interior das ZDET, as vantagens fiscais e financeiras para as empresas nacionais e as ETN foram implementadas pelo governo seguindo a política de estímulo ao aprofundamento do parque industrial chinês, assim como no estímulo à criação e expansão de centros de P&D, de forma a tornar a produção científica nacional e estrangeira nestes centros absorvível pelas empresas nacionais chinesas, especialmente as de *high technology*.

Nesse sentido, ficou determinado pelo governo central que no período compreendido entre 1985 e 1992 as empresas nacionais e estrangeiras que promovessem investimentos nas ZDET passariam a pagar alíquotas de imposto de renda da ordem de 15%, entretantes a alíquota média nacional, especialmente fora das ZDET, se situasse em torno de 33%.

De acordo com Lazzari (2005), caso os lucros das firmas nacionais e estrangeiras localizadas na ZDET fossem reinvestidos na expansão da capacidade produtiva instalada e em centros de P&D durante cinco anos, tais empresas teriam 40% de restituição do imposto de renda pago nos anos anteriores, independentemente de seu nível de intensividade tecnológica e do setor em que atuavam.

³⁷ Nas cidades de Dalian, Qinhuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Shanghai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guanzhou, Zhanjiang e Beihai.

Além disso, caso os investimentos das firmas instaladas na ZDET fossem realizados nos setores de *high technology* e exportações, o governo central garantia cem por cento de restituição do imposto de renda pago nos anos anteriores, sem qualquer tipo de carência para ser restituído. Além disso, para novos investimentos realizados nestes setores haveria a isenção do pagamento de imposto de renda no período de dois anos, a partir da realização do investimento, acrescido do fato de que todas as empresas que vendessem cerca de setenta por cento da sua produção ao exterior pagariam apenas 50% de todos os impostos incidentes na sua atividade manufatureira (excluindo-se, deste cálculo, as deduções de imposto de renda).

Combinado a estas medidas de estímulo aos investimentos nos setores intensivos em tecnologia e exportação, o governo chinês decretou duas leis que estimulavam (e reforçavam cada vez mais) a atração de IDE das ETN, assim como davam garantias aos investimentos estrangeiros realizados em solo chinês.

A primeira delas foi a *Wholly Owned Subsidiaries*, de 1986, que assegurava às ETN instaladas em solo chinês, sem participação em *joint ventures*, a proteção do lucro realizado em suas operações no mercado interno do país, porém impondo uma série de restrições a respeito da quantidade de trabalhadores estrangeiros que poderiam trabalhar em tais empresas, haja vista que quanto maior o volume de investimentos, maior poderia ser a quantidade de trabalhadores estrangeiros (quanto menor o volume de investimentos realizados, maior seria a necessidade de contratação de trabalhadores locais), tornando possível o registro de empresas estrangeiras em solo chinês sem a formação de *joint ventures*³⁸.

A segunda lei foi a *Revision of Equity Joint Venture*, de 1990, que garantia às corporações estrangeiras proteção aos investimentos realizados na criação de novos centros de P&D, especialmente nos setores intensivos em tecnologia, e permitia a formação de novas *joint ventures* com firmas nacionais chinesas, após autorização expressa das autoridades de Pequim sobre os setores em que

³⁸ De acordo com Jia (1994, p. 42), o número de empresas estrangeiras atuando em solo chinês saltou de 18 em 1986 para cerca de 34 mil em 1993.

poderiam atuar. Além disso, houve a imposição de um percentual mínimo de 25% do capital inicial da *joint venture* que as ETN deveriam arcar, assim como a necessidade de que parte do capital entrante das ETN na economia chinesa fosse depositado no *Bank of China*³⁹.

Se do ponto de vista externo a estratégia de *catch-up* tecnológico chinesa e estímulo às exportações ocorreu com base na atração de IDE das ETN, do ponto de vista interno ocorreram alterações institucionais e produtivas que aprofundaram as transformações na indústria e na ciência & tecnologia do país, havendo uma simbiose entre sofisticação industrial, desenvolvimento tecnológico e agressividade exportadora (JABBOUR, 2010).

Para tanto, as reformas internas destinadas a destravar os setores industrial e tecnológico perpassaram, essencialmente, pelo engajamento do Estado chinês em promover inovações institucionais na economia chinesa, além de atuar como agente orientador dos investimentos setoriais, durante a arrancada para a industrialização.

Na esteira desse processo, foi criado em meados da década de 1980 o *Science and Technology Leading Group (STLD)*, destinado a promover mudanças institucionais e a promover estímulos estatais que alavancariam o processo de criação endógena de tecnologias.

Conforme o interessante livro organizado por Simon *et al* (1989), a criação deste grupo levou a uma maior centralização da tomada de decisões estratégicas acerca do processo de criação e disseminação das inovações tecnológicas, também como foi importante medida institucional para criar um ambiente favorável à ampliação dos investimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, nos setores estratégicos definidos pelo Estado chinês.

Por um lado, Leão (2010) destaca que o STLD foi determinante para a introdução de mecanismos concorrenciais no processo de aprofundamento do *catch-up* tecnológico chinês. Isto elevou a competição por novas descobertas tecnológicas entre as firmas chinesas nos setores produtivos intensivos em trabalho, assim como favoreceu um maior avanço no processo de

³⁹ Cf. China (1990) e Lee (1997).

descentralização das decisões empresariais quanto à busca de insumos, transporte, comercialização e parcerias.

Por outro lado, Hamrin *et al* (1995) salienta o acelerado avanço das reformas institucionais e seu peso sobre a geração de inovações tecnológicas nas indústrias intensivas em trabalho, mas destaca, também, que tais reformas institucionais não tiveram grande influência sobre os setores empresariais estatais intensivos em tecnologia e centrais à estratégia reformista, que tiveram avanços menos acelerados em termos de desenvolvimento e incorporação tecnológica e apresentaram um fortalecimento ainda maior da presença estatal no processo de tomada decisão empresarial.

Conforme destaca Jabbour (2010), houve um fortalecimento da presença burocracia governamental chinesa no núcleo de tomada de decisões das empresas estatais de grande porte, ou seja, aquelas ligadas aos setores de energia, infraestrutura, *high technology* e prestadoras de serviços essenciais à população. Isto ocorreu devido à centralidade destas empresas na estratégia de desenvolvimento econômico de longo prazo definida pelo governo central, as quais serviram como tentáculos do governo central na transformação estrutural de longo prazo da economia chinesa, sem a criação de pontos de estrangulamentos, algo que só foi viabilizado pela eficácia da estratégia governamental de promover encadeamentos empresariais intersetoriais com tais empresas.

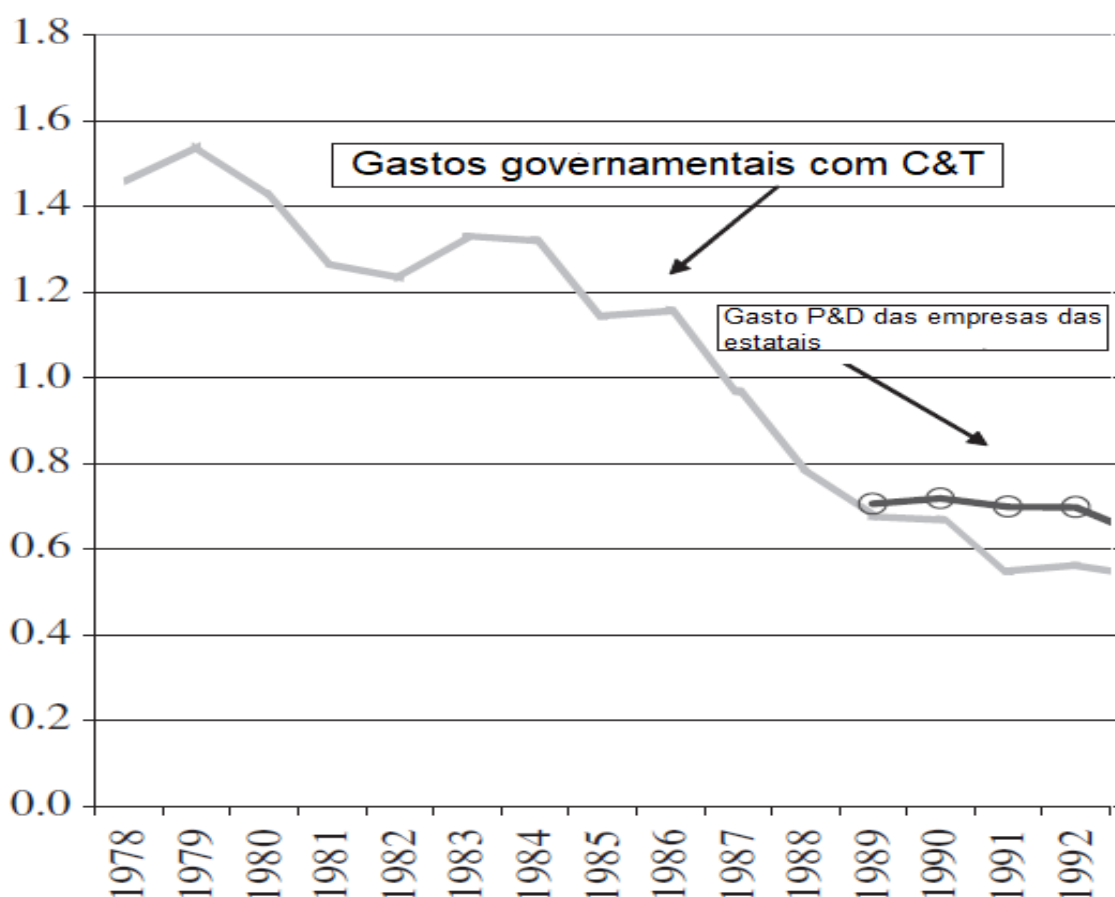
A partir da liberalização dos preços de bens e serviços urbanos ocorrida em 1985, as empresas estatais intensivas em trabalho passaram a apresentar, paulatinamente, uma menor interferência da Comissão de Planejamento do PCC sobre as suas tomadas de decisões empresariais, o que, de certa forma, tornou a busca pelo lucro o objetivo final destas empresas, mesmo com as regulamentações impostas pelo governo.

Nesse sentido, o Estado passou a permitir que as empresas estatais intensivas em trabalho passassem a vender parte de sua produção de forma livre no mercado, e a remuneração do trabalho passaria a ser atrelada à produtividade, impactando positivamente a taxa de lucro (LEÃO, 2010). Ademais, o sistema de crédito bancário começaria a dar os primeiros sinais de

criação de *funding* para estas empresas, especialmente nos bancos regionais e locais (PAULINO & MOCELIN, 2019), induzindo a expansão da produção e do consumo de tais tipos de mercadorias.

Ainda no ano de 1985, com a criação de um sistema de inovações tecnológicas estatal-empresarial concatenado ao setor bélico-industrial, a STLG tornou-se o órgão central da estratégia governamental chinesa de desenvolvimento científico e tecnológico. Tal estratégia tornou possível ao governo central implementar uma política de estímulos oficiais às inovações tecnológicas, as quais seriam incorporadas às empresas estatais de grande porte e ao complexo bélico-industrial via estabelecimento de contratos com diversos centros de P&D no país (ZONENSCHAIN, 2006).

Gráfico 2.3 – Gastos governamental em C&T e empresarial em P&D (1978-1992) – em % do PIB.



Fonte: Naughton (2007), p. 355 – com adaptações.

Na visão de Leão (2010), tal sistema de contratos com os centros de P&D foi importante mudança institucional ocorrida nesta primeira etapa das reformas, pois o governo central adotou uma postura de criar fortes demanda para o setor

via empresas estatais e o complexo bélico-industrial. Do ponto de vista concorrencial, o setor de inovações tecnológicas passou a estar sujeito às regras de mercado no que tange aos termos de regulação de sua atividade, afinal todos os centros de P&D (exceto aqueles considerados estratégicos pelo governo), estatais ou não, passariam a concorrer entre si na busca de inovações que poderiam ser incorporadas ao setor produtivo, resultando na elevação do nível de competitividade no setor e acelerando as descobertas de novos processos e produtos para a indústria chinesa.

Dois anos após, em 1987, o governo central instituiu os “contratos de responsabilidade” sobre as empresas estatais intensivas em trabalho. Conforme ocorrera no campo, tais empresas passariam a ter maior participação do capital privado nacional na sua composição societária, além de ter havido a extinção da presença dos planejadores centrais no seu processo de tomada de decisões, mas com determinadas condições, a saber: 1) as empresas pagariam uma taxa fixa anual em dinheiro aos governos central e regional; 2) o excedente poderia ser todo comercializado no mercado, mas o governo impor as condições para a retenção do lucro líquido; 3) as comunidades locais deveriam ter participação na composição societária, especialmente os trabalhadores das próprias empresas, e; 4) o capital estrangeiro poderia investir nestas empresas, respeitando-se um limite máximo de 25% de participação societária, além de ter de promover a criação e ampliação de centros de P&D, ou mesmo incorporando tecnologia estrangeira no processo produtivo destas empresas⁴⁰.

Cabe destacar que, *pari passu* as atividades dos centros de P&D tradicionais, ligados às universidades chinesas e aos institutos de pesquisas estatais, as próprias empresas estatais, tanto as que atuavam nos setores estratégicos, quanto as intensivas em trabalho, passaram a abrir seus próprios centros de P&D. Quando não tinham *funding* para a abertura de tais centros, as empresas intensivas em trabalho contratavam consultorias dos centros de P&D existentes, de forma a incorporar novos arranjos tecnológicos nos seus sistemas produtivos e elevar os seus níveis de competitividade no mercado.

⁴⁰ Cf. Baark *et al* (1990); Zonenschain (2006), capítulo III.

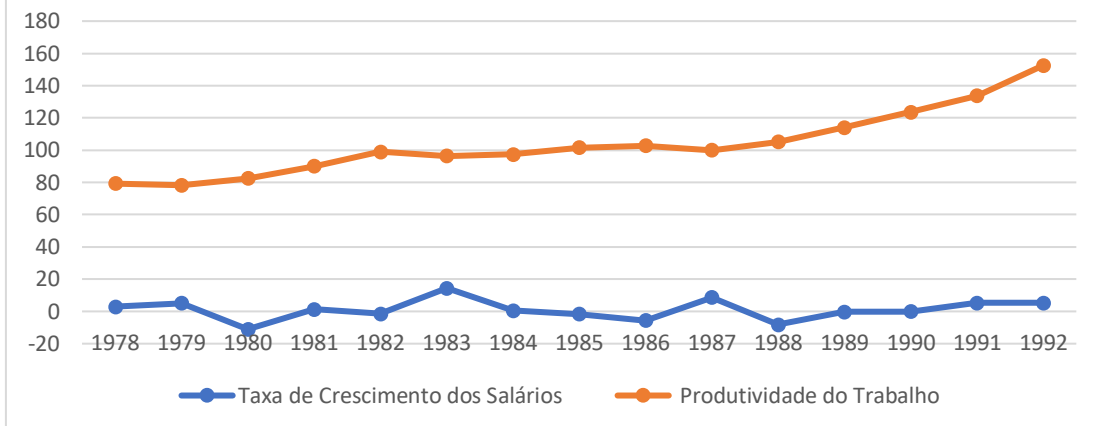
Segundo Zonenschain (2006), o governo central promoveu inovações institucionais internas condicionadas à estratégia de nacional desenvolvimento de longo prazo definida pelo Conselho de Estado, afinal 1) ficou a cargo do governo central a elaboração dos contratos de responsabilidade, determinando o cálculo de retenção anual de parte do lucro a ser pago ao governo pelas empresas sob tal regime; 2) a supervisão dos resultados operacionais destas empresas seria realizada pelos órgãos central e regionais de fiscalização do PCC; 3) ficaram de fora deste arranjo institucional as empresas estatais atuantes em setores-chave da estratégia reformista, as quais não poderiam participar deste tipo de abertura societária, especialmente aquelas atuantes nos setores intensivos em tecnologia e estratégicos à segurança nacional (mineral e energético, por exemplo).

Como consequência das reformas nos setores industrial e tecnológico, mudanças estruturais ocorreram no mercado de trabalho, na composição salarial da força de trabalho e na expansão urbana chinesa.

De acordo com Medeiros (2013), o número de postos de trabalho nas empresas industriais apresentou substancial elevação, derivado dos estímulos governamentais ao setor urbano-industrial do país, com um crescimento de cerca de 65% entre 1978 e 1992, conforme destaca o gráfico 2.5. Por outro lado, *pari passu* à modernização tecnológica atrelada aos processos produtivos urbano-industriais (mas também rural), a produtividade do fator trabalho apresentou substancial elevação, impactando positivamente a taxa de lucro empresarial, conforme o gráfico 2.4.

Ou seja, no período ora em análise houve crescimento acelerado do produto industrial, puxado pelo aumento da produtividade do fator trabalho, ou seja, pela não-transferência de parte dos resultados da produção para os salários dos trabalhadores.

Gráfico 2.4 - Taxa de crescimento crescimento dos salários e produtividade do trabalho 1978 - 1992 (1999=100)



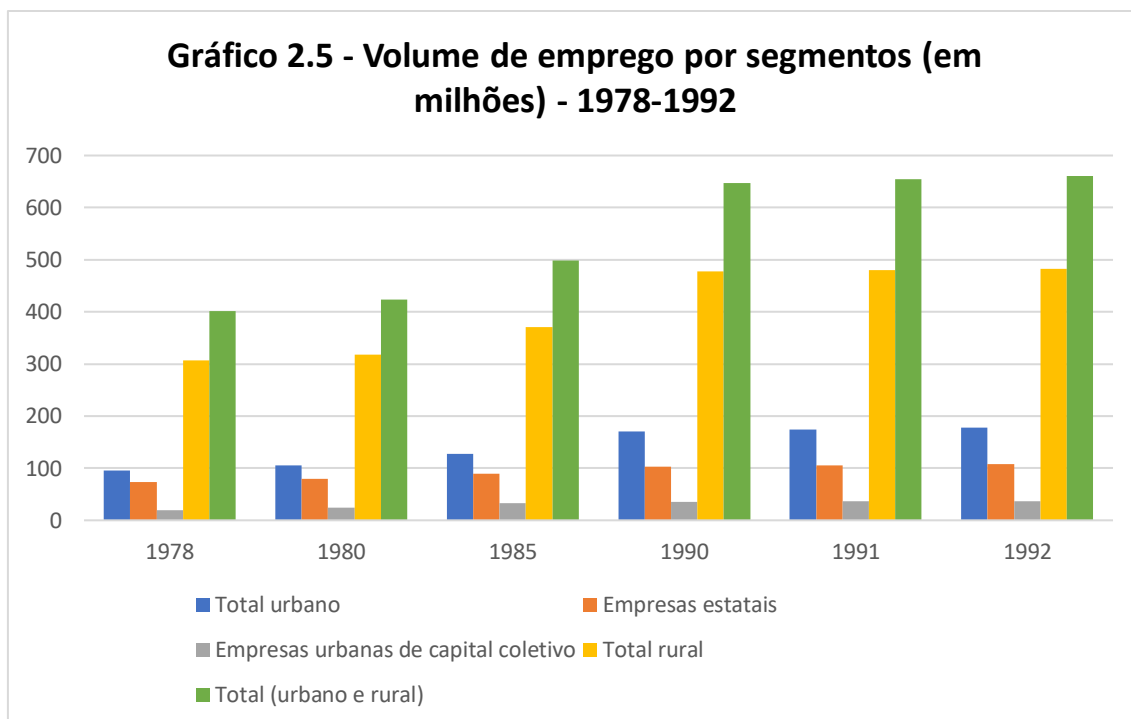
Fonte: MEDEIROS (2013), p. 485.

Segundo dados do *Chinese Statistical Yearbook* (CHINA, 2009), a força de trabalho total na China era de cerca de 400 milhões de pessoas em 1978, ao passo que em 1992 esse valor chegou à cifra de cerca de 661 milhões, com o setor rural predominando com cerca de 306 milhões de pessoas empregadas em 1978, saltando para 483 milhões em 1992. No setor urbano, a economia chinesa também apresentou uma considerável elevação do número de postos de trabalho, saindo de 94 milhões em 1978 para alcançar cerca de 178 milhões em 1992.

Este incremento na população economicamente ativa se deveu à entrada de jovens no mercado de trabalho nas áreas rurais e urbanas, além da migração de milhões de trabalhadores camponeses para o meio urbano em busca de melhores condições de vida, tendo em vista a gradual mudança ocorrida na estrutura das propriedades rurais, que “jogou” muitos trabalhadores em condições de trabalho paupérrimas.

A segmentação da força trabalho urbana apresentou importantes derivações em meio ao processo de industrialização vigente. Segundo Medeiros (2013), o aumento no volume de postos de trabalho no setor urbano esteve atrelado ao processo de industrialização e ao desenvolvimento tecnológico, o que se constata pelo aumento da produtividade do trabalho observada durante o período, ao mesmo tempo em que os estímulos governamentais ao crescimento econômico e à abertura generalizada de novas frentes de

acumulação de capital na economia chinesa conseguiu dar conta da absorção de trabalhadores disponíveis tanto no setor urbano, como também no setor rural, conforme destaca o gráfico 2.5.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Por um lado, a elevação do volume de postos de trabalho e da massa salarial gerada impactaram fortemente a demanda por mercadorias resultantes do processo de industrialização, levando à indução da expansão dos investimentos realizados durante o período (PAULINO & MOCELIN, 2019). Por outro lado, como resultado da incorporação tecnológica ao produtivo industrial e da atuação do Estado em criar condições para abertura de novas frentes de acumulação, a expansão econômica pôde absorver a crescente força de trabalho disponível, ao mesmo tempo em que elevava os níveis de produtividade, conforme vimos.

Isto ocorreu, dentre outros fatores, devido à atuação estatal em orientar as forças produtivas pelo lado da oferta agregada (sustentação dos níveis de investimentos das empresas estatais estratégicas e de grande porte, a criação de *funding* aos projetos de investimentos no sistema bancário e as reformas institucionais que viabilizaram a expansão da oferta de mercadorias e a reinversão de parte dos lucros empresariais) e da demanda agregada (consumo das empresas via investimentos encadeados setorialmente, manutenção do

gasto governamental e a manutenção de um horizonte positivo de expectativas atrelado ao consumo das famílias), levando ao ponto de demanda efetiva keynesiano, cujo resultado *ex post* é o aumento da demanda por força de trabalho no processo produtivo⁴¹.

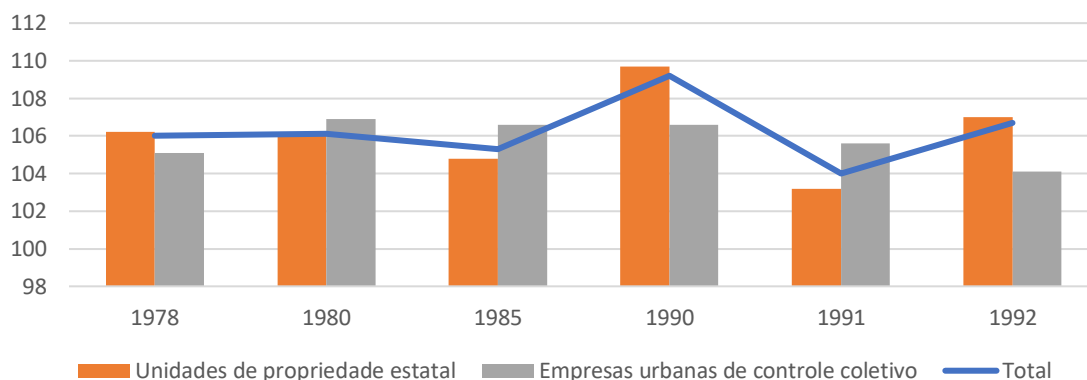
Em outras palavras, a força da dinâmica de acumulação de capital chinesa no período foi tão elevada, devido às condições criadas pelo Estado chinês para a expansão contínua do consumo e do investimento, que tornou possível: 1) a absorção de um volume cada vez maior da força de trabalho que se tornava disponível; 2) a incorporação de novos espaços geográficos à economia de mercado (em termos braudelianos) que se formava, e; 3) a geração de um nível de excedente em escala cada vez maior. Tais fatores explicam o aumento, ainda que discreto, das rendas real e nominal dos trabalhadores no período, especialmente no setor urbano-industrial⁴², conforme os gráficos 2.6 e 2.7.

Segundo Pires (2012), a velocidade da urbanização e o aumento da renda real dos trabalhadores, especialmente no setor urbano-industrial, apresentou uma dinâmica capaz de promover uma mudança estrutural na economia chinesa. Aliado à acumulação de capital no setor rural, que apresentou forte elevação no período, a acumulação de capital no setor urbano-industrial apresentou intensa dinâmica, com parcela cada vez mais expressiva da economia chinesa sendo incorporada a este setor, que, gradualmente, se tornaria o mais dinâmico da economia chinesa como um todo.

⁴¹ “A quantidade de mão-de-obra N que os empresários resolvem empregar depende da soma (D) de duas quantidades, a saber: $D1$, o montante que se espera que seja gasto pela comunidade em consumo, e $D2$, o montante que se espera que seja aplicado em novos investimentos. D é o que chamamos de demanda efetiva. [...] Assim, o volume de emprego é determinado pelo ponto de intersecção da função da demanda agregada e da função da oferta agregada, pois é nesse ponto que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas. Chamaremos de demanda efetiva o valor D no ponto de intersecção da função da demanda agregada com o da oferta agregada” (KEYNES, 1982, p. 38/40).

⁴² Segundo Marx, “a relação entre capital, acumulação e taxa de salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional. [...] Se a quantidade de trabalho não pago fornecida pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista cresce com rapidez suficiente de modo a permitir sua transformação em capital com apenas um acréscimo extraordinário de trabalho pago, o salário aumenta e, mantendo-se constante as demais circunstâncias, o trabalho não pago diminui proporcionalmente” (MARX, 2013, p. 697).

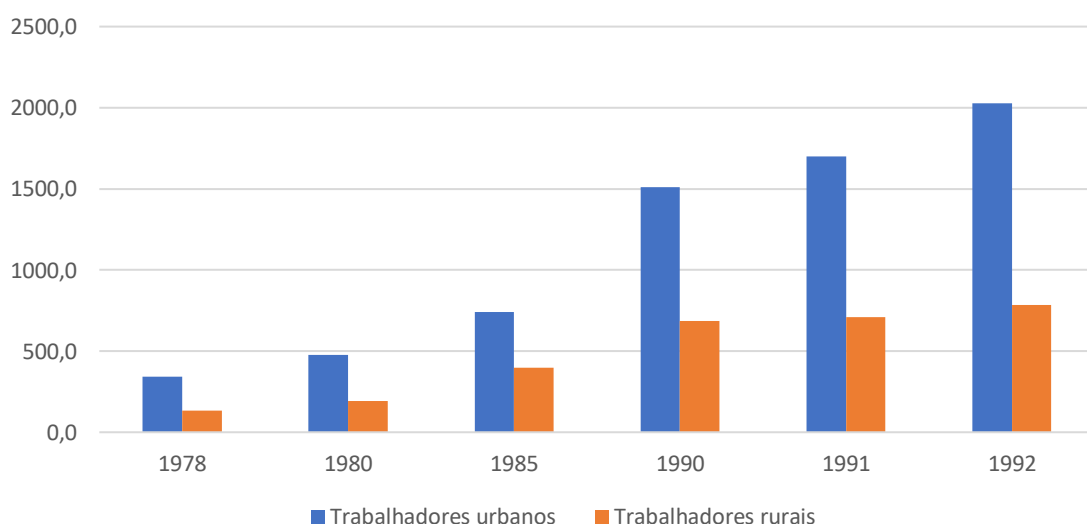
Gráfico 2.6 - Índice de crescimento real da renda dos trabalhadores urbanos, por segmentação - 1978-1992 (ano precedente=100)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Este movimento impactou o aumento real e nominal da renda dos trabalhadores urbanos, que, por sua vez, passaram a consumir cada vez mais as mercadorias produzidas no setor rural, criando uma espécie de simbiose entre os dois setores, conforme se pode verificar no gráfico 2.7, tangente à elevação da renda per capita dos trabalhadores urbanos e rurais.

Gráfico 2.7 - Taxa de crescimento da renda per capita dos trabalhadores urbanos e rurais 1978-1992 Em RMB\$ / 1978=100

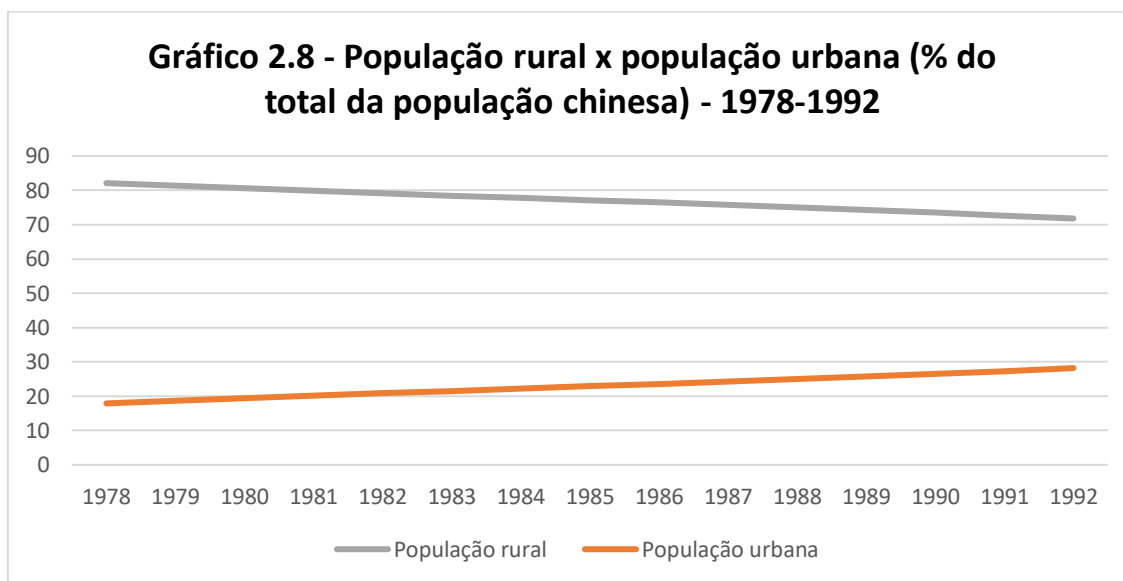


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Conseqüentemente, o poder de compra dos residentes nos setores urbano e rural cresceu substancialmente. Por exemplo, o consumo assalariado urbano a preços constantes saltou de RMB\$ 405 em 1978 para RMB\$ 765 em

1985 e RMB\$ 2262 em 1992. No mesmo período, o consumo assalariado do setor rural saltou de RMB\$ 138 para RMB\$ 349 e RMB\$ 688 (CHINA, 2009). Tal tendência apresenta forte correlação com a elevação da produção agrícola e não-agrícola do setor rural, levando a uma maior disponibilidade de gêneros de consumo leve, a queda dos preços de tais produtos e o conseqüente aumento do poder de compra dos salários no setor urbano.

Constata-se, dessa forma, que, dado o maior aumento da renda dos trabalhadores urbanos comparativamente ao aumento da renda dos trabalhadores rurais, a acumulação de capital no setor urbano da economia chinesa foi muito maior que a acumulação no setor rural, o que explica, nesse ínterim, tanto a absorção da força de trabalho no setor urbano que era expelida do setor rural, quanto a alteração, ainda que incipiente, do padrão demográfico chinês, com crescente participação urbana, conforme revela o gráfico 2.8.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Por fim, passaremos a analisar a estratégia reformista sobre o setor militar e o papel do ELP durante o processo modernizador iniciado em 1978.

2.3.3. As reformas no setor militar

O processo reformista no setor militar chinês ocorreu de forma totalmente atrelada ao contexto mais geral das “quatro modernizações”. Nesse sentido, a modernização do ELP passaria a apresentar forte interdependência com a modernização econômica e industrial, haja vista a necessidade por mudanças no padrão tecnológico ligado ao setor bélico do país frente às nações mais

desenvolvidas neste setor (Estados Unidos e União Soviética), assim como pela importante legitimidade social e presença geográfica que o ELP detinha no país, necessárias ao esforço reformista.

Segundo Medeiros (2012), o Estado chinês procurou, num primeiro momento, aumentar o volume de recursos orçamentários destinados ao ELP, de forma a promover investimentos que passaram da casa de dois dígitos, superando, inclusive, o crescimento anual do PIB chinês.

Porém, mesmo com a alavancagem de tais investimentos no setor ao longo de praticamente toda a década de 1980, a capacitação tecnológica militar chinesa esteve atrelada somente ao orçamento do governo central. No ano de 1985, o STLG coordenou o processo desenvolvimento de tecnologias civis e militares, atreladas aos centros de pesquisas que passavam por constante expansão após este ano, conforme já nos referimos (ZONENSCHAIN, 2006).

Nesse contexto, as disputas ocorridas no interior do PCC pelo controle do Estado, assim como as transformações externas ocorridas entre 1978 e 1992⁴³, foram determinantes para que a reestruturação do ELP ocorresse de modo cada vez mais acelerado, em torno de cinco elementos-chave: 1) reorganização administrativa; 2) nova composição do efetivo militar; 3) nova doutrina de ação militar; 4) modernização material, e; 5) reformulação do papel social do ELP (LEÃO, 2012).

O **primeiro elemento** do programa de modernização do ELP teve por meta reestruturar o modo de organização, treinamento e educação do sistema, bem como sofisticar os meios de controle, comunicação e comando no interior do ELP, visando apoiar o processo de descentralização econômica e, ao mesmo tempo, sofisticar o sistema de defesa. Em relação a este último aspecto, existiu um interesse da nova cúpula do partido em eliminar a herança da gestão militar do período da Revolução Cultural. O **segundo elemento** teve, de um lado, a função de repensar a composição, o tamanho e a dispersão geográfica do exército e, de outro, o objetivo de renovar boa parte da liderança militar e do pessoal de combate. O **terceiro elemento** disse respeito à modernização doutrinária do exército, tanto no campo estratégico, como no campo tático, cuja meta era redefinir a forma do exército se comportar no campo de batalha, bem como a forma de

⁴³ A invasão do Vietnã pela China em 1979 e a formação do Sindicato da Solidariedade na Polônia em 1981 foram importantes, neste sentido. “Enquanto o primeiro evento mostrou o atraso e a baixa capacidade militar da China, o segundo apontou, pela primeira vez, a existência de um movimento organizado antissocialista, estruturado dentro de uma república socialista” (LEÃO, 2012, p. 160). Destacam-se, ainda, a crise e fim da União Soviética entre 1989 e 1991 (HOBSBAWN, 1995).

enfrentar e derrotar o inimigo. Os **dois últimos elementos** se referiram à base material e social necessária para a implementação dos outros elementos (LEÃO, 2012, p. 160).

Segundo Medeiros (2012), a doutrina militar chinesa na primeira década das reformas era oriunda do período “maoísta”, ou seja, baseada na estratégia de hipotética guerra nuclear contra potências estrangeiras, assim como no cenário de “guerra prolongada” contra potenciais invasores do território chinês (guerrilha urbana e, principalmente, rural).

Tal doutrina durou até 1991, quando, após o desmoronamento soviético e o fim da guerra fria no campo externo e os distúrbios da praça da paz celestial no campo interno, ocorreria um processo de intensificação do debate em torno de duas alas opostas dentro do PCC e do próprio ELP: a ala marxista-leninista ortodoxa (que defendia o aprofundamento dos mecanismos de repressão econômica e social, em virtude da forte resistência às reformas iniciadas em 1978, especialmente no interior do grupo de Li Peng) e a ala modernizadora, cujos partidários defendiam o aprofundamento do processo reformista (especialmente o grupo de Zhao Ziyang, que viria a ser o primeiro-ministro à época).

Neste contexto de disputas internas, Deng Xiaoping vai retornar ao centro do debate político no interior do PCC em 1991, procurando costurar um arranjo político necessário, primeiro, para colocar a termo as disputas em torno das alas ortodoxa e reformista dentro do PCC e, segundo, para realizar um “grande compromisso” em torno da liderança do PCC no comando do Estado e da sociedade, com o apoio do ELP.

Como a prioridade básica do processo de modernização bélica do ELP girava em torno da reestruturação de todo o complexo industrial-militar, Deng buscou apoio da Comissão Militar Central do PCC ao propor uma “solução” intermediária que promoveria, por um lado, os investimentos necessários no setor e, por outro lado, manteria o controle político do processo de modernização bélica nas mãos dos dirigentes do PCC.

Tal solução teria “um centro e dois pontos fundamentais”. O centro seria o desenvolvimento econômico, condição *sine qua non* para que a modernização econômico-material tivesse continuidade, impactando positivamente as

capacidades bélicas do novo engajamento militar chinês. Os dois pontos fundamentais seriam: 1) a continuidade da abertura planejada ao exterior, visando a dar continuidade na alteração da inserção econômica internacional chinesa e à expansão de relações político-diplomáticas com diversas nações, e; 2) a definição de quatro princípios cardinais norteadores da estratégia política chinesa: 1) prosseguimento do caminho socialista; 2) manutenção da ditadura democrática-popular; 3) centralidade do PCC na vida política, social e nacional, e; 4) afirmação ao marxismo-leninismo e ao pensamento de Mao como bases filosóficas do PCC (LEÃO, 2010).

Nesse contexto, Deng Xiaoping vislumbrava uma melhor administração das finanças dos governos central e regionais, tendo em vista a necessidade de fazer frente aos vultosos investimentos necessários à modernização do complexo industrial-militar. A partir disso, o “grande compromisso” definia que, por um lado, os governos regionais deveriam realizar transferências de rendas para o governo central sustentar os investimentos neste setor e, por outro lado, que o governo central, além de sustentar a modernização do ELP, garantiria a união de todas as províncias em torno do governo central, mitigando, desta forma, os incipientes movimentos de autonomia que emergiam nas províncias mais ricas.

Segundo Medeiros (2012), o resultado auferido pelo “grande compromisso” foi a união entre o ELP, o PCC e a nação, tendo em vista que o ELP se tornaria o grande fiador da continuidade das reformas, assim como seria beneficiado pelo incremento tecnológico originado nas indústrias e centros de pesquisas chineses. O Partido, por sua vez, seria beneficiado pois manteria a legitimidade social, o controle político de todo o país e o controle do processo reformista vigente até então, sem rupturas com a cadeia de comando político-institucional. A Nação se beneficiaria, de um modo geral, da formação de um dinâmico, e cada vez mais sofisticado, complexo industrial-militar, voltado para a produção de armas tecnologicamente mais avançadas e a empregabilidade de força de trabalho altamente especializada, garantindo a soberania militar e tecnológica chinesa frente às nações centrais, especialmente os Estados Unidos, a extinta União Soviética/Rússia e as nações da Europa Ocidental.

2.4.A gestão macroeconômica durante as reformas: políticas fiscal e monetária

A gestão macroeconômica da economia chinesa durante o processo reformista foi realizada de forma a criar as condições necessárias para que as “quatro modernizações” lograssem êxito.

O Estado chinês atuou como planejador do processo de industrialização, de forma a articular todos os mecanismos necessários para abrir novas fronteiras de acumulação de capital. Nesse sentido, a gestão macroeconômica esteve totalmente sincronizada à estratégia de estimular o desenvolvimento de todos os setores considerados estratégicos em tal processo, afinal a função de planejador em primeira e última instância assumida pelo Estado viabilizou um ambiente propício à inovação e à industrialização, com as induções necessárias em matéria de políticas fiscal, monetária e cambial (JABBOUR, 2010), conforme veremos adiante.

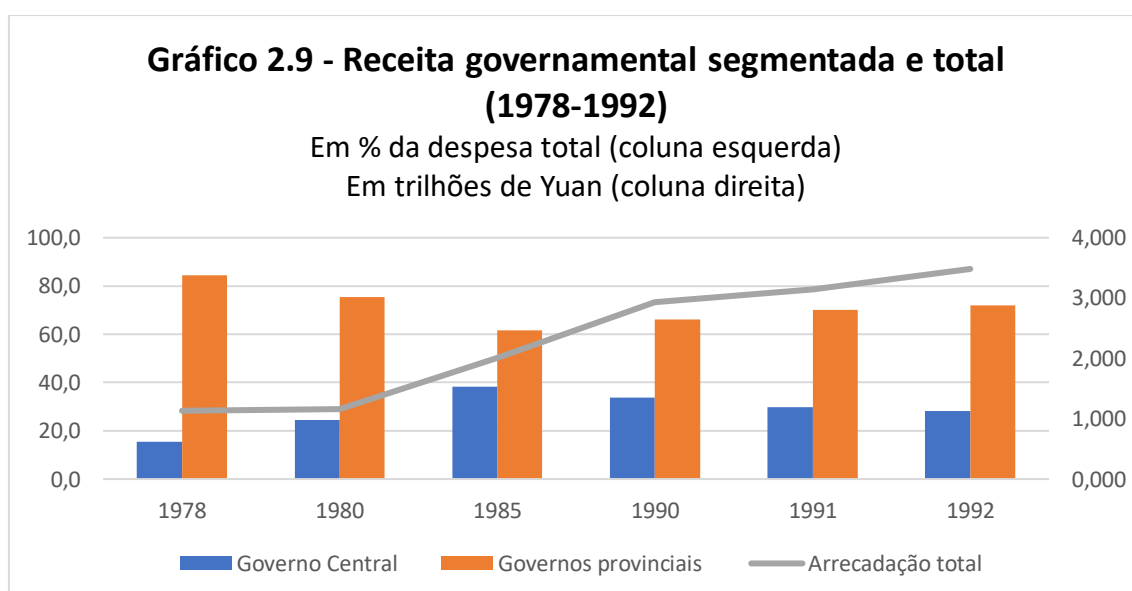
Do ponto de vista da gestão fiscal, o Estado chinês passou por um processo de constante aprimoramento institucional. Conforme destacam Medeiros (2012) e Leão (2010), durante o período das reformas, a gestão fiscal perpassou por um processo de descentralização da arrecadação tributária em âmbito nacional que duraria até o início da década de 1990, com os governos regionais podendo ativar mecanismos de arrecadação próprios, dentro de limites estabelecidos pelo governo central, especialmente nas ZEE (posteriormente ZDET, conforme já nos referimos).

A arrecadação absoluta de tributos a nível local, regional e nacional aumentou de forma a dar substância fiscal aos investimentos em áreas estratégicas para o projeto reformista, especialmente na agricultura, na indústria e no setor rural. Nesse sentido, o aumento da carga tributária na economia chinesa durante o período das reformas foi condicionado às metas de longo prazo definidas pelo governo central, ensejando uma visão de desenvolvimento que esteve fortemente atrelada ao papel orientador do Estado, conforme bem lembra Jabbour (2010).

Mas, uma questão importante é que a descentralização fiscal ocorrida no período favoreceu a arrecadação dos governos regionais em detrimento do

governo central, apesar do gap de arrecadação entre estes ter oscilado no período, conforme o gráfico 2.9.

A relação fiscal entre os governos central e regionais seria transformada no sentido de que “contratos fiscais” seriam estabelecidos entre as duas partes, com os governos regionais⁴⁴ passando a pagar/transferir um valor financeiro anual fixo ao governo central, numa espécie de “contrato fiscal”, podendo reter nos cofres regionais o excedente tributário arrecadado, com a condição de que parte deste excedente deveria ser destinado à expansão da infraestrutura e ao provimento de bens e serviços públicos necessários à estratégia reformista nacional, levando ao aumento da despesa dos governos regionais, conforme atesta o gráfico 2.10⁴⁵.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009) e Naughton (2007).

No final da década de 1980, tal estratégia começaria a dar sinais de esgotamento, com a substituição dos “contratos fiscais” por um sistema único de partilha de tarifas e tributos, com o governo central prevendo que a transferência de recursos aos governos locais seria a melhor forma de gestão fiscal,

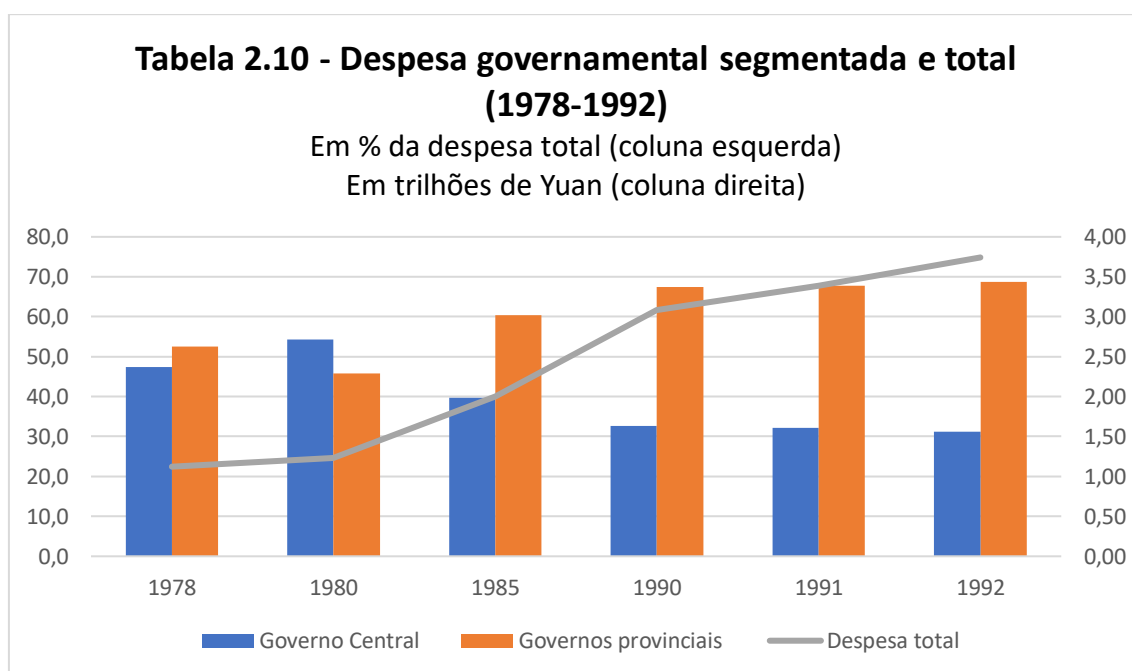
⁴⁴ Em nove províncias, inicialmente: Tianjing, Liaoning, Shenyang, Dalian, Zhejiang, Qingdao, Hubei, Chongqing e Xinjian.

⁴⁵ “Isso fez com que, ao longo dos anos 1980, apesar da maior autonomia dada aos dirigentes locais, as autoridades centrais mantivessem o poder de interferir, ainda que de forma indireta, nas decisões de todas as esferas de governo” (LEÃO, 2010, p. 136). Ver também China (2009), tabela 7-3.

centralizando para si o comando da gestão fiscal, o que só ocorreria pra valer a partir de 1994.

Nesse contexto, os encargos tributários das empresas estatais também passaram por um processo de intensa reformulação, conforme já nos referimos, pois as reformas foram avançando e a arrecadação tributária era orientada pelo governo central de forma a estimular a atuação das empresas estatais estratégicas à agenda reformista, levando a um relaxamento dos encargos tributários sobre os orçamentos de tais empresas.

Desta forma, as empresas estatais atuantes em setores estratégicos passaram por um substancial processo de desoneração tributária, abrindo espaço em seus caixas para a realização de investimentos para desatar possíveis gargalos estruturais que pudessem surgir, especialmente nos setores de infraestrutura e energia. Além disso, esse processo levou a uma gradual desvinculação dos investimentos das empresas estatais em relação ao orçamento do governo central (OLIVEIRA, 2005), o que corrobora a queda da despesa do governo central no total dos gastos governamentais, saindo de 47% em 1978 para 31% em 1992. Nesse ínterim, “a política fiscal convencional foi pouco importante quer para a promoção do crescimento, quer para a sua regulação” (MEDEIROS, 2012, p. 468).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009) e Naughton (2007).

Indo ao encontro de tais argumentos, a gestão da política fiscal esteve orientada nessa primeira fase das reformas a dar sustentação à expansão dos investimentos industriais e à expansão da demanda interna, assim como para se tornar fonte de subsídios à elevação do padrão tecnológico e das exportações chinesas. Isto apresentou forte conexão com a gestão das políticas monetária, cambial e de atração de IDE, pois, de um lado, “o manejo de políticas econômicas atraentes ao crédito e ao consumo [estava] baseada em uma política fiscal industrializante, [...] em objetivos de pequeno, médio e longo prazos” (JABBOUR, 2010, p. 215/273) e, de outro lado, estava inserida na estratégia de promover a neutralização dos efeitos dos ciclos econômicos na economia chinesa, através de uma política de déficit fiscal permanente a partir de 1979, com a utilização, conseqüentemente, do endividamento público como instrumento eficaz neste processo, afinal conforme afirma Lin,

a receita governamental chinesa mudou conforme as mudanças na gestão fiscal. As reformas fiscais, no seu começo, objetivaram promover incentivos à produção das empresas estatais, com o corte da dependência fiscal de tais empresas sobre o orçamento governamental, a equalização de taxaçaõ tributária sobre as empresas e a promoção de uma competição saudável entre elas. Como resultado de tais reformas, a receita de todas as esferas de governo (central e regionais) como porcentagem do PIB declinou de 31% em 1978 para 12% em 1993” (LIN, 2011, p. 82 - tradução nossa).

Como consequência da política de indução de investimentos via ação fiscal, o endividamento do governo central apresentou importante elevação no período, pois o resultado primário/PIB situou-se na casa dos 3% negativos em 1978, mantendo-se assim até 1985, quando ficou zerado, mas aumentando para quase 10% negativos em 1992⁴⁶.

Com relação à gestão da política monetária, houve duas fases bem demarcadas que demonstram a estratégia perseguida pelo governo chinês. A primeira fase, perdulária das práticas de gestão monetária dos tempos de Mao, manteve-se vigente até 1984.

Até este ano, o Banco Popular da China (doravante BPC) atuava seguindo o modelo soviético de gestão monetária, com a não separação das funções de banco central e banco de varejo/atacado, no sentido de atuar como autoridade absoluta em termos de emissão da base monetária e mantenedor de

⁴⁶ Cf. Lin (2011), p. 81.

uma ampla rede de agências bancárias, cuja finalidade era o saque de dinheiro em espécie pela população e a intermediação financeira destinada exclusivamente à troca de mercadorias (NAUGHTON, 2007).

Nesse sentido, o BPC era o órgão gestor da política monetária, estando, por sua vez, sob controle do Ministério das Finanças e, em última instância, ao Conselho de Estado, que comandava os rumos da economia chinesa desde a Revolução em 1949. Exemplo importante fase de planificação econômica e monetária herdada da era Mao e que avançou sobre o período pós-1978, o Ministério das Finanças e o Conselho de Estado definiam as áreas estratégicas que o BPC deveria atuar, estabelecendo limites à política de concessão de crédito às empresas estatais através do “Plano Central de Crédito”.

Conforme destaca Leão (2010), a mobilização da poupança interna chinesa era algo relativamente problemático no início das reformas, dada a incapacidade de expansão dos recursos disponíveis para tal mobilização, tendo em vista que estes estavam, de forma absoluta, nas mãos do governo central e das empresas estatais.

Indo a nessa mesma linha, Naughton (2007) destaca a inexistência de um mercado de capitais como caricatura desta incapacidade de mobilização de recursos financeiros, pois, mesmo que o BPC tivesse todos os mecanismos de gestão para mobilizar recursos extra-orçamentários e das famílias para projetos de investimentos em setores estratégicos, a baixa incidência de capitais e poupança privados tornava-se fronteira praticamente intransponível.

No ano de 1983, iniciou-se o primeiro movimento de reformas na gestão monetária do país, com as funções de emissor, regulamentador do sistema bancário, gestor das reservas cambiais e prestador de última instância sob autoridade do BPC, e as funções bancárias de varejo e atacado sendo transferidas para os *Big Four*. Ou seja, os quatro maiores bancos estatais chineses passariam a ter função central na nova estrutura monetária da economia chinesa, atuando de forma setorializada e de acordo com os objetivos de criar o *funding* necessário à alavancagem da produção, do comércio e do desenvolvimento setorial propostos pela agenda reformista (PAULINO & MOCELIN, 2019).

Nesse sentido, em 1984 surgiriam: 1) o *Industrial and Commercial Bank of China (ICBC)*, tornando-se a instituição oficial de financiamento dos investimentos que seriam realizados nos setores industriais urbanos, especialmente aqueles que estavam sob supervisão atenta do PCC e eram estratégicos ao ímpeto reformista, com o industrial e o de ciência & tecnologia; 2) o *Agricultural Bank of China (ABC)*, responsável pela concessão de crédito destinado a financiar a expansão dos investimentos na produção de gêneros alimentícios, modernização da agricultura e expansão das TVE; 3) o *Bank Of China (BOC)*, responsável pela gestão e financiamento das atividades ligadas ao setor externo da economia chinesa, especialmente nas ZEE (posteriormente ZDET), dando suporte no financiamento da produção e das exportações das empresas chinesas e ETN instaladas em solo chinês, assim como garantindo a liquidez em moeda forte nas transações comerciais de tais empresas com os mercados que se abriam no exterior, e; 4) o *China Construction Bank (CCB)*, responsável por fomentar projetos de investimento em áreas como a construção civil e habitação, além de projetos de infraestrutura pesada considerados estratégicos.

Com base nesta mudança institucional de funções entre, de um lado, o BPC e, de outro, os *Big Four*, o governo chinês pôde promover uma transformação do sistema bancário chinês de forma a incentivar estes quatro bancos a realizarem a concessão de crédito setorial com *funding* de seus próprios balanços, mesmo que o Plano Central de Crédito ainda estivesse em pleno funcionamento (eliminado apenas em 1998). Tal transformação foi essencial para a financiar os projetos de investimentos das empresas estatais atuantes nos setores urbano-industrial e para destravar o orçamento governamental rumo ao financiamento de projetos de investimento em setores estratégicos (PAULINO & MOCELIN, 2019).

Por um lado, esta transformação se tornou importante pois retirou do orçamento estatal a responsabilidade de liberação de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da agricultura, da indústria e do P&D empresarial, tornando estes bancos braços fortes do Estado chinês na mobilização de recursos para a estratégia de desenvolvimento montada com as “quatro modernizações”.

Por outro lado, conforme destaca Medeiros (2013), a regulação feita pelo BPC sobre o volume de crédito a ser ofertado pelos *Big Four* às empresas foi instrumento utilizado pelo governo para satisfazer a gestão da política monetária, expandindo e contraindo a liquidez dos bancos (e, conseqüentemente, das empresas estatais) via taxa de juros e depósitos compulsórios, garantindo relativa estabilidade de preços com robusto crescimento econômico.

Como resultado, o controle governamental sobre o sistema de crédito foi condição *sine qua non* para que houvesse a articulação, em curto e médio prazos, entre as reformas nos setores agrícola, industrial e tecnológico, a flexibilização dos preços que passava a ocorrer em diversos setores da economia chinesa e a introdução, controlada pelo Estado, de mecanismos tipicamente capitalistas de acumulação nos setores tangentes às reformas, sem deixar de lado o planejamento e as metas de longo prazo.

Tendo em vista a crescente demanda por crédito para a realização dos investimentos nos setores mais impactados pelas reformas, o governo chinês aprovou a abertura de novas (e expansão de algumas já existentes) instituições financeiras em 1985, de forma a ampliar a oferta de crédito, assim como para alavancar a acumulação de capital, ainda incipiente.

Destacam-se, neste sentido, a expansão das *Rural Credit Cooperatives (RCC)*, destinadas a aumentar o *funding* ao setor rural e às TVE; as *Urban Credit Cooperatives (UCC)*, destinadas a aumentar o *funding* aos setores urbano-industrial e tecnológico, e; a criação das *Trust and Investments Corporations (TIC)*, destinadas à obtenção de capital estrangeiro para dar sustentabilidade aos governos locais das ZDET, que estavam elevando os níveis de subsídios fiscais e monetários para atrair o IDE das ETN estrangeiras⁴⁷.

Por um lado, apesar do surgimento destas redes cooperativas estatais de crédito, o sistema bancário chinês, ao continuar nas mãos do Estado, apresentou

⁴⁷ Cabe destacar que tais instituições financeiras estavam sob regulamentação do BPC, mas subordinadas e supervisionadas operacionalmente pelos *Big Four*, da seguinte forma: *Rural Credit Cooperatives (RCC)* supervisionadas pelo *Agricultural Bank of China (ABC)*; *Urban Credit Cooperatives (UCC)* supervisionadas pelo *Industrial and Commercial Bank of China (ICBC)*, pelo *Bank of China (BOC)* e pelo *China Construction Bank (CCB)*, de acordo com os setores em que as empresas cooperadas atuavam. As *Trust and Investments Corporations (TIC)* estavam diretamente subordinadas e supervisionadas ao Conselho de Estado. Ver Naughton (2007), capítulo 19.

substancial modernização gerencial e de mobilização de *funding* para os projetos de investimentos necessários às “quatro modernizações”, também como esteve atrelado aos interesses políticos, econômicos e sociais do Estado chinês, pois a concessão de crédito, *grosso modo*, manteve-se intimamente ligada à estratégia reformista governamental (JABBOUR, 2010).

Por outro lado, houve um processo de descentralização e racionalização dos processos de tomada de decisão, no interior do Estado e das instituições financeiras estatais, quanto à concessão de crédito. Conforme destaca Medeiros,

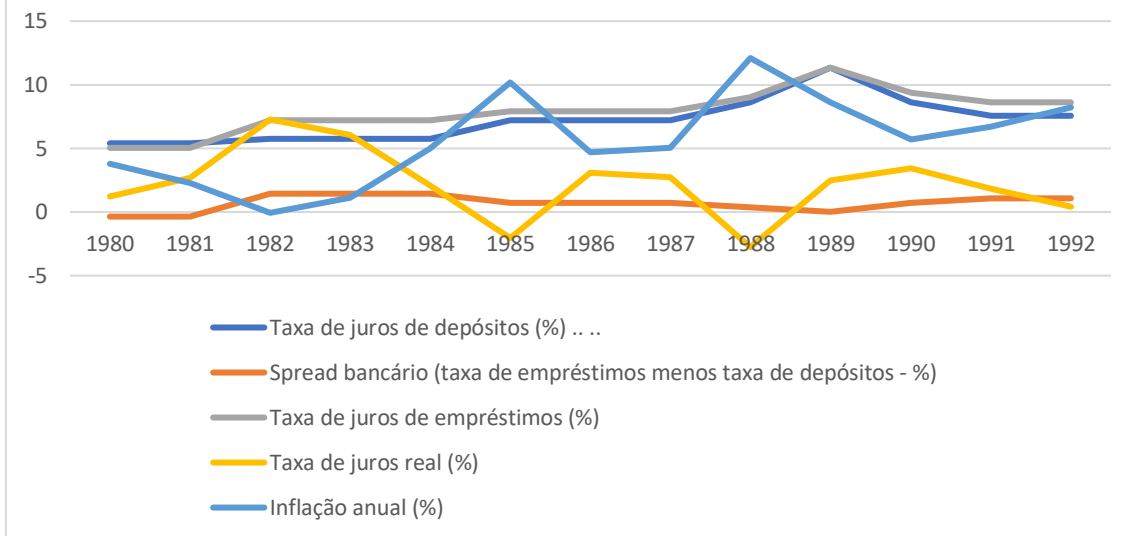
[...] essa descentralização tornou o Estado chinês mais parecido com o Estado sul-coreano ou de Taiwan (no auge de seus períodos desenvolvimentistas) em sua forma de coordenação do investimento⁴⁸. De forma ainda mais pronunciada do que nessas economias, a estratégia chinesa de selecionar e promover algumas grandes empresas estatais como pilares da grande indústria ampliou a importância destas nas decisões globais de investimento. A regulação das áreas de investimento em ações das empresas públicas em forma de *joint ventures*, bem como o estabelecimento de prioridades e estratégias de investimento para os investimentos privados, garantiu ao Estado chinês uma posição central na direção da alocação dos investimentos na economia (MEDEIROS, 2013, p. 476).

Ao se analisar a estrutura dos encargos financeiros (juros) no sistema bancário, observa-se, no período analisado, um rígido controle governamental sobre as taxas pagas aos poupadores, pagas pelos tomadores e sobre o *spread* bancário praticados pelas instituições financeiras.

Conforme denota-se no gráfico 2.11, as taxas de juros dos poupadores e tomadores de empréstimos apresentaram dinâmica parecida ao longo dos anos entre 1980 e 1992, de forma que o *spread* bancário se manteve numa faixa intermediária entre 0% e 2%. A taxa de juros real esteve atrelada à dinâmica da inflação anualizada durante o período, com exceção dos anos entre 1988 e 1992, quando o BPC realizou um aumento da taxa básica de juros (cujas consequências foram a elevação da taxa de juros real e a elevação do nível de endividamento governamental) na tentativa de controlar o índice inflacionário que chegava à casa dos 10% em 1988, caindo para cerca de 5% em 1990, mas voltando a se acelerar entre 1991 e 1992.

⁴⁸ Sobre a coordenação estatal na dinâmica de investimentos destas economias, ver Castells (1999), capítulo 4.

Gráfico 2.11 - Evolução das taxas de juros (depósitos, empréstimos e real), spread bancário e inflação anual - em % - (1980-92)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Seguindo adiante na discussão, a modernização da gestão monetária se fez sentir na criação de mecanismos de emissão de títulos da dívida pública chinesa, se tornando, a partir de meados da década de 1980, um dos principais instrumentos, senão o principal, na condução da gestão monetária, cujos efeitos sobre a nascente acumulação de capital no país seriam sentidos nos balanços dos bancos estatais, mas também nos balanços dos nascentes investidores privados nacionais, que passariam a adquirir os *bonds* chineses como meio de preservação patrimonial.

Tal questão é fundamental para se compreender o suporte dado pela gestão monetária à política de estímulos fiscais promovida durante o período, servindo como base de sustentação aos investimentos públicos realizados diretamente pelos governos central e regionais, mas também pelas empresas estatais atuantes em setores estratégicos (Leão, 2010).

No tocante ao déficit público visto no período, o mecanismo utilizado para seu financiamento não foi a emissão monetária *stricto sensu*, e sim a emissão de títulos soberanos do BPC. Conforme Naughton (2007), o M2 da base monetária chinesa em 1978 era de 32% do PIB, saltando para quase 100% em 1992. Ademais, o governo central atuou de forma a emitir *bonds* que seriam

adquiridos tanto pelos bancos estatais, quanto pelas famílias à procura de formas de preservação da riqueza gerada no processo produtivo⁴⁹.

Do nosso ponto de vista, o controle sobre as taxas de juros de poupadores e tomadores, assim como a política de gestão monetária voltada a dar sustentação à estratégia das reformas, pode ser comparada àquilo que Keynes chamou de “eutanasia do rentista”, afinal, ao minar a especulação financeira e canalizar o *funding* do sistema bancário para a produção industrial e manufatureira, o Estado chinês fez com que a fronteira econômica aberta à acumulação de capital durante o período perpassasse, majoritariamente, pela expansão dos investimentos estatais de grande monta, em setores estratégicos, financiados, em grande medida, pelo sistema bancário chinês, também estatal⁵⁰. Porém, cabe destacar que esta relativização teórica proposta está muito mais atrelada à ideia de se abortar o nascimento do *rentier* na estrutura econômica chinesa do que em causar a sua eutanásia *per si*.

Este ponto é central para se compreender a arrancada industrial chinesa no período, pois, na visão de Jabbour (2010), à medida que a dívida pública tornava-se elemento importante da gestão monetária, o controle governamental sobre as taxas de juros praticadas no sistema bancário fez com que os encargos financeiros decorrentes do crescente estoque de dívida pública e privada não se tornassem mecanismos inviabilizadores da estratégia reformista governamental, também como foi condição *sine qua non* para a criação de *funding* às grandes empresas estatais atuantes nos setores estratégicos e às empresas atuantes nos setores intensivos em trabalho.

Por fim, analisaremos no próximo item a gestão da política cambial, seus impactos sobre a atração de IDE e a expansão das exportações, assim como

⁴⁹ Cf. Naughton, 2007, p. 452.

⁵⁰ “[...] Embora este estado de coisas seja perfeitamente compatível com certo grau de individualismo, [...] a eutanásia do *rentier*, do investidor sem função, [...] levaria à eutanásia do poder cumulativo de opressão do capitalista sem explorar o valor da escassez do capital. O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte através da fixação da taxa de juros. [...] Uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. [...] Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos detentores [do capital], terá realizado o que lhe compete” (KEYNES, 1982, p. 286/287/288).

faremos uma análise sobre a inserção da economia chinesa na economia mundo-capitalista durante o período.

2.5. A abertura gradual ao exterior em meio ao ímpeto reformista

Não se pode compreender a condução do setor externo durante o período o inicial das reformas na China sem se levar em conta aspectos importantes da gestão feita pelo Estado chinês em termos de controle das principais variáveis de inserção externa de uma economia, a saber: câmbio, IDE e exportações.

A estratégia de abertura gradual da economia chinesa ao exterior no período destaca-se pela rígida gestão cambial, pela política de atração de IDE às Zonas Econômicas Especiais via estímulos estatais e pela agressiva política exportadora. Além disso, o sucesso no manejo destas variáveis externas tornou possível à economia chinesa dar início a uma alteração gradual de seus termos de troca e a promover sensível melhora de sua posição na estrutura econômica internacional, conforme veremos a seguir.

2.5.1. Política cambial, atração de IDE e estímulos às exportações: três elementos de uma mesma estratégia

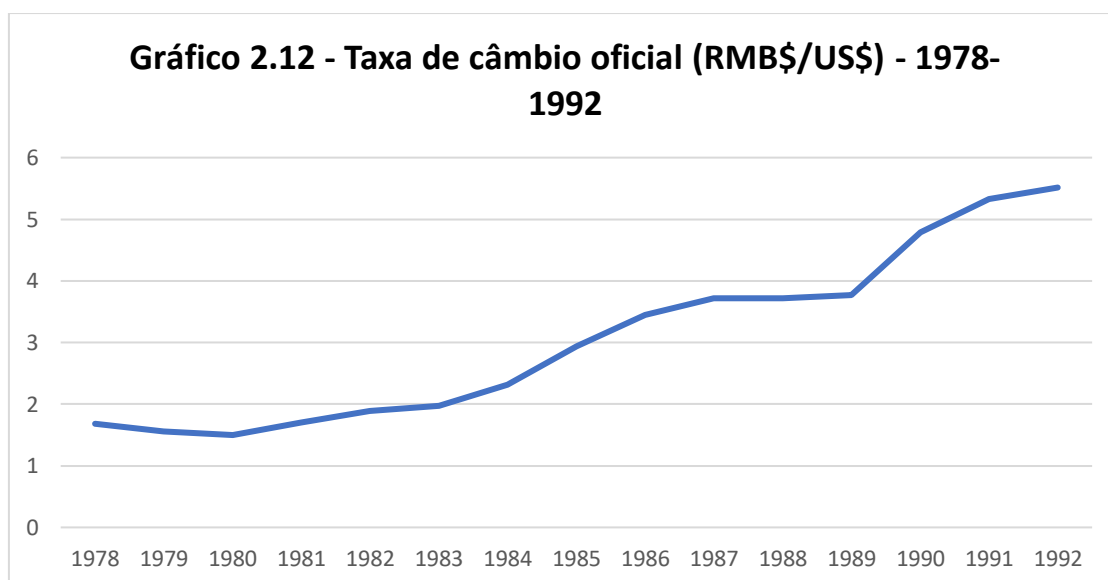
A gestão da política cambial chinesa esteve inserida na estratégia das reformas como instrumento de ganho de competitividade dos setores econômicos ligados ao setor exportador. Dizemos isto, pois, tal estratégia obedeceu a uma lógica de acúmulo de reservas em moeda forte que daria suporte às importações de bens de capital e tecnologias industriais destinadas a aprofundarem o parque industrial chinês, tanto no setor rural (nas TVE, especialmente) quando no setor urbano (MEDEIROS, 2013).

Nesse sentido, se até 1978 a taxa de câmbio da moeda chinesa em relação ao dólar norte-americano apresentava-se valorizada, após o início das reformas o governo chinês colocou em prática uma política de desvalorização gradual da moeda chinesa visando, por um lado, atrair o IDE das ETN e da “diáspora” chinesa na região asiática e, por outro lado, aumentar as exportações (LEÃO, 2010).

Com base nisto, houve a instauração de dois regimes cambiais bem definidos. Um, de caráter oficial, com o valor da moeda chinesa sendo

determinado pelo BPC e, outro, baseado nas práticas de *swaps* cambiais, com taxa ainda mais desvalorizada quando se compara com o regime oficial, e restrito, de um modo geral, a algumas empresas localizadas nas ZEE.

Este regime cambial dual vigorou até 1994, de forma a dar suporte às exportações e à atração de IDE. Após este ano, o regime cambial chinês foi unificado, com o BPC determinando a taxa oficial a ser praticada. Neste mesmo ano houve uma importante desvalorização da moeda chinesa, também como foi criado um mercado interbancário de moedas em Shanghai, que se transformou numa importante praça financeira utilizada pelo governo chinês para atrair os fluxos de capitais circulantes na região asiática em busca de valorização (MEDEIROS, 2009).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Ao analisarmos o gráfico 2.12, percebe-se que a taxa de câmbio oficial da moeda chinesa apresentou uma desvalorização gradual até 1987, quando, então, se estabilizou em torno de RMB 3,72/US\$ 1,00, tendo um ponto de partida de RMB 1,68/US\$ 1,00 em 1978.

Seguindo as linhas teóricas propostas de Arrighi (2008) e Medeiros (2013) de que uma desvalorização abrupta poderia colocar em risco a estratégia reformista, haja vista o impacto inflacionário e o descontrole em termos de produção agrícola que tal medida poderia ocasionar, a partir de 1987 houve maior rigidez no processo de desvalorização da moeda chinesa por parte do

BPC, que manteve a taxa de câmbio do país praticamente inalterada até 1989, em torno de 3,7 Yuans por Dólar.

Segundo Medeiros (2008), esta cautela do BPC levou em conta as tensões sociais internas ocorridas durante este período, também como as transformações externas que estavam ocorrendo desde a segunda metade da década de 1980 e que levariam ao colapso soviético em 1991.

Após 1989, a gestão cambial chinesa passou a se colocar mais assertiva no processo de elevar o ganho de competitividade internacional dos produtos chineses, quando o Yuan passou por forte desvalorização, saindo de 3,7 Yuans por Dólar para cerca de 5,5. Ademais, com a criação das ZEE (posteriormente ZDET), o capital estrangeiro foi atraído para estas regiões, via subsídios fiscais, com a obrigatoriedade de exportar parte de sua produção, o que demandava uma taxa de câmbio competitiva.

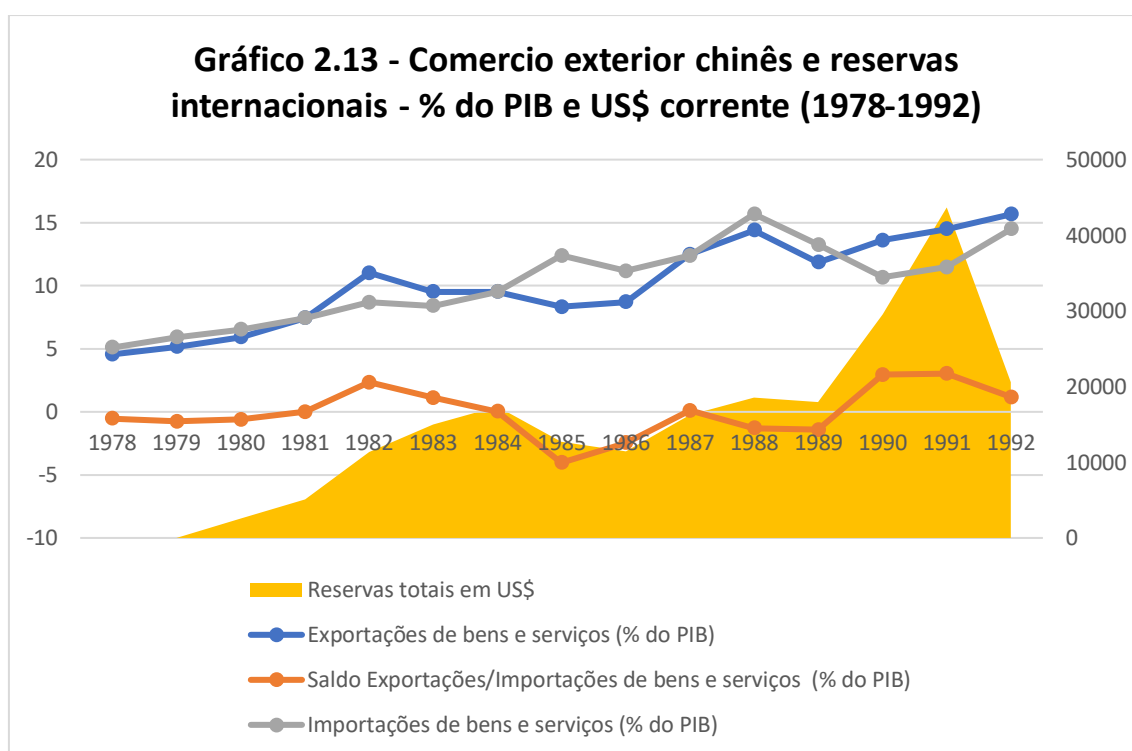
Segundo Zonenschain (2006), a atração de IDE, estimulada pela política cambial e pelos subsídios fiscais, esteve inserida na estratégia governamental de *catch-up* tecnológico, de forma a tornar a produção chinesa, especialmente nas ZEE (posteriormente ZDET), cada vez mais intensiva em capital e tecnologia e competitiva internacionalmente, dado o objetivo governamental de promover uma mudança gradual da estrutura exportadora chinesa ao longo do período.

Nesse sentido, Medeiros (2013) aponta que na China, diferentemente de países como o México, que criaram zonas de processamento de exportações e atraíram IDE, as ZEE serviram não somente como enclaves de processamento e exportação de produtos industrializados, atraindo as ETN com os diversos mecanismos disponíveis (força de trabalho barata e tecnicamente capacitada e estímulos fiscais e monetários).

Para além disso, as ZEE serviram como instrumento do governo chinês no esforço de capacitação tecnológica nacional, favorecendo não somente o *catch-up* tecnológico *per se* da produção industrial chinesa durante o período, também como levando a um crescimento do volume de produtos industrializados exportados e induzindo o desenvolvimento de um parque produtivo cada vez mais sofisticado (e aqui as *joint ventures* foram fundamentais) destinado a

abastecer o mercado interno, em robusto crescimento, com proteção às empresas estatais e privadas nacionais.

Conforme podemos observar no gráfico 2.13, a performance do comércio exterior chinês durante esta fase do período reformista apresentou variações positivas e negativas. Isto se explica, dentre outras coisas, pelo fato de que a importação de bens de capital foi elevada no período, e pelo fato de que a economia mundial passava pelas consequências recessivas do choque de juros do FED de 1979, que impactou negativamente a liquidez e o comércio mundiais e provocou uma deflação acentuada dos ativos japoneses, que sofreriam ainda mais com os Acordos do Plaza e do Louvre (TAVARES, 1997; HUNG, 2015).



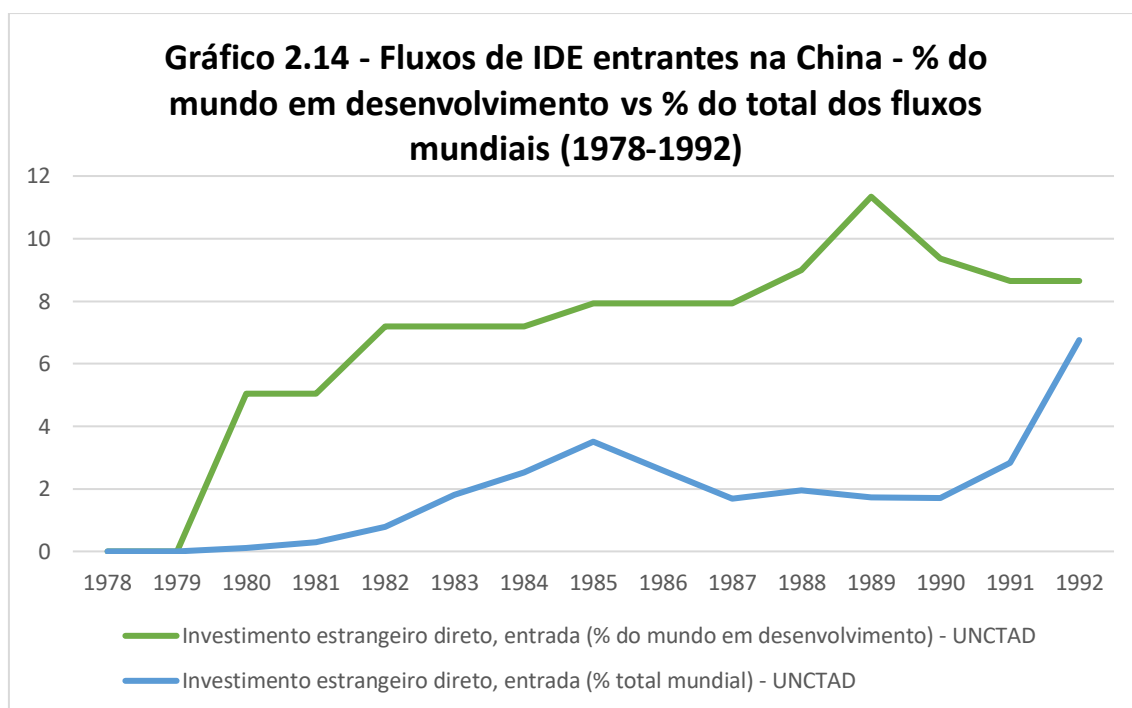
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Além disso, a desvalorização cambial feita durante os anos iniciais do processo reformista somente teria seus efeitos sentidos ao final da década de 1980. Dizemos isto, pois, paralelamente a uma nova e acentuada desvalorização da moeda chinesa entre 1987 e 1989⁵¹ e à crise deflacionária que se instalou na economia japonesa, foi somente no final da década que as exportações chinesas deslocaram os competidores japoneses e asiáticos de terceiros mercados nas

⁵¹ Ver gráfico 2.12.

economias centrais, como nos Estados Unidos e na Europa ocidental (ARMSTRONG, 2012), levando a um aumento considerável do saldo comercial do país.

Conforme destaca Giovanni Arrighi (2008), a exacerbação da concorrência entre os grupos capitalistas mundiais e a resposta norte-americana durante a década de 1970 foram determinantes para que a estratégia de alteração da inserção econômica internacional chinesa pós-1978 lograsse êxito, o que, de fato, pode ser constatado pela crescente participação da economia chinesa nos fluxos de IDE entrantes no mundo em desenvolvimento, que saiu de praticamente zero no início das reformas em 1978 e saltou para cerca de 11,3% em 1989, caindo ligeiramente para 8,6% em 1992.



Fonte: UNCTAD (2020).

Se olharmos a participação da China nos fluxos totais de IDE no mundo, percebe-se que até 1985 o país incrementou substancialmente sua participação, saindo também de praticamente zero para chegar a 3,5% na metade da década, caindo para cerca de 1,7% na média entre 1986 e 1990, para dar um enorme salto entre 1990 e 1992, quando chegou a mais de 6%.

Os fluxos de IDE destinados à Ásia e, em especial, à China devem ser entendidos como parte de uma reorientação da dinâmica mundial de acumulação de capital à Ásia Oriental, pois a expansão financeira iniciada pelos

Estados Unidos no final da década de 1970 fez com que houvesse uma transferência em massa das plantas produtivas das ETN norte-americanas, europeias e japonesas em direção ao Leste Asiático, num ajuste espacial, em escala verdadeiramente tectônica, do sistema capitalista e seu padrão ampliado de acumulação.

Nesse contexto, com a abertura planejada e gradual ao exterior e as reformas internas, a economia chinesa passou a despontar como um “novo espaço” de acumulação na dinâmica de reprodução mundializada do capital, se tornando uma nova frente de expansão, um novo *lócus*, para a valorização do capital financeiro centrado em Nova Iorque, que passou a circular mundialmente em busca de sua máxima valorização possível (ARRIGHI, 2008)⁵².

Depreende-se desse processo que a economia chinesa, em compasso de reformas, foi oferecida pelo governo chinês aos capitais circulantes mundiais como um território privilegiado de acumulação, alavancando ainda mais a reconfiguração da dinâmica de funcionamento da economia-mundo capitalista, que vinha ocorrendo desde o final dos anos 1970 (BARBOSA, 2019).

Além disso, as reformas internas induziam este processo de atração de capital produtivo e investimentos tecnológicos forâneos, cujo reflexo se fez sentir na criação das ZEE/ZDET, pois a terceirização da produção manufatureira norte-americana e japonesa intensivas em trabalho foi instalada nestas regiões por estarem próximas da costa litorânea, o que facilitaria o escoamento das exportações, e para servir ao esforço interno de industrialização, *catch-up* e a criação de mecanismos endógenos de acumulação.

Esta imbricação entre as reformas internas e a alteração nas relações externas fez com que, “em outras, palavras, o capital estrangeiro aproveitasse o bonde da expansão econômica, que não foi ele que iniciou, nem liderou, na

⁵² A transferência do capital físico dos Estados Unidos e das economias centrais à economia chinesa durante o período das reformas fez com que se iniciasse um ciclo de oferta ilimitada de bens de baixo custo monetário nas economias centrais, cujo impacto foi a retomada das elevadas taxas de lucros das ETN ocidentais operantes na China, ao mesmo tempo em que os consumidores das economias centrais tiveram seu poder de compra artificialmente elevado pelo baixo custo geral dos produtos industriais chineses. Nesse sentido, Harvey diz que “os Estados Unidos foram cúmplices do solapamento de seu domínio na manufatura ao desencadear por todo o globo os poderes das finanças. Mas os benefícios foram bens cada vez mais baratos de outros países para alimentar o consumismo interminável com que o país estava comprometido” (HARVEY, 2003, p. 60).

China “(ARRIGHI, 2008, P. 358). Ou seja, na visão de Arrighi, foram os capitalistas oriundos das economias centrais que mais precisaram da China para avançar na acumulação de capital, do que a China deles, afinal, ao iniciar as reformas internas pelos setores rural e urbano-industrial intensivos em trabalho, a participação do IDE se fez necessária muito mais para aumentar o incremento tecnológico ligado a estes setores do que para promover as reformas *per si*, num momento da economia-mundo capitalista marcado pela voracidade e volatilidade dos fluxos de capitais de curto prazo.

Segundo Castells (1999), a China adentrou nos circuitos das economias de rede empresariais num momento em que a região asiática se tornava um espaço de fluxos escolhido pelos grandes conglomerados capitalistas mundiais para alocarem suas redes de produção, comércio e investimentos. Mas, apesar da “era da informação” proposta pelo autor ter facilitado esta abertura e atratividade da economia chinesa como novo espaço de acumulação a tais fluxos, o capital estrangeiro adentrou na economia chinesa sob as regras impostas pelo Estado chinês, sendo enquadrado à estratégia de desenvolvimento econômico nacional pensada e colocada em prática pelo governo central através da criação de

um rígido código que [regulamentou] a atividade das empresas estrangeiras – *Foreign Investment Catalogue* –, definindo detalhadamente as condições de entrada, localização e operação do capital internacional, [procurando] resguardar a capacidade de controle e a necessária flexibilidade à política de atração de investimentos diretos, [...] prevalecendo um firme controle político do Estado chinês sobre suas condições de atuação (SAMPAIO JR, 2003, p. 460).

A formação de *joint ventures* entre empresas chinesas com ETN do exterior favoreceu a entrada das firmas chinesas, com produção até então local, nas redes mundiais de produção, comércio e investimentos, jogando por terra, de uma vez por todas, o isolamento do país na economia-mundo capitalista, especialmente porque, a partir deste movimento, as regiões das ZEE/ZDET passaram a se tornar espaços privilegiados da acumulação mundializada de capital, em meio à revolução tecnológica e à expansão financeira norte-americana.

Em outras palavras, a economia chinesa adentrou na economia-mundo capitalista durante o período reformista desorganizando a forma de

funcionamento das redes mundiais de produção, comércio e investimentos. Ou seja, desorganizou a seu favor todo o processo mundializado de acumulação de capital (BARBOSA, 2019).

2.5.2. Alteração do padrão de inserção econômica internacional chinesa

Como decorrência das reformas internas e do crescente influxo de IDE, a pauta exportadora chinesa passou por gradual transformação entre 1978 e 1992. Conforme destaca Chernavsky *et al* (2010), a pauta de exportações chinesa no final da década de 1970 era baseada em produtos agrícolas, petróleo e seus derivados, além de bens de consumo leve, de baixo valor agregado, intensivos em trabalho e especialmente ligados ao setor agrícola.

Com o prelúdio das reformas e a abertura planejada da economia chinesa aos fluxos de IDE, a pauta exportadora chinesa caminhou cada vez mais de produtos básicos para produtos manufaturados intensivos em trabalho, especialmente após os acordos do Plaza e do Louvre, tendo em vista o contexto internacional desfavorável aos competidores chineses na região, como Japão, Coreia do Sul e os tigres asiáticos de um modo geral. Neste contexto, a exportação de produtos industriais leves, produtos industriais diversificados e máquinas e equipamentos passaram a ser os principais componentes do drive exportador chinês (tabela 2.4).

Tabela 2.4 - Pauta de exportações chinesa por segmentos (1980-1992) – em US\$ bilhões

Ano	Alimentos	Bebidas e tabaco	Materiais cru	Combustíveis e lubrificantes	Óleos vegetais e minerais	Produtos químicos	Produtos industriais	Máquinas e equipamentos	Produtos diversos	Outros produtos não-classificados
1980	2,90	0,78	1,71	4,20	0,06	1,10	3,90	0,80	2,80	0,20
1985	3,80	0,10	2,60	7,10	0,10	1,30	4,40	0,70	3,40	3,40
1990	6,60	0,30	3,50	5,20	0,16	3,70	12,50	5,50	12,60	11,60
1991	7,20	0,52	3,40	4,70	0,15	3,80	14,40	7,10	16,60	13,60
1992	8,30	0,70	3,10	4,60	0,13	4,30	16,10	13,20	34,20	0,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Do ponto de vista da pauta importadora, máquinas e equipamentos, produtos industriais leves e alimentos representaram os três principais componentes no ano de 1980, ao passo que em 1991 as máquinas e equipamentos se mantiveram como item mais destacado, devido à necessidade

de importação de bens de capital para aprofundamento do parque industrial chinês, com os alimentos cedendo a segunda posição para os produtos químicos, que cresceram vertiginosamente devido aos estímulos governamentais ao uso de agentes químicos na produção agrícola (tabela 2.5).

Tabela 2.5 - Pauta de importações chinesa por segmentos (1980-1992) – em US\$ bilhões

Ano	Alimentos	Bebidas e tabaco	Materiais cru	Combustíveis e lubrificantes	Óleos vegetais e minerais	Produtos químicos	Produtos industriais	Máquinas e equipamentos	Produtos diversos	Outros produtos não-classificados
1980	2,90	0,03	3,50	0,20	0,20	2,90	4,10	5,10	0,50	0,30
1985	1,50	0,20	3,20	0,10	0,10	4,40	11,80	16,20	1,90	2,40
1990	3,30	0,15	4,10	1,20	0,90	6,60	8,90	16,80	2,10	8,90
1991	2,70	0,20	5,00	2,10	0,70	9,20	10,40	19,60	2,40	11,10
1992	3,10	0,23	5,70	3,50	0,50	11,10	19,20	31,30	5,50	0,00

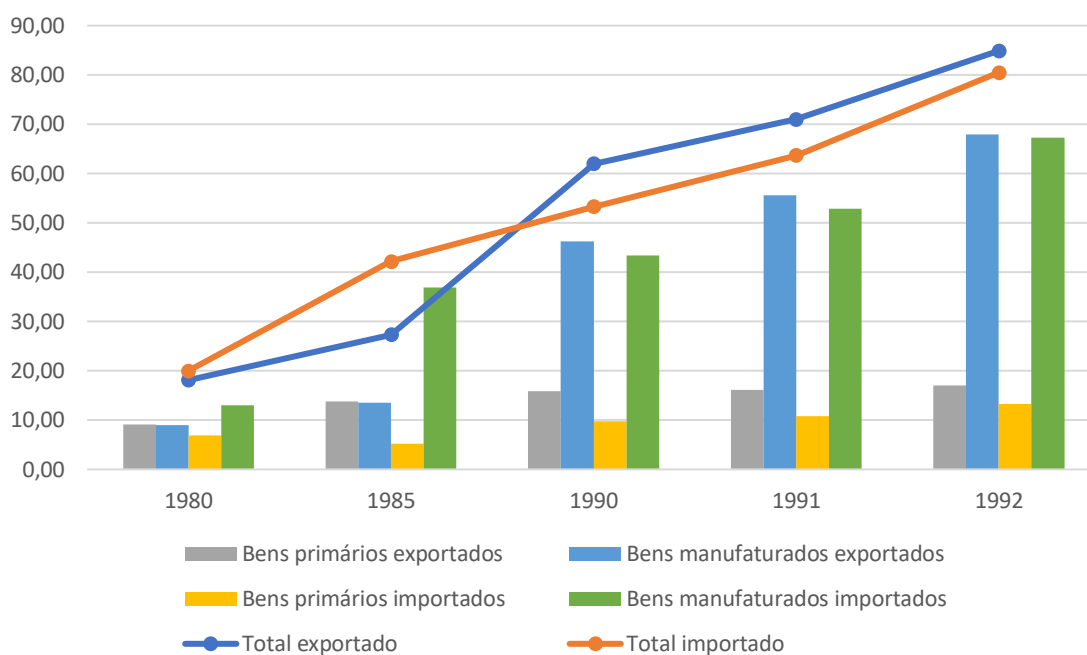
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Se, por um lado, a exportação total de produtos primários pela China foi da ordem de 900 milhões de dólares em 1980, e este valor subiu para apenas 1,7 bilhão de dólares em 1992, por outro lado, a pauta exportadora de produtos industrializados e/ou manufaturados totais elevou-se de 9 para 67,9 bilhões de dólares, no mesmo período.

O aumento de importância deste tipo de produto na pauta exportadora chinesa reflete o sucesso tanto da agenda reformista consubstanciada nas “quatro modernizações”, que tornaram o parque produtivo chinês tecnologicamente mais sofisticado, quanto da gestão macroeconômica voltada à indução da industrialização, que, por sua vez, se refletiu na diversificação do drive exportador.

Gráfico 2.15 - Pauta de comércio exterior chinês por fator agregado e total (1980-1992)

Em US\$ bilhões



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Além disso, conforme Chernavsky *et al* (2010), em virtude das necessidades de aprofundamento industrial e tecnológico, a China importou muito maquinário de transporte e bens de capital, suprimindo a crescente demanda interna do setor urbano-industrial. As cifras deste segmento apresentaram um salto extraordinário, saindo de 5,1 bilhões de dólares em 1980 para cerca de 31,3 bilhões em 1992.

Ao mesmo tempo em que a produção industrial se elevava na economia chinesa, a importação de bens de consumo leve também apresentou elevação, saindo de 4,1 bilhões de dólares em 1980 para cerca de 19,2 bilhões em 1992. Isso se deveu, dentre outras coisas, pela manutenção do elevado nível de consumo das famílias chinesas, essencialmente as do setor urbano, haja vista o crescimento nominal dos salários visto no período.

Nesse sentido, a participação do comércio externo na composição do PIB chinês esteve atrelada à ruptura com o longo período de isolamento da economia chinesa junto à economia-mundo capitalista. Este processo de ruptura, claramente orientado pelo Estado, foi feito não somente para dar suporte às reformas internas, mas também para quebrar o círculo vicioso em torno do

qual a economia chinesa se mantinha do ponto de vista externo, a saber: como uma economia periférica (JABBOUR, 2010)⁵³.

Paralelamente à crescente participação chinesa nas redes mundiais de comércio, Arrighi (2008) destaca que, quando se analisa a inserção econômica chinesa na região asiática, percebe-se que houve a criação de uma rede triangular de comércio e investimentos, com a China dando os primeiros sinais, ainda na década de 1980, de que se tornaria o principal polo de atração dos fluxos de produção, comércio e investimentos na região, ainda que em menor escala se comparado com os fluxos da própria economia chinesa com os países centrais.

Com o processo de expansão financeira originado no Estados Unidos e a crise da década de 1970, a gradual abertura chinesa ao exterior foi importante para promover uma nova rodada de expansão da acumulação de capital na Ásia. Para Arrighi (1996), o processo de acumulação de capital na região asiática começou com a primeira rodada de investimentos e transferências de plantas produtivas dos Estados Unidos para o Japão nas décadas de 1950-60, passando para uma segunda rodada, quando houve a terceirização da produção intensiva em trabalho japonesa para os Tigres Asiáticos, seguido por uma terceira rodada de terceirização da produção japonesa e dos Tigres Asiáticos para os países da ASEAN e, finalmente, chegando a uma quarta rodada que se iniciou, pra valer, em meados da década de 1980, com a China como grande protagonista e receptora de investimentos asiáticos⁵⁴.

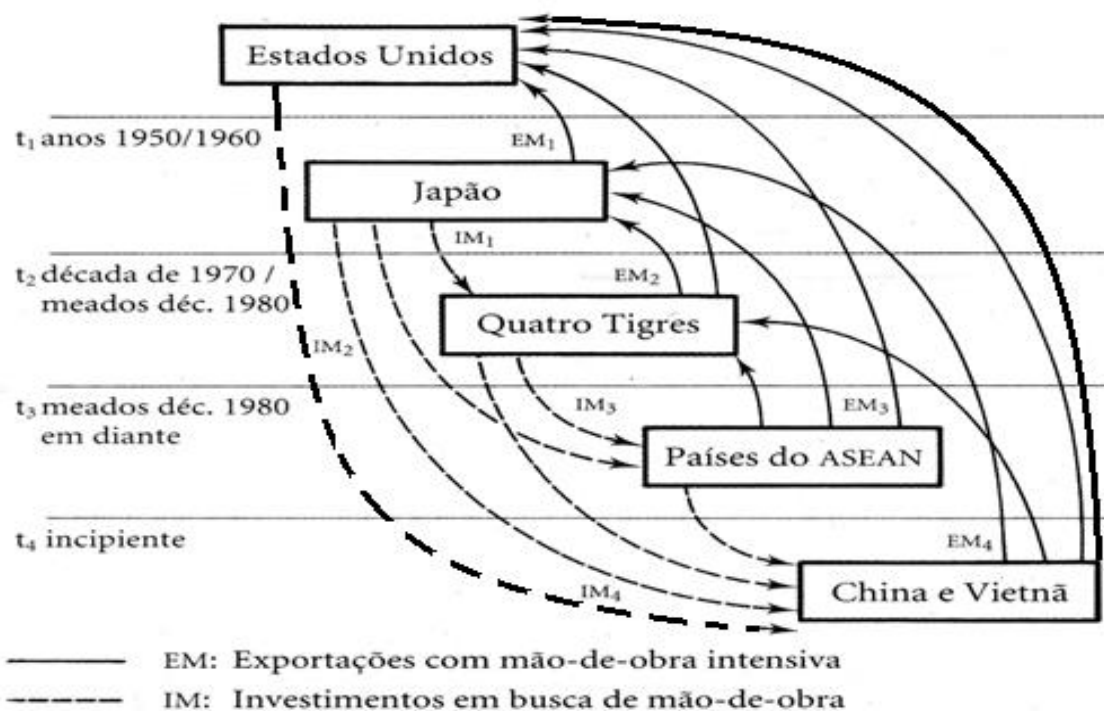
Nesse contexto, a abertura gradual e a melhora da inserção econômica internacional chinesa durante o período reformista devem ser analisadas levando-se em consideração as transformações históricas ocorridas no espaço econômico asiático no pós-guerra, ancorado no “magnânimo” regime de acumulação norte-americano, o qual possibilitou a modernização japonesa e causou um efeito “bola de neve” na região asiática, com os países mais populosos e mais pobres sendo incorporados nas redes de produção, comércio e investimentos à medida que a acumulação de capital se aprofundava nos

⁵³ Cf. Jabbour (2010), item 5.2 (Inserção externa soberana e acumulação de capital).

⁵⁴ Cf. Castells (1999), capítulo 4.

países mais avançados da região, chegando na economia chinesa justamente no período das reformas.

Figura 2.1 – Espaço de fluxos de investimento e exportações no Leste Asiático – segunda metade do século XX.



Fonte: Arrighi (1996), p. 362 – com adaptações.

Para tanto, as mudanças promovidas pelo PCC na estrutura institucional da economia e da sociedade chinesas foram fundamentais, pois somente com elas pôde ocorrer as transformações estruturais vistas na economia chinesa, que corresponderam, determinantemente, às necessidades da agenda reformista, também como às necessidades das dinâmicas asiática e mundial de acumulação.

Corroborando tal argumento, Carlos Medeiros destaca que a participação chinesa no comércio asiático esteve atrelada à estratégia das reformas, com o governo de Pequim aproveitando o contexto interno e externo para aprofundar a participação chinesa na produção e exportação de produtos industrializados intensivos em trabalho, pois, segundo o autor,

o desenvolvimento chinês requeria obter simultaneamente uma expansão global de sua capacidade de importar e viabilizar um rápido deslocamento da pauta de importações na direção de máquinas e equipamentos. O deslocamento da pauta de exportações na direção

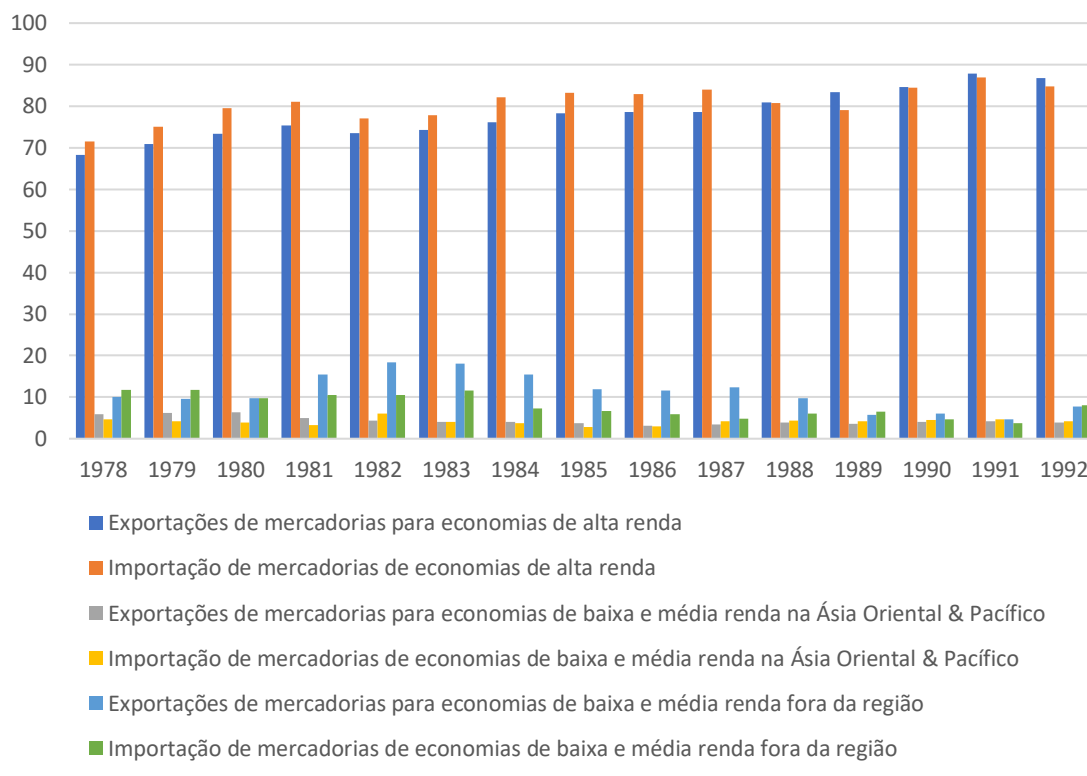
de bens intensivos em mão-de-obra e a atração do investimento externo voltado à construção desta capacidade exportadora caracterizaram a resposta chinesa ao desafio do desenvolvimento levando, pelo seu tamanho específico, a grande mudança no comércio regional. Tal como a maioria dos países asiáticos que se industrializaram no pós-guerra, a pauta exportadora chinesa concentrava-se ao longo dos anos 80 essencialmente em produtos intensivos em mão-de-obra e de baixo valor unitário. Esta era a pauta tanto das exportações das empresas estrangeiras quanto das empresas privadas e das que, em *joint-ventures* com empresas chinesas, formaram o núcleo das zonas econômicas especiais (como as de Shenzhen, Fuzhou, Zhuhai) (MEDEIROS, 2006, p. 387).

Por fim, o aumento de importância da economia chinesa nas redes econômicas asiáticas, que vai se consolidar somente após a crise asiática de 1997, conforme veremos no próximo capítulo, foi importante vetor para o aprofundamento da acumulação de capital na região, haja vista que, mesmo que as corporações chinesas (nacionais e em *joint ventures*) apresentassem elevado poder de competição em terceiros mercados contra as corporações japonesas e sul-coreanas, a elevação das importações de produtos básicos (dos países menos desenvolvidos da região), produtos intermediários e bens de capital (dos países mais desenvolvidos da região) fez com que o fluxo de renda gerado durante este processo na região tivesse na economia chinesa, ainda que de forma incipiente ao longo da década de 1980, um importante centro catalizador (NAUGHTON, 2007).

Por outro lado, mesmo com o prelúdio da estruturação de redes de produção, comércio e investimentos asiáticas em torno da economia chinesa a partir da segunda metade da década de 1980 e o início da década de 1990, externamente a economia chinesa esteve fortemente atrelada à dinâmica das redes de produção, comércio e investimentos com os países de renda elevada (centrais) da região e fora da região, com as exportações chinesas passando a satisfazer a demanda dos países centrais em volume cada vez maior.

Conforme se pode verificar no gráfico 2.16, do total das exportações de mercadorias chinesas em 1978, cerca de 68% tiveram como destino economias de renda elevada, saltando para um pico de 87% em 1991 e 86% em 1992. As importações de mercadorias seguiram esta mesma lógica, com mais de 70% delas em 1978 sendo oriundas das economias de renda elevada, chegando a cerca de 85% em 1992.

Gráfico 2.16 - Dinâmica do comércio externo chinês por tipos de economia - % das exportações / importações totais de mercadorias (1978-1992)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020) e UNCTAD (2020).

Nesse sentido, Hung (2015) aponta que a expansão do drive exportador chinês nos setores intensivos em trabalho, antes fabricados pelos países da ASEAN, e a criação de uma rede de comércio e investimentos na região asiática, tornaram as economias da região cada vez mais interdependentes⁵⁵ da dinâmica exportadora chinesa para as economias de renda elevada a nível mundial.

Por um lado, isto reflete a forte complementaridade entre os fluxos comerciais e IDE na “rede asiática de produção”, com os investimentos japoneses e dos países da ASEAN migrando, em escala cada vez maior, para a produção de produtos manufaturados em solo chinês, devido à exacerbação da concorrência entre as corporações asiáticas em terceiros mercados. Por outro

⁵⁵ “Sob este círculo da rede de produção sinocêntrica e da crescente dependência do Leste Asiático com a China para o crescimento das exportações, os limites e a vulnerabilidade do modelo de desenvolvimento chinês, sinalizado por sua dependência excessiva da demanda de consumo nos países ricos e o crescimento [...] do seu próprio mercado interno, traduzem-se nos limites e vulnerabilidades de outras economias asiáticas” (HUNG, 2015, p. 81-83 – tradução nossa).

lado, de forma a caricaturar este processo inicial de articulação das economias asiáticas em torno da economia chinesa, houve

a recomposição do comércio exterior, com o crescimento dos fluxos intrarregionais, centralizados na China, e a perda relativa de importância dos mercados ocidentais. Aqui se deve perceber que está se manifestando a regionalização centrada na China, na medida em que seus vizinhos vão perdendo *market share* nos principais mercados extrarregionais – particularmente nos EUA – e compensando isso com o aumento das vendas para a China. Por isso mesmo, há um volume cada vez maior de comércio de componentes no total transacionado entre os países da região. Etapas sucessivas da produção de manufaturas, extração e processamento das matérias-primas básicas, produção de energia e alimentos para as populações urbanas etc., até o controle do *core* tecnológico e das redes de distribuição, passam por esta divisão regional do trabalho (CUNHA; ACIOLY, 2009, p. 373).

A estratégia de desenvolvimento econômico planejado pelo Estado chinês via reformas, introdução de mecanismos tipicamente capitalistas de acumulação em determinados setores econômicos e a estratégia politicamente executada de atração de IDE e avanço das exportações durante o período analisado fizeram com que a inserção externa chinesa se alterasse drasticamente.

Do ponto de vista político, houve o estabelecimento de relações diplomáticas com diversos Estados e governos no sistema interestatal mundial. Do ponto de vista econômico, iniciou-se um deslocamento da posição chinesa na economia-mundo capitalista, saindo de uma posição periférica na região asiática e mundial para se tornar a pedra angular nas redes de produção, comércio e investimentos da região já no início da década de 1990.

Isto impactou profundamente a relação econômica das economias asiáticas com o restante da economia-mundo capitalista, especialmente quando se leva em conta que, após a “contrarrevolução monetarista” dos anos 1980, a região asiática se tornaria o *locus* primário da produção manufatureira mundial, com a China despontando como central neste processo e se configurando como um dos nós em termos produtivos, comerciais e de investimentos não somente da região, mas também da própria economia-mundo capitalista, nos idos dos anos 1990, conforme nos lembra Arrighi (2008).

2.6. Considerações finais do capítulo

A reestruturação da dinâmica de acumulação mundial de capital ocorrida ao longo das décadas de 1970 e 1980 foi determinante para o sucesso da agenda reformista implementada pelo Estado chinês, assim como para habilitar a economia chinesa como um novo lócus de acumulação em sentido ampliado.

Em primeiro lugar, a estratégia norte-americana de aproximação com o governo chinês e a postura de Mao Tsé-tung de romper com o isolamento político internacional da China foi pré-condição para os acontecimentos econômicos vindouros ao final da década de 1970.

Secundariamente, mas não menos importante, o grupo dirigente chinês que ascendeu ao comando do PCC após a morte de Mao em 1976, cuja principal liderança era Deng Xiaoping, enfrentou um difícil processo de transição política interna, sabendo fazer uma leitura pragmática do contexto externo e, através de uma deliberada e necessária política de acomodação das forças políticas no interior do PCC, deslançou uma agenda reformista com mecanismos tipicamente capitalistas de acumulação na economia chinesa, que deram início à espetacular transformação produtiva desta no período analisado, seja no setor rural, seja no setor urbano, e com o apoio decisivo do ELP.

As reformas setoriais internas e as transformações externas, especialmente na região asiática, que se transformaria no pivô na economia-mundo capitalista em termos produtivos, comerciais e de investimentos, deixam claro que a estratégia política do Estado chinês de promover um processo de gradual abertura à acumulação capitalista, via reformas setoriais no interior de suas fronteiras, é um caso único na historiografia econômica mundial.

Dizemos isto, pois, a China era um país politicamente autoritário (continua sendo) e com economia planificada em 1978. Porém, sob a impactante liderança de Deng Xiaoping, iniciou um processo de transformações estruturais no seio de sua sociedade, promovendo uma guinada econômica sem solavancos e coordenada pelo Estado via utilização de mecanismos de planejamento da era anterior.

No tocante ao setor externo da economia chinesa, o processo de abertura gradual e controlada esteve muito mais atrelado à atração de IDE e tecnologias forâneas do que à mera agressividade exportadora, conforme muito

propalado por estudiosos ocidentais ligados às instituições *mainstream*. O drive exportador foi muito mais importante para a estratégia do Estado chinês de aumentar o poderio financeiro do país em moeda forte, visando ao aumento da capacidade importadora de insumos e bens de capital necessários ao aprofundamento da industrialização, do que um mero instrumento de ganhos de mercados no exterior.

Dizemos isto para frisar que o drive exportador teve, sim, sua importância nesta fase das reformas, servindo como parte de uma ampla estratégia estatal de modernização econômica, que tinha como objetivo central a introdução de um padrão de acumulação com mecanismos tipicamente capitalistas operando, autocentrado na ampliação da economia de mercado chinesa em termos braudelianos que levaria (e de fato levou) à formação de uma estrutura produtiva ampla e diversificada, sob orientação e planejamento do Estado chinês.

O sucesso do processo reformista nos anos ora analisados neste capítulo se fez sentir no extraordinário interesse das classes capitalistas mundiais em alocar seus capitais produtivos na economia chinesa, mesmo com os mecanismos de regulação estatal fortemente contrários aos pressupostos da “contrarrevolução monetarista”, que marcou o início da atual expansão financeira norte-americana.

O processo de implantação gradual pelo Estado chinês de mecanismos de acumulação tipicamente capitalistas em alguns setores da economia chinesa serve como exemplo comparativo na historiografia econômica mundial em relação a outros processos de desenvolvimento econômico tipicamente capitalistas, dada a importância em escala, impacto e continuidade do caso chinês.

Dizemos isto em comparação aos processos de transição levados a cabo pelas nações de regime político autoritário e economia planificada do Leste Europeu, que passaram por verdadeiras (senão aterrorizantes) “terapias de choque” no início da década de 1990, que resultaram na instauração de regimes políticos democráticos aos moldes ocidentais e em retumbantes fracassos econômicos, num movimento totalmente inverso ao visto na China, a saber: a

manutenção do regime político autoritário monopolizado no PCC, com a introdução gradual, regulada e planejada de mecanismos de acumulação econômica tipicamente capitalistas nos setores das “quatro modernizações”.

Capítulo 3 – Aprofundamento da acumulação capitalista, modernização produtiva e inserção econômica internacional chinesa (1993-2002);

O aprofundamento da acumulação de capital na economia chinesa nos anos que vão de 1993 a 2002 é um traço marcante da estratégia definida e trilhada pelo Estado chinês em continuar a desenvolver os setores produtivos e tecnológicos tangentes ao período inicial das reformas.

Para tanto, a continuidade do planejamento estatal seria primordial para que o Estado chinês conseguisse absorver os choques oriundos do exterior de forma a readequar a tração da economia chinesa aos novos tempos predominantes na economia-mundo capitalista e no sistema mundial de um modo geral, marcado economicamente pela abertura produtiva e liberalização comercial-financeira e, politicamente, pelo ocaso soviético, o fim da guerra fria e a preponderância norte-americana após 1991, dando início a um momento de transição da ordem internacional bipolar para uma nova ordem considerada uni-multipolar⁵⁶.

Em março de 1991, sob a liderança de Deng Xiaoping, foi lançado o 8º plano quinquenal, que seria implementado entre 1991 e 1995, discutido e aprovado na Quarta Seção Plenária do Sétimo Congresso Nacional do Povo do PCC. Tal plano tinha como objetivo central o aprofundamento da estrutura industrial chinesa, o aumento do investimento estatal em P&D de forma a acelerar o *catch-up* industrial e a abertura de novas frentes de expansão para a acumulação de capital na economia chinesa.

Para tanto, o plano definia que tal estratégia seria baseada: 1) no crescimento econômico acelerado; 2) na contínua expansão do mercado interno consumidor e na melhora dos padrões de vida da população chinesa no campo e nas cidades; 3) na descentralização regional dos investimentos e da produção; 4) no crescimento sustentável da produção agrícola; 5) na manutenção da estabilidade macroeconômica; 6) na implantação de novos instrumentos de

⁵⁶ Preponderância político-militar dos Estados Unidos sobre todas as demais potências mundiais, mas multipolar do ponto de vista econômico, com a Alemanha e o Japão continuando, ao lado dos Estados Unidos, a determinar a dinâmica da acumulação de capital no centro da economia-mundo capitalista. Sobre esse assunto, ver Guimarães (1999).

compliance empresarial, numa verdadeira reorganização da estrutura produtiva das empresas estatais chinesas, de forma a absorver as novas técnicas oriundas das ETN dos países Ocidentais; 7) na abertura de novas frentes de expansão em setores selecionados, e; 8) na manutenção da capacidade regulatória do Estado frente às mudanças que a economia chinesa viria a passar (PENG 1996).

Em setembro de 1995, surgiria o 9º plano quinquenal, que passaria a vigorar entre 1996 e 2000, discutido e aprovado na Quinta Seção Plenária do 14º Congresso Nacional do Povo do PCC. O plano definiu a continuidade do aprofundamento do parque industrial chinês atrelado aos avanços tecnológicos constante no plano quinquenal anterior, mas com a inovação de que deveriam ser criadas as bases para a conformação de uma “economia de mercado socialista chinesa”, com um sistema de macro-controle por parte do Estado, de forma a levar o país ao novo milênio. Ou seja, seria a fase dois do plano anterior, só que agora de forma muito mais acelerada (CHINA, 2000).

De forma sumária, os resultados de tais planos no final do período, de acordo com os dados do Banco Mundial (2020) e de China (2009), foram expressivos: 1) o produto interno bruto chinês alcançou 2,6 trilhões de dólares a preços correntes de 2010, mais de nove vezes em referência ao PIB de 1978, ano inicial das reformas; 2) a produção de alimentos, cimento para construção, carvão, algodão, aço e geração de eletricidade estiveram entre três as maiores do mundo no período; 3) a taxa de crescimento médio do PIB foi de 9,84% ao ano, em meio a um contexto internacional marcado pelo baixo crescimento econômico e recorrentes crises financeiras; 4) a taxa média de investimentos no período situou-se na casa dos 33%; 5) a construção de ferrovias no período chegou ao patamar de mais de 461 mil quilômetros de extensão; 6) o volume total exportado no período foi de mais de 1,3 trilhão de dólares a preços correntes de 2010; 7) a força de trabalho migrante inserida no mercado de trabalho chegou ao importante número de 69 milhões de pessoas (uma média de 6,9 milhões de pessoas incorporadas ao mercado de trabalho anualmente); 8) a redução da pobreza extrema, tendo em vista que a quantidade de pessoas vivendo com menos de 1,90 dólares por dia saiu de 56,6% da população total no início do período para chegar a 40,2% no final do período, e; 9) o volume de investimento

em P&D saiu de um patamar de menos de meio ponto percentual do PIB em 1993 para mais que dobrar no final do período.

Partindo-se dos supracitados planos quinquenais, Leão (2012) revela que o “grande compromisso” firmado por Deng Xiaoping, que já discutimos anteriormente, tinha como objetivo garantir a base política, militar e social necessária aos desafios que o país passaria a enfrentar no período pós-guerra fria, assegurando uma coesão e solidez no interior do PCC que garantisse a continuidade da modernização econômica iniciada com as reformas, sob o comando do Estado chinês.

Além disso, a modernização da maquinaria do ELP, sob o comando da Comissão Militar do PCC, e a legitimidade política do PCC perante a sociedade chinesa estiveram no núcleo nervoso neste novo contexto que se abria à economia chinesa, afinal, a capilaridade geográfica e social do ELP, num momento em que tensões por liberalização política emergiam em todo o mundo, assegurou o controle social necessário para que o Estado chinês pudesse dar continuidade ao aprofundamento da acumulação capitalista que, por sua vez, não ocorreria sem a intensificação das reformas.

Nesse sentido, tanto Deng Xiaoping quanto Jiang Zemin, este último na presidência chinesa entre março de 1993 e março de 2003, tinham em mente criar um ambiente institucional interno favorável à ampliação do *catch-up* tecnológico ligado à indústria, com a criação (ou mesmo ampliação) de programas estatais de investimentos em P&D em diversas áreas, em parceria com os setores empresariais estatais e privados, nacionais e/ou estrangeiros.

Uma das pré-condições que o ELP impôs ao grupo político dirigente do PCC na esteira do “grande compromisso” foi que tal *catch-up* seria, também, incorporado ao setor militar, haja vista que a Primeira Guerra do Golfo e a implosão soviética no início da década ligaram um sinal de alerta sobre o grupo dirigente do ELP para o fato de que a base bélico-material das forças armadas chinesas já não mais estariam em condições compatíveis com o estado da arte tecnológica mundial naquele momento. Portanto, a modernização econômica deveria ocorrer *pari passu* a modernização bélico-material, visando a assegurar

a segurança nacional do país e, em última análise, a própria sobrevivência do PCC enquanto *locus* primário de poder na China (NAUGHTON, 2007).

Dessa forma, o assertivo apoio do ELP ao aprofundamento das reformas foi o primordial para o projeto político de Deng Xiaoping e Jiang Zemin, a saber, de aprofundar a modernização econômica chinesa no período, modernização esta que passaria pela criação de novos mecanismos institucionais de concorrência empresarial e individual, a abertura de setores selecionados pelo Estado chinês à acumulação de capital, a reestruturação produtiva das empresas estatais, que passariam, algumas delas, para o controle privado via processo de privatizações, além da intensificação da atuação externa das empresas chinesas e a continuidade da atração de IDE, mas sem a perda de controle pelo poder estatal⁵⁷.

Partindo-se desta breve introdução, este capítulo está estruturado em três seções mais as considerações finais, de forma a apresentar, na primeira seção (item 3.1), como ocorreu o processo de aprofundamento da acumulação de capital na China durante o período, destacando como as mudanças institucionais promovidas pelo Estado chinês foram necessárias para aumentar o nível de competitividade produtiva-empresarial da economia chinesa.

Ainda nesta seção, analisa-se como as medidas de gestão macroeconômica estiveram no cerne, no coração, da dinâmica de acumulação de capital chinesa no período, afinal as reformas fiscal e dos sistemas bancário e financeiro ocorridas no início da década de 1990 foram determinantes para acomodar os choques externos vindouros sobre a economia chinesa, além de terem sido importantes para promover um *reaggiornamento* do poder de fogo dos bancos estatais frente às demandas de *funding* para investimentos, que viriam a se fazer presentes durante todo o período analisado.

Na segunda seção (item 3.2) será tratado como ocorreu a modernização setorial, focando-se nos setores da agricultura, indústria, ciência & tecnologia e bélico-industrial. Nesse sentido, buscará ser feita uma análise acerca do processo de privatização e mecanização da produção agrícola, assim como

⁵⁷ Cf. Zemin (2012), item “*implement the opening up strategy of integrating "bringing in" with "going global"*”.

demonstrar como o processo de privatização e elevação da competitividade industrial nos setores urbanos da economia chinesa estiveram fortemente atrelados ao esforço nacional de *catch-up* tecnológico, numa estratégia multivariada de absorção tecnológica do exterior que impactou a produtividade do parque industrial nacional e a competitividade da produção chinesa no exterior.

Destaca-se, ainda, a modernização do setor bélico-industrial como central para que a China pudesse enfrentar os novos desafios impostos pelo contexto internacional pós-guerra fria, algo que Deng Xiaoping e os líderes do ELP tiveram que equacionar de forma a fazer com que este último fosse modernizado, com a contrapartida do apoio incondicional do grupo dirigente militar ao PCC de Deng Xiaoping no tocante ao aprofundamento, em escala cada vez maior, da acumulação de capital no país.

Na terceira seção (item 3.3), intenta-se uma análise do padrão de inserção externa da economia chinesa durante o período, partindo-se da gestão da política cambial como chave-introdutória para se compreender a forma como a economia chinesa conseguiu amenizar as turbulências da crise asiática de 1997, de forma a se tornar, gradualmente, o campo gravitacional das economias asiáticas no pós-crise.

Além disso, busca-se analisar a estratégia chinesa de atração de IDE no período, destacando-se a participação dos fluxos oriundos das economias centrais, em meio a um contexto de aprofundamento da expansão financeira norte-americana e o avanço do drive exportador chinês em direção aos produtos industrializados e o drive importador de produtos básicos, intermediários e de capital, tornando a economia chinesa um duplo polo na economia-mundo capitalista, importadora de produtos primários, intermediários e de capital de diversas regiões e economias, e se tornando exportadora de produtos industrializados para as economias centrais.

Por fim, nas considerações finais (item 3.4) há uma exposição do quadro geral da economia chinesa no período, assim como o retrato desta no ano de 2002.

3.1. Aprofundamento da acumulação capitalista e a gestão macroeconômica

As análises do processo de abertura gradual e reformas administradas, assim como do aprofundamento da acumulação de capital levado a cabo pelo Estado chinês no período compreendido entre 1993 e 2002, não podem ser plenamente empreendidas sem se levar em conta uma investigação das mudanças no aparato jurídico-institucional ocorridas na economia chinesa, que potencializaram a acumulação capitalista no período em diversos setores econômicos, assim como proporcionaram um novo padrão estrutural de funcionamento da economia chinesa, em especial no setor empresarial-industrial.

Após a abordagem desta questão, que é fundamental para toda a nossa discussão *a posteriori* neste capítulo, procederemos à análise da gestão macroeconômica, suas fases, condicionantes e resultados.

3.1.1. Aspectos institucionais da acumulação capitalista chinesa no período

Várias medidas institucionais formuladas pelo Estado foram colocadas em prática e deram a tônica da transformação da economia chinesa no período, impactando, essencialmente, a composição acionária das empresas, assim como estimulando a absorção de novos processos gerenciais e empresariais aos moldes das ETN Ocidentais, cujo fim último seria a atuação das empresas chinesas em determinados setores via abertura planejada destes pelo Estado, com avanços em termos de aumento da concorrência interempresarial e expansão da acumulação de capital sob a coordenação e orientação estatal, especialmente nos setores da agricultura, serviços e atividades industriais (NAUGHTON, 2007), reforçando a ideia de “economia socialista de mercado” de Deng Xiaoping⁵⁸.

⁵⁸ “A economia de mercado é uma forma social e econômica desenvolvida sob as condições de mercado por meio da divisão do trabalho. Ela passou a existir na sociedade em suas várias formas após o surgimento da divisão do trabalho e foi intimamente associada ao tipo de propriedade dominante na sociedade. Ainda assim, [...] a economia de mercado é neutra por natureza e bastante adaptável. Pode ser adotada tanto sob a propriedade privada dos meios de produção quanto sob a propriedade pública e coletiva dos meios de produção. Ou seja, a

Nesse sentido, Wu (2005) destaca que a abertura gradual e planejada de novas frentes setoriais de expansão à acumulação no período permitiu a atuação de agentes empresariais privados nacionais estatais e não-estatais, assim como agentes empresariais internacionais autorizados a operar em solo chinês, estes últimos em setores considerados não-estratégicos. Em contrapartida, o Estado definiu a atribuição de monopólios, reservas de mercado e restrições de atuação em setores considerados sensíveis à estratégia de desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, cujos agentes de atuação seriam somente as grandes empresas estatais.

Para além da condução macroeconômica que garantiu o fomento da expansão industrial com incorporação tecnológica de forma ampla (que trataremos mais adiante), medidas institucionais colocadas em prática permitiram a almejada reestruturação empresarial proposta pelo PCC nos supracitados planos quinquenais. Dentre tais medidas, destacam-se:

A Regulations on Transforming the Management Mechanism of Industrial Enterprises Owned by The Whole People, de 1992, em que o Estado criaria 16 regras⁵⁹ visando a conferir maior autonomia operacional às empresas estatais, de forma a torná-las modernas corporações no médio prazo e capazes de

economia de mercado e o socialismo não são mutuamente excludentes. Eles podem existir lado a lado e, sob o socialismo, e se tornar uma economia socialista de mercado. A economia socialista não é apenas uma economia planejada que exclui um mecanismo de mercado, nem é apenas uma economia de mercado que exclui um mecanismo de planejamento. A economia planejada e a economia de mercado são dois aspectos diferentes da economia socialista. A economia planejada reflete a necessidade de a economia operar de forma organizada, de acordo com mudanças objetivas, enquanto a economia de mercado reflete a necessidade de entidades produtoras de commodities relativamente independentes operarem por meio de troca de valor. Ambos [sistemas] abrangem toda a sociedade. Juntos, eles formam um todo integrante da economia socialista. Ou seja, ter mais planejamento ou mais mercado não é uma diferença fundamental entre socialismo e capitalismo. A economia planejada não é necessariamente socialista, pois o planejamento existe no capitalismo. A economia de mercado não é necessariamente capitalista, pois também existe um mercado no socialismo. Em suma, tanto o planejamento quanto o mercado são meios econômicos. O socialismo visa libertar e desenvolver as forças produtivas, eliminar a exploração e a polarização de classes e, eventualmente, alcançar a prosperidade comum. Quanto ao mercado, ao planejamento, ao domínio público e ao princípio de retorno sobre o próprio esforço, são apenas meios para atingir este grande objetivo” (JIE, 1996, p. 115 – tradução nossa).

⁵⁹ Cf. Kobayashi *et alii* (1999).

ingressar nos setores econômicos dominados pelas corporações dos países Ocidentais⁶⁰.

Em 1993 foi implementada uma nova diretriz, o *The Decision on Issues Regarding the Establishment of the Socialist Market Economic System*⁶¹, objetivando iniciar uma abertura do capital acionário das grandes empresas estatais chinesas, visando a auferir maior transparência corporativa e operacional, de forma a torná-las mais eficientes economicamente, além de buscar diminuir a interferência direta dos quadros burocráticos/planejadores do PCC no seu comando gerencial, especialmente no tocante aos aspectos operacionais ligados à eficiência e melhor alocação de recursos financeiros. Em contrapartida, aos quadros burocráticos do PCC seriam reservados espaços nos conselhos das empresas para que eles pudessem formular as metas e objetivos a médio e longo prazos que tais corporações deveriam alcançar nos setores em que atuavam, não mais cuidando da gestão operacional delas.

Em 1994, foi instaurada a *Company Law*⁶², talvez a mais importante e impactante medida institucional do período analisado, que uniformizou o aparato jurídico-institucional de todas as empresas instaladas em território chinês. Este novo dispositivo jurídico-institucional foi determinante para que o Estado chinês oferecesse maiores garantias legais às empresas estrangeiras que estavam instaladas (ou mesmo que viriam a se instalar) na economia chinesa, pois somente com esta medida o objetivo de aprofundar a atração de IDE ao território chinês seria alcançado.

Tal instrumento jurídico-institucional foi determinante para que se iniciasse um processo de fusões e aquisições das TVE com algumas empresas estatais chinesas, especialmente nos setores considerados estratégicos pelo Estado, assim como serviu de base para o início do processo de privatização de muitas empresas estatais de pequeno e médio portes, consideradas não-estratégicas e que poderiam ser adquiridas tanto por agentes nacionais quanto pelas ETN estrangeiras, embora o controle acionário continuasse,

⁶⁰ Cf. Zemin (2010), item “*accelerate reform, opening up and modernization and achieve greater success in building socialism with Chinese characteristics*”.

⁶¹ Cf. Qian & Wu (2000).

⁶² Cf. China (2020)

majoritariamente, nas mãos do poder estatal, seja do governo central, seja do governos locais e provinciais, com especial destaque para estes últimos.

Neste sentido, a *Company Law* tornou possível iniciar um movimento de criação de *joint ventures* entre capital estatal chinês e capital privado nacional e estrangeiro não somente nos setores das TVE, mas também em setores considerados não-estratégicos e passíveis de serem privatizados, ou fundidos com o capital privado.

Na esteira deste processo, houve também a autorização estatal para que se iniciasse um processo de constituição de *joint ventures* entre grandes empresas estatais no país. Tal fato remete ao objetivo do Estado chinês em dar musculatura às suas empresas nacionais de forma a colocá-las tanto em condições razoáveis de competição com as corporações estrangeiras que entravam na economia chinesa via IDE, quanto para que as empresas chinesas pudessem melhorar suas condições de competição em mercados externos. Tal aparato jurídico-institucional foi, então, de máxima importância para aprofundar o processo gradual de abertura econômica e aprofundamento da acumulação de capital, mas sem que o Estado chinês perdesse o controle do processo⁶³.

Em 1995, foi colocado em prática um novo regramento para o capital estrangeiro atuante na economia chinesa, chamado *Provisional Regulations Guiding Foreign Investments*⁶⁴, tendo como objetivo atrair capital estrangeiro na forma de IDE e canalizá-lo, principalmente, para setores intensivos em tecnologia e exportações, mas também para a agricultura, transportes e bens intermediários à indústria. Para tanto, a concessão de subsídios e estímulos fiscais foram importantes instrumentos de atração das ETN estrangeiras atuantes neste processo, além da possibilidade de acesso ao crescente mercado consumidor chinês.

Cabe destacar que esse aumento dos estímulos estatais à atração de IDE das ETN estrangeiras foi colocado em prática sob forte aparato regulatório estatal e estaria a serviço do desenvolvimento nacional, haja vista que um dos pontos fulcrais deste novo arranjo institucional de atuação do capital estrangeiro

⁶³ Cf. Zemin (2010), item “*reform state-owned enterprises: the Chinese way*”.

⁶⁴ Cf. Pkulaw (1995).

na economia chinesa seria aquele que classificaria os setores econômicos que estariam aptos a receber IDE em detrimento daqueles que seriam reservados à atuação das grandes corporações estatais chinesas, considerados de elevada importância estratégica⁶⁵.

Nesse sentido, Plínio Sampaio Júnior resume bem esse processo ao afirmar que

um rígido código que regulamenta a atividade das empresas estrangeiras – *Foreign Investment Catalogue* -, definindo detalhadamente as condições de entrada, localização e operação do capital internacional, procurou resguardar a capacidade de controle e a necessária flexibilidade à política de atração de investimentos diretos, [...] prevalecendo um firme controle político do Estado chinês sobre suas condições de atuação (SAMPAIO JR, 2003, p. 460).

Em 1997, uma segunda onda do processo de privatizações das empresas estatais ocorreria, refletindo a política do Estado chinês de “manter as grandes e deixar as pequenas irem”, com um amplo programa de privatizações de pequenas e médias empresas estatais sendo colocado em prática, basicamente nos setores não-estratégicos definidos pelo Estado, mas desde que fossem adquiridas pelos gestores que comandavam operacionalmente tais empresas e/ou pelos próprios trabalhadores⁶⁶.

Além disso, ficou autorizada a fusão e aquisição destas empresas entre si, num importante arranjo institucional que enrijeceu a musculatura delas frente à exacerbação da concorrência empresarial colocada em prática desde o início da década de 1990, permitindo, também, uma amplificada participação acionária da classe trabalhadora nestas empresas, com destaque para os trabalhadores do mercado de trabalho formal. Isto reforçou o papel da classe trabalhadora formal no processo de acumulação de capital que se aprofundava na economia chinesa naquele momento histórico, ao conferir a estes lugar na participação

⁶⁵ Segundo Wu (2005), houve uma divisão de quatro grandes setores nesta estratégia estatal chinesa: 1) aqueles que seriam “**encorajados**” à entrada de capital privado nacional e/ou estrangeiro para torná-los mais eficientes e gerar ganhos em termos financeiros e de *catch-up* tecnológico, especialmente nos setores industrial e de exportações, via *joint ventures*; 2) aqueles em que seriam “**permitidos**” ter participação acionária privada nacional e estrangeira, mas que já estavam plenamente consolidados na economia chinesa e que eram intensivos no fator trabalho, mas que necessitavam de introdução de novas formas de gerenciamento produtivo e técnicas de produção; 3) haviam os setores “**restritos**” à composição acionária mista, que permeavam o grande setor de serviços intensivos em tecnologia, e; 4) haviam os setores “**proibidos**” de participação privada, basicamente o setor bancário e de produção industrial ligada ao setor bélico-militar.

⁶⁶ Cf. Zemin (2012), item “*reform and development of state-owned enterprises*”.

acionária e na distribuição dos resultados empresariais, algo parecido, mas não análogo, às conhecidas *stock options* das ETN norte-americanas e Ocidentais.

Todavia, o controle acionário das grandes empresas estatais, especialmente aquelas sensíveis do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, produtivo e necessárias à segurança nacional, foram mantidas sob controle estatal. Ao concentrar sua atuação no comando de um número menor de empresas atuantes em setores estratégicos e deixando as de menor importância e escala serem privatizadas, houve a amplificação do poder de atuação e investimento estatal na economia chinesa via empresas estatais, cuja atuação esteve condicionada à estratégia de desenvolvimento promovida pelo Estado chinês.

Como o Estado coordenou e orientou todo o processo, estas empresas se tornariam os grandes vetores de desenvolvimento tecnológico e geração de enormes excedentes que, por sua vez, as tornariam blocos de capital cada vez mais robustos, numa quadra histórica do sistema mundial de acumulação capitalista marcada pela necessidade e disposição de gigantescos blocos de capital a quem pretende a criação e o desenvolvimento de novos processos e produtos baseados na esteira da terceira revolução industrial (ZONENSCHAIN, 2006).

Em 1999, na 4ª Sessão Plenária do 15º Congresso do Comitê Central do PCC surgiria um novo regramento jurídico-institucional que alavancaria a gestão das grandes empresas estatais chinesas atuantes naqueles setores que, apesar de serem estratégicos pelo Estado porém não proibidos de atuação privada, ainda necessitavam de doses importantes de racionalização gerencial e tecnológica, que somente ocorreria com a participação do capital das corporações estrangeiras.

Tal dispositivo é o *The Decision on Several Important Issues Regarding Reform and Development of The State-Owned Enterprises*⁶⁷, que promoveu uma nova rodada de introdução de medidas destinadas a consolidar a abertura de capital das estatais chinesas, inclusive com a venda de parte do capital acionário para corporações e investidores estrangeiros, cujo objetivo geral, *grosso modo*,

⁶⁷ Cf. China (1999).

seria melhorar a governança corporativa com a absorção de técnicas gerenciais Ocidentais, de forma a torna-las mais competitivas, lucrativas e que ajudassem no esforço empreendido nacionalmente pelo Estado chinês de aprofundar o *catch-up* tecnológico. Isto ocorreria, na visão dos planejadores centrais, pois elas passariam a ter acesso tanto a fontes de financiamento externo, quanto a novas tecnologias que poderiam ou ser incorporadas junto às corporações estrangeiras que se tornariam suas sócias (recurso mais frequentemente utilizado), ou pela via da aquisição direta no exterior (recurso menos frequentemente utilizado)⁶⁸.

Por fim, em 2003 houve a criação da *State-Owned Assets Supervision and Administrative Commission (SASAC)*⁶⁹, uma comissão de caráter singular no arcabouço institucional-empresarial chinês, ligada diretamente ao Conselho de Estado, e que passaria a promover a administração das empresas estatais chinesas atuantes em setores-chave à estratégia de desenvolvimento, dentre os quais destacam-se o aeroespacial, o de energia, o eletrônico-industrial, o de telecomunicações, o extrativo-mineral, o automobilístico e o de infraestrutura pesada (NAUGHTON, 2008; CHEN, 2017).

A grande inovação trazida pela SASAC é que ela separou de vez a influência direta dos quadros do PCC no comando gerencial das empresas por ela administradas, uma vez que o Conselho de Estado nomeia, desde então, os administradores da SASAC que, por sua vez, nomeiam para os conselhos de administração das empresas executivos que atuarão na consecução das metas de desenvolvimento setorial definidas pelo próprio Conselho de Estado.

Comparativamente, a SASAC se assemelha aos Conselhos de Administração das grandes corporações Ocidentais, que definem o *guidance* a ser perseguido pelos integrantes do seu Conselho Executivo. Cabe salientar que

⁶⁸ Tal diretriz jurídica-institucional “ênfaticamente enfatizou a governança corporativa após a “corporatização” de tais empresas, apontando que a estrutura de governança corporativa, que pode estabelecer freios e contrapesos entre o proprietário e o gerente, é o núcleo do sistema corporativo, e exigia que todas as empresas estabelecessem uma governança corporativa eficaz. Em segundo lugar, exigia que, exceto para uma minoria de empresas que poderiam ser monopolizadas pelo Estado, o restante deveria desenvolver ativamente empresas com múltiplas entidades de participação acionária, e deveria introduzir investimento de capital não-estatal. Determinou-se que as grandes e médias [empresas estatais], especialmente aquelas com bom desempenho e adequadas ao sistema de participação acionária, deveriam ser convertidas em empresas de capital aberto por oferta pública inicial [de ações], estabelecimento de *joint ventures* de capital chinês-estrangeiro e o uso cruzado de participação acionária entre empresas” (WU, 2005, p. 155 – tradução nossa).

⁶⁹ Cf. China (2003a; 2003b).

o alcance dos resultados previamente definidos está na base deste tipo de governança corporativa-empresarial, uma vez que, caso não haja sucesso nos resultados esperados, a demissão dos membros do Conselho Executivo pelo Conselho de Administração é a regra.

Desta forma, o Conselho de Estado conseguiu introduzir mecanismos de concorrência individual entre os executivos de tais corporações através da SASAC, concorrência esta que se parece muito com aquilo que Ortuso (2008) e Bauman (2007) destacam em seus trabalhos ao analisarem a forma como os executivos das ETN Ocidentais atuam no mundo corporativo, a saber, numa luta incessante por resultados, que está na raiz tanto da racionalização financeira cartesiana e é o *modus operandi* da geração cada vez maior do lucro das corporações, quanto do desenvolvimento de novos processos e produtos passíveis de serem absorvidos pelo mercado consumidor e que definem as empresas e executivos em *winners* e *losers* na era da economia concorrencial.

Seja no nível da luta concorrencial entre os executivos entre si, seja na luta concorrencial interempresarial, a introdução deste tipo de administração profissionalizada das corporações chinesas fez com que estas e seus executivos fossem jogados selvagemmente na consecução das metas definidas pelo Conselho de Estado, ao parecido, mas não análogo, ao que ocorre com as ETN Ocidentais e suas metas de resultados financeiros trimestrais a serem alcançadas, definidas previamente por seus conselhos de administração.

Considerando o objetivo de aprofundar a dinâmica de acumulação de capital com base na continuidade das reformas, Hofman & Wu (2009) afirmam que um “sistema moderno empresarial” foi constituído na China a partir das determinações do Conselho de Estado e o conjunto de regras jurídico-institucionais por ele colocado em prática, as quais definiram, gradualmente, como se dariam os direitos de propriedade, os poderes e as responsabilidades de cada agente econômico atuante na economia chinesa, com especial ênfase às empresas estatais.

Além disso, os autores destacam que o arcabouço institucional criado pelo Estado chinês, além de transformar e modernizar a atuação empresarial, tornando-a mais competitiva, também promoveu uma rara e inédita separação,

para um país politicamente fechado, entre o direito de propriedade estatal de um lado, e a adoção da administração científica pelas empresas estatais de outro, consolidando uma verdadeira “corporatização” empresarial, sob forte regulação estatal.

Para Zonenschain (2006, p. 72-73),

a atuação do Estado nesse processo [foi] fundamental, tanto por sua contribuição para a construção de um ambiente que provê incentivos adequados ao investimento e à inovação por parte das empresas, como por sua capacidade de promover as mudanças institucionais necessárias na medida em que o *catch-up* avança e o próprio sucesso requer a substituição de objetivos já superados por novos.

Do ponto de vista regional, Li & Xia (2008) expõem que o ambiente econômico criado com as reformas institucionais levou à instauração de um ambiente favorável à atuação empresarial não somente das empresas estatais e privadas nacionais e estrangeiras, mas também favoreceu a incorporação de regiões do interior chinês não partícipes das reformas até o início da década de 1990, tendo em vista que os governos locais e provinciais passaram a perceber que a incorporação de suas regiões ao projeto reformista promoveria uma maior geração e distribuição da riqueza socialmente produzida no país do que se ficassem fora do processo, com impactos profundos no nível de atividade econômica, na modernização setorial de suas regiões e na diminuição do *gap* de desenvolvimento relativo entre estas e as prósperas regiões litorâneas onde as reformas se iniciaram.

Por um lado, a partir da idealização das necessidades de desenvolvimento de setores e regiões de forma individualizada, com diversas formas de acesso a recursos e diferentes formas de regulamentar/delimitar a atuação empresarial estatal e/ou privada, nacional ou estrangeira, pelos planejadores do Conselho de Estado, os governos locais e regionais passaram a ver com bons olhos a incorporação de suas regiões ao processo reformista.

Por outro lado, todas as empresas atuantes na economia chinesa neste contexto foram condicionadas à estratégia do governo central de desenvolvimento setorial, estratégia esta que levou à criação de condições institucionais destinadas a criar um ambiente em que as empresas atuantes na economia fossem colocadas ora em competição umas com as outras, ora

atuassem em mercados estrategicamente reservados, com o fim último de expansão da economia de mercado (LI & XIA, 2008).

Em outras palavras: não há como analisar o aprofundamento da acumulação de capital, a expansão da rede empresarial (estatal e não-estatal, nacional e estrangeira) atuante na economia chinesa e a incorporação de regiões geográficas outrora à parte do processo reformista sem se compreender o papel fundamental que as mudanças jurídico-institucionais tiveram neste processo, pois elas determinaram a criação e a dinâmica de funcionamento das novas frentes de expansão da acumulação de capital nos diversos setores da economia chinesa ao longo do período, conforme veremos adiante.

Por fim, cumpre salientar que o Estado chinês, ao conceder certo grau de liberdade para a atuação gerencial empresarial e permitir a abertura do capital de parte das empresas estatais ao setor privado nacional e estrangeiro, ainda que com condições específicas, deixou de ser um ator rígido no controle do processo decisório interno das empresas atuantes no país para se fundamentar no papel de planejador e indutor do desenvolvimento dos setores que considerava estratégicos ao desenvolvimento econômico-social e à segurança nacional.

Esta ação estatal, não obstante consolidar as bases de um sistema de acumulação de capital altamente dinâmico e inovador que fora iniciado em 1978, e que passou por substanciais transformações durante a década de 1990, tornou-se, ainda, indutora das expectativas e das ações dos agentes econômicos nacionais e estrangeiros atuantes na economia chinesa.

3.1.2. A gestão macroeconômica: políticas fiscal e monetária

A gestão macroeconômica da economia chinesa durante o período passou por substanciais transformações. Conforme destaca Naughton (2007), a condução da política fiscal enquanto instrumento da gestão macroeconômica pode ser considerada como fator determinante para a indução do desenvolvimento de qualquer país, ou tornar-se, se mal utilizada, num importante fardo que pode resultar em desaceleração e crise econômica.

A partir do arcabouço institucional proporcionado pelo Estado chinês no tocante ao avanço das reformas econômicas e o aprofundamento da acumulação de capital, a política fiscal chinesa foi fator preponderante para os rumos que o país percorreria durante o período, desde que analisada numa visão de conjunto com os outros fatores de ordem política, econômica e social.

Desde 1978 até 1994, a política fiscal colocada em funcionamento pelo governo central apresentou um caráter fortemente descentralizador no tocante à arrecadação tributária, conforme vimos no capítulo anterior. Tal afirmação baseia-se no fato de que o governo central concedeu cada vez mais poderes aos governos locais na arrecadação de tributos, os quais deveriam fazer transferências financeiras ao governo central, destinadas ao custeio de suas atividades.

Neste contexto, a tributação sobre o lucro das empresas estatais e a forma discricionária do sistema de tributação chinês passou a apresentar uma série de problemas no tocante à dinâmica fiscal do governo central. Pode-se afirmar isto, pois, a arrecadação do governo central estava muito aquém das necessidades relativas ao seu gasto orçamentário *vis-à-vis* aos dos governos locais.

Além disso, o complexo sistema tributário chinês no período apresentou distorções na tributação empresarial, tributando de forma individualizada, caso a caso, para cada tipo de empresa, levando-se em conta seu caráter estratégico e controle acionário.

Tendo como pano de fundo estas distorções e de acordo com Lin (2011), em 1994 houve uma profunda reforma fiscal na economia chinesa, com o governo central reassumindo o comando majoritário da arrecadação tributária do país, implementando três grandes medidas: 1) a criação de novos tributos; 2) a atribuição de tributos exclusivos e criação de um sistema de compartilhamento tributário com os governos locais, e; 3) a criação de uma agência governamental central de arrecadação e administração tributária.

Estas três medidas, *grosso modo*, visaram conferir maior transparência e simplificação na arrecadação tributária, assim como centralizar a arrecadação, majoritariamente, no governo central.

Paralelamente à eliminação de vários impostos individualizados sobre os setores industriais e de serviços, foi criado o Imposto sobre Valor Adicionado (doravante IVA), cuja alíquota geral estabelecida para a produção e comércio de bens industrializados foi de 17%.

Na tributação das pequenas e médias empresas, tão importantes para a contenção do êxodo rural ainda vigente no período, ficou estabelecida uma alíquota de 6% sobre o valor bruto total das vendas, ao invés da aplicação do IVA, além de um imposto sobre os lucros de todas as empresas, de qualquer porte e controle acionário (estatais, coletivas e privadas) no valor de 33% (NAUGHTON, 2007). Cabe destacar, ainda, que esta medida foi importante para que houvesse uma maior liberalização empresarial pois, paralelamente a ela, o Estado eliminou o sistema de “contratos de responsabilidade” (tratado no capítulo 2), liberando para as empresas de controle estatal o acesso sobre a massa de lucros que elas próprias geravam, com a contrapartida, agora, de que pagassem imposto sobre os lucros de forma padronizada.

No tocante ao consumo, foi instaurada uma “setorialização” da arrecadação tributária, assim como uma uniformização no modo de arrecadação. Por exemplo, determinados setores de bens de consumo passaram a ser estimulados por uma baixa tributação (alimentos, por exemplo), em detrimento do desestímulo de outros, com maior tributação (cigarros, álcool, artigos de luxo). Além disso, houve uma uniformização da tributação sobre a renda individual, haja vista a introdução de alíquotas de impostos sobre a renda e a riqueza auferidas anualmente pelos cidadãos.

Desta forma, ao simplificar a arrecadação tributária sobre os agentes econômicos, estatais ou não, o Estado chinês passou a permitir maior liberdade de competição empresarial, colocando as empresas em condições de igualdade do ponto de vista tributário, especialmente nos setores industrial e de ciência e tecnologia.

Do ponto de vista da organização geral da arrecadação tributária, Wong (2018) destaca que caberia ao governo central a tributação sobre: 1) o consumo; 2) os despachos alfandegários, e; 3) os setores diretamente

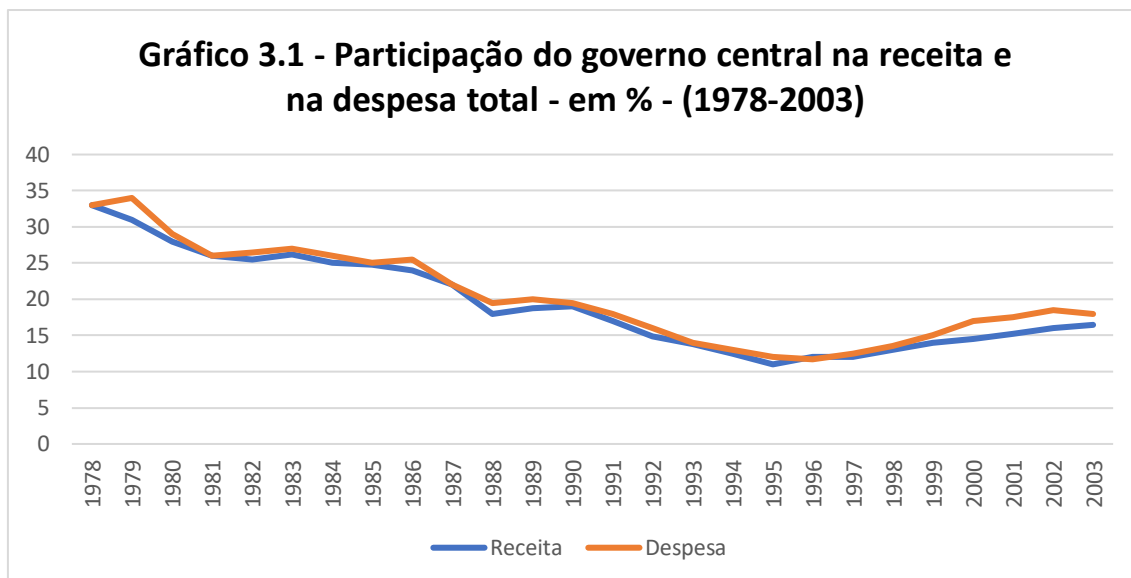
controlados/regulamentos pela administração central (ferrovias, instituições financeiras, empresas estatais de caráter estratégico, por exemplo).

Aos governos locais caberia a exclusividade em matéria tributária sobre: 1) as empresas locais (pequenas e médias); 2) transferências e transações imobiliárias (controle de propriedade), e; 3) taxas de manutenção das condições de vida nas cidades e regiões (contenção da poluição, limpeza urbana e iluminação, por exemplo).

Nesse sentido, se antes os governos locais tinham enorme base de arrecadação tributária em relação ao governo central, a partir de 1994 a situação se inverteu, pois a instauração do novo esquema das receitas tributárias colocou em prática uma forte dependência dos governos locais em relação ao governo central, o qual, por sua vez, teria como obrigação financiar as despesas orçamentárias provinciais e locais com transferências anuais de recursos, exercendo forte controle fiscal e, em última instância, político sobre os governos provinciais e locais.

Exemplo disso, conforme destaca Naughton (2007), 75% das receitas do IVA passaram a ser destinadas aos cofres do governo central e somente 25% ficavam com os governos provinciais. A coleta de tal imposto e sua transferência se dava pela agência de coleta tributária criada pelo governo central com tal finalidade.

O resultado deste novo arranjo fiscal inverteu a tendência de queda da arrecadação fiscal do governo central. Ao olharmos o gráfico 3.1, perceberemos que em 1993, seguindo tendência histórica, a receita do governo central em proporção ao PIB era de 14%, passando para 12% em 1994, 10% em 1995 (seu ponto mais baixo), mas passando a subir, consistentemente, já a partir de 1996 e não parando mais até 2002, quando chegou a quase 16%.



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Naughton (2007).

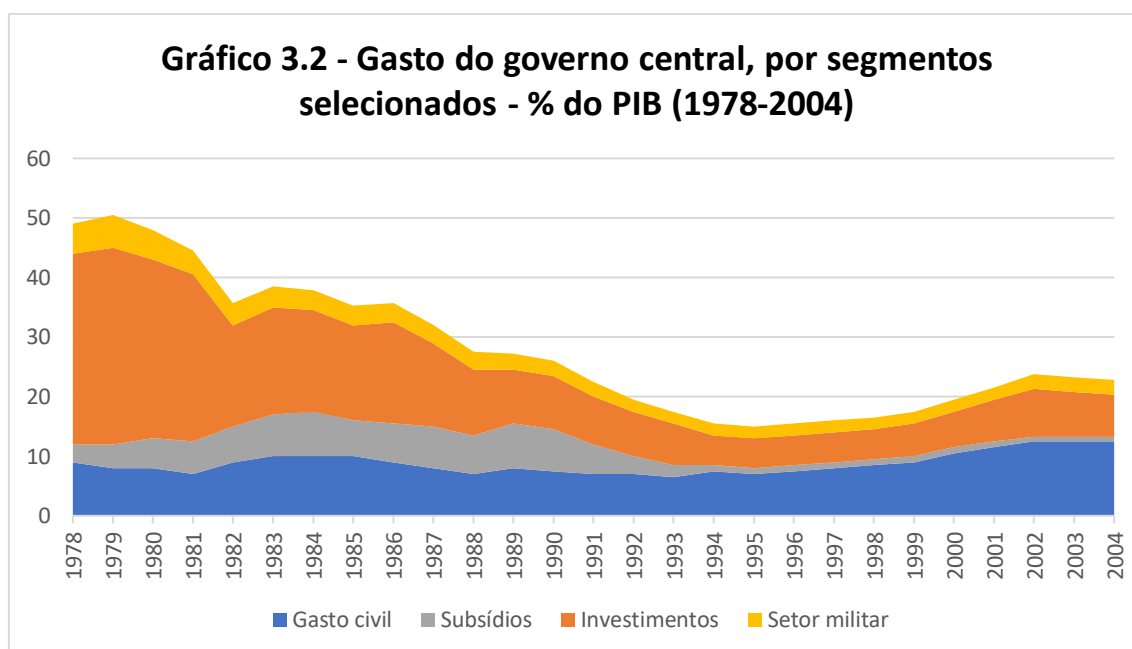
Paralelamente ao aumento da receita tributária, a despesa na peça orçamentária do governo central também apresentou similar dinâmica no período. Por exemplo, em 1993 situou-se na casa dos 14,5% do PIB, em 1994 caiu para cerca de 13%, em 1995 chegou ao ponto mais baixo da série histórica, quando bateu em cerca de 11%, subindo desde então até chegar a quase 18% do PIB em 2002.

Ou seja, pode-se afirmar que a descentralização fiscal iniciada com as reformas em 1978 teve como consequência a queda da influência e importância do governo central no tocante ao seu poderio financeiro em termos de arrecadação tributária e dispêndio de recursos na economia chinesa, com os governos provinciais assumindo o protagonismo neste processo.

Tal ponto é condição *sine qua non* para se perceber que houve um esgotamento do padrão de acumulação de capital pensado pelo grupo de Deng Xiaoping mais de uma década antes da reforma fiscal de 1994, pois, com o novo contexto de exacerbação da concorrência empresarial (interna e externamente) e as tensões políticas e sociais internas emergentes com o fim da guerra fria, o grupo dirigente chinês precisava dar um novo fôlego às finanças do governo central, de forma a conferir-lhe maior musculatura para enfrentar a nova dinâmica de acumulação que se abria ao país, a qual exigia maior coordenação e centralização da tomada de decisão em termos arrecadatórios e de investimentos. É a partir deste olhar que se deve compreender a importância que

a reforma fiscal apresentou para o Estado e a dinâmica de acumulação da economia chinesa no período.

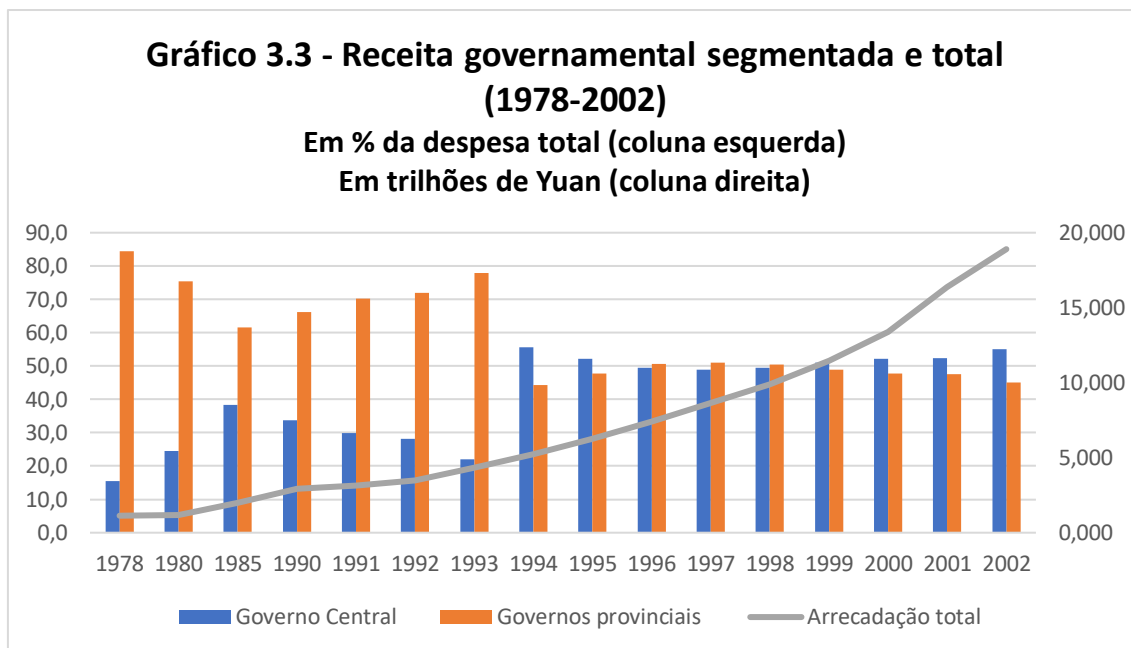
Cabe destacar ainda que, não obstante a partir dos anos 1990 o “consenso de Washington” ter passado a vigorar como base doutrinária da gestão macroeconômica a nível mundial, o orçamento do governo central chinês manteve sua histórica trajetória deficitária, mesmo após a reforma fiscal, conforme se pode verificar no gráfico 3.1, especialmente porque houve um aumento nos gastos civis, a saber, com a própria burocracia administrativa, que passou a ser cada vez maior, assim como com educação, pensões e seguridade social, que cresceram robustamente no período (NAUGHTON, 2007).



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Naughton (2007).

Porém, não somente tais setores apresentaram elevação nos gastos do orçamento do governo central. Conforme o gráfico 3.2, os níveis de investimentos (via empresas estatais), subsídios e a atualização do material bélico das forças armadas também apresentaram substancial elevação, em clara vinculação às diretrizes dos dois planos quinquenais vigentes no período.

Mas, ao se analisar a participação do governo central no total da receita tributária nacional (gráfico 3.3), percebe-se que a fatia da receita do governo central em 1980 era de apenas 12% (contra 88% dos governos provinciais), saltando para 57% em 1994 (contra 43% dos governos provinciais) e chegando a 55% em 2002 (contra 45% dos governos provinciais).



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Naughton (2007).

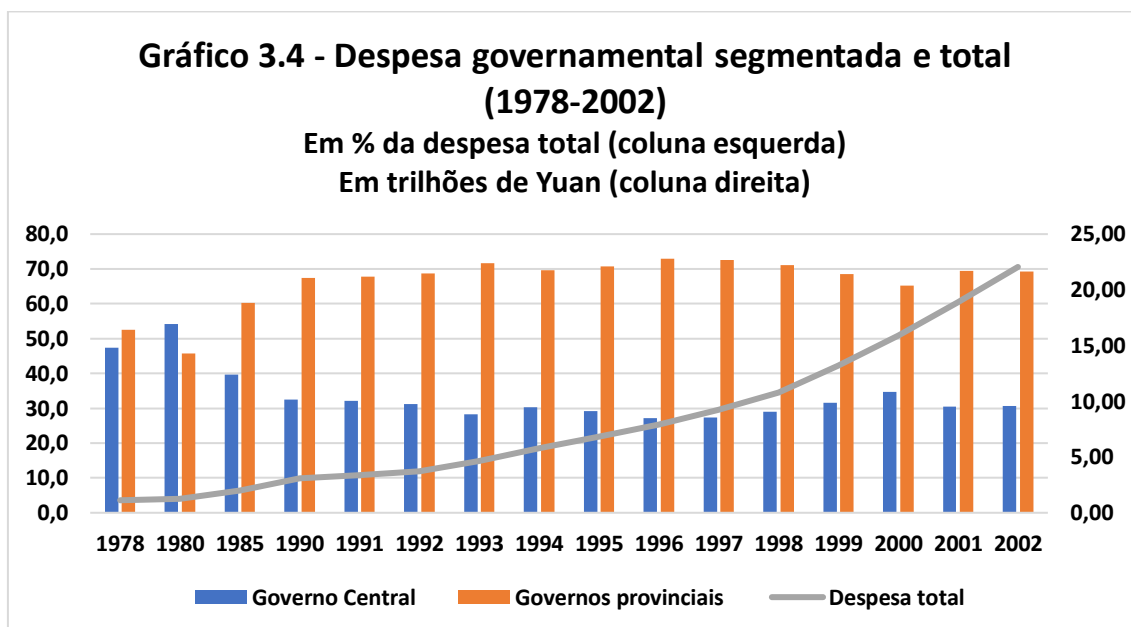
No que tange à participação do governo central no total da despesa nacional (gráfico 3.4), em 1980 era de 54% do total (contra 46% dos governos provinciais), passando para 29% em 1994 (contra 71% dos governos provinciais) e estabilizando-se em 30% em 2002 (contra 70% dos governos provinciais).

Ou seja, salta aos olhos a inversão fiscal entre o governo central e os governos provinciais após 1994, com destaque para o fato de que o governo central assegurou para si a maior parte da arrecadação fiscal, num contexto de avanço contínuo da arrecadação fiscal total, ao passo que a maior parte da despesa fiscal ficou sob o encargo dos governos provinciais, conforme veremos.

Analisando esta substancial alteração da estrutura fiscal chinesa, Naughton (2007) ressalta que tal reforma colocou os governos provinciais em posição de dependência de recursos em relação ao governo central, conferindo a este uma posição de barganha e controle da dinâmica de acumulação regional muito forte em termos de inclinar os oficiais regionais às diretrizes de política econômica do governo central.

Tanto é que somente o governo central poderia determinar a criação de novos impostos, assim como extinguir os já existentes; houve uma maior influência do governo central na elaboração dos orçamentos provinciais, com o alinhamento de programas econômicos provinciais aos programas estruturantes da estratégia de desenvolvimento econômico do governo central, e; houve uma

maior sincronização dos governos provinciais no que tange ao recebimento destes recursos e as suas capacidades de ofertarem soluções para as populações locais governadas por eles, especialmente em termos de infraestrutura básica, educação básica, transporte, seguridade social e manutenção física das cidades (LIN, 2011; WONG, 2018).



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Naughton (2007).

Mas, não obstante a forte centralização da estrutura tributária chinesa no governo central, subsistiu, paralelamente, um sistema de receitas extraorçamentários que inchou os orçamentos dos governos provinciais.

Tais fundos advinham de quatro práticas, em quatro categorias distintas: 1) a criação de taxas locais extraordinárias, com o aval do governo central, coletadas por instituições públicas locais; 2) a retenção de fundos extraordinários de cidades e vilas; 3) as contribuições de empresas locais para seguridade social, e; 4) as taxas cobradas sobre instituições financeiras estatais locais (NAUGHTON, 2007).

Cabe destacar que os recursos extraordinários coletados localmente deveriam ser destinados, majoritariamente, para fins específicos, porém, a confiança nos governos e agentes locais passou a ser considerada fator de instabilidade entre os agentes empresariais instalados nestas regiões, pois a pressão fiscal imposta pelo governo central sobre as províncias fez com que houvesse uma proliferação de tais práticas de arrecadação extraordinária pelos

governos provinciais, gerando descontentamento nas populações e empresas atingidas, com destaque para as TVE.

Por fim, cabe fazer menção ao fato de que entre 1993 e 2002 o orçamento geral do governo central apresentou déficit, situando-se em 1% do PIB na média do período, o que torna factível a tese de que o Estado, ao promover a reestruturação das empresas estatais chinesas, privatizando-as ou mudando o processo gerencial delas, conforme veremos adiante, atuou muito mais em termos de estabilização de expectativas e criação de um horizonte positivo de acumulação de capital a longo prazo, do que em termos de ação direta na economia via ação fiscal desenfreada⁷⁰.

Se pelo lado fiscal o Estado chinês manteve o compasso reformista, por outro lado a gestão da política monetária manteve seu curso iniciado com as reformas no início da década de 1980, com o Estado atuando de forma a controlar os fluxos monetários do país destinados à consecução dos objetivos definidos nos planos quinquenais, em sincronia com a política fiscal, já destacada.

Para tanto, a gestão monetária implementada pelo BPC articulou-se com as graduais mudanças institucionais e de gestão fiscal promovidas pelo Estado ao longo do período, de forma a continuar a canalizar o *funding* dos agentes econômicos chineses para viabilizar o aprofundamento da acumulação de capital *pari passu* a modernização econômica, acomodando as expectativas inflacionárias e os elevados níveis de crescimento e investimento iniciados com as reformas (MEDEIROS, 2008; 2013).

Nesse contexto, há que se destacar duas questões primordiais que contribuíram para o sucesso da política monetária: 1) a estrutura bancária chinesa durante o período, e; 2) as transformações ocorridas no sistema financeiro chinês, que ensejou uma incipiente abertura da fronteira de

⁷⁰ “A política fiscal tem a característica de moldar as condições macroeconômicas, primariamente através da ocorrência de déficits pelas autoridades orçamentárias (estimulando a demanda e a economia de um modo geral), ou superávits (restringindo a demanda e os estímulos), podendo ser uma pressão esmagadora, mas não no caso chinês, que se adaptou às condições macroeconômicas muito mais do que as moldou, com déficits modestos” (NAUGHTON, 2007, p. 441 – tradução nossa).

acumulação de capital centrada no pouco estruturado mercado de capitais do país.

Sobre o setor bancário chinês, este manteve-se fortemente controlado, regulamentado, protegido e dominado pelo Estado, mas apresentando um elevado dinamismo, via incorporação tecnológica lastreada em experimentações graduais e via expansão do volume de crédito disponível (HUANG & WANG, 2018).

Diferentemente do período inicial das reformas, em que os *Big Four*⁷¹ se apresentavam como pedra angular na estratégia do Estado chinês de canalização do *funding* nacional para a o desenvolvimento setorial das “quatro modernizações”, no período que compreende toda a década de 1990 e início dos anos 2000 houve um substancial aumento da estrutura bancária estatal, destinada a fomentar o desenvolvimento setorial em curto, médio e longo prazos, ancorada não somente nos *Big Four*, que ainda continuaram a existir, mas numa complexa rede de bancos.

Se por um lado as reformas fiscal e institucional impactaram essencialmente o setor produtivo da economia e seu financiamento, torna-se *mister* destacar que o sistema bancário do país não seria deixado de lado neste processo de avanço da modernização, pois a partir de 1993 ocorreram uma série de mudanças determinadas pelo Conselho de Estado que alteraram profundamente não somente a estrutura bancária e financeira de um modo geral, mas também o padrão de financiamento das corporações chinesas.

Em dezembro daquele ano, o Conselho de Estado emitiu uma Resolução cujo objeto era a reforma do sistema financeiro chinês, criando uma divisão setorial e operacional em termos de tarefas, metas e forma da atuação bancária e da intermediação financeira chinesa (NAUGHTON, 2007).

A consequência imediata desta resolução foi a criação, em 1994, dos chamados *Policy Banks*, verdadeiros bancos nacionais de desenvolvimento, que passariam a prover crédito de longo prazo aos setores em que passariam a

⁷¹ Ver capítulo 2, seção 2.4.

atuar, sincronizados com a atuação também setorial, mas voltada ao âmbito diretamente empresarial de curto e médio prazos, dos *Big Four*.

Conforme Allen *et alli* (2008), a estrutura de atuação dos *Policy Banks* apresentou-se da seguinte forma:

- *China Development Bank (CDB)*: destinado a prover recursos financeiros ao setor de infraestrutura pesada em setores estratégicos, com operações de longo prazo lastreadas em recursos do Ministério das Finanças e do BPC;
- *Export and Import Bank of China (EIBC)*: destinado a prover a expansão do volume de recursos a disposição das empresas e setores ligados ao comércio exterior, com especial ênfase à promoção das exportações das corporações chinesas, principalmente após a crise asiática de 1997;
- *Agricultural Bank of China (ABC)*: destinado a prover recursos tanto ao desenvolvimento da agricultura do país, que passava por uma mercantilização agressiva, via elevação da produtividade da produção do campo com base na importação e desenvolvimento de maquinário sofisticado e insumos industriais, quanto às TVE, que continuariam a ter papel de destaque na economia chinesa durante o período, mesmo com um enfraquecimento (ou mesmo crise, na segunda metade da década de 1990) de sua dinâmica de acumulação de capital.

O *funding* de tais instituições de fomento ao desenvolvimento provinha tanto da transferência de recursos do orçamento do Ministério das Finanças, quanto da emissão de títulos de longo prazo, comprados pelas empresas estatais através de uma troca de ativos de curto prazo em suas carteiras, com elevado grau de risco, para os títulos de longo prazo dos *Policy Banks*, com baixo grau de risco devido à garantia do governo central (Ministério das Finanças e BPC) a eles.

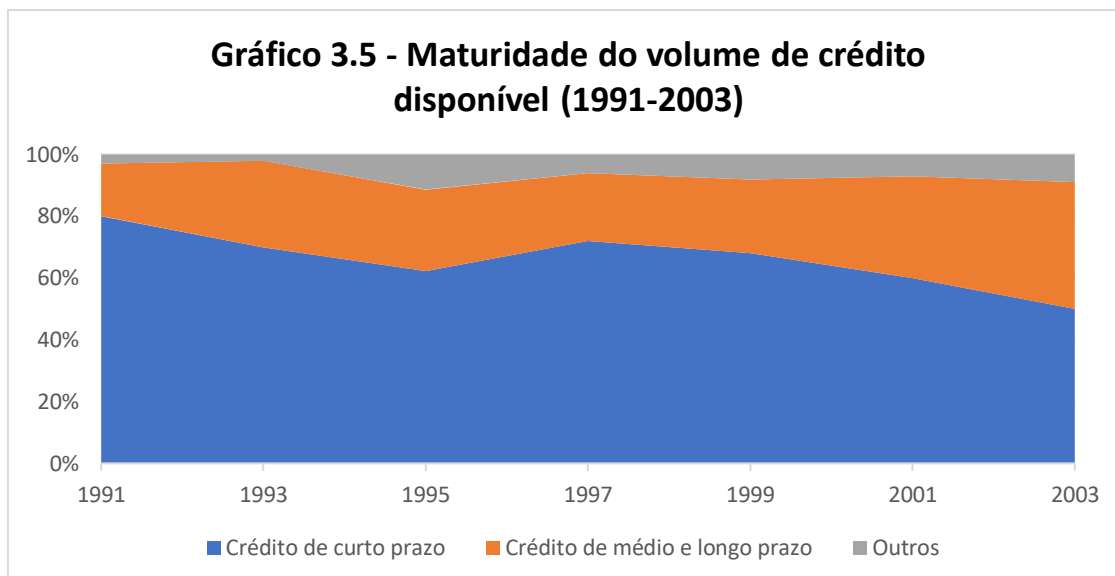
Uma questão importante destacada por Naughton (2007) é que os *Policy Banks* passariam a ser centrais na estratégia do Estado chinês no que diz

respeito à política de investimentos em âmbito nacional, com a contrapartida de que isto livraria os bancos comerciais do fardo de ter que sustentar tais investimentos, necessários, na visão do Conselho de Estado, à continuidade da expansão da economia chinesa.

É a partir disso que se compreende o fato de que os bancos comerciais passaram a sofrer menor influência política, oriunda do governo central, nas suas decisões de crédito. Tanto é que, de acordo com o gráfico 3.5, o crédito de curto prazo passou a apresentar tendência de declínio entre 1991 e 1995, subindo entre 1995 e 1997 e, paralelamente ao estouro da crise asiática, apresentou uma forte tendência de queda de 1997 até 2003.

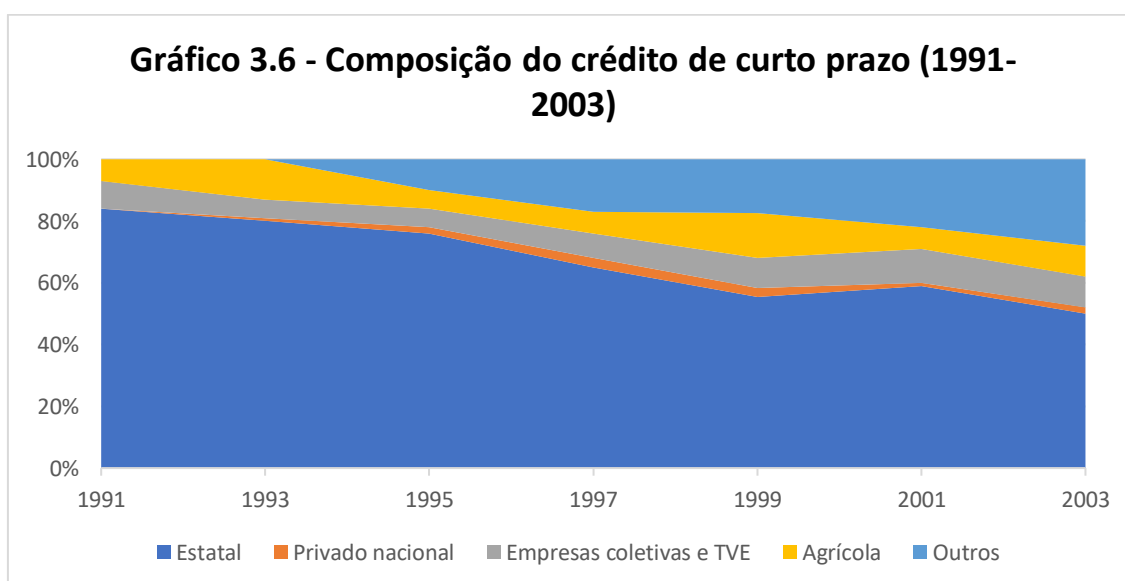
Destaca-se, ainda, o fato de que a redução do crédito de curto prazo se deveu ao fato de que as empresas estatais passaram a usufruir de melhores condições de financiamento, dado o contexto de controle das taxas de juros promovido pelo BPC, além do fato de que passou-se a imprimir uma dinâmica creditícia de aumento do *funding* para os setores estratégicos, com prazos maiores de pagamento, queda nos juros dos contratos celebrados e a introdução de um mercado de títulos que favoreceu a captação de recursos sob melhores condições (LARDY, 2018; CHINA, 2009).

Porém, a contrapartida deste movimento de aumento do volume de crédito a longo prazo foi que as empresas não-estatais e coletivas que atuavam em setores não estratégicos continuaram a ter presença importante na tomada de empréstimos a curto prazo, devido à estratégia do governo central de privilegiar os setores mais dinâmicos e estratégicos da economia chinesa com tais novos arranjos creditícios (HAGGARD & HUANG, 2010; CHINA, 2009).



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Naughton (2007).

Já o volume de crédito a médio e longo prazos manteve uma tendência de leve alta entre 1991 e 1997, acentuando-se ainda mais após este último ano. Isto se explica, dentre outras coisas, pela presença dos *Policy Banks* no financiamento dos investimentos a longo prazo, que passou a ser cada vez maior, especialmente nos setores de infraestrutura, além dos fatos de que o governo central promoveu o saneamento do sistema bancário chinês e houve o surgimento de outras fontes de crédito de curto prazo, especialmente na segunda metade da década de 1990, tais como as fontes de capital privado nacional, as fontes coletivo-empresariais e as fontes do capital estrangeiro (constante na rubrica “outros”), conforme o gráfico 3.6.



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Naughton (2007).

Entre 1995 e 1996, importantes alterações nos marcos legais do sistema bancário chinês foram colocados em marcha pelo Estado, como a “Lei dos Bancos Comerciais”, que garantia maior autonomia a tais bancos na alocação de recursos às empresas, sem maiores interferências do Estado⁷², além da “Lei de Garantias”, cujo fulcro repousava no aumento das garantias de capital de tais bancos, algo análogo ao que os acordos de Basileia propõem, tendo em vista que a China adentrou como membro-pleno no *Bank for International Settlements* (espécie de banco central dos bancos centrais ou câmara de compensações financeiras internacionais) em 1996, o qual determina aos seus membros o imperativo de maior supervisão ao sistema bancário e requisitos mínimos de capital ao bancos de forma a se evitar a recorrência de fraudes e crises no setor.

Além disso, foram promulgadas a “Lei do Banco Central”, garantindo maior raio de ação do BPC na condução da política monetária, a profissionalização de seus métodos de ação e relativa autonomia administrativa, com o objetivo de compatibilizar o índice inflacionário em condições toleráveis com a manutenção do crescimento acelerado, e a “Lei sobre as Letras de Câmbio”, visando aumentar o poder de captação de recursos em moeda estrangeira pelas empresas e bancos chineses, ao mesmo tempo em que se aumentou o poder de supervisão do BPC sobre as operações cambiais.

Outro importante mecanismo da transformação bancária implementada neste período foi a autorização para que as cooperativas de crédito urbanas, sob supervisão do BPC, pudessem se fundir, levando à criação dos *City Commercial Banks*⁷³, com atuação regional e local, destinando recursos principalmente às pequenas e médias empresas estatais e coletivas locais (as quais apresentavam forte influência dos governos locais, que eram seus acionistas majoritários em muitos casos) e também às empresas privatizadas ao longo do período, que também poderiam ter (e muitas no caso ainda tinham) participação acionária estatal em caráter minoritário (OKAZAKI, 2007; NAUGHTON, 2007).

⁷² Entrementes esta maior autonomia, o artigo 41 de tal lei continha uma ressalva de que o Conselho de Estado poderia interferir na alocação de recursos caso houvesse a necessidade de desenvolvimento econômico setorial e/ou caso a carteira de ativos de tais bancos apresentasse problemas de liquidez (OKAZAKI, 2007).

⁷³ Ao longo do período analisado neste capítulo, foram criadas mais de 100 instituições deste tipo no país (88 só em 1998), com destaque para a maior delas, o *Shenzhen City Commercial Bank*.

Cabe frisar que houve uma proliferação de tais instituições bancárias, tendo em vista o interesse dos governos locais e das cooperativas de crédito urbanas em ter fontes de financiamento alternativos às transferências fiscais do governo central para seus projetos de investimentos, haja vista que a reforma fiscal jogou sobre os ombros dos governos e empresas locais o “fardo” do gasto e promoção de frentes de expansão da produção e do consumo na economia como um todo⁷⁴.

Um outro importante arranjo bancário expandido durante o período aqui analisado se deu através dos *Joint-Stock Commercial Banks (JSCB)*, que, paralelamente aos *City Banks*, teve forte presença na condução da política de crédito empresarial, uma vez que não tinham a presença do governo central no *guidance* de sua política de crédito, tendo em vista o capital social de tais bancos ser formado pelas empresas estatais, agências governamentais profissionalizadas e empresas não-estatais (coletivas).

Cumprir salientar que, diferentemente dos *City Banks*, que tinham como objetivo a concessão de créditos a pequenas e médias empresas locais, os *JSCB* cumpriram a função de intermediadores de crédito às grandes empresas situadas nas regiões mais desenvolvidas do país, em especial nas ZDET, apesar da forte influência dos governos locais. Ou seja, os *JSCB* serviram como meio de intermediação de parte dos grandes projetos de investimentos realizados pelas mais importantes empresas estatais e não-estatais (coletivas) locais nas regiões mais dinâmicas da economia chinesa⁷⁵, revelando o alto grau de segmentação que o sistema bancário chinês passava a apresentar, parecido com a segmentação do *New Deal* norte-americano.

Avançando na nossa discussão, havia também as *Rural Credits Cooperatives* e os *Rural Commercial Banks*, que fomentavam o crédito nas regiões rurais do país, as primeiras fomentando os pequenos negócios locais e os produtores individuais e, os segundos, formados pela junção de empresas

⁷⁴ Cf. Naughton (2007), item 19.2.3.

⁷⁵ Por exemplo, alguns dos *JSCB* tinham parte de seu capital acionário, ainda que minoritariamente, diluído nas bolsas de valores de Shanghai e Shenzhen, cujos detentores eram as famílias urbanas, as agências governamentais de administração de ativos e as empresas não-estatais (coletivas) interessadas, mas não partícipes, dos setores que tais instituições atuavam (OKAZAKI, 2007).

não-estatais (coletivas), passaram a fomentar o crédito às empresas rurais médias e às próprias TVE, oferecendo taxas de juros menores às praticadas pelas outras instituições bancárias chinesas atuantes no setor, mas tendo como característica a forte influência dos governos locais e uma quantidade cada vez maior na década de ativos de baixa qualidade em suas carteiras, algo que se tornará, juntamente com outros fatores, num grave problema para o governo central após o estouro da crise asiática de 1997.

Por fim, havia ainda o setor externo da estrutura bancária chinesa, com a presença de instituições bancárias e financeiras estrangeiras, que somente teriam permissão do governo central para atuar nas regiões costeiras das ZDET, ofertando crédito para as ETN estrangeiras sediadas em tais regiões, e não podendo expandir seu raio de atuação para além das proibitivas determinações governamentais.

De forma sumária, a estrutura bancária chinesa passou a operar da seguinte forma, após as reformas expostas:

- **Banco Central Chinês (BPC)**
- **Big Four**
 - *Industrial and Commercial Bank of China (ICBC)*
 - *Agricultural Bank of China (ABC)*
 - *China Construction bank (CCB)*
 - *Bank of China (BOC)*
- **Policy Banks**
 - *China Development Bank (CDB)*
 - *Export and Import Bank of China (EIBC)*
 - *Agricultural Bank of China (ABC)*
- **Joint-Stock Commercial Banks**
- **City Commercial Banks**
- **Urban Credit Cooperatives**
- **Rural Credits Cooperatives**
- **Rural Commercial Banks**
- **Outras instituições (estrangeiras)**

Não obstante esta segmentação bancária, até a crise asiática de 1997 o padrão de funcionamento da política creditícia na economia chinesa esteve totalmente atrelado à dinâmica interna de acumulação e à política estatal de superação dos gargalos estruturais que apareceriam ao longo do tempo, não sendo impactado pelas instabilidades que começavam a pairar sobre a economia-mundo capitalista desde a crise mexicana de 1994 (MEDEIROS, 2006).

Com a crise de 1997, não somente a região asiática (e suas principais economias) passaria a afundar em profundas instabilidades monetárias e cambiais, mas também haveria um repique para toda a economia-mundo capitalista. Obviamente, a crise se faria sentir na economia chinesa, cujos primeiros sinais seriam a desaceleração econômica e a decorrente transmissão da crise para o setor bancário via aumento da inadimplência (que já vinha se avolumando desde antes), que tomou proporções insustentáveis e demandou rápida ação do Conselho de Estado.

Tal ação foi consubstanciada na “Primeira Conferência Financeira Nacional”, visando a promover a contabilização dos ativos inadimplentes nos balanços dos bancos estatais chineses, mas com especial ênfase sobre os ativos dos *JSCB*, *City Banks* e cooperativas de crédito rurais e urbanas⁷⁶.

Uma outra medida do Conselho de Estado foi promover o saneamento financeiro do sistema, com a aprovação da emissão de títulos governamentais especiais, destinados exclusivamente à criação de *funding* para a operação estruturada de troca de ativos dos bancos que apresentavam um volume maior de papéis de baixa qualidade/inadimplidos por títulos garantidos pelo Ministério das Finanças e pelo BPC⁷⁷.

O saneamento do sistema via troca de ativos ocorreu através da criação de quatro agências governamentais exclusivamente destinadas a realizar esta

⁷⁶ Para se ter uma noção do tamanho do problema instalado no sistema bancário chinês, em 1999, apenas dois anos após a crise asiática, o volume de ativos inadimplidos nos balanços dos bancos estatais chineses chegou ao patamar de 40% do PIB (OKAZAKI, 2007).

⁷⁷ A primeira operação estruturada praticada levantou um volume de recursos da ordem de 270 bilhões de Yuans, ou 3% do PIB chinês (WANG, 2018; OKAZAKI, 2007).

operação, sob o controle do BPC e, em última instância, do Conselho de Estado. Estamos falando das *Asset Management Companies (AMC)*.

Com o BPC diminuindo o recolhimento compulsório dos bancos de 13% para 8%, foram liberados mais de 377 bilhões de Yuans no sistema bancário, os quais foram utilizados pelos próprios bancos para a compra dos títulos governamentais especiais a partir de agosto de 1998. Com o aumento da liquidez do Ministério das Finanças, este reinjetou tais recursos nos *Big Four* via troca direta de ativos, de forma a torná-los altamente líquidos.

Por um lado, tal medida colaborou para a manutenção do índice inflacionário em patamar relativamente estável, e, por outro, o Ministério das Finanças transferiu a administração destes ativos de baixa qualidade sob seu poder para as quatro *AMC*, que atuaram em conjunto com os *Big Four* para promover a estabilização de suas carteiras de crédito de baixa qualidade, assim como para promover a reestruturação deste elevado volume de crédito sem tornar insolventes as empresas estatais e não-estatais (coletivas) altamente endividadas com os bancos.

De forma sistemática, a operação ocorreu da seguinte forma:

- A *Orient Asset Management* atuaria junto ao *Bank of China (BOC)*;
- A *Great Wall Asset Management* atuaria junto *Agricultural Bank of China (ABC)*;
- A *Cinda Asset Management* atuaria junto ao *China Construction Bank (CCB)*, e;
- A *Huarong Asset Management* atuaria junto ao *Industrial and Commercial Bank of China (ICBC)*.

Entre março e agosto de 1998, cerca de 1,4 trilhão de Yuans em ativos (20% do total de ativos no sistema bancário) foram transferidos dos balanços dos bancos para a administração das *AMC*, que puderam promover a reestruturação e administração de tais créditos de baixa qualidade através da

transformação do passivo das empresas envolvidas⁷⁸ em participação acionária via *debit for equity swap*.

Ou seja, as empresas envolvidas na operação foram isentas do pagamento do principal da dívida e dos juros enquanto apresentassem dificuldades financeiras em seus balanços e, assim que passassem a apresentar resultados operacionais positivos, passariam a pagar dividendos às AMC que, por sua vez, fariam a transferência de parte destes dividendos ao Ministério das Finanças, o qual honraria o pagamento dos juros dos títulos especialmente emitidos que proporcionaram esta operação (OKASAKI, 2007).

Apesar de não resolver todo o impasse, o saneamento do sistema bancário tornou o problema administrável, havendo um maior rigor regulatório por parte do BPC a partir de então sobre a política de crédito dos bancos, além de estimular a retomada creditícia em novas e melhores bases de funcionamento (LI, 2017).

No que tange ao incipiente mercado de capitais chinês, diferentemente de muitos países asiáticos onde tal mercado cresceu relativamente rápido e sob padrões ocidentais de funcionamento, na China este esteve sob rigoroso controle do BPC, não obstante apresentar-se como um suporte de pequena monta para a canalização de recursos às empresas estatais e não-estatais (coletivas).

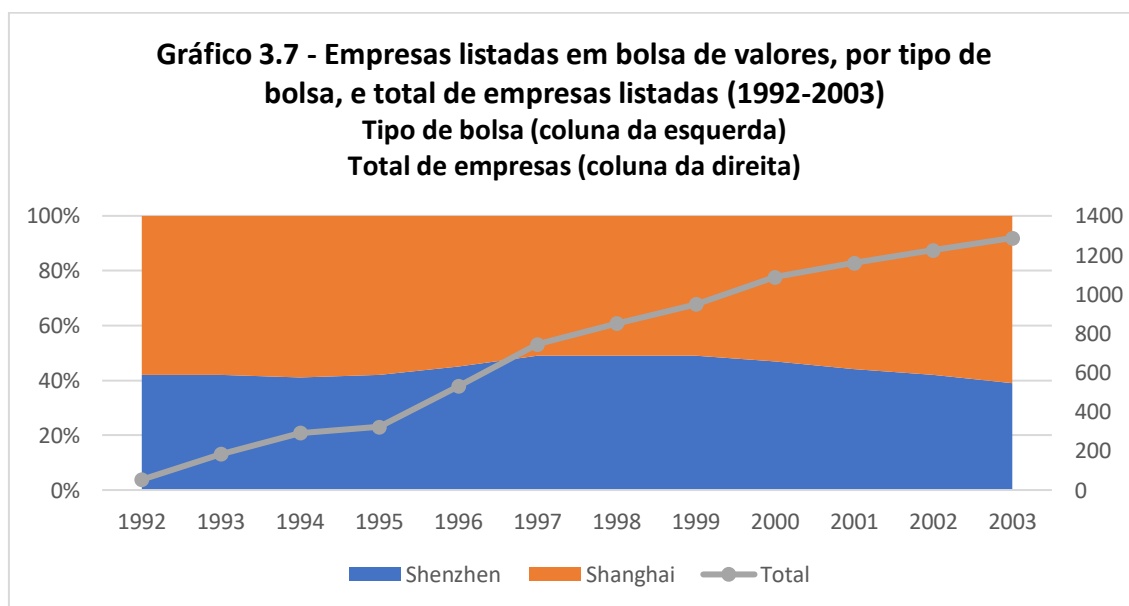
Nesse sentido, em 1998 foi criada a *China Securities Regulatory Commission (CSRC)*, que assumiu as funções do BPC em termos de supervisão, regulação e liquidação de ativos no mercado de títulos mobiliários chinês. Além disso, com a substituição do Plano de Crédito (resquício do contexto pré-reformas) por novos instrumentos de política monetária consubstanciados na *Securities Law*, a divisão de tarefas entre o BPC e a CSRC passou a ser encarada pelo Conselho de Estado como fundamental para as metas da política monetária.

⁷⁸ Mas, nem todas as empresas estatais e não-estatais (coletivas) puderam participar desta operação, pois o governo central escolheu apenas 580 empresas, consideradas essenciais nos setores em que atuavam (OKAZAKI, 2007).

Pode-se afirmar isso, pois, conforme Carvalho (2013), caberia ao BPC a aplicação das diretrizes básicas de um banco central tradicional, como a determinação do compulsório, a emissão monetária, o controle das taxas de juros e a determinação da política de câmbio. À CSRC caberia definir o processo de abertura de capital das empresas estatais e não-estatais (coletivas), de forma a alavancar o volume de crédito que tais empresas poderiam ter acesso no mercado de capitais.

De acordo com Okazaki (2007), a atuação sincronizada dos dois entes se apresentou como um *window guidance* (janela de orientação) para a condução da política monetária no período, pois isto deu margem à criação de um mercado interbancário nacionalmente integrado em 1996 (MEHRAN & QUINTYN, 1996), e passou-se a negociar nas bolsas de Shanghai e Shenzhen as ações tanto das empresas estatais escolhidas para a abertura de capital, quanto dos títulos emitidos pelo próprio BPC e pelos *Policy Banks*⁷⁹.

Entre 1992 e 2003, o total de empresas que tiveram seu capital aberto nas duas bolsas saltou de 53 para mais de 1.200, com expressiva participação da bolsa de Shanghai neste processo, conforme revela o gráfico 3.7.



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009) e Naughton (2007).

⁷⁹ Cabe frisar que, diferentemente das bolsas de valores ocidentais e asiáticas, as ações e títulos chineses negociados nas duas referidas bolsas tinham sua volatilidade fortemente regulamentada pela CSRC, não podendo sofrer oscilações bruscas, além de haver a necessidade de manutenção de tais ações, por tempo determinado, no portfólio de seus detentores. Para um aprofundamento desta questão, ver Allen *et alii* (2005); Elliott *et al* (2013).

Mas, as ações negociadas tinham como determinante a separação dos ativos de empresas que poderiam ter essas ações negociadas livremente e/ou com apenas algumas restrições (as *circulating shares*) e aquelas que não poderiam ter ações negociadas livremente (ou que não poderiam circular pelo mercado de capitais, as *non-circulating shares*).

Começando pelas que *non-circulating shares*, destacam-se três tipos de ativos:

- *I-A: Sponsons' Shares*: basicamente ativos em posse do governo central, através dos seus representantes via empresas detentoras de tais ativos, que tinham interesses nas empresas listadas (*Sponson Legal Person*);
- *I-B: Private Placement of Legal Person Shares*: ativos em posse de detentores privados nacionais, especialmente os administradores das empresas listadas;
- *I-C: Worker Shares*: ativos em posse dos trabalhadores das empresas listadas.

Pelo lado das *Circulating Shares*, destacam-se as:

- *A-shares*: ações primárias denominadas em Yuans, detidas exclusivamente por nacionais, e com preços elevados;
- *B-shares*: ações denominadas em moeda estrangeira, destinadas aos investidores institucionais e mesmo estrangeiros;
- *H-shares*: ações listadas por companhias chinesas em Hong Kong, com maior liberdade de circulação e volatilidade.

Segundo Naughton (2007), apesar da segmentação do mercado de capitais por tipo de ativo e detentor, o governo central manteve seu poder de monitoramento e controle do estoque de ações das empresas listadas. Tanto é que cerca de 65,3% do total de ativos das empresas listadas em bolsa em 2001 era de *non-circulating shares*, ou seja, ativos em posse do governo e/ou não podendo circular livremente pelo mercado de capitais.

Na esteira desse processo, o volume de recursos captados pelas *circulating shares* foi expressivo no período, inclusive com a predominância de ações do tipo A, ou seja, aquelas compradas por capital nacional chinês, conforme a tabela 3.1.

Tabela 3.1 – Volume de capitação de recursos, *circulating shares*, por tipo de ação (1991-2003)

Ano	Volume de capitação em bilhões de Yuans	Tipo A - (%)	Tipo B - (%)	Tipo H - (%)
1991	0,5	100	0	0
1992	9,4	53,1	46,9	0
1993	37,5	73,6	10,2	16,2
1994	32,7	30,5	11,7	57,8
1995	15	56,9	22,2	20,9
1996	42,5	69,2	11,1	19,7
1997	129,4	63,8	8,3	27,8
1998	84,2	92,5	3	4,5
1999	94,5	94,6	0,4	5
2000	210,3	72,6	0,7	26,7
2001	125,2	94,4	0	5,6
2002	96,2	81,1	0	18,9
2003	135,8	60,4	0,3	39,4

Fonte: Elaboração própria a partir de Naughton (2007) e Okazaki (2007).

Dessa forma, a gestão macroeconômica apresentou resultados alinhados aos anseios do Conselho de Estado do ponto de vista do alcance dos objetivos e metas propostos. Conforme a tabela 3.2 e o gráfico 3.8, o índice inflacionário, apesar de algumas oscilações bruscas no início do período, manteve-se dentro das expectativas, apesar da política monetária ser expansionista e apresentar uma elevada injeção de liquidez no período analisado.

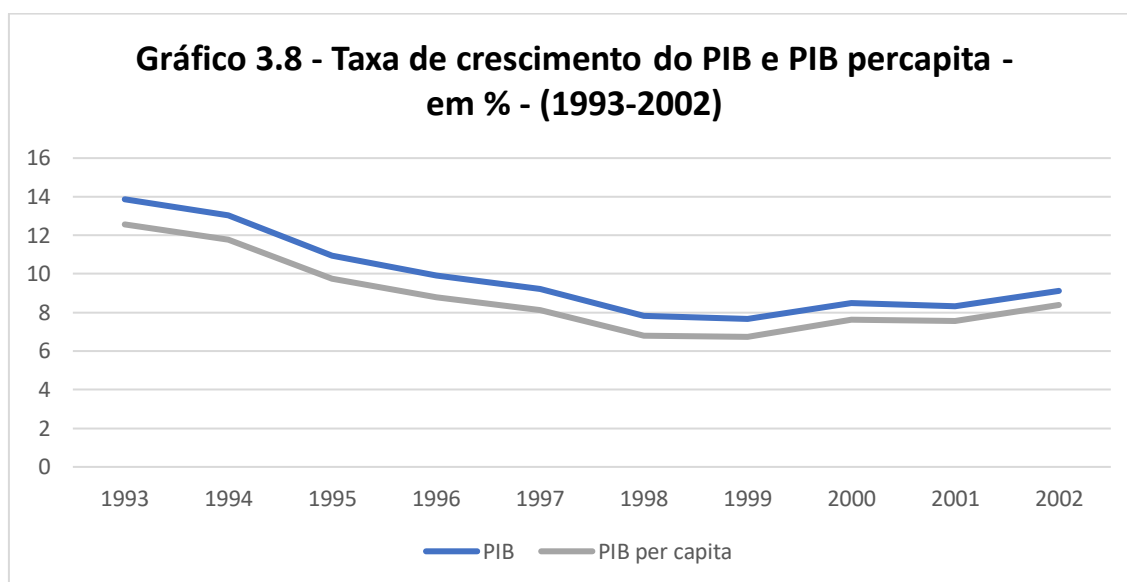
Tabela 3.2 – Indicadores macroeconômicos – Inflação e PIB / meta e efetivo (1994-2003)

Ano	Inflação		PIB	
	Meta	Efetiva	Meta	Efetivo
1994	10	24,2	8,5	13,1
1995	15	16,2	8,5	10,9
1996	10	8,3	8	10
1997	6	2,8	8	9,3
1998	5	-0,8	8	7,8
1999	2	-1,4	8	7,6
2000	1	0,3	8	8,4
2001	1-2	0,5	7	8,3

2002	1-2	-0,8	7	9,1
2003	1	1,2	7	10

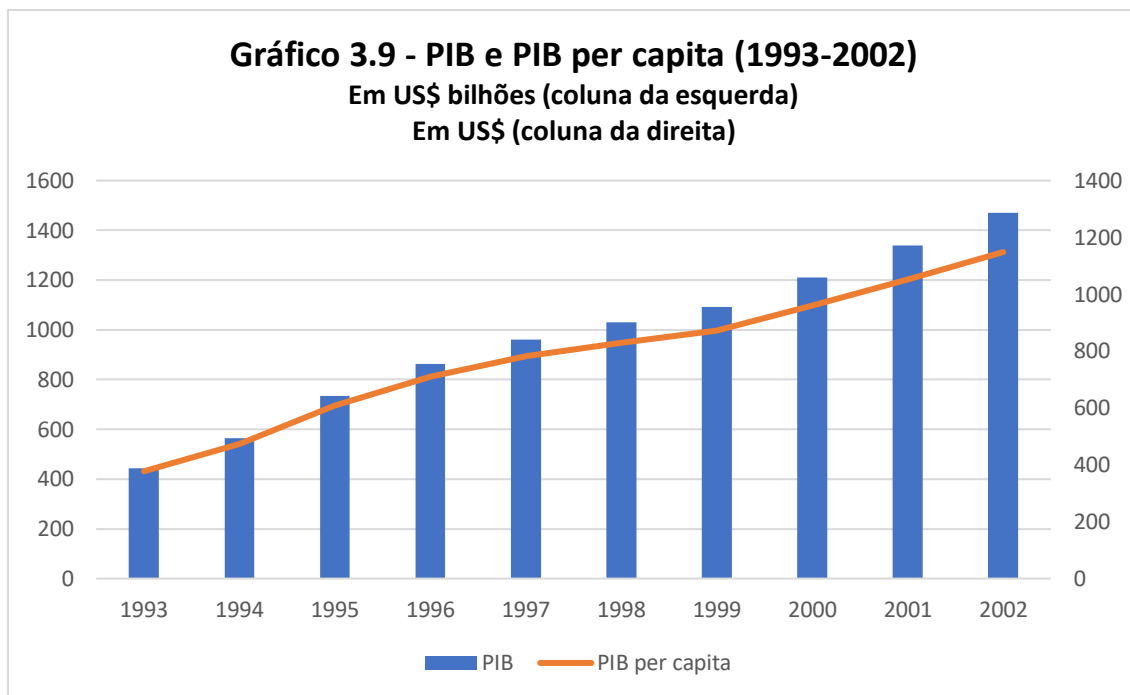
Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Naughton (2007).

Em segundo lugar, o crescimento do PIB apresentou-se sempre acima da meta proposta pelo governo central, com exceção aos anos de 1998 e 1999, em decorrência da crise asiática que afetou, ainda que em menor intensidade, a economia chinesa. Ademais, a tendência de desaceleração econômica vista no período analisado pode ser minimizada pelo fato de o crescimento do produto interno bruto e do produto interno bruto per capita se mantiveram elevados, saindo de 12% e 14% entre 1993 e 1998, para 8% e 9% entre 1999 e 2002, conforme o gráfico 3.8.



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009) e Naughton (2007).

Em termos nominais, isto significou que o PIB chinês mais do que triplicou em uma década, saltando de pouco mais de US\$ 440 bilhões em 1993, alcançando US\$ 1 trilhão em 1998, e chegando a quase US\$ 1,5 trilhão em 2002, conforme o gráfico 3.9. Já o PIB per capita em termos nominais seguiu na mesma rota, triplicando no mesmo período, saindo de US\$ 377 em 1993, saltando para US\$ 828 em 1998, e chegando a US\$ 1.148 em 2002.



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009) e Naughton (2007).

Por trás deste elevado dinamismo econômico, pode-se afirmar que há o sucesso da gestão macroeconômica. Por um lado, pelo fato de que o gasto governamental após a reforma fiscal se manteve em trajetória de crescimento constante ao longo do período, cerca de 12% do PIB na média anual (gráfico 3.10). Por outro lado, apesar da taxa de investimento em ativos fixos ter apresentado leve queda entre 1993 e 2000 (de 43% para 33% do PIB), entre 2001 e 2003 esta voltou a subir, chegando a 36% do PIB.

Um ponto fundamental que criaria as expectativas macroeconômicas necessárias ao robusto crescimento do produto chinês foi a manutenção da demanda das famílias chinesas, haja vista que o consumo destas se manteve em taxas elevadas, com 42% na média do período, chegando a um pico máximo nos anos de 1996 (46,84%) e 2000 (46,73%), respectivamente.

Analisando estes dados sobre a capacidade de consumo na economia chinesa no período, pode-se afirmar que a elevada capacidade de demanda interna foi crucial para estimular, impulsionar e dinamizar o volume de investimentos totais em ativos fixos realizados no período, destinados a expandir a estrutura produtiva chinesa, sendo, ainda, importante chave explicativa para se compreender o estado positivo de expectativas entre os agentes econômicos

estatais e não-estatais, nacionais e estrangeiros, que operavam (ou viriam a operar) na economia chinesa.

Afirmamos isto, pois, conforme Naughton (2007), foi neste contexto que o Estado chinês passou a formular a estratégia de avanço sobre as cadeias e setores produtivos ligados ao setor de bens de consumo durável, os quais demandavam a instalação de novos investimentos em ativos fixos e, principalmente, a criação de um incipiente mercado de bens de capital e de bens intermediários. Isto, de fato, passou a ocorrer na economia chinesa, afinal, os setores produtivos de bens de consumo leve e consumo durável deram a tônica na dinâmica de acumulação de capital no período, com a abertura de novos setores e frentes de expansão, que estimularam, por sua vez, investimentos iniciais do incipiente mercado de bens de capital chinês, além de iniciar um processo de integração nacional de fornecedores de bens intermediários atrelados à indústria, conforme veremos.

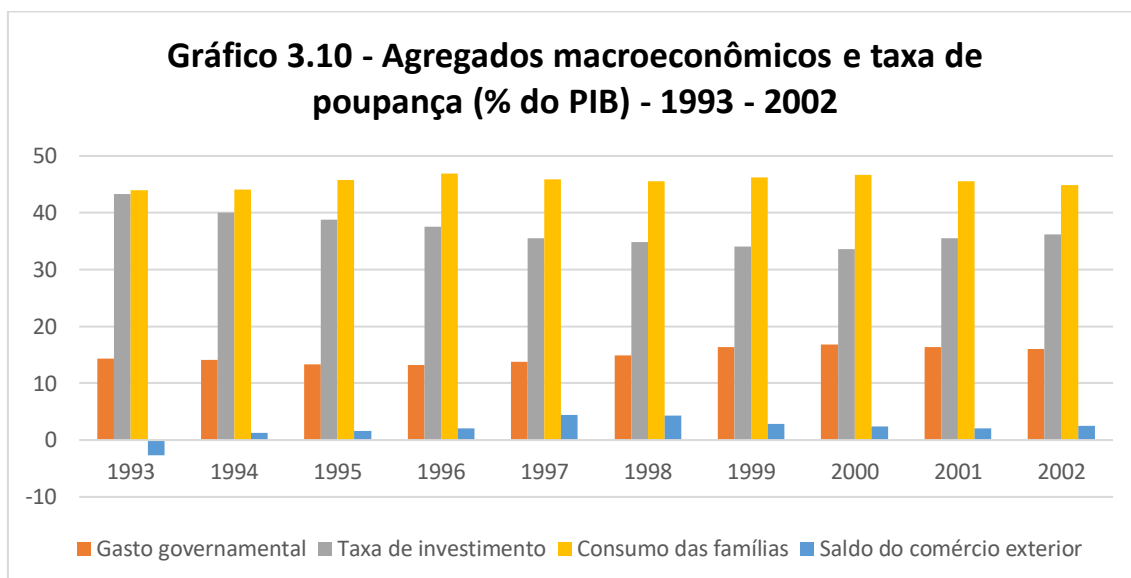
Nesse sentido, não há como deixar de notar a imprescindível contribuição da teoria econômica keynesiana e sua aplicabilidade ao caso chinês ora sob escrutínio de nossa argumentação pois, conforme o próprio Keynes,

toda a produção se destina, em última instância, a satisfazer o consumo. Normalmente, decorre algum tempo entre o momento em que o produtor assume os custos e o da compra da produção pelo consumidor final. Enquanto isso, o empresário tem de fazer as melhores previsões que lhe são possíveis sobre o que os consumidores estarão dispostos a pagar-lhe quando estiver em condições de os satisfazer. Não lhe resta outra alternativa senão guiar-se por estas previsões, se sua produção tem de ser realizada, de qualquer forma, por processos que requerem tempo. Estas expectativas, [...] dividem-se em dois grupos: [...] expectativas de curto prazo – expectativas relativas ao custo de produção em diversas escalas e expectativas relativas ao produto da venda desta produção, que dependerão, em grande parte, das expectativas de longo prazo, [...] que se refere ao resultado que o empresário pode esperar ganhar sob a forma de rendimentos futuros, no caso de comprar produtos “acabados”⁸⁰ para adicionar a seu equipamento de capital (KEYNES, 1982, p. 53-54).

Ainda segundo o supracitado autor (1982, p. 55), “o processo de criar capital para satisfazer o novo estado das expectativas pode levar a um nível de emprego e, também, a um montante de consumo corrente superiores aos atingidos quando alcançada a posição de longo prazo”, revelando a dinâmica

⁸⁰ Incorporação de bens de capital para expandir a produção.

concatenada de elevação da demanda agregada e dos níveis de investimentos necessários à absorção da força de trabalho no sistema produtivo e à criação de um estado de expectativas positivo para o avanço da acumulação de capital e a abertura de novas frentes de expansão econômica, o que, de fato, ocorreu na economia chinesa durante o período.



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Naughton (2007).

Ao analisarmos os agregados macroeconômicos constantes no gráfico 3.10, pode-se constatar que a soma do consumo das famílias e do governo esteve acima da taxa de investimento, chegando, em conjunto, a quase 60% no período, e induzindo, desta forma, os investimentos futuros para suprir esta constante demanda.

Mas, ao se adentrar na discussão sobre qual a composição da demanda agregada como principal motor de dinamização da acumulação de capital na economia chinesa no período, há que se destacar os importantes trabalhos de Dic Lo que, de forma sumária, dizem que no primeiro período das reformas (1978-1992) a demanda agregada chinesa compunha-se majoritariamente pelo consumo das famílias e menos pelo consumo das empresas (investimentos empresariais).

Na segunda fase do movimento reformista (1993-2002), o autor revela que, por conta das reformas nas empresas estatais e o processo de privatização que se seguiu ao longo da década de 1990, tendeu a haver uma crescente polarização econômica e social, fruto do aumento conjuntural do desemprego

até 1999, assim como a estagnação do crescimento real da renda dos trabalhadores (especialmente no setor urbano), contrastando dialeticamente com a elevação da taxa de acumulação empresarial e com o aumento da produtividade do trabalho.

Nesse sentido, se na primeira fase das reformas a produção intensiva em fator trabalho apresentou-se como central na dinâmica de acumulação de capital na economia chinesa, na segunda fase das reformas tal dinâmica se alterou de forma a ser cada vez mais assentada no *capital-deepening* (LO, 2006), com destaque para as mudanças institucionais colocadas em prática por parte do Estado chinês para que a estrutura produtiva chinesa passasse a apresentar maior intensividade tecnológica e maiores doses de capital proporcionalmente ao produto final gerado.

Em outras palavras, a estrutura produtiva chinesa subiu um degrau na sofisticação produtiva via *catch-up* tecnológico e intensividade de capital, cuja consequência foi a redução do ritmo de incorporação de força de trabalho no circuito econômico (apesar de ser positiva a expansão de postos de trabalho no período), além da estagnação da renda real do trabalho, impactando, sobremaneira, o consumo das famílias como componente da demanda agregada.

De forma a equacionar esta questão, Lo (2006; 2007) afirma que, se na primeira fase das reformas as restrições produtivas da economia chinesa se apresentavam pelo lado da oferta, a partir da segunda fase reformista as tais restrições passariam a ser de demanda, por conta da referida estagnação, ainda que em patamar elevado, do consumo das famílias. Nesse contexto, sugere o autor que, após a crise asiática, o governo chinês arrefeceu o ímpeto reformista caminhante no sentido de conferir maior liberdade ao setor empresarial privado nacional e passou a orientar o ritmo do crescimento chinês em direção à intensificação dos investimentos das empresas estatais, especialmente as maiores e estratégicas, de forma a contrabalançar a estagnação do consumo das famílias na composição da demanda agregada.

Empiricamente, a ideia do autor é corroborada pelos dados, pois, ao se analisar o ritmo de crescimento do investimento nos agregados

macroeconômicos, percebe-se que há uma tendência de queda até o ano 2000, se invertendo somente no ano de 2001, como reflexo das medidas anticíclicas⁸¹ colocadas em prática pelo Estado chinês entre 1998 e 2000 em resposta à crise asiática. Paralelamente, o gasto do governo, após queda entre 1993 e 1996, passou a subir a partir de 1997, se acelerando em 1998, quando houve acréscimo de mais de 1% do gasto governamental como proporção do PIB, saltando de 13,75% para 14,94%, subindo para a casa dos 16% em 2002.

Tais dados escondem o fato de que, para Lo (2007), o aumento dos gastos do governo e das empresas estatais fez com que o investimento sustentasse o ritmo de expansão da economia chinesa em boa parte do período, especialmente no setor industrial pesado, de máquinas pesadas. Nesse sentido, o autor deixa claro que a economia chinesa adentrou num ritmo de expansão calcado cada vez mais em investimentos maciços na indústria pesada, que, por sua vez, estimulou a criação de uma incipiente, mas altamente demandada, indústria de bens de capital, que passaria a suprir parcialmente a demanda por maquinário de toda a estrutura industrial do país, além de ter sido importante no processo de aprofundamento do nível tecnológico industrial chinês, haja vista que, numa economia altamente industrializada proporcionalmente ao PIB como era a chinesa naquele momento, os ganhos de produtividade no setor industrial tendem a se irradiar para os outros setores econômicos, diminuindo custos de produção, do preço final dos produtos e aumentando a produtividade/rentabilidade do capital.

Nas palavras do autor,

a mudança na característica da trajetória do crescimento econômico pode ser vista dentro de um contexto maior das transformações econômicas da China. Sucintamente, a trajetória de crescimento intensivo em trabalho que prevaleceu na primeira metade da era das reformas esteve associada com a rápida expansão da demanda via consumo [das famílias], a qual foi sustentada por um padrão de distribuição de renda igualitário. Contudo, com o progresso das reformas e, deste modo, com o crescimento irregular da destruição da renda, a [taxa] de expansão do consumo caiu substancialmente e a economia se alterou de uma fase de restrição de oferta para outra de restrição de demanda. Desde a metade dos anos 1990, a demanda

⁸¹ Aumento sensível do gasto fiscal, além de reformas no sistema bancário e financeiro que colaboraram para a melhora da capacidade de financiamento da estrutura produtiva chinesa quando comparado ao período *ex ante* à crise. Destaca-se, ainda, as reformas institucionais que impactaram sobremaneira a estrutura empresarial do país, criando incentivos ao *catch-up* industrial (LO, 2006; ZONENSCHAIN, 2006).

agregada insuficiente prevaleceu na economia. E o investimento substituiu o consumo como a principal força por trás da expansão da demanda agregada. Consequentemente, a China tendeu a seguir um padrão de crescimento econômico que é caracterizado por um processo de “produzir bens de capital para produzir bens de capital” (LO, 2007, p. 199 – tradução nossa).

Por um lado, isto induziu o crescimento do volume absoluto de postos de trabalho na economia como um todo, levando ao conseqüente aumento absoluto e em termos nominais da renda nacional. Por outro lado, a taxa de poupança das famílias chinesas aumentou consideravelmente no período, tanto em termos de volume de recursos poupados (dado o aumento da quantidade de trabalhadores incorporados ao mercado de trabalho formal urbano e rural), quanto em termos do percentual poupado pelas famílias sobre a sua própria renda (poupança familiar total dividido pela renda familiar total).

A explicação a tal constatação vincula-se ao fato de que o Estado, ao não oferecer um sistema de seguridade social robusto às famílias no período (previdência e saúde, por exemplo), não deixou outra alternativa a estas senão a necessidade de pouparem grande parte de seus salários e rendas com vistas a satisfazer às possíveis intercorrências de saúde incapacitantes ao cotidiano laboral e/ou para desfrutar de uma velhice minimamente adequada materialmente (BRAGA *et al*, 2020; MA, 2015)⁸².

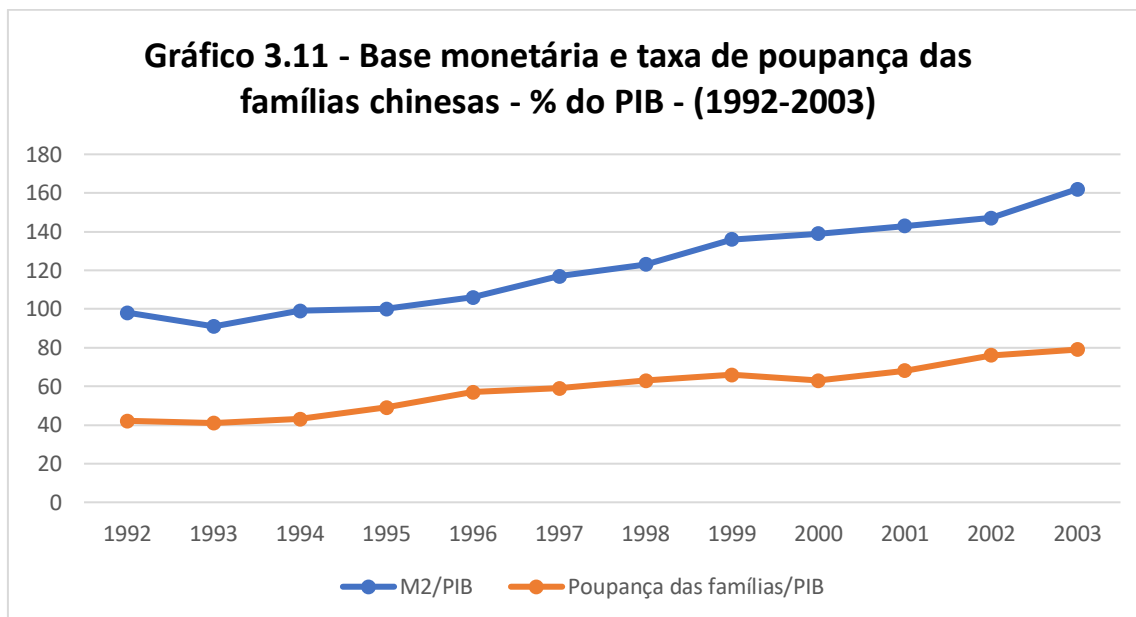
Por conta deste fato, a poupança das famílias chinesas saiu de cerca de 40% do PIB em 1992 para chegar a cerca de 79% em 2003, em meio a um aumento do contingente populacional total que adentrou no mercado de trabalho da ordem de 69,3 milhões de pessoas no período, e um crescimento médio do PIB da ordem de 9,84%⁸³.

A consequência básica deste incremento de poupança das famílias foi o aumento dos depósitos no sistema bancário, que também se revelou expressivo

⁸² Ver também Rosales (2020), especialmente os capítulos 5 (Reforma económica y apertura) e 7 (La dimensión de los desafíos económicos).

⁸³ Cabe fazer o destaque de que a renda média nominal dos trabalhadores saltou de 3.371 Yuans em 1993 para 6.470 em 1997 e 12.422 em 2002, um aumento de mais de 300%, segundo dados de China (2009). No entanto, o índice de aumento real da renda dos trabalhadores revela a armadilha de se olhar estes dados de forma isolada, pois, ainda de acordo com China (2009), o índice de crescimento real da renda do trabalho subiu apenas 1,7% no período, revelando a brutal pressão sobre a remuneração do trabalho em favor da valorização crescente do capital. Sobre este assunto, ver também a tabela 11, páginas 484 e 485, de Medeiros (2013), que trata da taxa de crescimento dos salários e a brutal elevação da produtividade do fator trabalho na economia chinesa, assim como a figura 1, página 35, de Dic Lo (2006).

no período, com o M2⁸⁴ da base monetária chinesa saindo de 98% do PIB em 1992 para mais de 160% em 2003, conforme o gráfico 3.11.



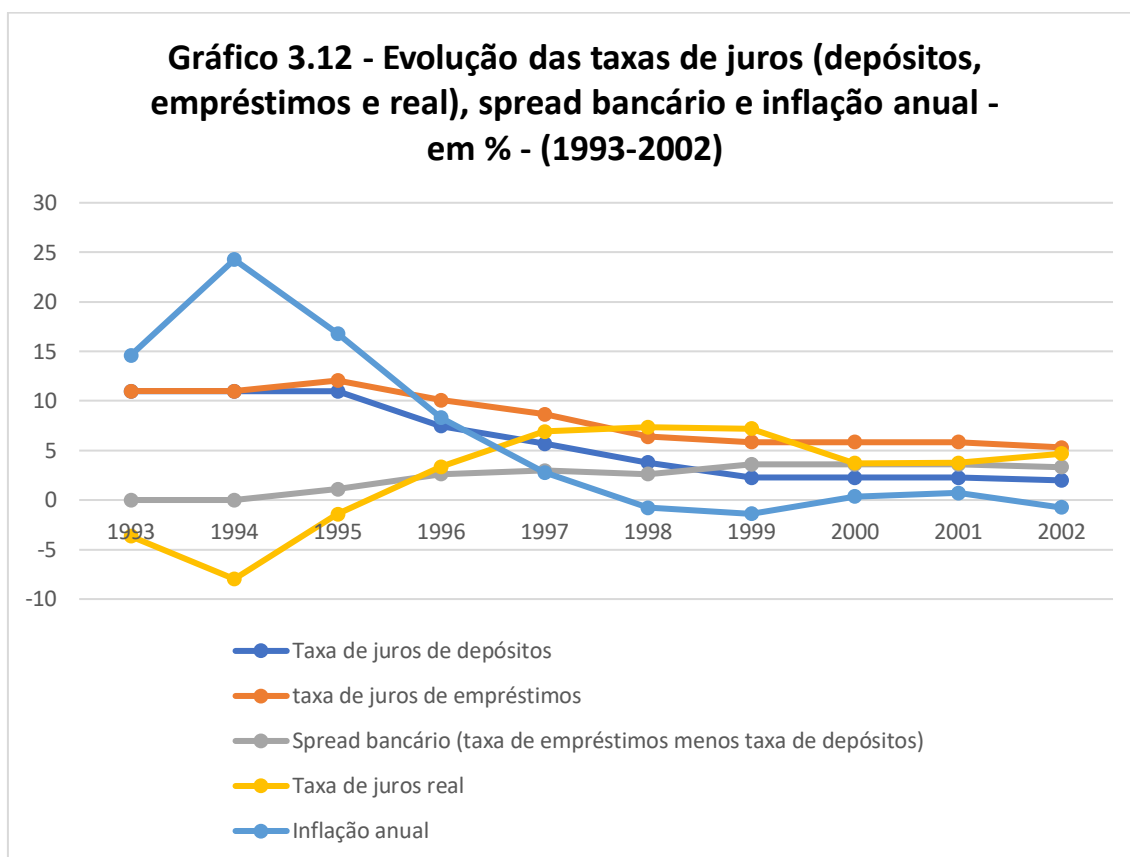
Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Naughton (2007).

A partir desta dinâmica macroeconômica, a canalização deste *funding* das famílias chinesas foi fortemente impactada pela gestão monetária. Conforme já nos referimos no capítulo 2, sob o nosso ponto de vista o Estado chinês implementou na primeira fase das reformas e manteve no período analisado neste capítulo a “eutanasia do rentista chinês”, nos moldes da proposta de Keynes (1982), mas com o agravante de que o economista britânico propôs a eutanásia do *rentier* na *teoria geral* devido à sua existência nas economias centrais e o seu papel nocivo na absorção de parte substancial da renda agregada nacional no período *ex ante* à crise de 1929 via especulação financeira. No caso chinês, usamos esta ideia de Keynes muito mais para deixar claro que o Estado chinês procurou evitar o surgimento do *rentier* do que para combatê-lo, haja vista sua inexistência na economia chinesa durante todo o período entre 1978 e 2002.

Prosseguindo, a gestão do *funding* bancário esteve a serviço da estratégia de aprofundamento industrial, haja vista que, paralelamente a um controle inflacionário satisfatório, as taxas dos depósitos bancários (5,85% na média do período) e empréstimos (8,19 na média do período) foram fortemente

⁸⁴ Moeda em poder do público, mais depósitos a prazo (investimentos, poupança, fundos de aplicação financeira de curto prazo) e títulos do governo em poder do público (MANKIWI, 2001).

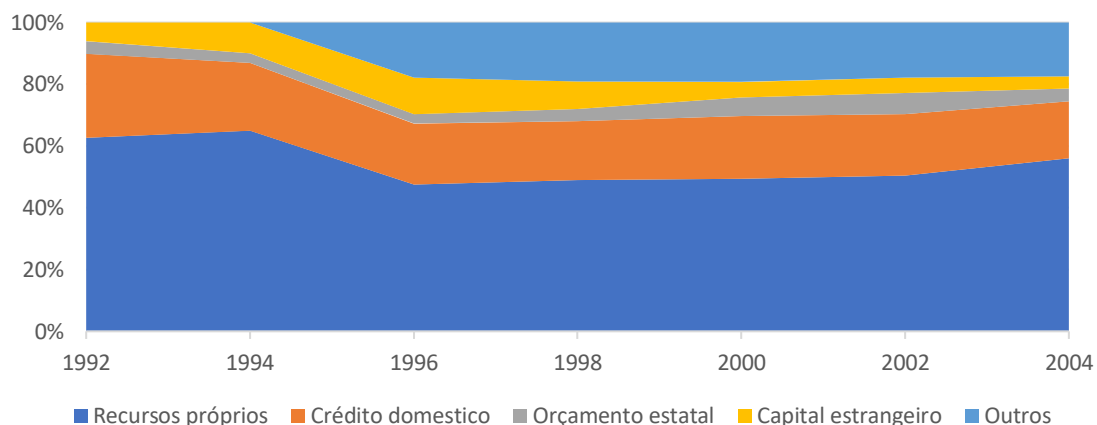
controladas pelo Estado, culminando em um *spread* bancário baixo (média de 2,34% na média do período), além de uma taxa de juros real que, apesar de ter subido no período, não impactou de forma desestabilizadora o volume de crédito disponível para a produção (2,38% na média entre 1993 e 2002), conforme os gráficos 3.12 e 3.13, evidenciando o forte controle estatal sobre o sistema bancário e financeiro de forma geral, em benefício do setor produtivo.



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Naughton (2007).

Mas, se por um lado o volume de recursos poupados pelas famílias impactou positivamente o *funding* disponível a ser canalizado para o setor produtivo via crédito, por outro lado as próprias empresas estatais e não-estatais (coletivas) chinesas apresentaram um balanço favoravelmente positivo de poupança, financiando-se de forma autônoma sempre que necessário, conforme os gráficos 3.13 e 3.14.

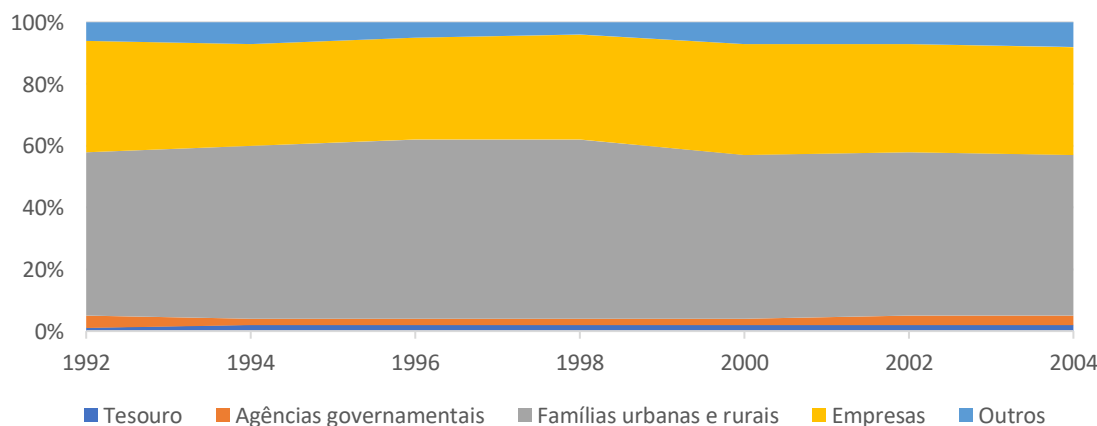
Gráfico 3.13- Fontes de financiamento do investimentos em ativos fixos (1992-2004)



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Okazaki (2007)

Apesar do Estado chinês apresentar déficit primário no período, a composição do *funding* da economia chinesa esteve muito menos condicionada ao orçamento fiscal em si, e muito mais nos balanços das empresas estatais e não-estatais (coletivas) no que tange volume de recursos necessários ao incremento de investimento produtivo, além do fato de que as famílias chinesas, ao adentrarem no mercado de trabalho (especialmente no setor urbano, conforme veremos adiante), passaram a receber seus rendimentos, consumindo pequena parte e, principalmente, poupando grande parte, que foi canalizada para o sistema bancário via depósitos bancários, sendo este o principal tipo de *funding* do sistema de crédito privado nacional (gráficos 3.14 e 3.15).

Gráfico 3.14 - Composição dos depósitos bancários por tipo de depositante (1992-2004)



Fonte: Elaboração própria a partir de *Chinese Statistical Yearbook* (2009); Naughton (2007).

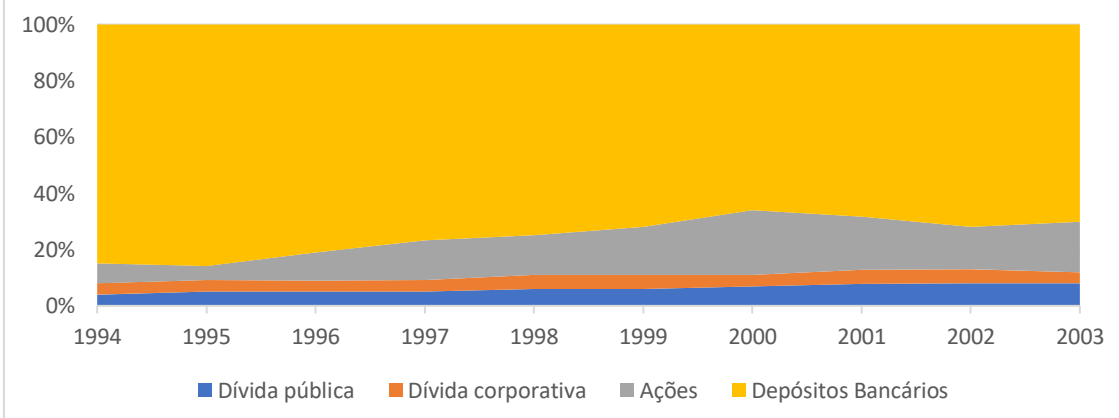
Desta forma, a assertividade da gestão monetária e seus impactos sobre as taxas de juros e a estabilidade inflacionária manteve as expectativas do ciclo econômico em tendência de alta na economia chinesa, especialmente após a resposta do país à crise asiática de 1997, afinal, as medidas propostas pelo Estado chinês na gestão fiscal (elevando seu poder de gasto via elevação sensível do déficit primário) e, principalmente, na gestão monetária (expansão da liquidez no sistema bancário) fizeram com que novas frentes de expansão continuassem a se abrir aos agentes econômicos atuantes na economia chinesa, só que agora via expansão do volume de investimentos, que assumiu maior importância na demanda agregada, especialmente no setor industrial pesado (bens de consumo durável e bens de capital), conforme Lo (2006).

Aliás, ao promover esta gestão macroeconômica que induziu a expansão da produção, dos investimentos, do consumo empresarial e do crescimento econômico de forma geral, o Estado chinês manteve positivas as expectativas de elevação da eficiência marginal do capital⁸⁵ na economia chinesa, impactando positivamente a demanda agregada (consumo das famílias, das empresas estatais e não-estatais (coletivas) e do governo) e a oferta agregada (investimentos governamentais e empresariais), gerando um ponto de demanda efetiva keynesiana⁸⁶ em que o aumento do volume de emprego e a elevação da renda do trabalho ocorrido na economia chinesa foi função da expectativa de aumento da taxa de retorno do capital dos agentes empresariais nacionais e estrangeiros operantes na economia chinesa no período.

⁸⁵ “A eficiência marginal do capital é definida em termos da expectativa da renda e do preço da oferta corrente do bem de capital. Ela depende da taxa de retorno que se espera obter do dinheiro investido num bem recentemente produzido. [...] Em outras palavras, o investimento vai variar até que aquele ponto da curva de demanda de investimento em que a eficiência marginal do capital em geral é igual à taxa de juros do mercado. [...] Segue-se que o incentivo para investir depende, em parte, da curva de demanda por investimento e, em parte, da taxa de juros. [...] A expansão dos investimentos em qualquer sentido dependerá de uma comparação entre a taxa de rendimento em relação ao custo e à taxa de juros. Para induzir investimentos novos, a taxa de rendimento em relação ao custo deve ser superior às taxas de juros” (KEYNES, 1982, p. 115/116/119).

⁸⁶ Cf. Keynes (1982), capítulo 3 (princípio da demanda efetiva).

Gráfico 3.15 - Composição do estoque de ativos financeiros totais como proporção do PIB (1994-2003)



Fonte: Elaboração própria a partir de Naughton (2007).

Não obstante a gestão fiscal ter passado por profundas transformações, levando à recentralização do poder arrecadação tributária no governo central, e ter ocorrido a profissionalização na administração e atuação das empresas estatais e não-estatais (coletivas), que passaram a ter menor interferência governamental, foi na gestão monetária que a condução macroeconômica levada adiante pelo Conselho de Estado se fez sentir de forma mais intensa.

Dizemos isto, pois, a reforma do sistema bancário levou à canalização da poupança das famílias para o setor produtivo industrial e aumentou a capacidade de financiamento de projetos de longo prazo (necessários ao aprofundamento da acumulação de capital a abertura de novos setores à acumulação). Aliado à rigidez das taxas de juros imposta pelo BPC, à emergência de um incipiente mercado de capitais que se efetivou como fonte primária de crédito para muitas empresas, a atuação do BPC na gestão monetária criou um estado de expectativas que alavancou, certamente, a dinâmica de acumulação na economia real, especialmente no setor industrial, que passou por transformações relevantes no período com o desenvolvimento de um setor de bens de capitais integrado e o aprofundamento de indústrias intensivas em tecnologia.

3.2. A modernização setorial

A continuidade do processo reformista nesta segunda fase (1993-2002) foi permeada pelo aprofundamento das reformas setoriais ligadas às “quatro

modernizações”, mas com uma intensidade tão elevada de transformações quanto às que ocorreram na primeira fase reformista.

Nesse sentido, as transformações da agricultura via mecanização acelerada e utilização em escala cada vez maior de fertilizantes aumentaram a produtividade do setor, aliado a um processo de *catch-up* tecnológico ligado ao setor industrial que, de certo modo, foram centrais para que a economia chinesa pudesse ter uma elevação de produtividade e eficiência como um todo.

No que tange ao setor bélico-industrial, as transformações ocorridas no sistema mundial (desmoronamento da União Soviética e o fim da guerra fria no início da década de 1990) tornaram prementes a modernização das forças militares chinesas, também como a imbricação dos setores industrial e tecnológico ao esforço de modernização do maquinário de guerra chinês.

Procederemos, a seguir, à análise de cada setor em específico.

3.2.1. Agricultura

A modernização setorial vista na agricultura durante o período analisado neste capítulo coloca o observador do processo reformista chinês em condições compreender o impacto que a acumulação capitalista no setor teve frente a um processo secular de escassez produtiva e pobreza rural na China, processo este alterado com o curso das reformas pós-1978.

No que tange à produção agrícola, duas questões são essenciais a se destacar: primeiro, a elevação da produção de grãos, que oscilou consideravelmente no período, chegando ao ápice da produção de 512 milhões de toneladas em 1998, além da elevação de outros tipos de produtos como as fibras (que teve um aumento de produção maior que 50% no período), cana de açúcar (30% a mais) e frutas (mais que duplicou).

Além disso, o aumento da produção de bens agrícolas ocorreu em meio à manutenção da quantidade de terras disponíveis à agricultura, revelando que o aumento da produção do setor rural ocorreu devido ao aumento da produtividade da produção sobre o mesmo estoque de terras disponíveis. Se, por um lado, a produção total de bens agrícolas aumentou cerca de 13% no período, por outro lado, a quantidade de terras agrícolas disponíveis para o

cultivo de tais bens pouco se alterou (0,3% a mais da área geográfica total chinesa), conforme a tabela 3.3⁸⁷.

Tabela 3.3 - Terras agrícolas e produção de bens agrícolas (1993-2002)
% da área total
Milhões de toneladas

Ano	Terras agrícolas	Grãos	Algodão	Fibras	Cana de açúcar	Frutas	Total
1993	55,19	456,5	3,7	18,0	64,2	30,1	573,5
1994	55,69	445,1	4,3	19,9	60,9	35,0	556,0
1995	55,69	466,6	4,8	22,5	65,4	42,1	602,3
1996	55,69	504,5	4,2	22,1	68,2	46,5	646,4
1997	55,74	494,2	4,6	21,6	78,9	50,9	650,9
1998	55,78	512,3	4,5	23,1	83,4	54,5	678,4
1999	55,72	508,4	3,8	26,0	74,7	62,4	675,8
2000	55,60	462,2	4,4	29,5	68,3	62,3	627,2
2001	55,37	452,6	5,3	28,6	75,7	66,6	629,5
2002	55,23	457,1	4,9	29,0	90,1	69,5	651,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Em segundo lugar, a mecanização da produção agrícola e a introdução de novas tecnologias ligadas ao setor rural foram fundamentais para se avançar sobre a quantidade de terras disponíveis para a produção *pari passu* à elevação da produtividade. Nesse sentido, a expansão da irrigação nas terras incorporadas à produção foi considerável para um país de dimensões continentais, saindo de 48,5 milhões de hectares em 1992 para pouco mais de 54 milhões de hectares em 2003.

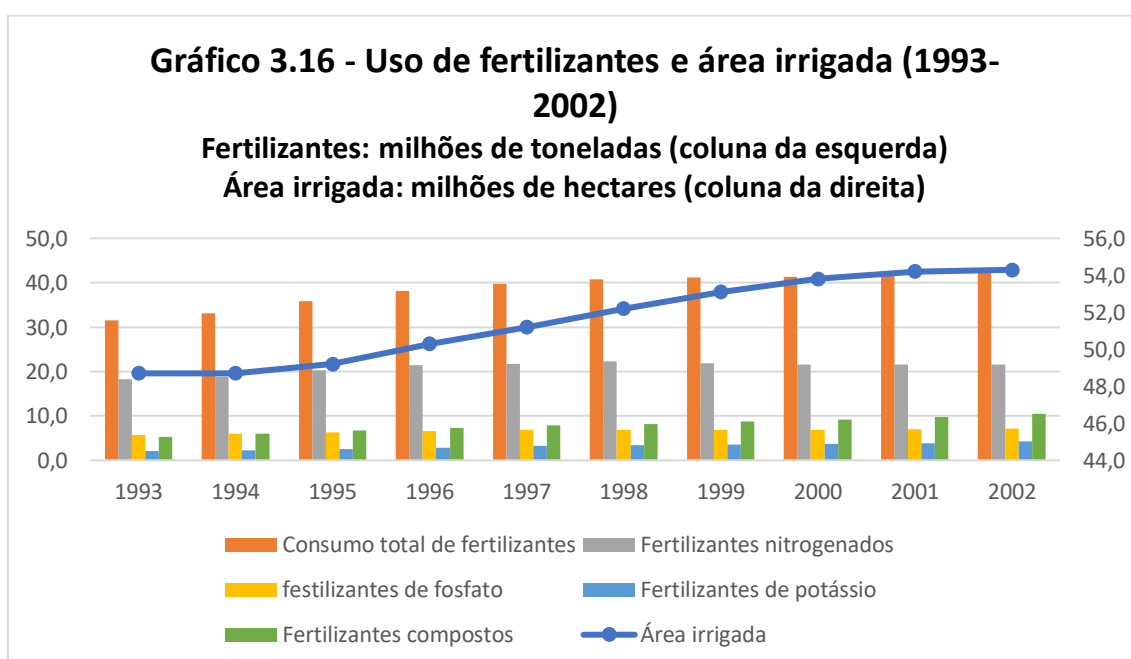
Analisando os dados do período, percebe-se que houve um aumento significativo da produção total entre 1993 e 1998, justamente num momento em que os preços dos bens agrícolas estavam elevados em comparação à renda dos trabalhadores do setor urbano, que caiu consideravelmente entre 1993 e 1997⁸⁸. Mas, com a reestruturação da estrutura produtiva rural no período (que iremos ver adiante), a crise asiática de 1997 (e suas consequências na economia chinesa) e o aprofundamento da acumulação de capital nos centros urbanos, a partir de 1999 a produção agrícola começou a cair, devido, dentre outras coisas, ao aumento do diferencial de renda entre o setor urbano e o setor rural em favor do primeiro, haja vista que o salário real dos trabalhadores urbanos passou por um aumento significativo a partir de 1998, impactando negativamente a

⁸⁷ Cf. FAO (2021).

⁸⁸ Cf. Medeiros (2013), p. 481.

renda/poder de compra dos produtores rurais entre 1999 e 2002 (MEDEIROS, 2013).

Por um lado, como causa principal do aumento de produtividade da produção rural, a utilização de fertilizantes químicos e nitrogenados deu um salto extraordinário no período, com um acréscimo de 11,8 milhões de toneladas utilizadas na produção, sendo que os fertilizantes nitrogenados, com maior poder de ação no solo, representaram quase dois terços do total de fertilizantes utilizados, saindo de 18,3 milhões de toneladas em 1993 para mais de 21 milhões de toneladas em 2002, conforme o gráfico 3.16.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Por outro lado, foi determinante a ação do governo central, juntamente com os governos locais⁸⁹, para intensificar o uso de maquinário leve e pesado na produção agrícola do país. De acordo com dados de China (2009), o uso de tratores pequenos, médios e grandes apresentou considerável elevação no período, ao passo que o consumo de energia nas áreas rurais elevou-se de forma muito mais intensa do que a capacidade de geração de energia no próprio

⁸⁹ Segundo Naughton (2007), os governos locais investiram muito mais que o governo central para que houvesse o aumento da produção agrícola, subsidiando a produção e concedendo incentivos para que houvesse uma progressividade tecnológica atrelada ao setor. Tal fato vai ao encontro da elevação da participação dos governos locais no gasto fiscal total ocorrido após a reforma fiscal de 1994.

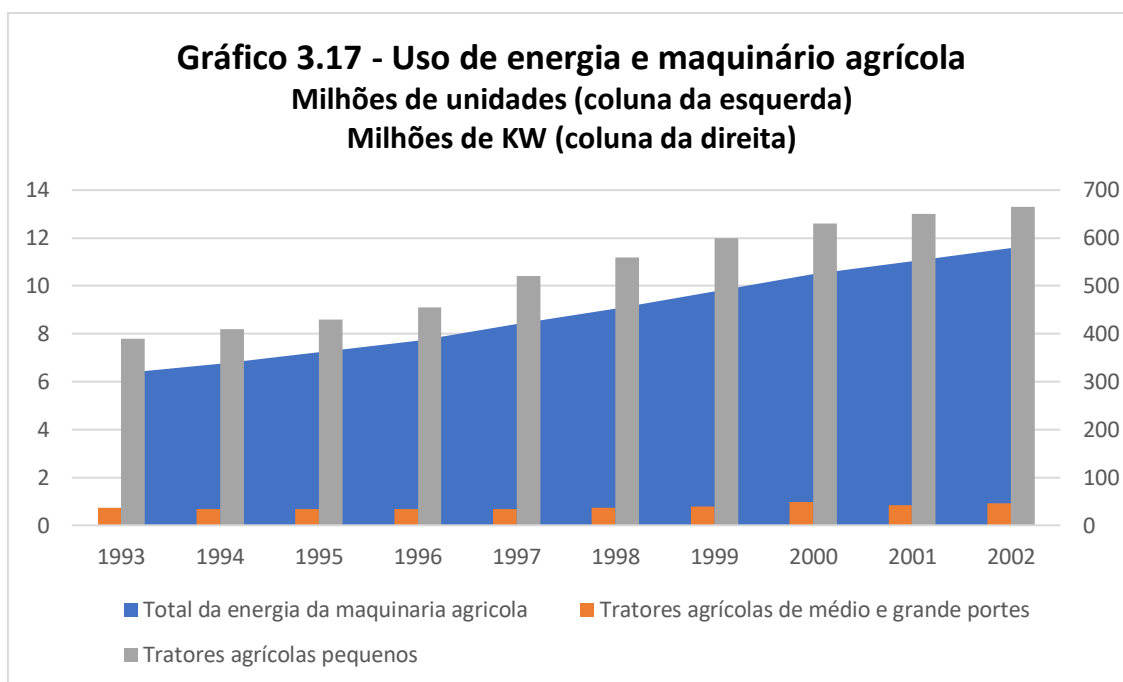
setor rural⁹⁰, demandando a importação de energia gerada no setor urbano e/ou de regiões produtoras de energia.

Sumariamente, a “revolução verde” implementada no setor rural chinês desde o início das reformas foi intensificada no período deste capítulo, apresentando resultados satisfatórios. Conforme destaca Naughton,

a China investiu muito dinheiro, capital humano e tempo no desenvolvimento de sistemas apropriados de alto rendimento aplicados às variedades de produtos agrícolas, adaptados a condições locais específicas. Uma característica crucial das tecnologias da “revolução verde” é que elas formam um pacote complementar de técnicas (uso de fertilizantes químicos, aumento da área irrigada, uso intensivo de máquinas agrícolas, mutação de sementes e incremento energético): a produtividade de cada tecnologia específica é significativamente aumentada pela presença de outras tecnologias. Existe, portanto, uma [conjunto] de técnicas da “revolução verde” que devem ser implementadas para atingir a eficiência máxima. Uma maneira simples de mostrar essa complementariedade é observar a resposta produtiva de diferentes variedades de culturas à aplicação de fertilizantes (NAUGHTON, 2007, p. 258 – tradução nossa).

De um lado, a produção agrícola respondeu positivamente aos estímulos governamentais, de outro, houve uma reconfiguração das TVE, devido ao contexto marcado por forte elevação da competitividade empresarial, que determinou, por sua vez, a perda da influência do setor rural em relação ao setor urbano no que tange à acumulação de capital na economia chinesa, apesar da impressionante redução da pobreza no setor rural ocorrida no período.

⁹⁰ Uma das principais medidas do governo central para elevar a produção e oferta de energia aos produtores rurais chineses foi a criação de um programa nacional de modernização das estações hidrelétricas nas áreas rurais, além da construção de linhas de transmissão de energia. Nesse sentido, apesar do número total de estações hidrelétricas situadas no setor rural cair de 48.082 em 1992 para 26.696 em 2003, a capacidade de geração de energia pelas estações que continuaram operacionais quase dobrou no período, saltando de 4,7 milhões de quilowatts/hora em 1992 para 8,62 milhões em 2003 (CHINA 2009).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

A partir do início da década de 1990, a privatização das TVE foi a tônica da estrutura acionária e produtiva rural no país. Segundo Medeiros (2013) e Naughton (2007), a privatização das TVE foi um passo importante dado pelo governo chinês no processo de reestruturação produtiva e exacerbação da concorrência empresarial nacional, visando a, dentre outras coisas, elevar a produtividade da estrutura produtiva e empresarial chinesa frente aos desafios oriundos dos âmbitos externo (liberalização comercial, produtiva e financeira internacional no período pós-guerra fria) e interno (avançar na acumulação de capital atrelada ao avanço tecnológico, sob novas formas de controle acionário).

Nesse contexto, a reestruturação acionária das TVE ocorreu via descoletivização, tornando-as majoritariamente privadas e/ou individuais, ao mesmo tempo em que se buscava aumentar a geração de postos de trabalho disponíveis para uma população rural tendente a migrar para os setores urbanos. Tanto é que, ao se olhar a segmentação acionária das TVE entre 1990 e 2005 (tabela 3.4), percebe-se que houve um aumento das privadas em detrimento das coletivas, que praticamente chegaram a menos de 1% do total, além da diminuição das individuais, que caiu de 87% do total de TVE em 1990 para 78,7% em 2005.

Tabela 3.4 - Dados agregados das TVE, por segmentos (1990-2005)

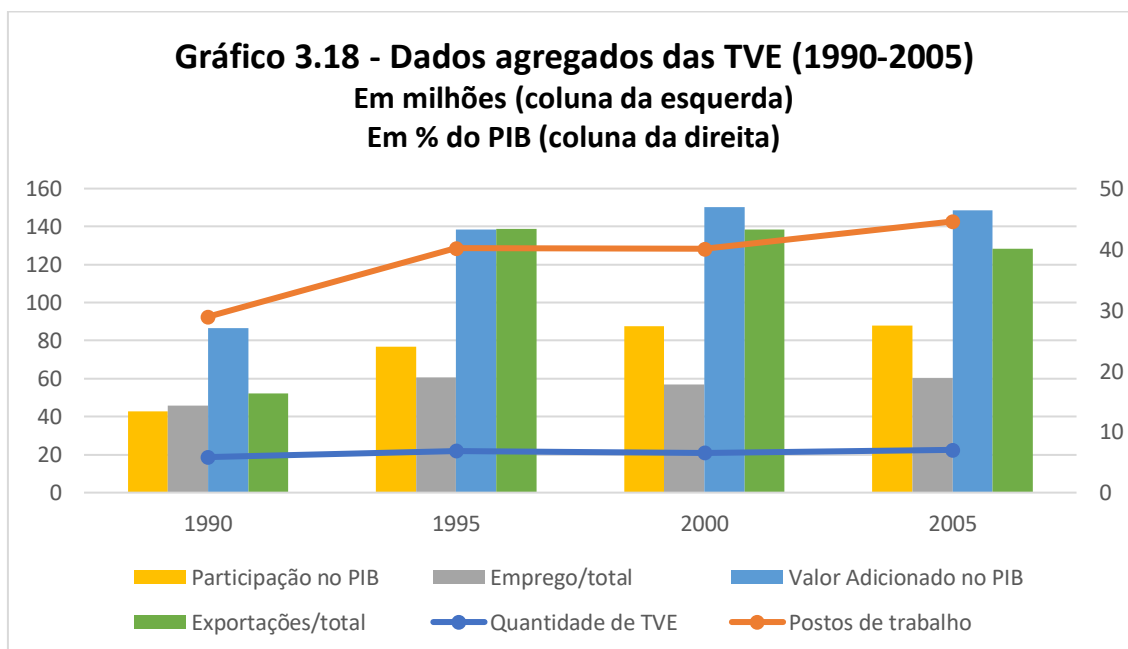
	Segmentação acionária (%)	Volume de emprego (%)	Valor Adicionado (%)
--	---------------------------	-----------------------	----------------------

	Coletivas	Privadas	Individuais	Coletivas	Privadas	Individuais	Coletivas	Privadas	Individuais
1990	7,6	5,2	87	50,1	7,8	42,1	66,8	7,9	25,3
1995	7,4	4,4	88,3	47,1	6,8	46,1	64,1	5,9	30
2000	3,8	9,9	86,3	29,9	25,4	44,7	34,7	27,4	37,9
2005	0,8	20,5	78,7	4,8	34,8	60,4	5,1	35,1	59,8

Fonte: Elaboração própria a partir de OCDE (2009) e Naughton (2007).

No que tange ao volume de postos de trabalho, durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000 as TVE de controle coletivo apresentaram um declínio na sua participação neste item, mas mantendo quase trinta por cento do total de postos de trabalho até 2000. Porém, entre o início e meados da primeira década do novo milênio, as TVE coletivas apresentaram redução na sua participação no volume total de empregos, tendo em vista a elevação da participação das TVE privadas e individuais, esta última sendo majoritária, chegando a mais de 60% em 2005.

No que tange ao valor adicionado, entre 1990 e 2000, as TVE coletivas deram a tônica neste item, seguidas pelas TVE individuais que apresentaram importância crescente ao longo da década de 1990 e em 2005 se tornaram majoritárias, representando quase 60%. Já as TVE privadas, ao final do período destacado, aumentaram sua participação em relação aos anos pretéritos e bateram na casa dos 35,1%.



Fonte: Elaboração própria a partir de OCDE (2009) e Naughton (2007).

Dessa forma, as TVE de controle coletivo perderam importância no período, ao passo que as privadas e individuais aumentaram sua presença e

importância de forma destacada, numa clara estratégia do governo chinês de aprofundar a acumulação de capital privado no meio rural chinês, ainda que sob o julgo da onipresença estatal.

Tal processo se torna ainda mais impressionante quando se considera, de acordo com os dados do gráfico 3.18, que o total de TVE em termos unitários saltou de 18,7 milhões em 1990 para mais de 22 milhões em 2005, com elevada criação de postos de trabalho, que saltaram de 92,6 milhões para 142,7 milhões no mesmo período. Esta elevação do volume de postos de trabalho nas TVE se fez sentir na elevação da participação das TVE no total global de postos de trabalho da economia chinesa, saltando de 14,3% para 18,8% no período em questão.

Já a participação das TVE no PIB chinês também apresentou um salto razoável, saindo de pouco mais de 13% em 1990 para chegar em 27,5% em 2005. Ademais, o valor adicionado por elas no valor adicionado total da economia chinesa é o ponto que mais chama atenção, haja vista que a geração de riqueza nova é a base da acumulação de capital em economias modernas e, nesse contexto, as TVE contribuíram substancialmente, saindo de pouco mais de 27% em 1990 do valor adicionado total ao PIB chinês, para chegar a um pico de 47% em 2000, com uma leve queda para 46,4% em 2005.

No que tange ao papel das TVE no drive exportador chinês, houve uma melhora expressiva, especialmente porque elas passaram a competir nos mercados externos, tendo em vista o incentivo do governo central para que elas aprofundassem o processo de internacionalização iniciado na primeira fase das reformas. Nesse sentido, de pouco mais de 16% em 1990, a participação das TVE nas exportações totais chinesas saltou para uma média de 42% ao longo do período entre 1995 e 2005, apesar da taxa de lucro delas ter apresentado sensível oscilação no período⁹¹.

⁹¹ Para compensar as perdas na taxa de lucro por conta da reestruturação empresarial ocorrida por força do governo central, houve o aumento do número de TVE e diversificação setorial de sua atuação, com especial atenção para aquelas ligadas ao setor exportador. Conforme dados de OCDE (2009), a taxa de crescimento do lucro anual das TVE saiu de cerca de 50% em 1992 para chegar a um pico de 91% ao ano em 1997 (ano de início da crise asiática), passando a cair sistematicamente entre 1998 e 2001 para menos de 20% na média, e mantendo-se em 15% ao ano entre 2002 e 2005. Nesse sentido, de forma a sobreviverem frente à proteção governamental

Do ponto de vista geral, o processo de privatização das TVE esteve inserido numa estratégia do governo central de estimular a concorrência interempresarial. Porém, conforme destaca Naughton (2007), este processo envolveu os governos provinciais e locais, afinal muitas das TVE tinham participação acionária de tais governos.

Para tanto, o autor ressalta que tal processo de reestruturação acionária das TVE baseou-se em *insider privatization*, que nada mais é do que a transferência do controle coletivo das TVE para indivíduos com relações de proximidade com a burocracia do PCC, os quais conheciam as características produtivas de tais empresas mais do que os próprios oficiais governamentais que as estavam vendendo. Nesse sentido, o supracitado autor afirma que este processo foi marcado por práticas não muito claras de aquisição acionária, mas que geraram grandes oportunidades de lucro aos novos proprietários, além de ter criado uma imensidão de pequenos e médios empresários no setor rural, que passaram a competir entre si.

Porém, mesmo com o processo de privatização, muitos governos provinciais e locais mantiveram um percentual acionário relevante nas TVE, variando de 20% a 50 (NAUGHTON, 2007). Isto ocorreu, pois, *pari passu* a venda das TVE para empresários *guanxi*⁹², o valor destas vendas foi abaixo do valor real das empresas, devido à contrapartida dos governos locais em receber dos novos administradores privados pagamentos recorrentes de bônus pelo período de 5 a 10 anos. Isto ocorreu devido à reestruturação fiscal pós-1994, que impôs aos governos provinciais e locais o ônus de buscarem recursos

que as empresas do setor urbano passaram a ter após 1997 em termos de reserva de mercado na economia chinesa, as TVE miraram nas exportações a saída para compensar as perdas ocorridas no mercado interno chinês, especialmente após a entrada da China na OMC em 2001.

⁹² Em mandarim (关系), esta palavra significa “relações”. Castells (1999) diz que as redes de relações entre os membros do PCC e a cadeia de produção são determinantes para que as empresas possam ter acesso aos recursos e benesses econômico-financeiras do Estado chinês, numa rede de clientelismo burocrático. Nesse sentido, os burocratas que fazem parte do Partido-Estado desempenham funções empresariais nas empresas estatais ao longo de anos e, ao perceberem os incentivos econômicos de atuarem fora da burocracia estatal, passam a atuar nos conglomerados empresariais privados chineses de pequeno e médio porte, tanto nos centros urbanos quanto nos centros rurais, tornando-se aquilo que o autor chama de “capitalistas burocráticos”, que utilizam de suas relações com a burocracia estatal para conseguirem vantagens empresariais e creditícias juntos às empresas estatais e aos próprios governos central e locais. É neste contexto que se inserem os novos proprietários das recém-privatizadas TVE.

extraorçamentários para terem capacidade de continuar a expansão dos investimentos que quisessem/deveriam realizar.

Cabe fazer um parêntese neste assunto para expor o fato de que os empresários *guanxi* que adquiriram estas empresas se tornaram uma espécie de nova classe proprietária, verdadeiramente burguesa, na economia chinesa, tendo em vista que a produção nestas empresas estava voltada totalmente à geração de lucro, não obstante a pressão dos governos provinciais e locais para que os bônus de aquisição fossem pagos anualmente e de forma regular.

Por fim, a transformação setorial das TVE ocorreu não somente com as privatizações e a abertura segmentada/planejada pelo Estado de setores econômicos selecionados e colocados à disposição da participação privada. Houve também uma forte expansão dos mercados intrarregionais na economia chinesa, além do estímulo do governo central na criação de *clusters* industriais rurais, em que um grande número de TVE se juntaria em torno de 3 ou 4 grandes empresas estatais no setor rural, criando uma rede de especialização e segmentação da produção, de forma a estruturar redes de investimento, produção e comércio em escala regional⁹³.

3.2.2. Indústria e ciência & tecnologia

Tendo como pano de fundo as reformas institucionais e a gestão macroeconômica voltada ao aprofundamento da acumulação de capital, a análise da dinâmica industrial chinesa entre 1993 e 2002 passa por três questões principais: 1) a privatização das pequenas e médias empresas estatais; 2) a modernização tecnológica atrelada ao setor, e; 3) suas consequências sociais.

O processo de privatização das empresas estatais passou a ocorrer, majoritariamente, a partir da *Company Law* de 1994, sendo reforçado de 1996 em diante, com o Estado chinês passando a adotar a estratégia “manter as grandes e deixar as pequenas irem”, se desfazendo das empresas estatais de pequeno e médio porte que não apresentavam caráter estratégico e que não estavam apresentando resultados satisfatórios em termos de geração de valor (lucro).

⁹³ Cf. Xu *et al* (2009).

Segundo Carvalho (2010) e Lia & Xia (2008), em 1991 o Estado chinês criou o *trial group*, que reunia empresas estatais consideradas estratégicas para o processo planejado de abertura e modernização econômica, contando com 57 grupos empresariais naquele ano. Em 1997, tal número subiu para 120 conglomerados empresariais e, em 2003, todos estes passaram a ser administrados e subordinados à *State Asset Supervision and Administration Commission (SASAC)*, órgão estatal ligado diretamente ao Conselho de Estado, responsável por supervisionar e coordenar o *guidance forward* destas empresas em termos de investimentos, *catch-up* tecnológico e desenvolvimento setorial.

A lógica econômica por trás desta política foi a de que a performance empresarial das grandes empresas é muito melhor do que a das pequenas, e teve maior importância na economia. Enquanto a *guanxi* serviu como um eufemismo para o processo de privatizações, este ocorreu de diferentes formas, incluindo participação acionária dos trabalhadores, ofertas públicas de ações, vendas diretas, falências e aquisições, arrendamento e formação de *joint ventures* com estrangeiros (SONG, 2018, p. 352 – tradução nossa).

Corroborando tal argumento, Medeiros (2013) ressalta que este movimento de privatizações foi fortemente influenciado pelo objetivo do Conselho de Estado de elevar a produtividade e competitividade empresarial na economia chinesa, visando a pressionar as pequenas, médias e grandes empresas, estatais ou não, rumo à implantação de formas de administração e gerenciamento empresarial voltadas ao lucro, *compliance* corporativo semelhante às empresas ocidentais e a implantação de novos padrões de produção.

Além disso, ao ser fortemente controlado pelo Estado, este processo de transformação da estrutura empresarial chinesa possibilitou o uso de todo o *know-how* pretérito dos burocratas das empresas estatais para suavizar seu impacto sobre a gestão operacional empresarial. Pode-se afirmar isto, pois, tal processo foi marcado pela forte presença dos “capitalistas burocratas”⁹⁴, e a transferência do controle acionário e direitos sobre a riqueza gerada⁹⁵ alterou

⁹⁴ Ver nota de rodapé 92.

⁹⁵ Segundo Naughton (2007), foram implementados dois tipos de direitos de propriedade sobre a estrutura empresarial industrial urbana chinesa estatal e/ou privada: 1) aquele sobre os direitos patrimoniais, com o controle acionário, físico e administrativo das empresas sendo exercido sem qualquer tipo de abertura de capital, e; 2) aquele sobre a renda gerada destas empresas, individualmente ou via formação de *joint ventures* com outras empresas e/ou investidores, em que parte do lucro empresarial gerado seria direcionado ao pagamento de bônus, encargos remuneratórios e dividendos aos seus acionistas.

positivamente a governança administrativa das empresas privatizadas, com a incorporação de técnicas de gestão e produção ocidentais via estímulos governamentais diretos que visavam garantir os melhores resultados possíveis em termos de produção e rentabilidade empresariais⁹⁶.

Até a promulgação da *Company Law*, a produção industrial chinesa esteve, *grosso modo*, voltada à produção de bens e serviços de baixo valor agregado, intensivos no fator trabalho. A partir daquele ano, iniciou-se um processo de transição da estrutura industrial e produtiva chinesa em direção à produção industrial de médio e alto valor agregado, com maior intensividade de capital e incremento tecnológico, especialmente na indústria pesada⁹⁷.

Conforme lembra Antônio Barros de Castro⁹⁸, este foi um momento em que a estrutura produtiva e industrial chinesa passou da fase de mera montagem de produtos industrializados de consumo leve para o desenvolvimento de uma rede de produção doméstica com a aplicação de tecnologias que passariam a ser incorporadas, ou mesmo desenvolvidas, no interior das empresas do país.

Ao se olhar a estrutura acionária da indústria chinesa entre 1998 e 2003, conforme consta na tabela 3.5, a quantidade de empresas estatais caiu para quase a metade em termos absolutos, ao mesmo tempo em que o número de empresas privadas nacionais apresentou um aumento de quase 500%.

Além disso, a participação estrangeira na estrutura produtiva industrial apresentou elevação significativa, cerca de 35% no período, devido, essencialmente, aos marcos institucionais aprovados e colocados em prática entre 1995⁹⁹ e 1999¹⁰⁰ no que tange à privatização de empresas estatais, rurais e urbanas, para corporações estrangeiras.

⁹⁶ As empresas estatais que sobreviveram a este processo e atuantes em setores não-proibidos pelas regulamentações governamentais tornaram-se, em sua maior parte, *joint ventures*, com parte de seu capital aberto nas bolsas de Hong Kong e Shanghai. Isto ocorreu, primeiro, pela necessidade de incorporar técnicas de gestão corporativa condizentes com os padrões ocidentais e, segundo, pela estratégia governamental de aprofundamento do mercado de capitais chinês, conforme exposto na seção 3.2.2.

⁹⁷ Cf. Lo (2006; 2007).

⁹⁸ Cf. Castro (2008).

⁹⁹ Nota de rodapé 63.

¹⁰⁰ Nota de rodapé 66.

Tabela 3.5 – Setor industrial por segmento, valor da produção e valor adicionado (1998-2003)

Número de empresas (unidade)			Valor da produção industrial bruta*			Valor adicionado da indústria*			
Ano	Estatais	Privadas	Estrang.**	Estatais	Privadas	Estrang.**	Estatais	Privadas	Estrang.**
1998	64737	10667	26442	33621	2083	16757	11077	510	4055
1999	61301	14601	26837	35571	3245	18954	12132	806	4850
2000	53489	22128	28445	40554	5220	23464	13778	1318	6090
2001	46767	36218	31423	42408	8761	27220	14652	2174	7128
2002	41125	49176	34466	45179	12951	32459	15935	3256	8573
2003	34280	67607	38581	53408	20980	44357	18838	5379	11599

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

* 100 milhões de Yuans

** Inclui Hong Kong, Taiwan e Macao

Sobre o resultado da produção e do valor adicionado industrial, percebe-se que a participação das empresas estatais apresentou uma considerável elevação. Isto ocorreu, segundo Naughton (2007), devido ao fato de que o volume de produção e investimento destas empresas esteve ligado aos projetos do governo central de desenvolvimento da infraestrutura física¹⁰¹, telecomunicações¹⁰² e energia¹⁰³, que visavam diminuir os custos globais de bens intermediários e insumos básicos necessários ao aprofundamento do parque produtivo e industrial chinês, impactando positivamente a taxa de lucro global empresarial.

Além disso, o número de empresas industriais privadas atuantes na economia chinesa cresceu muito mais rápido que o crescimento da presença de empresas estrangeiras, além do contraste com a redução do número significativo de empresas estatais no setor. Paralelamente a isto, nota-se que o valor da

¹⁰¹ O volume de investimentos na infraestrutura terrestre, aérea e marítima chinesa apresentou considerável elevação, saindo de cerca de 2,8% do PIB em 1993 para chegar a 3,8% em 1999 e se estabilizar em 3,3% na média entre 2000 e 2003 (CHINA, 2009; NAUGHTON, 2007).

¹⁰² Os investimentos em telecomunicações saltaram de 2,2% do PIB em 1993 para 2,9 em 1999, mas caindo para 2,8 em 2003. Os resultados destes investimentos se refletiram na expansão da malha de telefonia do país, que saltou de 638 mil em 1993 para 206 milhões em 2002 (BANCO MUNDIAL, 2020).

¹⁰³ A se olhar a produção energética, em 1993 a produção total era equivalente a 1,1 bilhão de toneladas de carvão padrão, em 1997 saltou para 1,4 e, em 2002, para 1,8. A produção energética no período foi ancorada em três vetores: 1) carvão, especialmente nas províncias de Shaanxi, Shanxi e Mongólia, que concentravam mais da metade da produção no período; 2) óleo e gás, com produção na região de Xinjiang e importações que saltaram de 250mil barris/dia em 1993 para mais de 1,6 milhão de barris/dia em 2003, e; 3) hidroeletricidade, cujos resultados em geração de energia cresceram 11% ao ano na média do período entre 1998 e 2004 (NAUGHTON, 2007).

produção das empresas estatais esteve em patamar muito maior que as privadas e as estrangeiras em termos absolutos, o que torna claro que a estratégia do Estado chinês de atuação em setores estratégicos, mesmo com uma quantidade menor de empresas, apresentou resultados satisfatórios. Ademais, a estratégia de atração de empresas estrangeiras para operar na economia chinesa apresentou resultados positivos em termos de produção e incremento tecnológico, algo que se acelerou após a entrada do país na OMC em 2001.

Por um lado, no que tange ao valor adicionado da indústria, destaca-se, mais uma vez, a liderança do complexo empresarial estatal, seguido das empresas estrangeiras e privadas, o que reflete a estratégia deliberadamente focada do Estado chinês de colocar as suas empresas como ponta de lança da expansão industrial ocorrida no período.

Por outro lado, as empresas privadas aumentaram sua presença em termos de produção e valor adicionado industrial justamente levando-se em consideração o arranjo institucional implementado pelo Estado no tocante à maior participação concedida ao capital privado no setor, que ficou responsável pela produção nos setores industriais tradicionais (têxteis, alimentos e vestuários) e aqueles atrelados ao desenvolvimento tecnológico básico (já consolidado desde o início das reformas), intermediário e avançado (implementados gradualmente no período).

Neste ponto, o novo padrão industrial emergente no país expressou-se pela menor participação de produtos industriais intensivos em trabalho no produto total, saindo de 24% para 17% das vendas totais entre 1995 e 2004, ao passo que a participação de produtos intensivos em capital, como eletrônicos e equipamentos de telecomunicações, apresentou elevação de 4,6% para 10,5% no mesmo período (LI & XIA, 2008).

Tal fato corrobora a tese de Lo (2006; 2007) de que a economia chinesa passou por um intenso, mas gradual, processo de transformação de sua estrutura produtiva em direção à maior absorção tecnológica e intensividade de capital, num contexto marcado (especialmente após a crise asiática) pela ascensão do investimento como principal componente da demanda agregada.

A segmentação geográfica-espacial do aprofundamento industrial chinês esteve marcada por uma forte assimetria. Segundo Naughton (2007), as regiões costeiras e do delta do rio das pérolas (sudeste chinês) mantiveram o ritmo iniciado com as reformas e sediaram as empresas industriais geradoras de maior valor agregado.

Por um lado, Song (2018) destaca que o período entre 1992 e 2003 foi de transição para estas regiões, haja vista que as indústrias leves tradicionais deram lugar às indústrias pesadas e de *high technology*. Por outro lado, o fornecimento de força de trabalho migrante, energia e alimentos foi a principal característica do interior chinês, especialmente na região do delta do Yangtzé, onde as províncias desta região procuraram atrair investimentos industriais leves via subsídios governamentais.

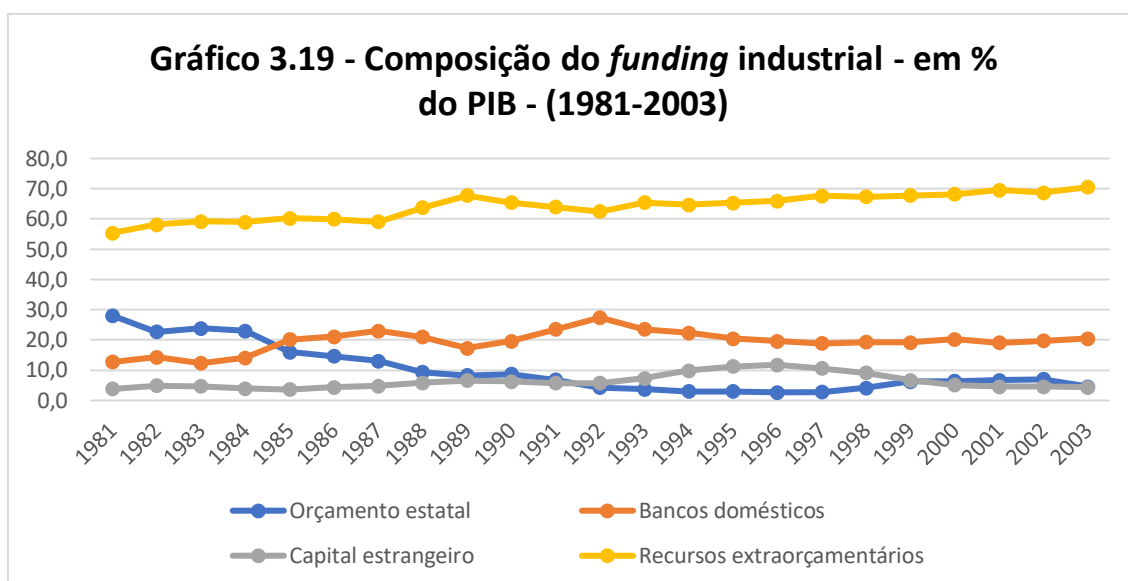
Já o *funding* industrial também apresentou substancial alteração no período, tendo em vista as mudanças institucionais ocorridas. Conforme se pode notar no gráfico 3.19, a participação do orçamento estatal no financiamento de investimentos industriais declinou consideravelmente entre 1981 e 1997, saindo de 28,1% para 2,8%. Em clara reversão e como resposta à crise asiática, a partir de 1998 a participação estatal subiu para 4,2%, elevando-se até a marca de 7% em 2003.

Além disso, houve a manutenção da participação dos bancos estatais (especialmente os *Big Four*) como origem do *funding* à indústria, se situando na casa dos 20% na média, conquanto também tenha havido a elevação da participação do capital estrangeiro entre 1993 e 1996, declínio entre 1997 e 2002, mas ficando na casa dos 9% na média entre 1993 e 2002.

Comparativamente, os recursos extraorçamentários foram o grande *funding* para a expansão industrial chinesa no período, especialmente porque os governos provinciais e locais, após a reforma fiscal de 1994, utilizaram-se dos instrumentos à sua disposição para atrair empresas estatais e privadas, nacionais e estrangeiras (nos setores em que estas últimas eram permitidas) para operarem em seus territórios¹⁰⁴. Não obstante a estrutura do crédito passar por uma mudança substancial, tornando-se cada vez mais de longo prazo, as

¹⁰⁴ Ver seção 3.1.2.

cooperativas de crédito urbanas e rurais foram fundamentais nesse processo, tendo em vista a participação dos governos provinciais e locais, em grande parte dos casos, em sua estrutura acionária.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Não obstante o papel dos *City Commercial Banks* na oferta de crédito às pequenas e médias empresas e dos *Joint Stock Commercial Banks* na oferta de crédito às grandes empresas industriais localizadas nas regiões mais desenvolvidas do país, a atuação dos *Big Four* e dos *Policy Banks*, que atuaram no fomento de investimentos de longo prazo das grandes empresas estatais industriais, também abriu fontes de expansão de investimentos para o setor industrial privado nacional de menor monta.

A diminuição da participação do orçamento estatal no total de *funding* levantado pelo setor industrial não significou menor presença do Estado chinês na determinação dos rumos dos investimentos industriais, afinal,

a redução do papel do orçamento do governo e a ampliação do sistema financeiro para o processo do investimento global não resultaram em perda substancial dos mecanismos de coordenação. [...] A estratégia chinesa de selecionar e promover algumas grandes empresas estatais como pilares da grande indústria ampliou a importância destas nas decisões globais de investimento. A regulação das áreas de investimento em ações das empresas públicas em forma de *joint ventures*, bem como o estabelecimento de prioridades e estratégias de investimento para os investimentos privados, garantiu ao Estado chinês uma posição central na direção da alocação dos investimentos na economia na medida em que o sistema financeiro permaneceu nas mãos do Estado (MEDEIROS, 2013, p. 476).

No que tange à política de *catch-up* tecnológico, em 1992 a China estava frente a desafios imensos em termos de aperfeiçoamento tecnológico ligado ao setor industrial¹⁰⁵, num contexto internacional marcado pelo avanço das tecnologias civis e militares oriundas da terceira revolução industrial, também conhecida como revolução tecnológica ou das telecomunicações¹⁰⁶.

Com tais tecnologias sendo desenvolvidas apenas pelos países do G7 e os tigres asiáticos, estes últimos num esforço de modernização tecnológica desde os anos 50 marcadamente centrado no “Estado Desenvolvimentista”, conforme lembra Manuel Castells¹⁰⁷, o governo chinês se viu frente à necessidade seguir adiante no seu engajamento de *catch-up* tecnológico ligado à indústria, após a concretização da primeira fase de reformas.

Neste contexto, torna-se relevante que a política tecnológica chinesa a partir da primeira metade da década de 1990 esteve ainda mais condicionada ao serviço da modernização industrial civil e militar do país, assumindo uma centralidade estratégica ainda maior quando comparada ao período anterior.

Conforme destaca Mitsuhiro (1994), a capacitação tecnológica chinesa nesta segunda etapa das reformas pode ser entendida usando-se a metáfora de uma pirâmide: na base, há as atividades manufatureiras básicas, já consolidadas na economia chinesa desde o período pré-1978, mas que se aceleraram exponencialmente após este ano; na zona intermediária da pirâmide fica o complexo industrial-manufatureiro, marcado pelas indústrias pesadas e de linhas de montagem, como a automobilística; no topo da pirâmide, estão a ciência e as habilidades científicas aplicadas à produção, através dos laboratórios de institutos de pesquisa universitários e empresariais.

O autor destaca que, no início da década de 1990, a China estava muito bem nos setores que compunham a base e topo da pirâmide produtivo-tecnológica, restando ao país investir para incrementar seu *know-how* nos setores intermediários da estrutura piramidal, especialmente no desenvolvimento de novas tecnologias ligadas às indústrias pesadas. Ou seja, o

¹⁰⁵ Cf. Zemin (2010), item “*constantly innovate and keep up with the times*”.

¹⁰⁶ Cf. Berstein & Milza (2007c), capítulos 2 e 3; Hobsbawn (1995), capítulo 14; Tavares (1997).

¹⁰⁷ Cf. Castells (1999), capítulo 4.

governo chinês deveria canalizar todo o aparato tecnológico nacional e estrangeiro possível para a criação e desenvolvimento de indústrias pesadas, pois este setor era o “calcanhar de Aquiles” para a continuidade satisfatória do processo reformista iniciado em 1978.

Seguindo nesse rumo, a política tecnológica chinesa durante a década de 1990 e início dos anos 2000 perpassaria por três vetores essenciais:

- Elevação do esforço tecnológico via investimentos estatais;
- Melhora da capacitação técnica da força de trabalho, e;
- Elevação da participação empresarial nos investimentos em P&D, especialmente nos setores industriais de *high technology* e de exportações.

Sobre o esforço tecnológico, o grupo dirigente do PCC manteve um elevado consenso quanto à necessidade de investir pesadamente no desenvolvimento de novas tecnologias para colocar o país num melhor patamar tecnológico, especialmente após a primeira guerra do golfo, o colapso soviético e o fim da guerra fria¹⁰⁸.

Para tanto, foram colocados em prática tanto os arranjos institucionais já descritos neste capítulo, quanto sete programas setoriais marcadamente ligados ao setor industrial empresarial nacional¹⁰⁹.

O primeiro foi o “faça você mesmo”, com a expansão dos centros de pesquisa atrelados às indústrias pesadas e de *high technology*, destinado ao desenvolvimento de novas tecnologias eminentemente nacionais, com destaque para o setor de telecomunicações. Foi neste contexto que surgiram as *big tech* chinesas de equipamentos de telecomunicações, como a Huawei e a ZTE.

O segundo programa foi a política de “barganha”, destinado à atração de tecnologias estrangeiras via IDE, com a barganha oficial governamental de conceder acesso ao crescente mercado interno chinês às ETN interessadas em

¹⁰⁸ Cf. Zemin (2010), item “*accelerate reform, opening up and modernization and achieve greater success in building socialism with Chinese characteristics*”.

¹⁰⁹ Para uma leitura aprofundada sobre este tema, ver Naughton (2007), capítulo 15; Lei *et alii* (2019), capítulo 4; Springut *et alii* (2011), capítulo “*China’s National Institutions and National Programs for Science*”.

transferências tecnológicas e treinamento da força de trabalho chinesa, via estabelecimento de *joint ventures* com as firmas chinesas.

O terceiro programa foi o “plante para colher”, destinado a promover investimentos públicos e privados para a difusão tecnológica intersetorial, num esforço envolvendo o financiamento governamental, os bancos estatais nacionais, as empresas estatais de todos os tipos e tamanhos, as TVE e as empresas privadas nacionais.

O quarto foi o “incentivos de avanço”, com a expansão dos centros de pesquisa e polos empresariais de P&D, com o estímulo à criação de novas empresas nacionais privadas de *high technology*, objetivando difundir as novas descobertas horizontalmente e verticalmente nos setores industriais chineses. Cabe destacar, ainda, que as *joint ventures* tiveram um papel fundamental neste programa, com ampla liberdade de ação conferida pelos governos central e provinciais, os quais, em muitos casos, eram os acionistas majoritários destas empresas. O principal avanço deste programa foi o desenvolvimento de uma indústria de computação e tecnologia de informação verdadeiramente chinesa.

O quinto programa tecnológico foi a “abertura ao IDE”. Este ponto será abordado na seção 3.3.2 do presente capítulo, mas, *grosso modo*, a agressiva política de atração de IDE que já vinha do período inicial das reformas foi intensificado neste novo momento, com a pressão do governo chinês para que as firmas chinesas buscassem, elas próprias, parcerias no exterior junto às ETN, de forma a trazer IDE à economia chinesa com incremento tecnológico novo, via formação de *joint ventures*.

O sexto programa foi dar “suporte ao empreendedorismo tecnológico doméstico”, afinal, até 1999, as empresas estatais tinham uma política de *catch-up* extremamente enrijecido pelas determinações do Conselho de Estado. Após este ano, aperfeiçoou-se a gestão das empresas estatais na busca de novos tipos de parcerias, rompendo-se, neste contexto, as resistências ideológicas quanto a parcerias com o setor privado em termos de desenvolvimento de tecnologias sensíveis. Ademais, ao poderem fazer parcerias com as empresas privadas nacionais, os setores empresariais estatal e não-estatal criaram centros de pesquisas e mantiveram o fomento de suas empreendedoras atividades

tecnológicas com subsídios dos governos locais e provinciais, crédito bancário subsidiado e facilidades regulatórias e/ou operacionais, inclusive com a demanda garantida pelas grandes empresas estatais às novas tecnologias descobertas.

Por fim, o sétimo programa foi a política deliberada de “compra” de tecnologias no exterior, visando a alavancar o empreendedorismo e *catch-up* tecnológico doméstico, especialmente após 1999. Destaca-se, neste ponto, que a compra de tecnologias no exterior foi um dos principais vetores, senão o principal, do esforço nacional de *catch-up* no período, conforme veremos adiante.

Comparativamente, até 1994, o investimento chinês em P&D como proporção do PIB pode ser comparado à dinâmica dos países em desenvolvimento (menos de 1% do PIB). Após este ano, houve uma elevação substancial, saindo de 0,55%, para 1,15% em 2003¹¹⁰.

Paralelamente a este aumento do volume global de investimentos em P&D, as empresas estatais tiveram papel central nesse processo, ao lado das empresas privadas, nacionais e estrangeiras (LEI *et alii*, 2019). Os setores empresariais estatal e privado nacionais ocuparam lugar central na estratégia de *catch-up*, com uma média de 60% na participação do total de atividades ligadas a P&D no país em 2000, subindo para 63% em 2003 (NAUGHTON, 2007).

Isto ocorreu, primeiramente, pelo corte de tributos por parte dos governos locais às empresas privadas nacionais, além dos subsídios creditícios por parte dos bancos estatais às empresas estatais, levando à indução das firmas chinesas a adaptarem as tecnologias já existentes às novas tecnologias a serem incorporadas/desenvolvidas, de forma a alterar o nível tecnológico global da produção industrial chinesa de produtos e serviços majoritariamente intensivos no fator trabalho para assentar-se, cada vez mais, no uso intensivo de capital e tecnologia, aumentando o grau de competitividade das empresas chinesas frente

¹¹⁰ Cabe destacar que nem de longe este valor esteve próximo dos números dos países desenvolvidos, que se situavam em torno de 2% a 2,5% do PIB na média do período entre 1993 e 2002 (NAUGHTON, 2007).

às suas homólogas tanto no próprio mercado interno chinês, quanto nos mercados externos em que atuavam¹¹¹.

Por outro lado, o Estado atuou de forma ativa e altiva para que se chegasse a esta elevação do incremento tecnológico ligado à produção industrial, num grau de intencionalidade elevadíssimo. Em primeiro lugar, houve um aumento maciço nos investimentos promovidos pelo Ministério da Educação do país na expansão universitária e na formação de força de trabalho altamente qualificada para o mercado de trabalho.

Em 1997, o governo chinês implementou o *National Key Basic Research Program*, visando a aumentar o *funding* tanto para expandir o P&D das universidades e centros de pesquisas do país, quanto para a criação de projetos interdisciplinares de desenvolvimento de tecnologias até então originais nacionalmente, com impacto positivo em vários setores industriais.

Segundo dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009), o gasto governamental total em educação, proporcionalmente ao PIB, saltou de 1,65% em 1992 para 1,88% em 2003; o número de instituições de educação superior saltou de 1.053 para 1.552 no mesmo período, com quase o dobro de professores atuando em tempo integral nos centros de ensino superior e mais de 400% de aumento no número de matrículas de alunos também em nível superior.

Na pós-graduação, tais investimentos se tornaram ainda mais impressionantes. Em 1992, o total de alunos matriculados era de pouco mais de 94 mil, saltando para mais de 650 mil em 2003. Destes, as novas matrículas representaram cerca de 30% anualmente. No que tange à obtenção de graus destes pós-graduandos, houve crescimento significativo no período, saindo de

¹¹¹ Tanto é que houve corte de impostos substanciais para as empresas que investissem em P&D; crédito subsidiado das cooperativas de crédito urbanas e rurais para as pequenas e médias empresas industriais atuantes nos setores de *high technology*; crédito dos *policy banks* e dos bancos comerciais para as grandes empresas de tecnologia que estavam se estruturando; demanda governamental e empresarial estatal para as empresas domésticas de *high technology*; a criação de uma política de *stock options* para atrair cientistas e trabalhadores qualificados, e; a busca por padrões de gestão corporativa semelhantes aos do “vale do silício” norte-americano (NAUGHTON, 2007).

cerca de 28 mil estudantes conseguindo seus títulos de pós-graduação em 1993 para mais de 80 mil em 2002 e 111 mil em 2003¹¹².

Este incremento do investimento nas instituições de ensino superior, seja na educação terciária, seja na pós-graduação, esteve sincronizado ao objetivo básico do sistema de inovação chinês inaugurado em 1997, a saber: aumentar a produção e P&D de produtos ligados ao setor de semicondutores, circuitos integrados e tecnologia da informação. Para tanto, a ida de estudantes chineses para centros universitários norte-americanos e dos países do G7 foi fator determinante para elevar a capacitação técnica da força de trabalho do país, tendo em vista que parte importante destes estudantes/pesquisadores voltaram à China, seja por determinações das legislações governamentais, seja pelos estímulos financeiros oferecidos pelas empresas chinesas para tal volta, para contribuir e aplicar internamente à economia chinesa suas capacitações técnicas em termos de inovações tecnológicas, produtivas e gerenciais.

Além disso, as empresas estatais e privadas chinesas foram estimuladas pelo governo central a buscar novas parcerias no exterior, de forma a aprofundar o *catch-up* tecnológico tanto em benefício próprio no concorridíssimo mercado interno chinês, quanto na competição com as ETN nos setores em que atuavam, em mercados no exterior. Conforme já destacado na seção 3.2.1 deste capítulo, em 1999 o governo chinês abandonou de vez a carga ideológica contrária à atuação do setor privado na estrutura empresarial nacional chinesa, com o aprofundamento do processo de privatizações.

Do ponto de vista do *catch-up* tecnológico, isto representou a criação de um conceito de “indústria nacional” no setor de tecnologia, incluindo firmas nacionais estatais e não-estatais, firmas estrangeiras puras¹¹³ e firmas *joint ventures* com capital misto (nacional e estrangeiro) que contribuíssem, em conjunto, tanto para o aprofundamento da produção tecnológica industrial

¹¹² Há que se fazer menção à quantidade de estudantes de pós-graduação no exterior, que eram cerca de 10 mil em 1993, saltando para mais de 125 mil em 2002. Destes, uma parcela expressiva retornou à China para assumir postos de pesquisa em universidades e polos de P&D empresariais, segundo o *Chinese Statistical Yearbook* (2009), tabela 20-8.

¹¹³ Ver nota de rodapé 65.

chinesa, quanto para aumentar a intensividade tecnológica do drive exportador chinês.

Tabela 3.6 – Dados de educação superior na China, por segmentos (1992-2003)

Ano	Nº de pós-graduados *			Estudantes no exterior *	Estudantes que retornaram *	Instituições de ensino superior *	Matrículas de estudantes ensino superior **	Professores no ensino superior **
	Novas matrículas	Total matriculados	Graduados					
1992	33439	94164	25692	6540	3611	1053	7,5	3,8
1993	42145	106771	28214	10742	5128	1065	9,2	3,8
1994	50864	127935	28047	19071	4230	1080	9,0	3,9
1995	51053	145443	31877	20381	5750	1054	9,2	4,0
1996	59398	163322	39652	20905	6570	1032	9,6	4,0
1997	63749	176353	46539	22410	7130	1020	10,0	4,0
1998	72508	198885	47077	17622	7379	1022	10,8	4,0
1999	92225	233513	54670	23749	7748	1071	15,9	4,2
2000	128484	301239	58767	38989	9121	1041	22,0	4,6
2001	165197	393256	67809	83973	12243	1225	26,8	5,3
2002	202611	500980	80841	125179	17945	1396	32,0	6,1
2003	268925	651260	111091	117307	20152	1552	38,2	7,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

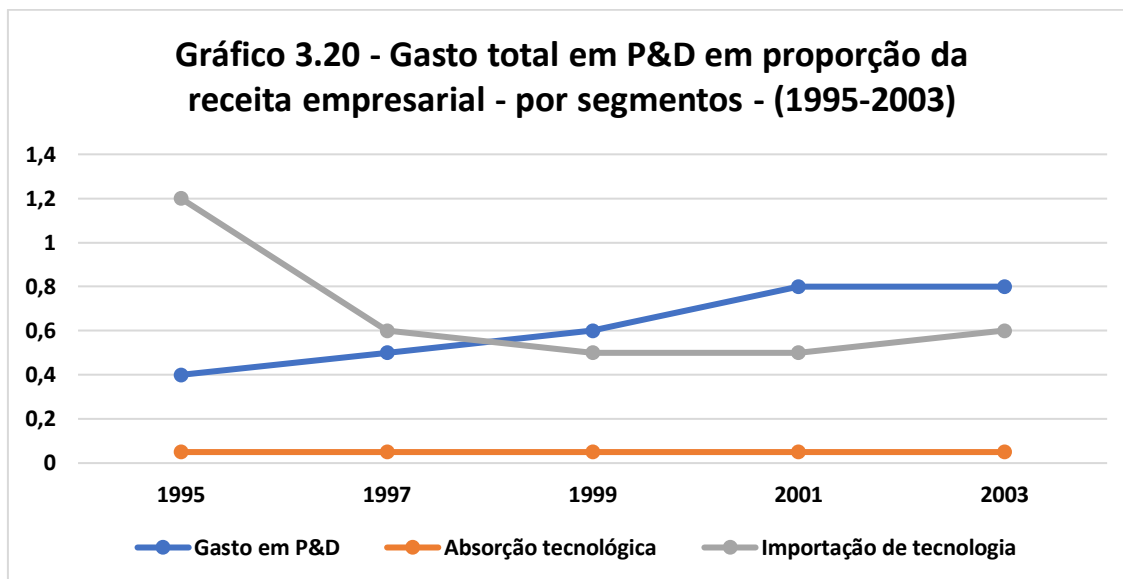
* Em unidades

** Em milhões

Se, por um lado, o volume elevado de investimento governamental e das empresas estatais e não-estatais foi fundamental para o *catch-up* do ponto de vista interno, representando, de fato, o esforço nacional em P&D, por outro lado, as relações das firmas chinesas com o exterior apresentaram ganhos relevantes em termos de incremento tecnológico.

Nesse sentido, o acesso e absorção de tecnologia estrangeira no período se deu principalmente via compras no exterior e via *joint ventures*, com a consecução de acordos das firmas chinesas com ETN ocidentais sedentas em vender sua produção no crescente mercado de consumo chinês, especialmente no ramo de telecomunicações. Ademais, a consecução de acordos entre as firmas chinesas e a diáspora vivendo em Hong Kong, Taiwan e Macau possibilitou importar e incorporar tecnologias de ETN destas regiões em produtos e serviços que seriam tanto vendidos no mercado interno chinês,

quanto voltados à exportação para terceiros mercados nos países do G7 e na própria região asiática¹¹⁴.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Zhang *et al* (2009).

Conforme mostra o gráfico 3.20, a aquisição de tecnologia estrangeira foi determinante para o salto tecnológico chinês no período, num processo de mudança da estrutura produtiva e dos padrões de desenvolvimento tecnológico.

Estas mudanças [ocorreram] num contexto global no qual a estrita cooperação e o aumento das cadeias de produção rapidamente levaram à realocação de serviços intensivos em tecnologia. Estas mudanças funcionaram como uma vantagem para a China, [e sua] capacidade de recursos humanos e um arranjo institucional que permitiram a ela aproveitar esta oportunidade (NAUGHTON, 2007, p. 372 – tradução nossa)¹¹⁵.

O aprofundamento desta estratégia teve como pano de fundo a busca da internacionalização pelas empresas chinesas no período, estimuladas pelo governo central a expandirem sua produção para as redes de produção e comércio asiáticas, de forma a aumentarem, ainda que gradualmente, tanto o raio de sua atuação da esfera local para uma nova esfera global que se abria (ZONENSCHAIN, 2006), quanto a presença das corporações chinesas em novos mercados externos, naquilo que Jiang Zemin chamará de *Going Global*¹¹⁶.

¹¹⁴ É neste contexto que o governo central criou as *Zonas de Processamento de Exportação (ZPE)* e as *Zonas de Desenvolvimento da Indústria High Tech (ZDHT)*, que incrementaram substancialmente o volume de exportações de produtos manufaturados com maior intensidade tecnológica, conforme discutiremos na seção 3.3.3.

¹¹⁵ Aprofundaremos este ponto na seção 3.3.2.

¹¹⁶ Cf. Zemin (2012), item *"implement the opening up strategy of integrating "bringing in" with "going global"*.

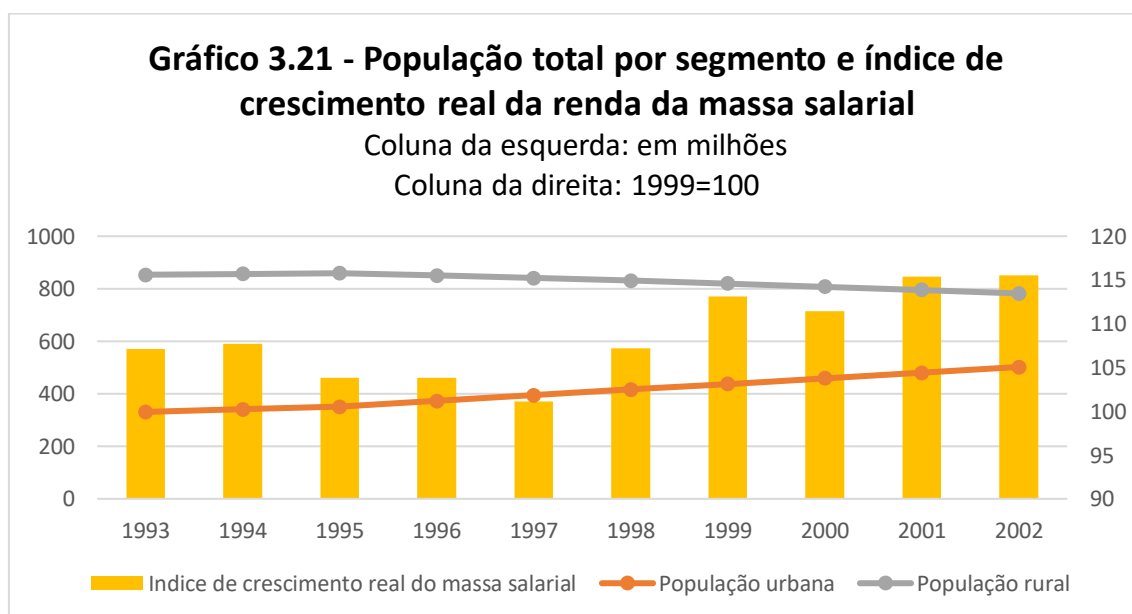
Derradeiramente, cabe fazer uma análise econômica e social geral do processo de industrialização e *catch-up* tecnológico. Nesse sentido, há que se destacar em primeiro lugar que, complementarmente às proposições teóricas que Chang (2004) trata na sua clássica obra acerca das políticas de industrialização para países retardatários¹¹⁷, o padrão de desenvolvimento econômico chinês esteve fortemente ligado ao poder de comando do Estado autoritário sediado em Pequim, ao mesmo tempo em que o sistema financeiro chinês apresentou forte regulação estatal, mesmo que isto implicasse opacidade em termos de regras claras em termos de seu funcionamento. Porém, isso não quer dizer que a canalização do *funding* para o desenvolvimento das forças produtivas e o *catch-up* tecnológico não tenha logrado relativo êxito. Pelo contrário, o êxito foi enorme!

Por outro lado, Acemoglu (2012) faz uma crítica ao modo extrativista do padrão chinês de acumulação desde 1978, argumentando, *grosso modo*, que o padrão “extrativista” é o modo operante na China, algo que não se sustenta a médio e longo prazos. O modelo binário usado pelo autor acerca de padrões extrativistas e inclusivos de acumulação não se aplica ao caso chinês sob o nosso ponto de vista, haja vista a intensidade tecnológica vista na industrialização chinesa desde o início das reformas, acelerada no período analisado neste capítulo, que fez com que o país passasse a focar muito mais no consumo interno e no desenvolvimento industrial-tecnológico como fontes primárias de acumulação autossustentada de capital, e muito menos na indústria extrativa, além do fato de que o processo de acumulação de capital visto na China após 1978 (intensificado após 1994) levou a uma diversificação da estrutura produtiva e um aumento da competitividade comercial internacional chinesa, resultado de uma gestão macroeconômica voltada à acumulação de

¹¹⁷ Para o autor, as instituições necessárias ao desenvolvimento de uma nação requerem políticas de incremento industrial, comercial e tecnológico, se esquecendo, dentre outras coisas, de mencionar a capacidade do mercado interno de alavancar, endogenamente, a dinâmica de acumulação e desenvolvimento econômico, como é o caso chinês. Para uma visão ampla do desenvolvimento via mercado interno e industrialização, ver Furtado (1983; 2009).

capital em escala cada vez maior e totalmente destoante do “modelo” proposto pelo autor¹¹⁸.

Os resultados do aprofundamento da industrialização da economia chinesa no período analisado neste capítulo são importantes de serem destacados. Em primeiro lugar, porque a rápida industrialização no setor urbano fez com que houvesse a absorção de mais de 81 milhões de imigrantes do campo, com três categorias de trabalhadores se destacando: “trabalhadores urbanos formais”; “migrantes permanentes” (estimulados pelo governo a migrarem, mesmo ganhando menos que os trabalhadores formais, mas tendo como compensação coberturas sociais governamentais), e; os “migrantes temporários” (que estiveram fora do planejamento estatal, estando excluídos das políticas de coberturas sociais e aceitando trabalhos de menor remuneração – base da pirâmide distributiva urbana) (MEDEIROS, 2013).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

¹¹⁸ “O crescimento econômico chinês [...] apresenta também vários elementos comuns com as experiências soviética e sul-coreana. Enquanto seus primeiros estágios foram capitaneados por reformas radicais no setor agrícola, no segmento industrial elas foram mais discretas. Ainda hoje, o Estado e o Partido Comunista desempenham papel central na seleção dos setores e empresas que receberão injeções de capital para se expandirem – ocasionando a construção e a destruição de fortunas nesse processo. Do mesmo modo como ocorreu na União Soviética em seu auge, a China vem crescendo rapidamente, mas tal crescimento se dá ainda sob instituições extrativistas, sob o controle do Estado, com poucos indícios de uma transição para instituições políticas inclusivas. Muito embora as instituições extrativistas sejam capazes de gerar riqueza, em geral não terão como gerar crescimento econômico sustentado, e certamente não o tipo de crescimento acompanhado por destruição criativa” (ACEMOGLU, 2012, p. 73-74).

Segundo Medeiros (2013), isto ocorreu, dentre outras coisas, por conta da flexibilização da tradicional política do *Hukou*¹¹⁹, permitindo que um fluxo crescente de trabalhadores do setor rural migrasse em direção às cidades, assim como pela reforma salarial que atrelou os aumentos da massa de rendimentos da classe trabalhadora tanto às variações anuais do índice de inflação quanto na proporção do crescimento da produtividade, conforme se pode verificar no gráfico 3.21 e na tabela 3.7.

Tabela 3.7 - taxa de crescimento nominal dos salários x produtividade do trabalho

Ano	Taxa de crescimento nominal dos salários	Produtividade do trabalho
1992	5,32	152,5
1993	8,49	153,6
1994	-10,12	159,7
1995	-7,89	158,3
1996	-7,58	166,9
1997	-3,28	180,3
1998	5,99	197
1999	1,6	219,
2000	2,87	250,1
2001	0,18	272,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Medeiros (2013), p. 485.

Porém, *pari passu* ao aumento da produtividade via incremento tecnológico e a abertura de novas frentes de expansão econômica em todo o período, a massa salarial dos trabalhadores urbanos passou a crescer novamente já em 1998, tanto por conta da baixa dos preços dos produtos agrícolas¹²⁰, que aumentou o poder de compra dos trabalhadores, quanto pela absorção desta força de trabalho migrante ao sistema produtivo urbano via expansão do volume de investimentos em capital fixo.

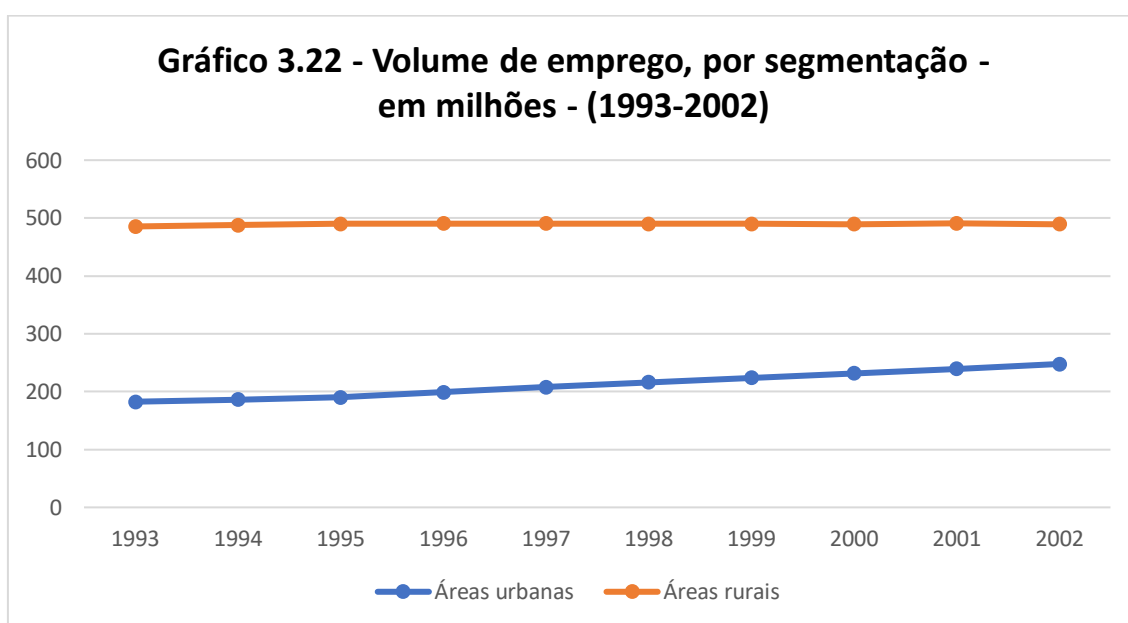
Apesar da imigração de grande contingente da força de trabalho chinesa seguir em direção aos centros urbanos, a expansão dos investimentos no setor

¹¹⁹ “A barreira mais importante que separa o setor urbano do rural na China é o sistema de registro familiar [*Hukou*]. Cada família na China deve ser registrada em sua residência permanente. Uma característica fundamental do sistema, no entanto, é que o registro é para um *local específico* e para um *status específico*, seja urbano ou rural. É quase impossível para um indivíduo mudar este status, que é transmitido de geração em geração” (NAUGHTON, 2007, p. 124 – tradução nossa). Para uma exposição detalhada sobre a política de *Hukou*, ver o livro do supracitado autor, no item 5.1.5: “muros invisíveis: barreiras administrativas hoje” – tradução nossa.

¹²⁰ Ver seção 3.2.1.

industrial rural conseguiu evitar uma explosão demográfica urbana, afinal, o volume de força de trabalho no setor rural manteve-se na casa dos 500 milhões de pessoas no período, conforme o gráfico 3.22.

Em termos gerais, o volume de emprego da força de trabalho chinesa foi marcadamente centrado nas atividades ligadas ao setor agrário, haja vista o país ter predominância rural entre 1993 e 2002. Mas, o grande salto do volume de postos de trabalho no período ocorreu no setor de serviços das áreas urbanas, tendo sido o setor que mais contratou força de trabalho migrante de baixa e média qualificação oriunda do setor rural, seguido pelo setor industrial¹²¹.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

A incorporação da força de trabalho migrante no centros urbanos somente pôde ocorrer, em primeiro lugar, porque não houve uma diminuição do volume de postos de trabalho no setor rural, que conseguiu segurar a força de trabalho rural e conter uma explosão migratória através tanto da modernização da estrutura produtiva-industrial já existente, via concessão dos direitos de exploração de terras públicas pelo Estado a agentes privados que passaram a competir entre si, quanto pela criação de novas frentes de investimento rural que

¹²¹ Segundo Banco Mundial (2020), o setor rural empregou 56% da força de trabalho disponível na economia chinesa em 1993, caindo para 49,7% em 1998, chegando a 50% em 2002. O setor de serviços saltou de 21% em 1993, subindo para 26,7% em 1998 e 28,59% em 2002. Já o setor industrial saiu de 22,39% em 1993 para chegar a 23,5% em 1998, caindo para 21,39% em 2002.

abriram novos postos de trabalho, facilitando a incorporação da crescente força de trabalho ao sistema produtivo.

Em segundo lugar, há que se destacar que, apesar de muitos estudiosos da economia chinesa argumentarem que a superexploração da força de trabalho foi o motor de crescimento da economia chinesa no período, na verdade o que vemos são dois movimentos sincronizados: um primeiro movimento é, sim, a superexploração da força de trabalho migrante, especialmente os “migrantes temporários”, que atuaram nos setores industriais menos sofisticados e em processo de abertura controlada pelo Estado. Pode-se argumentar, nesse sentido, que houve uma verdadeira “acumulação primitiva” dos empresários que contratavam este tipo de força de trabalho no setor urbano, o que impactou fortemente a concentração de renda no período.

Um segundo movimento foi a crescente incorporação da força de trabalho, migrante ou não, nos setores mais sofisticados do sistema produtivo urbano, especialmente nos setores industriais, incorporando os “trabalhadores urbanos formais”, “migrantes permanentes” e a nova e crescente força de trabalho urbana com qualificação universitária, que se inseriu em postos de trabalho nos setores mais dinâmicos que se abriam na estrutura produtiva chinesa¹²², o que vai ao encontro da hipótese aqui seguida e proposta por Alexandre de Freitas Barbosa (2011, p. 29) de que “a mão de obra barata faz parte deste arranjo, mas não explica tudo. Existem não apenas na China várias sociedades, mas também vários ‘regimes de trabalho’ encaixados nas suas dinâmicas de acumulação específicas”.

Nesse contexto, a incorporação da força de trabalho migrante no setor urbano-industrial e a abertura de novas frentes de expansão no setor rural mantiveram em proporções elevadas o nível da demanda por bens de consumo (apesar da alta taxa de poupança das famílias) e, juntamente com os gastos governamental¹²³ e empresarial, impactou o nível do consumo final na economia

¹²² Cf. *Chinese Statistical Yearbook* (2009), tabela 4-2: “número de pessoas empregadas anualmente em áreas urbanas e rurais” – tradução nossa.

¹²³ Os gastos do governo, por exemplo, saltaram de 14,35% do PIB em 1992 para mais de 16% em 2003, segundo dados do Banco Mundial (2020).

chinesa que, apesar de apresentar oscilações no período, manteve-se na casa dos 52,20% na média no período.

Tabela 3.8 - Componentes do PIB por segmento - em % - (1992-2003)

Item/Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Média
Consumo final	59,5	30,2	44,7	60,1	37	57,1	74,7	65,1	50	43,6	52,20
FBCF	78,6	43,8	55	34,3	18,6	26,4	23,7	22,4	50,1	48,8	40,17
Exportações líquidas	-38,1	26	0,3	5,6	44,4	16,5	1,6	12,5	-0,1	7,6	7,63

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Por consequência, o elevado nível de consumo final foi fonte de indução para o volume de investimentos empresariais e governamentais em formação bruta de capital fixo. Apesar de oscilar, assim como o consumo final, a taxa média de investimentos no período foi de 40,17%, conforme a tabela 3.8, criando um estado positivo de expectativas quanto à trajetória de crescimento do produto do país, dado o encadeamento intrasetorial destes investimentos e o impacto sobre a renda empresarial gerada ao final do processo de inversão que, por sua vez, foi reaplicada em novos investimentos, com a percepção nos empresários chineses de que o nível de demanda futura por sua produção seria crescente, o que, de fato, se mostrou factível na economia chinesa no período, muito por conta da ação estatal de abertura de novas frentes de expansão, na canalização do *funding* no sistema bancário para a sustentação dos níveis de investimentos (e seus reflexos sobre a demanda agregada) e na promoção dos investimentos produtivos, direta ou indiretamente, em áreas estratégicas e não-estratégicas¹²⁴.

Novamente, torna-se *mister* frisar: a expansão da economia chinesa no período entre 1993 e 2002 esteve assentada no consumo e no investimento interno, colocando às claras qualquer argumento teórico errôneo de que o setor externo (que não representou mais que 7% da economia chinesa na média do

¹²⁴ Tal estado de expectativas na economia chinesa vai ao encontro da tese de Keynes sobre o assunto, que diz que “as considerações sobre as quais se baseiam as expectativas de rendas esperadas são, em parte, fatos existentes que se pode supor sejam conhecidos mais ou menos com certeza e, em parte, eventos futuros que podem ser previstos com um maior ou menor grau de confiança. Entre os primeiros, destaca-se o volume existente dos vários tipos de bens de capital e os ativos de capital em geral, bem como a intensidade da procura atual dos consumidores no tocante a artigos que requerem, para que sua produção seja eficiente, uma assistência maior de capital. Entre os segundos, figuram mudanças do tipo e da quantidade do estoque dos bens de capital e as preferências dos consumidores, a intensidade da procura efetiva nos diversos períodos da vida do investimento considerado e, por fim, as variações na taxa de salário em termos nominais que podem ocorrer durante o respectivo período” (KEYNES, 1982, p. 123).

período) se apresentou como o principal elemento do processo de acumulação de capital na China. Nossa hipótese, seguindo o argumento de Lo (2006), é a de que o setor externo foi muito mais um complemento ao esforço interno liderado pelo Estado chinês de desenvolvimento das forças produtivas chinesas, do que seu principal vetor.

Por fim, cumpre salientar a mudança estrutural da economia chinesa durante o período em termos da demanda agregada, haja vista que, com as consequências negativas do processo de privatizações e a superveniente pressão sobre a massa salarial, o investimento se tornou o principal componente da demanda agregada, em substituição ao consumo assalariado, que se manteve estagnado. Conforme Lo (2007), os investimentos nos setores da indústria pesada passaram a estimular a expansão do setor de bens de capital, num processo em que o volume de investimento *ex ante* induziu o volume de investimento *ex post*, em escala cada vez maior.

3.2.3. Setor bélico-militar

Com relação ao setor militar, a continuidade da modernização econômica e o aprofundamento das reformas no período estiveram totalmente concatenadas às necessidades do PCC e do ELP enquanto agentes fiadores do processo de desenvolvimento levado adiante pelo Estado.

No início da década de 1990, a primeira guerra do golfo, o colapso soviético e o conseqüente fim da guerra fria foram eventos que fizeram com que as posturas do PCC, liderado por Deng Xiaoping, e do ELP se alterassem de forma a fazer frente às necessidades que a conjuntura internacional impunha ao país, haja vista que os Estados Unidos, conforme destacado por Medeiros (2008), viam na China, do ponto de vista político-estratégico, uma potência insatisfeita com seu status regional.

Uma das primeiras medidas desta nova postura foi a readequação da política externa chinesa no sentido de arrefecer as disputas territoriais com seus vizinhos, especialmente com as Filipinas, a Malásia e a Índia, além do restabelecimento de relações diplomáticas com Cingapura, Indonésia (1990) e Coreia do Sul (1992), com o objetivo de aumentar a legitimidade do regime político chinês no exterior.

Uma segunda grande mudança foi a propositura de uma nova doutrina militar em 1991, que levou ao abandono da ideia de que uma virtual guerra de potências estrangeiras contra a China seria de “atrito”, no próprio solo chinês, com as armas nucleares. A partir de 1991, as ameaças nuclear e de invasão ao solo chinês seriam deixadas de lado para dar lugar a uma visão consolidada no grupo dirigente do ELP de que, com as armas altamente sofisticadas apresentadas pelos Estados Unidos na primeira guerra do golfo, os conflitos seriam locais e de pequena monta, além de passarem a apresentar elevada intensidade tecnológica (MEDEIROS, 2013).

A partir disso, o “grande compromisso” de Deng Xiaoping¹²⁵ seria levado adiante com o ELP, haja vista que somente a modernização econômica e o desenvolvimento tecnológico do país colocaria as forças militares chinesas em condições de assegurar a soberania nacional, garantir a legitimidade do PCC enquanto instituição suprema do país e alavancar a capacidade de resposta a ameaças vindas do exterior, em especial dos Estados Unidos e sua nova postura de intensificar sua presença militar na Ásia, notadamente após a aproximação diplomática e o estabelecimento de contratos para venda de armas com Taiwan, no final da década de 1990.

Dessa forma, o “grande compromisso” entre o PCC, liderado por Deng Xiaoping, e o ELP tornaria factível a modernização das forças armadas e a criação de um verdadeiro complexo bélico-industrial chinês, com crescente sofisticação tecnológica.

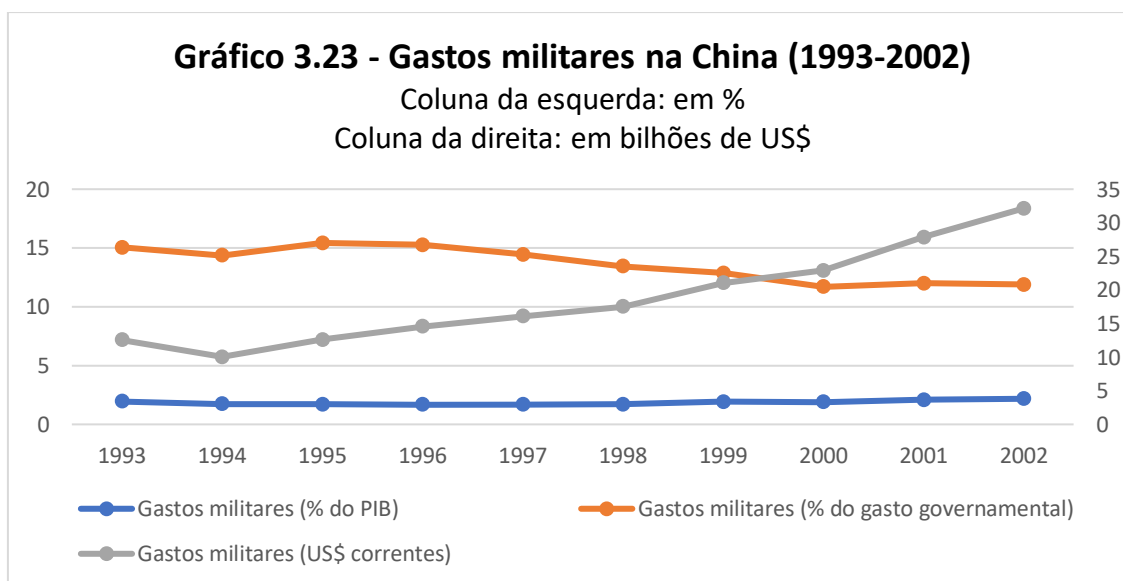
Conforme Goh *et al* (2012), tal modernização seria colocada em prática tendo dois pilares: primeiro, com a compra de armas junto ao governo russo que, apesar da aproximação com os Estados Unidos durante o governo Yeltsin, ainda assim, se manteve como principal fornecedor de armas do ELP. Após a chegada de Vladimir Putin no comando do Kremlin em 2000, a aproximação sino-russa foi fundamental para que a cooperação militar entre os dois países pudesse

¹²⁵ Uma passagem de Deng Xiaoping chama especial atenção sobre a importância de se manter a aliança do PCC com o ELP, em meio a um contexto internacional em ebulição com o fim da guerra fria, via aumento dos investimentos no setor militar e a modernização do aparato bélico do país: “É inconcebível que um exército permanente, que órgãos de segurança pública, tribunais e prisões se deteriorem em meio a um cenário onde existem classes, imperialismo e poder hegemônico” (MARTI, 2007, p. 101).

satisfazer as necessidades bélico-materiais desejadas pelo grupo dirigente do ELP, com a intensificação das compras de armas russas com elevado grau de incremento tecnológico¹²⁶.

Segundo, com a elevação dos investimentos estatais e empresariais no setor de defesa, reformas institucionais e administrativas, aumento do financiamento para o desenvolvimento endógeno de equipamentos e armamentos eletronicamente sofisticados, aumento do financiamento em P&D e modernização das forças militares já existentes.

Quando se olha os gastos governamentais, percebe-se que houve um aumento expressivo. Segundo dados do gráfico 3.23, o gasto militar do governo central em dólares a preços correntes saltou de 12,57 bilhões em 1993 para 32,13 em 2002, colocando o país no terceiro posto mundial em termos de gastos com defesa, somente atrás de Estados Unidos e Rússia, respectivamente primeiro e segundo colocados no período (BANCO MUNDIAL, 2020).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Porém, em termos percentuais ao PIB, entre 1993 e 1997 houve uma queda de tais gastos, saindo de 1,96% para 1,67%, muito por conta do processo de reforma fiscal ocorrida a partir de 1994 e a reestruturação que o setor industrial-militar passou (BOUTIN, 2017). Porém, a partir de 1998 a participação

¹²⁶ Cf. Mocelin (2016), capítulo 3.

dos gastos militares como porcentagem do PIB cresceu robustamente, saindo de 1,7% para 2,17% em 2002.

Se por um lado os investimentos governamentais foram importantes, segundo Boutin (2017) o processo de abertura planejado e implementado pelo Estado durante os anos 1990 à participação privada nos setores empresariais selecionados constituiu-se, por outro lado, num pilar central da nova política de defesa de 1991, haja vista que, apesar do aumento absoluto em dólares e em participação no PIB, os gastos com defesa tiveram uma proporção cada vez maior do setor empresarial, estatal e não-estatal, que se organizaram em torno da demanda do Ministério da Defesa no desenvolvimento de novas tecnologias, equipamentos e armas. Ou seja, parte da produção bélica chinesa foi escoada para o setor privado, criando efeitos multiplicadores cada vez maiores para toda a economia a cada aumento no volume de gastos do Estado chinês no setor, via demanda do Ministério da Defesa.

Para se ter noção do emaranhado de ligações entre o Estado e o complexo empresarial nacional que este processo passou a apresentar, somente em 1994, o ELP detinha o controle acionário sobre mais de 10.000 empresas atuantes no setor de defesa, sob o comando do *General Logistics Department (GLD)*¹²⁷, órgão ligado à Comissão Militar Central. Ademais, houve a reorganização e transformação da Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para a consecução de metas do programa de defesa nacional.

Segundo Medeiros (2008), essa reorganização da atuação do Estado junto ao setor empresarial estatal e não-estatal na área de defesa levou à criação de um arranjo institucional-empresarial em que o Estado detinha o controle sobre grandes conglomerados empresariais atuantes em sensores sensíveis no setor, com destaque a cinco deles¹²⁸, que realizavam grandes investimentos desencadeadores de demanda para outras empresas de menor porte no setor,

¹²⁷ Tal Departamento pode ser considerado, metaforicamente, à SASAC do setor empresarial de defesa.

¹²⁸ A partir de março de 1998, cinco grandes conglomerados empresariais passaram a organizar o setor como um todo: 1) a *Aviation Industry Corporation of China (AVIC)*, atuante no setor aeroespacial e de aeronaves comerciais; 2) a *China North Industries Company (NORINCO)*, atuante no setor de equipamentos militares, armas e artilharia leve; 3) a *China Ship Construction Corporation (CSCC)*, atuante no setor de navios militares e comerciais; 4) a *China Aerospace Corporation (CASC)*, no setor de mísseis e satélites, e; 5) a *China National Nuclear Corporation (CNNC)*, em energia e tecnologias nuclear.

que se organizavam operacionalmente em torno das primeiras e da demanda direta do próprio Estado, haja vista a meta do governo central de aumentar a produção de equipamentos e armas com maior intensidade tecnológica, o que somente seria concretizado se as empresas atuantes no setor tivessem liberdade para buscar novos processos, fornecedores e competissem entre si para entregar o melhor produto, com o melhor custo-benefício.

Corroborando tal argumento, Boutin destaca que

as empresas estatais foram encorajadas a serem proativas e tiveram grande autonomia operacional, inclusive em termos de acordos de desenvolvimento colaborativo com outras empresas. [...] Outro fator chave das transformações do complexo bélico-industrial chinês foi a emergência de um setor industrial de defesa não-estatal. [...] Enquanto estas empresas não eram necessariamente tratadas como extensão das empresas estatais, em alguns casos elas ajudam no P&D de defesa e nos programas de produção estatal. Empresas proeminentes de *high technology* como a Lenovo e a Huawei colaboraram intimamente com o setor estatal, por exemplo (BOUTIN, 2017, p. 41 – tradução nossa)¹²⁹.

Na visão de Medeiros (2008), esta deliberada ação governamental pode ser considerada como a consagração da estratégia do “um centro e dois pontos”, afinal, o rápido desenvolvimento econômico e a modernização do ELP se constituíam no ponto central desta estratégia, que somente seria alcançada pelas reformas setoriais, a gradual abertura econômica e a manutenção da legitimidade política e social do PCC.

Por um lado, conforme destaca Bitzinger (2011), foi somente em 1998 que o sistema de defesa chinês conseguiu apresentar os primeiros resultados dos investimentos realizados desde 1991, em especial no setor de tecnologias de informação, comando, controle, comunicações, computadores, inteligência, vigilância e reconhecimento. Por outro lado, Rajagopalan (2008) afirma que somente com a criação do *4th General Staff Department* em 1994 houve a centralização das diretrizes nacionais de orientação dos investimentos em tecnologias avançadas ligadas ao setor industrial-militar, e isto somente traria seus resultados em 1998, após quase oito anos de investimentos no setor¹³⁰.

¹²⁹ Segundo Bitzinger (2011), novos aviões, submarinos, navios de combate, mísseis convencionais e nucleares e novas forças terrestres foram incorporados ao sistema nacional de defesa chinês, que passou a competir contra os Estados Unidos e a Rússia na venda de armas em mercados no exterior.

¹³⁰ Cf. Frankenstein (1997).

Por fim, a principal característica no setor de defesa chinês entre 1993 e 2002 foi a maior presença empresarial estatal e não-estatal em termos de fornecimento e desenvolvimento de novos processos e produtos, num momento em que, por um lado, o setor apresentou fortes estímulos governamentais via injeção de recursos e novos arranjos burocráticos-institucionais e, por outro lado, incorporou a visão do grupo dirigente do ELP às diretrizes de investimentos no setor, visão esta que tinha como foco a incorporação de novas tecnologias específicas e compatíveis com as necessidades de defesa nacional.

Tal questão é fundamental para se compreender o suporte incondicional do ELP ao PCC no tocante ao aprofundamento das reformas econômicas, especialmente num momento em que a sociedade chinesa passava a sentir as agruras das privatizações das empresas estatais, o que poderia ter desencadeado um descontentamento social interno quanto à legitimidade política e social do PCC no comando do Estado chinês.

3.3.A condução do setor externo e o avanço chinês sobre as redes mundiais de produção, comércio e investimentos

A condução do setor externo foi fortemente complementar ao esforço interno de desenvolvimento dos setores produtivos da economia chinesa. Deste ponto de vista, quatro questões-chave são importantes de se destacar sobre este período que foi fundamental para a afirmação da economia chinesa enquanto locus de acumulação e grande centro manufatureiro mundial.

A primeira questão envolve a política cambial, fortemente atrelada aos objetivos de dar suporte ao drive exportador e à entrada de divisas em moeda forte, apesar dos impactos que a crise asiática impôs à economia chinesa.

Os estímulos estatais à entrada de IDE foram fundamentais para o aprofundamento do *catch-up* tecnológico ligado ao setor industrial e para a consolidação da economia chinesa como grande centro manufatureiro mundial. A agressiva política de elevação das exportações esteve ligada às duas primeiras questões, pois somente com o alinhamento da política cambial e a elevação da competitividade tecnológica da produção chinesa a agressividade exportadora surtiria efeito, conforme o foi.

É com base neste arranjo esquemático que a última questão se insere, pois, aliado às transformações internas, o comércio exterior chinês apresentou um salto extraordinário no período, com a presença chinesa no período elevando-se praticamente em todos os segmentos do mercado mundial, havendo melhora, por um lado, da pauta exportadora em termos de intensividade tecnológica e de capital, especialmente para as economias centrais e, por outro lado, uma melhora da pauta importadora, especialmente de produtos básicos oriundos das economias periféricas da economia-mundo capitalista, como a América Latina, o continente africano, a Oceania, e a própria região asiática, estas últimas passando a orbitar de forma terminativa em torno da economia chinesa após a crise asiática de 1997.

Procederemos à análise de cada um destes pontos a seguir.

3.3.1. A política cambial

A política cambial chinesa no período apresentou-se entre 1993 e 2002 como instrumento de ação do Estado chinês tanto para colaborar ao processo de industrialização ora vigente, quanto para acomodar as pretensões do país em termos de avanço exportador e estabilizador regional no que tange aos fluxos e influxos de IDE¹³¹.

Nesse sentido também aponta Medeiros (2013), para quem a política cambial foi gerida pelo governo central de forma a impulsionar as exportações, através da criação de expectativas futuras e estabilidade cambial para os agentes atuantes no drive exportador e meio de atração de IDE para a economia chinesa, sem que isto provocasse qualquer tipo de instabilidade na condução macroeconômica como um todo.

Neste contexto, a gestão cambial chinesa apresentou três fases no período. A primeira vai de 1993 a 1994; a segunda de 1994 a 1997, e; a terceira de 1997 a 2002.

¹³¹ Por conta da centralidade da política cambial para a estratégia de industrialização do país, preterimos desmembrá-la da seção da gestão macroeconômica, mesmo sabendo que a política cambial está totalmente atrelada às políticas fiscal e monetária na gestão macroeconômica, formando um tripé de política macroeconômica.

Durante o primeiro período, ainda vigorava no país o regime de câmbio dual, havendo dois tipos de taxas de câmbio: a oficial, centralizada no BPC, e outra, praticada via *swaps* cambiais pelas empresas chinesas atuantes nas ZDET, com ligações nas praças financeiras de Hong Kong e Shanghai.

No ano de 1993, a economia chinesa apresentou elevado déficit em transações correntes com o exterior da ordem de 2,65% do PIB, ou 11,7 bilhões de dólares. Em resposta às oscilações pretéritas do drive exportador, a este volumoso déficit em transações correntes e às transformações que vinham ocorrendo na economia-mundo capitalista em termos de desregulamentação dos mercados financeiros, abertura financeira das economias asiáticas e às pressões impostas pelos EUA ao Japão, o governo chinês resolveu implementar alterações substanciais na política cambial já em 1994, inaugurando a segunda fase desta.

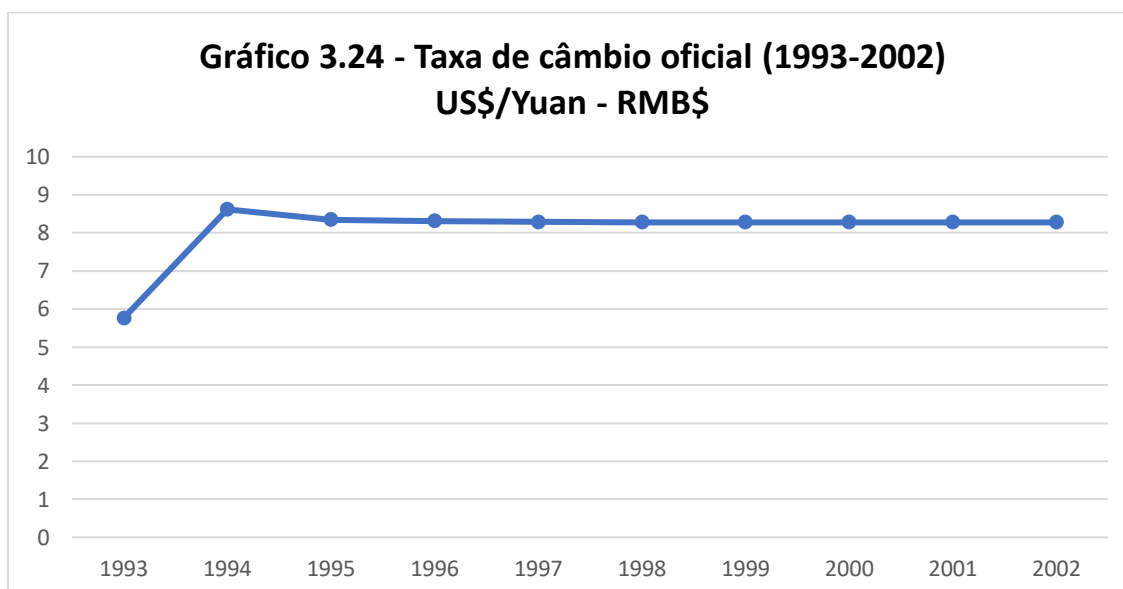
Neste ano, mudanças substanciais ocorreram. Em primeiro lugar, houve a unificação das duas taxas cambiais em torno de uma apenas, centralizada no BPC. Em segundo lugar, houve uma substancial desvalorização cambial da ordem de 50%, saindo de 5,76 Yuans por dólar em 1993 para 8,61 em 1994.

Em terceiro lugar, estabeleceu-se em Shanghai um mercado interbancário de divisas em moeda forte, estimulado pelo BPC, de forma a fazer com que as empresas e bancos nacionais e estrangeiros atuantes na economia chinesa tivessem acesso facilitado a divisas em moeda forte, haja vista que cerca de 80% das transações externas da economia chinesa eram feitas via *swaps* cambiais no mercado interbancário de Shanghai (YU, 2018), e também pelo fato do baixo nível de conversibilidade e abertura da conta de capitais do balanço de pagamentos chinês, o que somente foi equacionado em 1996, quando o acesso a moeda estrangeira pelos residentes e não-residentes foi plenamente implementada (MEDEIROS, 2008).

Cabe destacar que esta reforma cambial foi de extrema relevância para a gestão macroeconômica chinesa, afinal, conforme Naughton (2007), aliado às reformas fiscal (ocorrida no mesmo ano), monetária (que reestruturou o sistema bancário e creditício), a nova gestão cambial foi instrumento decisivo para a dinâmica de elevação da competitividade empresarial chinesa, especialmente

porque o setor externo era serventário da dinâmica interna de *catch-up* tecnológico via atração de IDE e de aumento da capacidade de importação via exportações em constante crescimento¹³².

A partir de 1994, então, a taxa de câmbio oficial chegou ao seu ponto máximo, mas caminhando para uma leve valorização até 1997, quando se situou na casa dos 8,27 Yuans por dólar (gráfico 3.24). Para Medeiros (2006), a desvalorização cambial chinesa ocorrida neste período entre 1994 e 1997 colaborou para a entrada chinesa nas redes de produção e comércio na Ásia, especialmente porque a abertura financeira das economias asiáticas ocorrida durante a primeira metade da década de 1990 até o estouro da crise de 1997 fez com que a taxa de câmbio fosse um diferencial importante para a elevação da competitividade chinesa frente às economias asiáticas em terceiros mercados.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

A partir de 1997, com o estouro da crise asiática, a política cambial chinesa esteve muito mais atrelada ao objetivo de acomodar os impactos desta crise sobre a economia chinesa, quanto para reposicionar esta economia na região asiática.

Dizemos isto, pois, conforme Castells (1999), as economias asiáticas durante o período *ex ante* à crise passaram a financiar suas posições externas

¹³² Por exemplo, no ano de 1994 houve a introdução da prática de abatimento das taxas de exportações pelos governos locais, que passaram a competir para atrair empresas para suas regiões.

com capitais de curto prazo e, com a mudança de posição dos bancos e investidores institucionais dos países centrais em relação à capacidade de pagamento dos encargos sobre o endividamento de países como Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan (para não mencionar os outros países da região que compõem os NIC de segunda geração), ataques especulativos contra as moedas destas economias ocorreram, a começar pelo Bath tailandês em julho daquele ano, contaminando as outras moedas da região¹³³.

Como resultado, houve uma fuga maciça de capitais de tais países, além de abruptas desvalorizações cambiais de praticamente todas as moedas da região, a elevação das taxas de juros pelos bancos centrais e um amplo espectro de insolvência financeira de corporações, bancos e empresas de médio e pequeno porte em praticamente todos os países.

Na Coreia do Sul, por exemplo, 11^a maior economia do mundo em 1997, houve um colapso econômico e financeiro total no fim deste ano, com a decretação de moratória e falência de muitas corporações e bancos nacionais, num cenário que só não foi pior porque o FMI aportou 58 bilhões de dólares junto ao banco central do país, com a contrapartida da perda total da soberania governamental em termos de condução da política econômica e a introdução de políticas de austeridade sobre a sociedade sul-coreana.

Uma outra economia que sofreu abalos sísmicos na crise asiática foi Hong Kong, especialmente após outubro de 1997, quando uma intensa fuga de capitais e a desvalorização do dólar de Hong Kong fizeram com que as autoridades chinesas, via BPC, viessem em socorro à cidade. Primeiro, porque empresas e bancos chineses eram os maiores proprietários de terras na cidade; segundo, porque o socorro seria necessário dada a relação umbilical de integração financeira entre a economia continental chinesa e a cidade, o que tornaria a operação de socorro um anteparo/amortecedor para que o sistema financeiro chinês resistisse à sísmica de fluxos e influxos financeiros característicos daquela crise, que levaram à ruína as economias asiáticas.

¹³³ Cf. Castells (1999), capítulo 4, especialmente o item “*superando dificuldades? A China na crise econômica asiática*”; Belluzzo (2009), capítulo 5: “*notas sobre a crise da Ásia*”.

Neste contexto, a reforma do sistema bancário chinês esteve inserida nesta estratégia, afinal o provimento de liquidez aos bancos e empresas chinesas atuantes em Hong Kong, assim como ao próprio governo da cidade, esteve enquadrada na busca pelo governo chinês de atuar neste socorro via bancos estatais e BPC, e não diretamente no provimento de liquidez via atuação orçamentária do governo central¹³⁴.

Com a crise, segundo Medeiros (2006), as moedas da região passaram por uma onda tão forte de desvalorização cambial frente ao dólar que, mesmo com a desvalorização ocorrida pelo Yuan entre 1994 e 1997, as moedas asiáticas passaram a ser ainda mais desvalorizadas que a moeda chinesa frente ao dólar após 1997. Ou seja, houve uma valorização do Yuan frente às moedas asiáticas no período pós-crise, ensejando uma nova postura do governo chinês em relação a esta questão, até 2002.

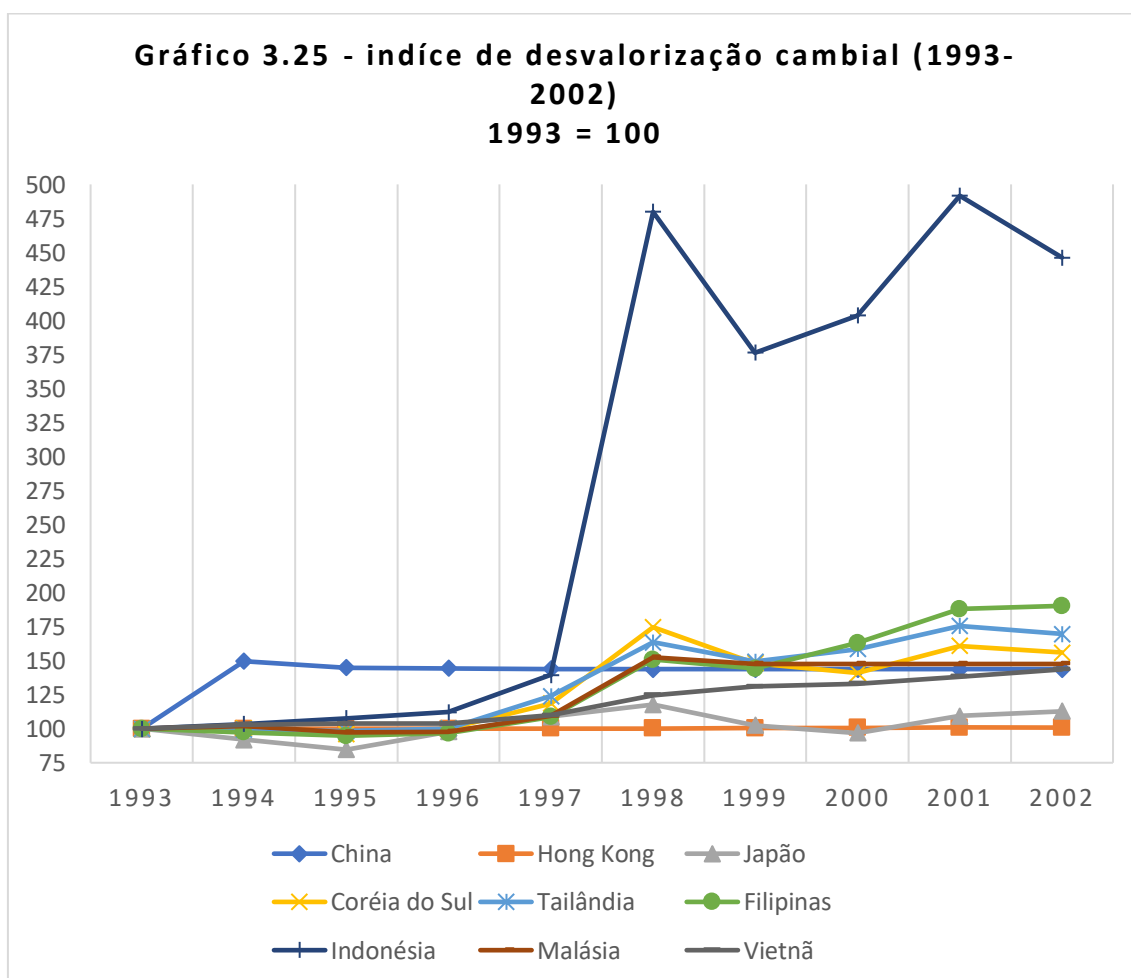
Dizemos isto, pois, foi neste contexto que o BPC manteve a taxa de câmbio inalterada em 8,27 Yuans por dólar até 2002, mas implementando medidas complementares de suporte à competitividade externa chinesa e de suporte à região asiática. Em primeiro lugar, houve a sustentação da competitividade externa das empresas chinesas via aumento dos subsídios fiscais, com cortes agressivos de tributos para as empresas de fora da ZDET que atuassem no drive exportador, impactando sobremaneira os orçamentos dos governos locais e central. Em segundo lugar, o BPC deu início a uma prática de compra de reservas em dólares, inchando as reservas internacionais do país a partir de então, dando início à compra maciça de títulos do Tesouro norte-americano.

Em terceiro lugar, houve a introdução de medidas de controle ainda mais rígido aos fluxos de capitais entrantes e saíntes da economia chinesa, com a proibição de captação de recursos externos por indivíduos e empresas não-atuantes no drive exportador, além de maior rigidez aos fluxos de IDE.

¹³⁴ É neste contexto que se deve compreender a gigantesca operação estruturada do governo central no período para limpar as carteiras de crédito dos bancos estatais, através da troca de ativos e a introdução de um mercado de títulos e dívidas, conforme ressaltamos na seção 3.1.2.

Ao olharmos o gráfico 3.25, percebe-se que as desvalorizações mais fortes durante a crise ocorreram na Indonésia, que em 1996 apresentava um índice de 112 pontos, saltando para 139 em 1997 e 479 em 1998. Com exceção de Japão, Hong Kong e da própria moeda chinesa, todas as outras moedas apresentaram elevação do índice de desvalorização, mas em menor intensidade quando comparados à Indonésia, que foi a economia que mais sofreu em termos de fuga de capitais e ataques especulativos.

Mas, para além da atuação preventiva e defensiva do BPC durante e após a crise, a estabilidade cambial chinesa entre 1997 e 2002, na visão de Medeiros (2006), fez com que houve a estabilidade das economias asiáticas após os momentos mais graves da crise, afinal a valorização da moeda chinesa frente às suas homólogas asiáticas serviu como meio de acoplagem das economias asiáticas em torno da economia chinesa.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Corroborando tal argumento, Jabbour (2010) ressalta que esta acomodação foi uma “medida de responsabilidade” do governo chinês para com o seu entorno regional, afinal a resposta chinesa perpassou pela manutenção do Yuan valorizado frente às moedas asiáticas e ao estímulo ao consumo e investimento interno, que resultou na elevação das exportações e dos investimentos dos países do entorno chinês em direção à economia chinesa.

Ademais, segundo Leão (2012), o governo chinês estimulou em 2000 a iniciativa Chiang Mai, formando, dentro do agrupamento ASEAN+3¹³⁵, uma estratégia de aprofundamento da cooperação asiática em termos financeiros e cambiais, de forma a tentar blindar a região contra futuras crises cambiais, além do estímulo ao uso do Yuan como moeda de troca nas transações regionais, o que foi institucionalizado pelo governo chinês como política de comércio exterior em 2003.

Do nosso ponto de vista, a resposta chinesa aos eventos da crise asiática, em termos de política cambial, fez com que a economia chinesa se transformasse num campo magnético que, a partir daquele momento, fez com que as economias asiáticas passassem a orbitar em torno da economia chinesa, não somente em termos financeiros, mas também nas redes de produção, comércio e investimentos. Além disso, conforme destaca Elias Jabbour,

sem um câmbio ajustado às necessidades nacionais e sociais, torna-se difícil a viabilização de qualquer projeto nacional digno de tal. Pois bem, o câmbio ajustado aos interesses nacionais significa possibilidades – precedidas de uma estratégia de inserção – para o acúmulo de capital que, por sua vez, ao mesmo tempo em que blinda determinado país de choques externos, possibilita o manejo de políticas econômicas atraentes ao crédito e ao consumo também baseada em uma política fiscal industrializante. Como consequência desse processo circular, o resultado também está visível na própria estabilidade monetária, como resultado do crescimento econômico, e não o contrário (JABBOUR, 2010, p. 215).

Segundo o supracitado autor, o governo chinês, desde o período das reformas, viu na política cambial um dos mais importantes instrumentos de política macroeconômica, a qual sempre foi serventúria à industrialização, ao *catch-up* tecnológico e ao acúmulo de divisas via agressiva política de exportações.

¹³⁵ Grupo que reúne, obviamente, os países da ASEAN, mais China, Coreia do Sul e Japão.

Após a crise asiática, a estratégia do governo de Pequim foi justamente a de aumentar a presença e a influência da economia chinesa na economia-mundo capitalista e na região asiática, especificamente, mesmo que, para isso, a valorização da taxa de câmbio do país frente às outras moedas da região fosse algo a ser colocado em prática, como o foi.

Ademais, a blindagem do país à referida crise adveio tanto da gestão fiscal que concentrou enorme poder financeiro nas mãos do governo central, quanto das reformas monetária e bancária, que limpou as carteiras de crédito dos bancos estatais que, por sua vez, puderam atuar com elevado poder de fogo financeiro tanto para prover liquidez às empresas nacionais chinesas expostas à intemperes da crise, quanto para promover o socorro necessário à praça financeira de Hong Kong, evitando um contágio da crise às empresas chinesas lá instaladas, assim como para salvaguardar os crescentes os fluxos de entrada e saída de IDE na economia chinesa, conforme veremos a seguir.

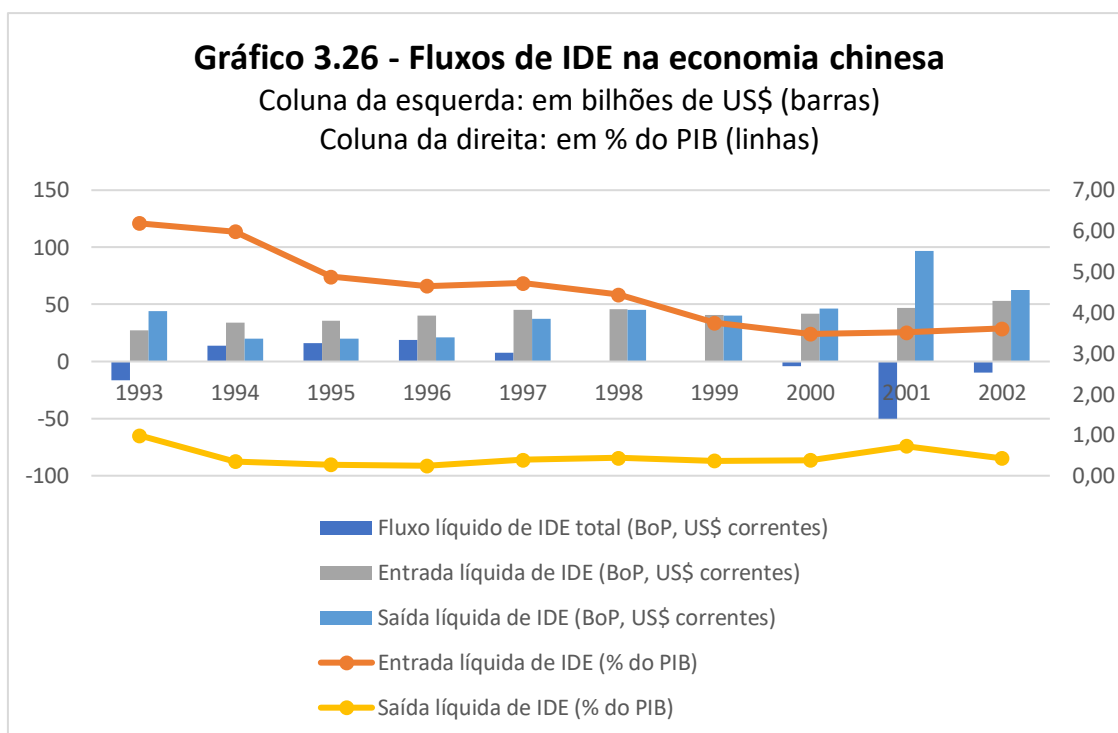
3.3.2. A política de atração de IDE

Se pelo lado cambial a estratégia externa chinesa foi a de criar mecanismos de elevação da competitividade da produção das firmas chinesas no exterior e reacomodar as economias asiáticas em torno da economia chinesa após 1997, pelo lado da atração de investimentos do exterior houve uma predisposição muito grande do Estado chinês em transformar o país num importante lócus de acumulação e valorização de capitais forâneos circulantes na economia-mundo capitalista.

Nesse contexto, conforme destaca Jabbour (2010), a China passou a implementar uma estratégia que se tornou o modelo de ação dos demais países asiáticos periféricos, a saber: a ação governamental voltada à transformação a economia chinesa num importante *hub* produtivo mundial via atração de IDE, necessário ao *catch-up* institucional e tecnológico das empresas chinesas.

Entre 1993 e 2002, a China apresentou um resultado líquido negativo em termos de IDE, haja vista a política de investimento chineses no exterior para a aquisição de tecnologias e o emprego de investimentos chineses em países do entorno asiático.

Com base no gráfico 3.26, durante todo o período entre 1994 e 2002 a economia chinesa teve um saldo médio negativo em termos de fluxos líquidos de IDE, saindo de US\$ 13 bilhões em 1994 para chegar ao pico de US\$ 19 bilhões em 1996, mas apresentando tendência de queda a partir dos anos 2000, quando o saldo ficou negativo em US\$ 4 bilhões, se aprofundando ainda mais em 2001, quando chegou a quase US\$ 50 bilhões. Ou seja, durante todo o período, o saldo do IDE chinês apresentou tendência de estagnação (quando não de queda), apesar do volume crescente dos fluxos.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Afirmamos isto pois, conforme se vê, a entrada líquida de IDE apresentou constante crescimento ao longo do período, se acentuando a partir de 2001, quando chegou a US\$ 47 bilhões, subindo para US\$ 53 bilhões em 2002, cujo resultado neste último ano representou cerca de 10% do volume total de IDE mundial (US\$ 589 bilhões), segundo dados do COMTRADE/UNCTAD (2020). Pelo lado das saídas líquidas, o que se verificou também foi uma tendência de alta dos números absolutos, especialmente até 2001, quando chegou ao patamar de US\$ 96 bilhões, caindo no ano seguinte, 2002, para pouco mais de US\$ 62 bilhões.

Como percentual do PIB, denota-se claramente que a tendência de queda na participação do IDE entrante no PIB chinês foi resultado de dois movimentos,

conforme Naughton (2007): primeiro, por conta do caráter complementar de tal tipo de investimento à estratégia chinesa de desenvolvimento, claramente voltada ao mercado interno e com menor dependência de tais fluxos no período. Ademais, seguindo nesta lógica, o crescimento acelerado da economia chinesa anualmente no período fez com que a queda na participação dos fluxos entrantes de IDE como percentual do PIB fosse resultado do acelerado crescimento da economia chinesa.

Um segundo fator para o autor é que os fluxos de IDE passaram a sofrer forte redimensionamento para outros países asiáticos que também passavam a se abrir no período, os NIC de segunda geração.

No que tange à saída líquida de IDE como percentual do PIB, percebe-se claramente a estratégia do governo chinês, na visão de Medeiros (2013), de adquirir tecnologias forâneas via fusões e aquisições de empresas, além da mera compra de tecnologias *stricto sensu*, de forma a transferir e incorporar tais tecnologias ao complexo industrial chinês, que passava por um intenso processo de sofisticação tecnológica.

Nesse contexto, Leão (2012) destaca que o governo chinês autorizou a ampliação da atração de IDE para todas as províncias chinesas (especialmente no interior), ampliando a alocação de recursos externos não somente para as ZDET, mas também para as recém criadas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), ligadas ao IDE das ETN estrangeiras, assim como para as Zonas de Desenvolvimento da Indústria *High Tech* (ZDIHT), com 53 zonas deste tipo em solo chinês, especialmente na região da Costa Sul e Sudeste, envolvendo *joint ventures* híbridas, com capital privado nacional e estrangeiro, voltadas, exclusivamente, ao desenvolvimento de produtos e serviços de alta tecnologia.

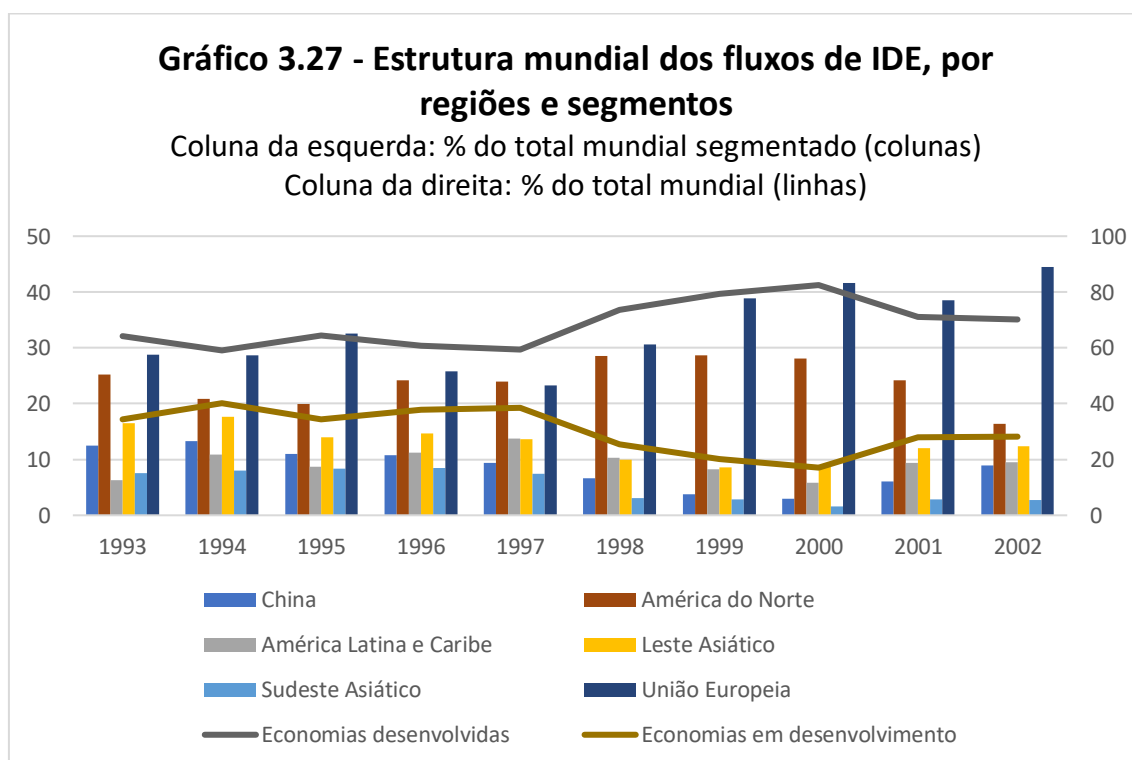
Isto somente pôde ocorrer, na visão de Ruiz (2004), porque em 1995 o Conselho de Estado promulgou o *Provisional Regulations Guiding Foreign Investments*¹³⁶, que criou as bases institucionais internas que garantiram condições jurídicas de atuação ao capital estrangeiro na forma de IDE, visando

¹³⁶ Ver seção 3.1.1.

o desenvolvimento de setores de bens de capital e transferência tecnológica das ETN no exterior para as empresas chinesas.

Com base no gráfico 3.27, a China sozinha foi responsável pela absorção de mais de 12 por cento dos fluxos de IDE mundiais em 1993, mantendo uma trajetória na casa dos 10% na média do período, além de ter tido importante presença no total de IDE recebido pelo Leste Asiático (em amarelo mostarda) no período. Cabe destacar ainda que a importância chinesa nos fluxos entrantes de IDE no mundo deve ser levada em consideração quando se analisa a estrutura dos fluxos mundiais de IDE, cujo centro gravitacional foram as economias centrais/desenvolvidas, que apresentaram entre 60% e 80% do total de IDE mundial recebido durante todo o período, e as economias em desenvolvimento/periféricas ficando com um percentual entre 20% e 40%.

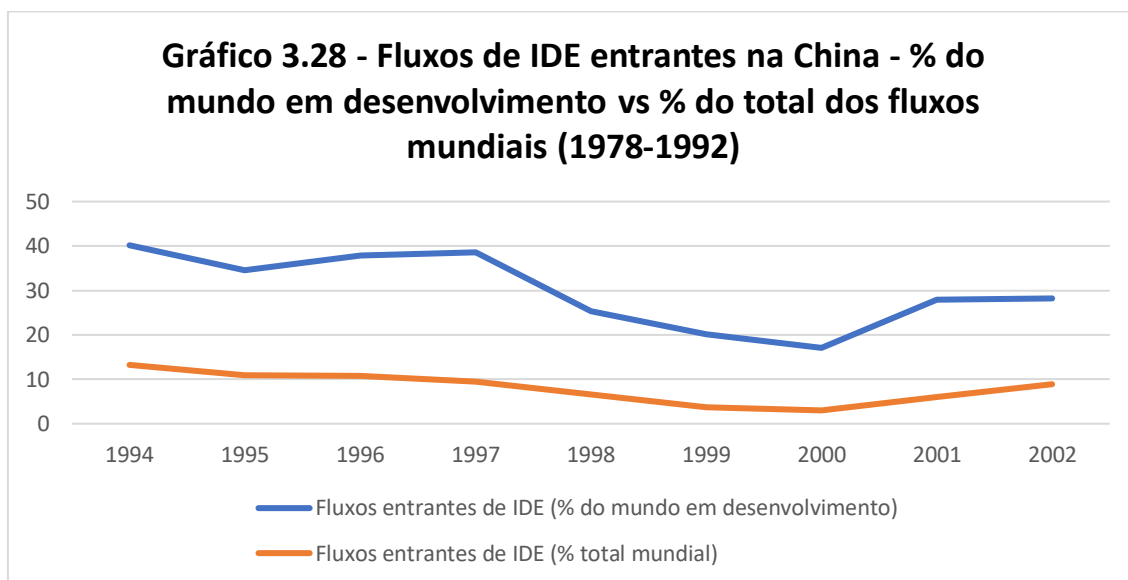
Ou seja, a China avançou justamente na captação do IDE que seriam destinados aos países em desenvolvimento/periféricos, devido ao fato de que este foi um momento em que as economias periféricas foram colocadas numa competição desenfreada pela atração de IDE, conforme Chesnais (1996)¹³⁷.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de UNCTAD (2020).

¹³⁷ Ver o capítulo 2.

Tanto é que, se olharmos a participação chinesa nos fluxos de IDE com destino aos países em desenvolvimento, percebe-se que manteve uma média no período em torno de 30%, especialmente entre 1993 e 1997, quando, neste último ano, do total de IDE destinado ao mundo em desenvolvimento, cerca de 40% ficaram na economia chinesa.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de UNCTAD (2020).

Mas, para além desta questão meramente numérica, ainda que importante, o que devemos levar em conta neste processo é que a atração de IDE pela China foi fator determinante para que o país pudesse adentrar profundamente nas redes mundiais de produção e investimentos no período, desestruturando toda a estrutura de IDE previamente conhecida na região asiática e mesmo a nível mundial.

Dizemos isto, pois, ao se olhar a presença de firmas estrangeiras operando na economia chinesa, aliado ao fato de que houve uma enorme expansão do mercado de consumo interno no país, percebe-se que estas firmas estrangeiras avançaram sobre a economia do país asiático de forma não somente a explorar o mercado interno, mas também para criar toda uma estrutura produtiva em diversas regiões do território chinês, o que tornou a economia chinesa fortemente ligada às redes de fluxo produtivos e empresariais (ou espaços de fluxos), conforme define Castells (1999).

Neste contexto, há que se destacar que o IDE entrante na China colaborou para que o país saltasse na produção de produtos com maior

intensidade tecnológica, especialmente após 2001, quando a China adentra na Organização Mundial do Comércio (doravante OMC). Conforme destaca Naughton (2007), no final dos anos 1990 a produção chinesa de semicondutores, circuitos integrados e equipamentos de telecomunicações deu um salto enorme, o que somente foi possível, para o autor, através da determinação do governo chinês em estimular as corporações chinesas a buscarem se integrar nas redes de produção e investimentos de forma a incorporar novos processos produtivos, criando uma estratégia de internacionalização, sob a égide do *Going Global*.

Até 1997, a economia chinesa, então, operou atraindo IDE de forma a criar as bases para o *catch-up* tecnológico a ser incorporado nos setores intensivos em capital e tecnologia, se coadunando com a estratégia governamental de alavancar a produção industrial do país, tanto para fins civis quando militares, transformando a economia chinesa numa economia integrada tanto às redes asiáticas e mundiais de produção, quanto para fomentar as firmas nacionais chinesas, estatais ou não, ao desenvolvimento endógeno de tecnologias e produtos adaptados ao mercado interno chinês (MEDEIROS, 2006; 2013).

Após a crise asiática de 1997, a China passou a ser o principal polo em termos de atração de IDE, especialmente na região asiática. Dizemos isto pois, segundo Medeiros

o declínio das importações japonesas e dos fluxos de IDE voltados para os países da ASEAN, ao lado da abertura e desregulação financeira posta em prática em muitos países no início dos anos 90, mudou a estrutura do financiamento externo asiático com forte expansão dos capitais de curto prazo [...] levando a uma crise de liquidez que no final de 1997 sacudiu intensamente países como a Tailândia, a Malásia, a Coreia, as Filipinas e a Indonésia. Os fluxos de IDE, tal como os de comércio, também sofreram um significativo deslocamento dos países asiáticos em direção à China (MEDEIROS, 2008, p. 382).

Indo neste sentido, Naughton (2007) afirma que a maior heterogeneidade da estrutura produtiva chinesa, juntamente com uma maior intensidade nos investimentos governamentais em infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, foram os fatores que determinaram a capacidade da economia chinesa de se tornar o pendão da dinâmica econômica asiática pós-1997, tendo em vista a estabilidade em termos de planejamento da produção na economia chinesa e a estruturação das praças financeiras de Macau, Hong Kong e Taiwan como *hubs*

de entrada de capital estrangeiro na economia continental chinesa, impulsionando a presença desta nas redes de produção asiática e mundiais.

Corroborando tal argumento, Medeiros afirma que

a despeito de suas imprecisões, os dados sobre a origem dos fluxos de IDE revelam um alto peso de Hong-Kong, Macau, Taiwan e Singapura. Longe de constituir uma rede exclusivamente chinesa de investimentos voltada para a China continental, ela está alta e crescentemente articulada com os fluxos de investimento das principais firmas multinacionais ocidentais que se especializam na comercialização de suas marcas. Estes movimentos com amplos impactos nos fluxos de comércio e investimento estão associados à decisão das grandes corporações de consolidar na China a base manufatureira mundial de bens eletrônicos de consumo (MEDEIROS 2008, p. 392).

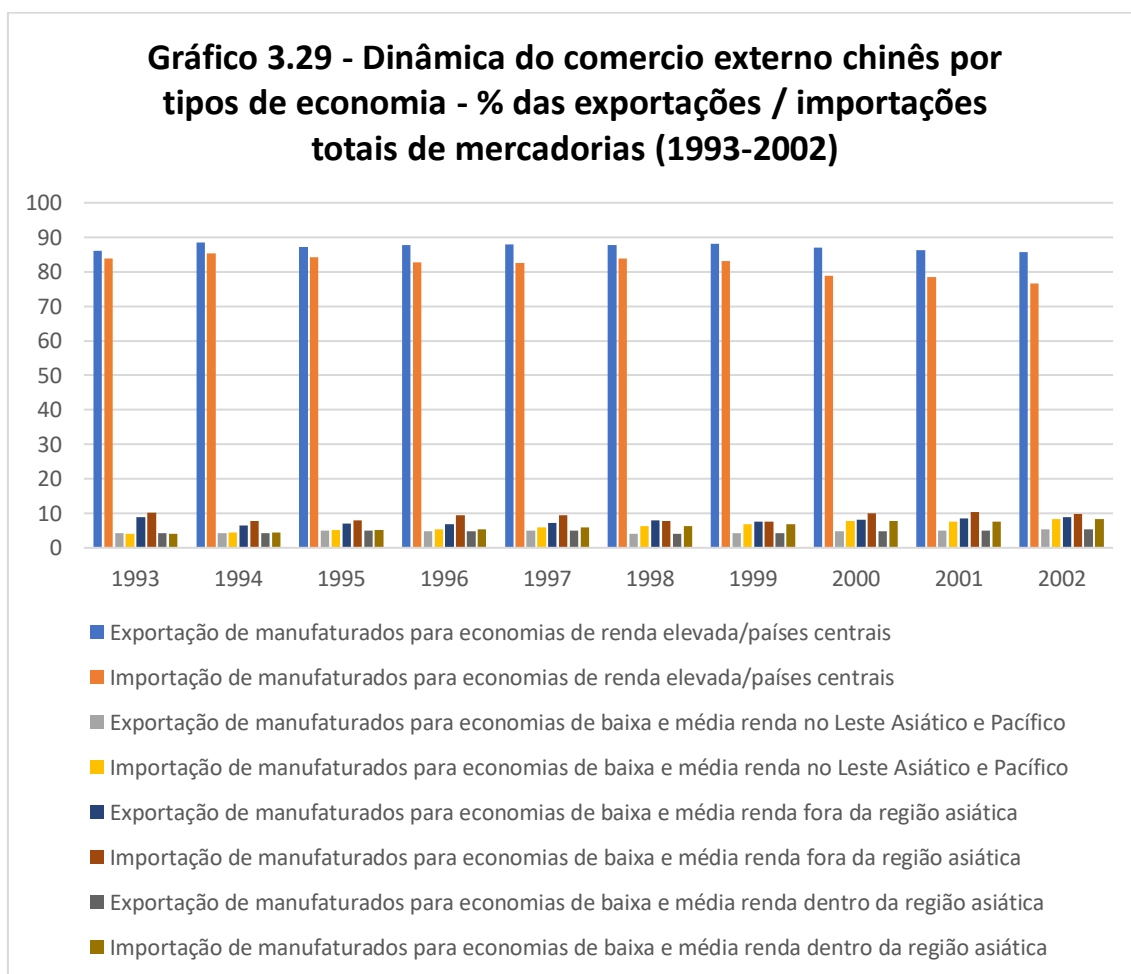
Finalmente, a estratégia do Estado chinês na utilização da política cambial como fonte de estabilidade regional e macroeconômica e de competitividade das firmas chinesas, aliado à habilidade governamental em integrar a economia chinesa nos fluxos mundiais e regionais de IDE, à internacionalização das empresas do país via *joint ventures* e ao uso da política de barganha de exploração do crescente mercado interno chinês para atrair as transferências tecnológicas das ETN estrangeiras, tiveram resultados significativos em termos de agressividade exportadora e elevação da intensidade tecnológica das exportações chinesas, conforme veremos a seguir.

3.3.3. A estratégia de comércio exterior e a alteração da posição mundial da economia chinesa

A participação chinesa na estrutura do comércio internacional seja, talvez, o principal indicador da transformação que a China percorreu ao longo do período analisado neste capítulo. Dizemos isto, pois, conforme se verificará, a economia chinesa continuou a ser importante polo de origem das exportações mundiais entre 1993 e 1997, se tornando o principal motor da economia asiática após a crise de 1997.

Conforme o gráfico 3.29, a dinâmica do comércio exterior chinês continuou a tendência que já vinha desde o período das reformas, a saber, o forte vínculo de comércio com os países de renda elevada (países centrais), sempre favorável para os exportadores chineses, e se situando acima dos 80% do total do comércio exterior chinês no período.

Porém, conforme se denota no supracitado gráfico, a participação dos países asiáticos nas pautas importadora e exportadora chinesa apresentou sensível melhora, especialmente após 1997, com uma elevação substancial do déficit comercial chinês para com os países que compõem este segmento, o mesmo acontecendo com os países do Leste Asiático, que também foram superavitários com a economia chinesa.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Esta constatação vai de encontro ao que ressalta Medeiros (2006) de que a economia chinesa se transformou num duplo polo na economia mundial e o centro da economia asiática, especialmente no pós-crise de 1997, quando as economias da ASEAN, ao lado da Coreia do Sul, entraram em colapso cambial e abrupta recessão, tendo na economia chinesa uma válvula de escape para a retomada econômica e um novo mercado para suas exportações desde então.

Este duplo polo afirmado pelo autor remete a um papel de importador líquido da economia chinesa em relação a produtos básicos de diversas regiões

periféricas da economia-mundo capitalista (como a América latina, a África e, especialmente, a Ásia), além de importador de bens de capital dos países centrais (Estados Unidos – em parte -, União Europeia e Japão), e de produtos intermediários e componentes eletrônicos de países da própria região asiática (tigres asiáticos, especialmente).

Por outro lado, as exportações líquidas chinesas de produtos manufaturados de consumo leve, intensivos em trabalho, mas com progressiva intensividade tecnológica e de capital ao longo do período, foi direcionada para os Estados Unidos, União Europeia, Japão e América Latina, com baixo custo monetário, tornando a economia chinesa, de modo geral, fortemente superavitária nas suas transações com estas regiões.

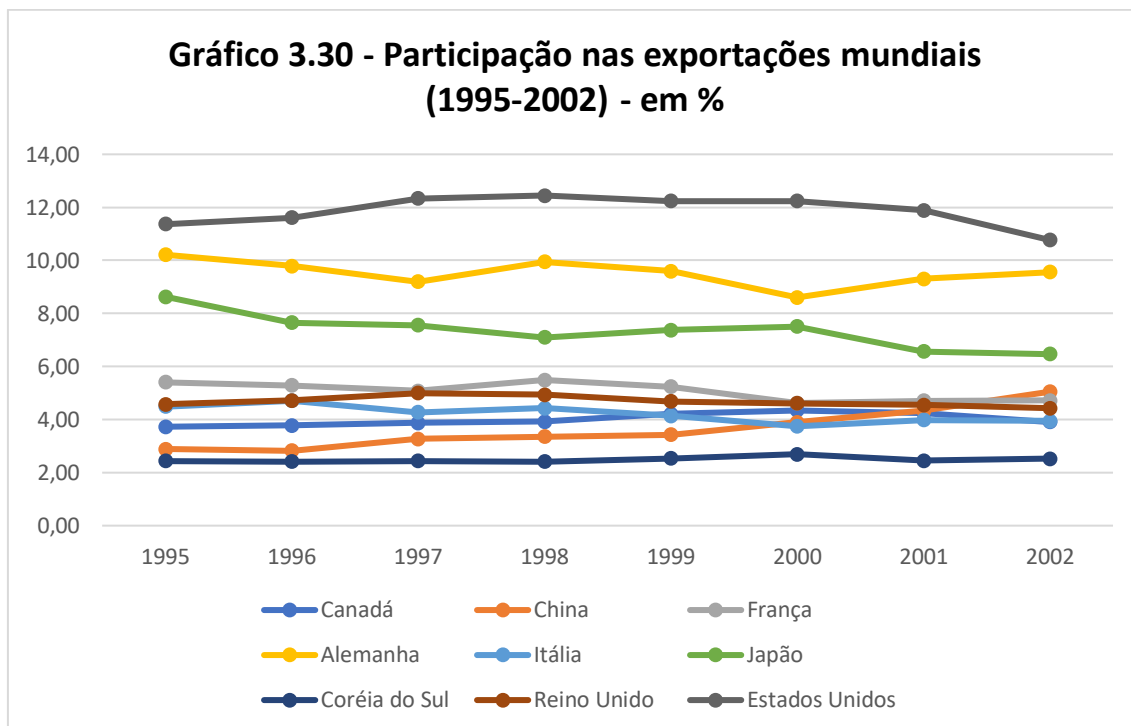
Conforme destaca Jabbour (2010), diametralmente oposto desta situação com os países centrais, a economia chinesa apresentou com os países periféricos na economia-mundo capitalista, principalmente com as economias da região asiática, que passaram a orbitar em torno da economia chinesa pós-1997, um importante déficit comercial. Nesse sentido também aponta Ho-Fung Hung de que a dupla centralidade mundial da economia chinesa após a crise asiática foi determinante para a recuperação dos países afetados pela referida crise, cada um a seu modo, ao afirmar que

a integração regional entre os exportadores do Leste Asiático se reflete bem na correlação entre os altos e baixos dos números das exportações da China e os de seus vizinhos asiáticos. Por exemplo, a recuperação da Ásia na crise financeira de 1997–1998 e o crescimento renovado do Japão após 2000 são atribuíveis, pelo menos em parte, ao boom econômico acelerado na China, que absorveu seus componentes manufaturados e bens de capital (HUNG, 2015, p. 81 – tradução nossa).

Corroborando tais argumentos, Carlos Medeiros exprime de forma sumária esta posição dual da economia chinesa na economia-mundo capitalista e, conseqüentemente, seus impactos sobre a região asiática, ao afirmar que

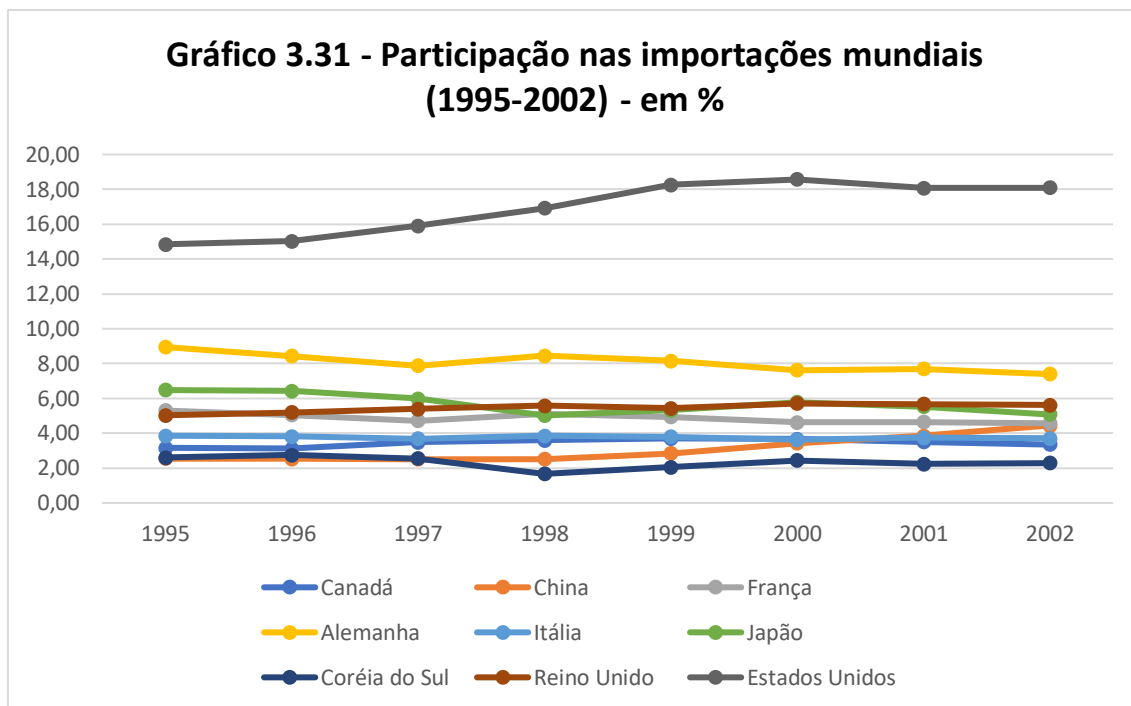
se a China, como produtor mundial de produtos da TI e bens de consumo industriais para os mercados ocidentais - o primeiro polo -, deslocou produtores asiáticos, a China enquanto grande mercado interno em expansão - o segundo polo - tornou-se o principal magneto para o desenvolvimento asiático. Graças à manutenção de um extraordinário crescimento econômico e da estabilidade do yuan, a China, que se afirmou como um exportador líquido para os EUA e o Japão, transformou-se, simultaneamente, num importador líquido para a Ásia (MEDEIROS, 2006, p. 382).

cerca de 11% de participação nas exportações mundiais totais na média do período.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

No que tange às importações mundiais, a presença chinesa também se fez marcante, saindo de 2,55% em 1995 para 4,45% em 2002, ao mesmo tempo em que o volume importado pela maioria dos países analisados manteve-se relativamente estável à primeira vista. No entanto, nota-se elevação da participação dos Estados Unidos neste quesito, saindo de cerca de 14,85% em 1995 para 18,10% em 2002, o que denota a maior abertura da economia norte-americana às importações mundiais, especialmente as oriundas da China e da Ásia, num contexto mundial marcado pelo aprofundamento da financeirização e da expansão financeira norte-americana (e mundial) que, se por um lado aprofundou ainda mais a posição comercial deficitária norte-americana a nível mundial, por outro lado favoreceu o avanço exportador chinês, especialmente após a crise asiática de 1997, seguido da crise da “bolha.com” no início dos anos 2000 (ARRIGHI, 2008).



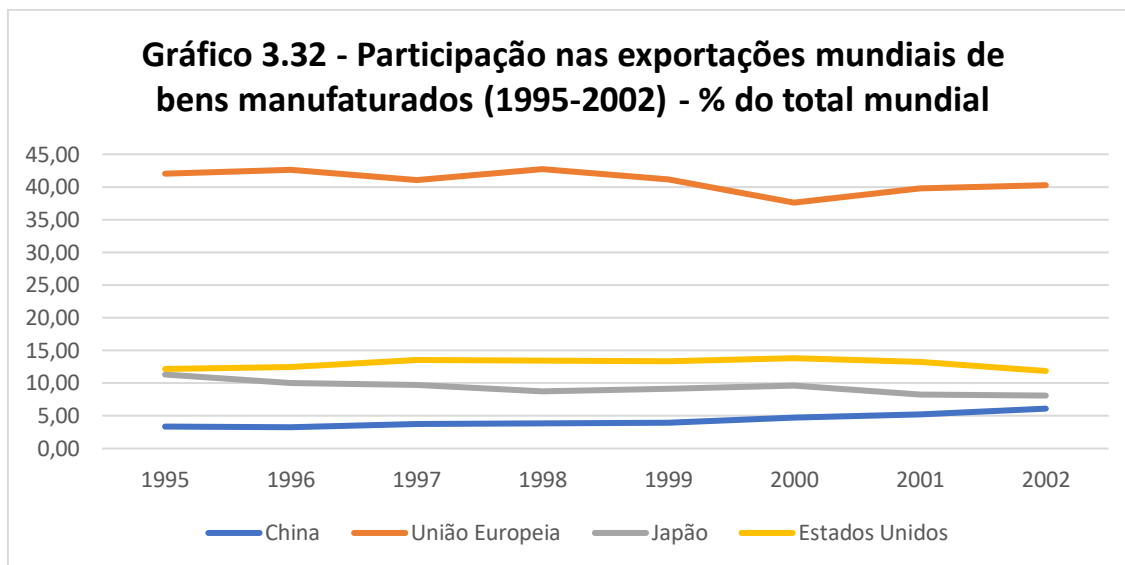
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Quando se analisa a estrutura manufatureira global, especialmente nos segmentos industriais, base das receitas comerciais dos países centrais frente aos países periféricos e fruto de processos de industrialização ao longo de toda a metade do século XX (BELLUZZO, 2009), denota-se claramente os resultados positivos da estratégia de aprofundamento da industrialização da economia chinesa.

Dizemos isto pois, ao se ter adotado neste trabalho a hipótese de Lo (2006; 2007) e de Barbosa (2015) de que o setor externo foi muito mais complementar do que o *core* da estratégia chinesa de desenvolvimento e crescimento econômico no período, e tendo em vista as oscilações do saldo comercial e a relativamente baixa participação do setor externo na composição dos agregados macroeconômicos, ainda assim a posição manufatureira chinesa em termos mundiais apresentou considerável avanço, saindo de 3,34% do volume total de exportações mundiais em 1995, para chegar a 8,10% em 2002, numa tendência de alta que se acentuou após a crise asiática de 1997.

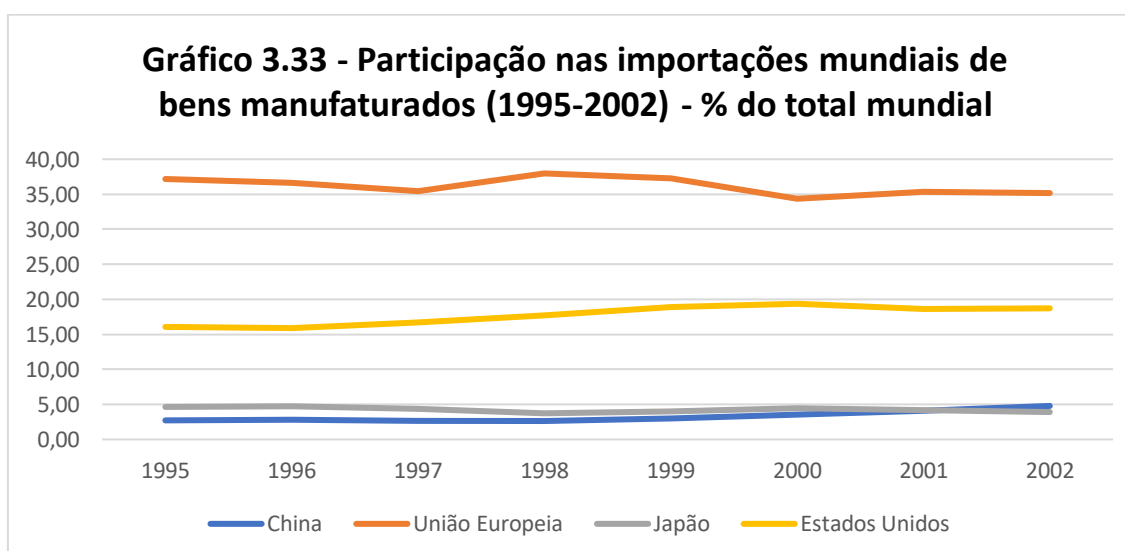
Denota-se, ainda, que, mesmo que a maior presença chinesa tenha se revelado, ainda assim o *core* deste segmento ficou nas mãos dos países da União Europeia, que manteve cerca de 40% das exportações mundiais no setor

na média do período, dos Estados Unidos, que apresentou declínio na sua presença, e do Japão, que também apresentou declínio relativo.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

No que tange às importações de produtos industrializados, a dinâmica se manteve, com a China apresentando melhora na sua exposição importadora em termos mundiais, mas nem de longe comparável aos cerca de 35% da União Europeia no período, e da maior exposição importadora da economia norte-americana, que saiu de cerca de 15% em 1995 para chegar a cerca de 19% em 2002.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Mesmo assim, comparativamente ao Japão, que manteve seu drive importador no segmento industrial praticamente inalterado no período, a maior presença importadora chinesa neste setor revela a estratégia do Estado chinês

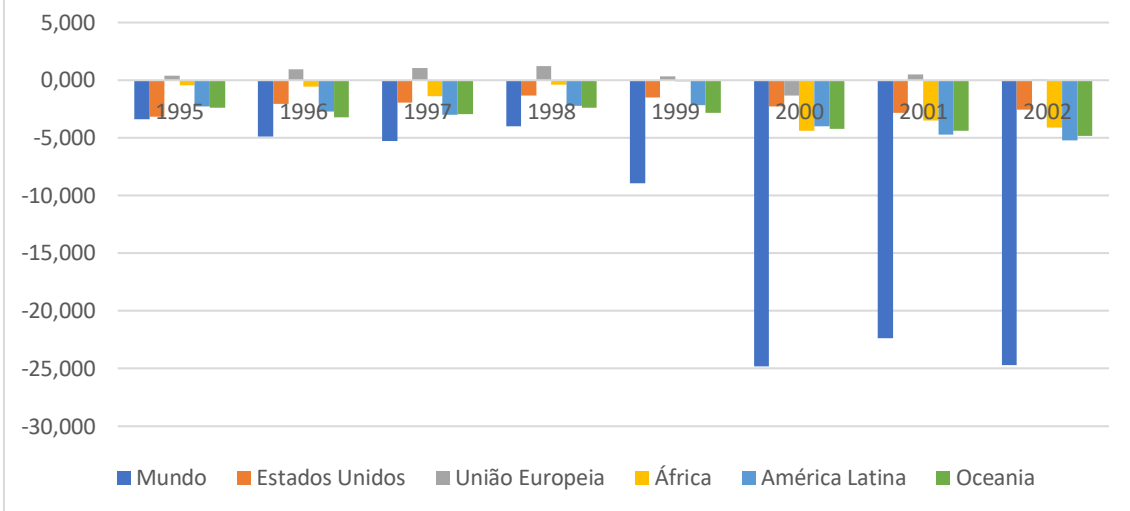
de aprofundar o parque tecnológico e industrial do país via importações neste segmento, aliado ao fato de que muitas ETN em níveis regional e mundial passaram a ter maior presença no denso mercado consumidor do país, que era usado como barganha para que estas mesmas ETN transferissem tecnologia às empresas chinesas, especialmente no setor de bens de consumo durável (NAUGHTON, 2007).

Quando se analisa a relação chinesa com países e regiões em segmentos selecionados ao longo do período, observa-se com maior clareza e profundidade as hipóteses de Medeiros (2006) e Hung (2015) acerca do sucesso da estratégia chinesa de se tornar o polo de atração das economias asiáticas e um duplo polo na economia-mundo capitalista, passando a desestruturar toda a rede de produção e comércio mundiais a seu favor após a crise asiática, conforme bem lembra Barbosa (2011; 2015; 2019).

Nesse sentido, no segmento de produtos primários, a presença mundial chinesa em termos de importação saltou de 2,18% em 1995 para 3,81% em 2002, subindo bem mais que sua presença exportadora neste mesmo segmento, que saiu de 1,98% para chegar a apenas 2,29% no período¹³⁸. Nesse sentido, a posição deficitária mundial da China, em todo o período, neste segmento, saiu de 3,4 bilhões de dólares em 1995 para 24,7 bilhões em 2002, com especial destaque para o déficit chinês ao longo de todo o período com o Sudeste Asiático, a América Latina, os Estados Unidos, a Oceania, a África e Cingapura, por magnitude de valores. Em contrapartida, a economia chinesa foi superavitária neste segmento somente com o Japão, Taiwan, Coreia do Sul e a União Europeia, por grau de importância superavitária, conforme os gráficos 3.34 e 3.35.

¹³⁸ Cf. UNCTAD (2020).

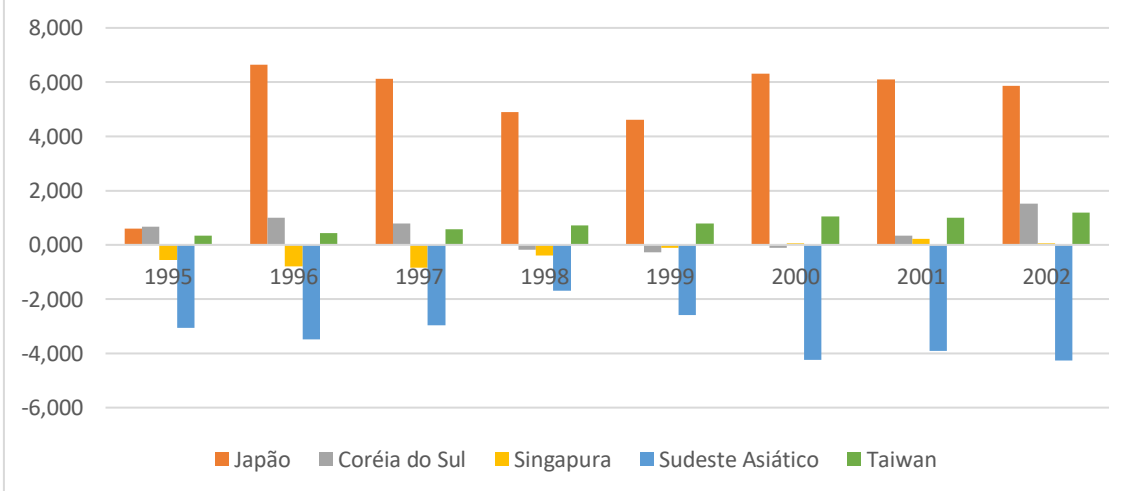
Gráfico 3.34 - Saldo comercial chinês - produtos primários (1995-2002) - em US\$ bilhões



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Desta forma, além de ter presença importadora líquida importante e crescente ao longo do período nas redes mundiais de comércio de produtos primários, especialmente após o ano 2000, quando o déficit comercial chinês com o resto do mundo saltou para 24 bilhões de dólares (ante 8,9 bilhões em 1999), as fontes destas importações chinesas foram, basicamente, oriundas das regiões periféricas e semiperiféricas da economia-mundo capitalista, com exceção, obviamente, dos Estados Unidos, um país importante na produção primário-exportadora a nível mundial.

Gráfico 3.35 - Saldo comercial chinês - produtos primários (1995-2002) - em US\$ bilhões

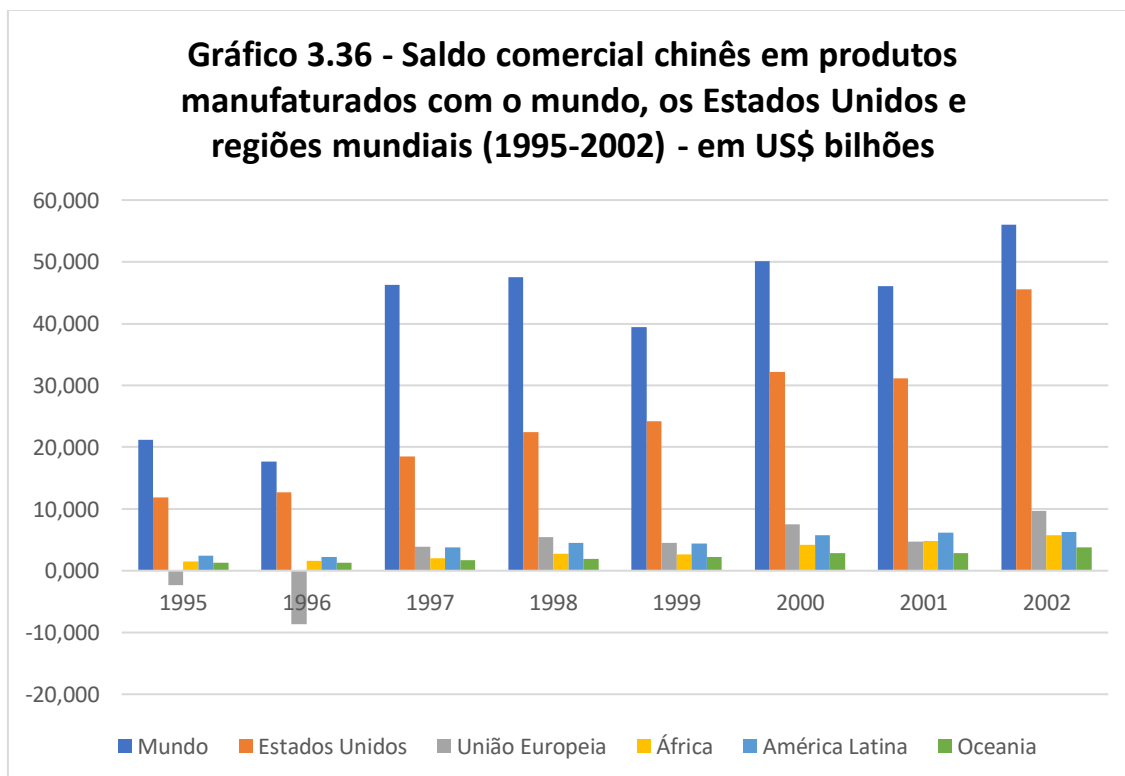


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Quando se adentra no segmento de produtos manufaturados/industrializados, o drive exportador chinês apresentou superávit em termos absolutos com a totalidade da economia-mundo capitalista, destacando-se como destino crescente das exportações chinesas neste segmento os Estados Unidos, cujo superávit chinês saltou de 11,9 bilhões de dólares em 1995 para chegar a mais de 45 bilhões em 2002.

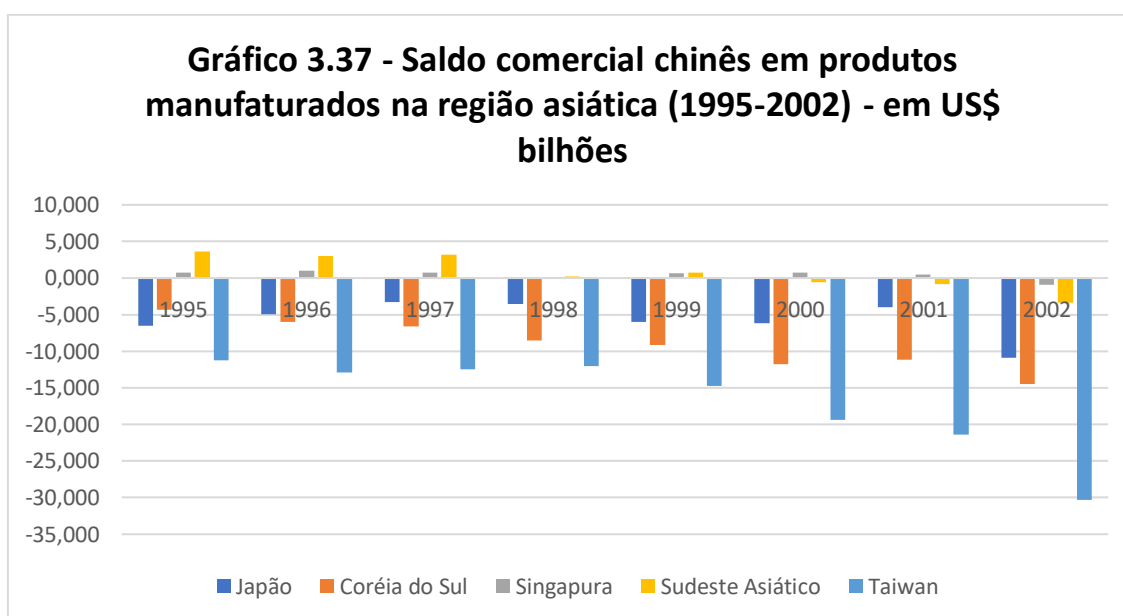
Na segunda posição vem a União Europeia que, apesar de entre 1995 e 1996 apresentar superávit com a economia chinesa, de 1997 em diante apresentou um crescente déficit, fruto do processo de avanço das empresas chinesas sobre os mercados europeus (NAUGHTON, 2007), além do fato de que passou-se a operar a transferência das plantas produtivas europeias para a região asiática, enfraquecendo a posição manufatureira do bloco a nível mundial, em desfavor, obviamente, das economias asiáticas e, principalmente, da economia chinesa.

Em seguida, a América Latina, o continente africano e a Oceania foram os principais destinos das exportações manufaturadas chinesas, a qual apresentou um superávit comercial com estas três regiões da ordem de 12 bilhões de dólares, quando somadas as três regiões, na média do período.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Quando se analisa a região asiática, a posição chinesa neste segmento contrasta com os fluxos chineses com o resto do mundo. Com exceção do Sudeste Asiático e de Cingapura, região e país estes com os quais a economia chinesa apresentou tendência de superávit até a crise asiática de 1997 (com Cingapura até 2001), com todas as demais economias da região a economia chinesa foi deficitária, denotando claramente a abertura desta última aos produtos manufaturados oriundos das economias asiáticas, com destaque especial para Taiwan, cujo déficit chinês saltou de 11,2 bilhões de dólares em 1995 para mais de 30 bilhões em 2002¹³⁹, a Coreia do Sul, saltando de -4,2 para -14,5 bilhões de dólares no mesmo período, e o Japão, de -6,5 para -10,9 bilhões de dólares.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Acrescenta-se a isto o fato de que o déficit comercial chinês no segmento de manufaturados com a região asiática se acentuou a partir de 1998, em claro sinal dos efeitos da política de acomodação regional implementada pelo Estado chinês junto às economias asiáticas para o enfrentamento das adversidades impostas pela crise a estas, conforme destacado Jabbour (2010).

¹³⁹ Destaca-se, no caso de Taiwan, o papel fundamental da diáspora chinesa e a menor animosidade do Kuomintang quanto ao acoplamento da economia da “província rebelde” à economia da China continental. Sobre este ponto, ver Castells (1999), item “*Taiwan: capitalismo flexível sob a égide de um Estado inflexível*” e “*Capitalismo guanxi? A China na economia global*”; Arrighi (2008), introdução e capítulos 11 e 12; Pinto (2004).

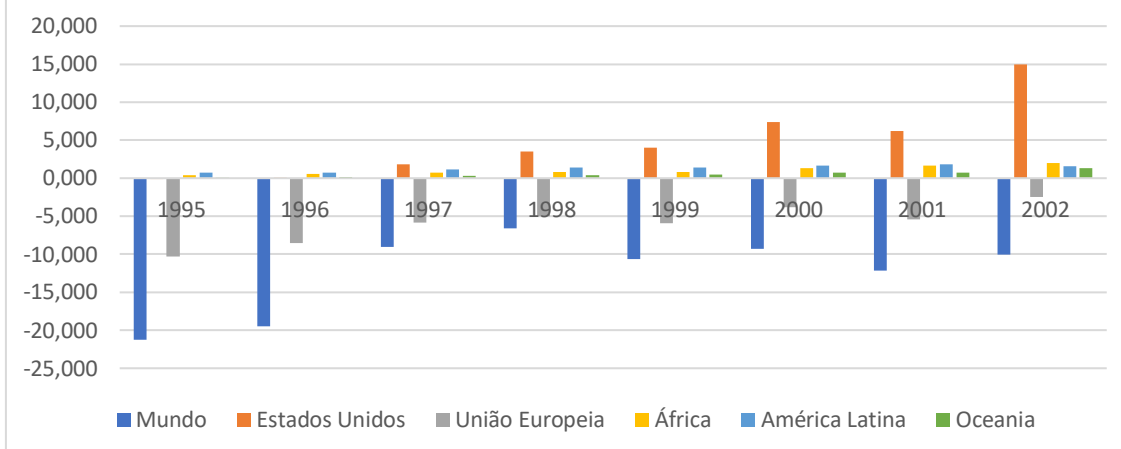
Ademais, a economia chinesa serviu como válvula de escape para a dinâmica de acumulação regional em termos das redes de comércio e investimentos, constituindo-se como um *hub* na região, mantendo (e mesmo aprofundando) uma posição deficitária com as economias asiáticas, mas com a contrapartida do superávit comercial no segmento manufatureiro com o resto do mundo, em especial com os Estados Unidos.

Com relação à posição chinesa no comércio de máquinas e equipamentos industriais, denota-se que esta foi amplamente impactada pela estratégia estatal de aprofundamento da acumulação interna de capital, afinal este tipo de produto foi condição *sine qua non* para o aprofundamento da industrialização e tecnológico no país, assim como para melhorar o nível de competitividade da produção chinesa na economia-mundo capitalista como um todo (LO, 2006).

Vistas em conjunto (e só assim podem ser compreendidos), os gráficos 3.38 e 3.39 deixam muito claro que a China foi deficitária mundialmente neste segmento, mas com tendência de arrefecimento desta posição à medida que a industrialização do país se aprofundava, também como pelo *slowdown* do crescimento chinês no período. Nesse sentido, se em 1995 o déficit da economia chinesa com o mundo girou na casa dos 21 bilhões de dólares, em 1998 este déficit caiu para 6,6 bilhões, aumentando para algo entorno de 10 bilhões de dólares na média entre 1999 e 2002.

Mas, há que se ressaltar que, não obstante tal posição deficitária com a economia mundial, quando se analisa a relação da economia chinesa com as economias norte-americana, africanas, latino-americanas e oceânicas, percebe-se que o país asiático apresentou crescente superávit com a primeira (com um pico de 14,93 bilhões de dólares em 2002), e um discreto, mas levemente crescente, superávit com as demais, diversamente ao que ocorreu na relação chinesa com as economias da União Europeia, tendo em vista que durante todo o período entre 1995 e 2002 houve déficit chinês, saindo de 10,2 bilhões de dólares no início do período, caminhando, gradualmente, para uma redução substancial para algo em torno de 2,4 bilhões de dólares no final do período, ou seja, uma redução de mais de 75%.

Gráfico 3.38 - Saldo comercial chinês em máquinas e equipamentos com o mundo, os Estados Unidos e regiões mundiais (1995-2002) - em US\$ bilhões



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

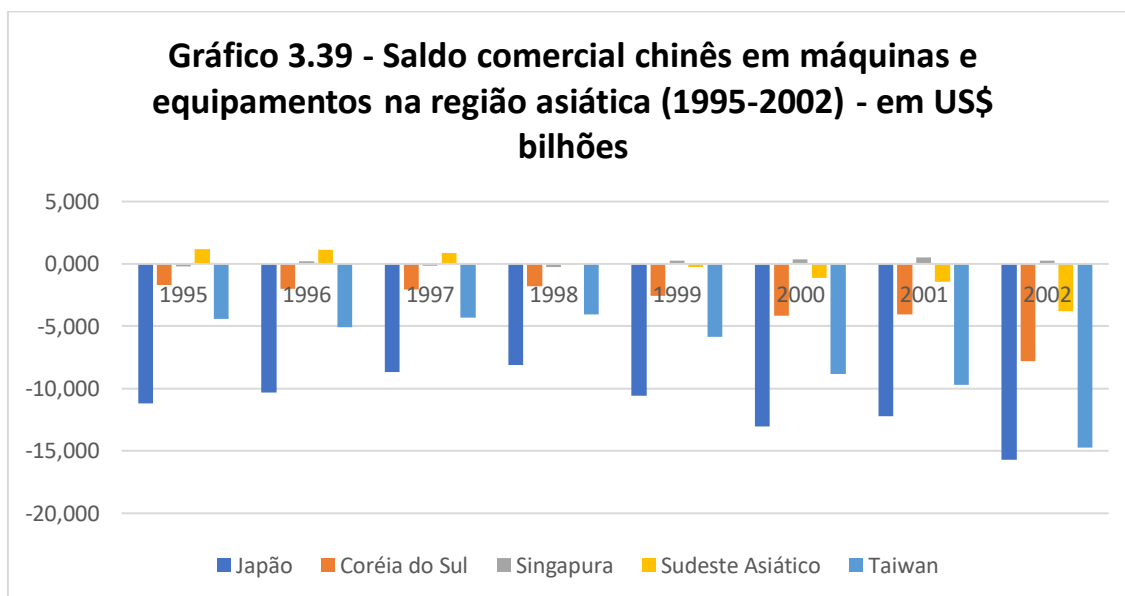
Com relação à região asiática, a expressiva posição deficitária chinesa neste segmento expressa a completude do processo de integração das cadeias de comércio e investimentos entre estas economias e a economia chinesa, especialmente após a crise de 1997.

Tanto é que, ao se analisar a posição da economia chinesa com o Japão, salta aos olhos o nível de importância que esta última teve para a estratégia de aprofundamento da industrialização implementada pelo Estado chinês, haja vista que o déficit com aquele país neste segmento entre 1995 e 1998, apesar de ter arrefecido de forma gradual, saiu de 11,1 bilhões de dólares para 8,1 bilhões, e quando se compara estes números com o déficit mundial da economia chinesa no segmento nestes anos, percebe-se que as importações oriundas do vizinho asiático representaram mais de 50% deste déficit.

Mas, como consequência da crise asiática e a resposta chinesa de maior abertura às importações regionais, o déficit com o Japão deu um salto importante, saindo de 10,5 bilhões em 1999 para chegar ao ponto máximo no período, quando alcançou 15,7 bilhões de dólares em 2002.

A mesma dinâmica ocorreu com Taiwan e Coreia do Sul, segunda e terceira principais fontes das importações chinesas na região neste setor, sendo que, com a primeira, houve um saldo negativo para a economia chinesa que se manteve em torno de 4 bilhões de dólares entre 1995 e 1998, mas subiu

substancialmente entre 1999 e 2002, saindo de 5,8 bilhões para chegar a 14,75 bilhões de dólares. Com a economia sul-coreana, entre 1995 e 1998 houve relativa estabilidade no déficit chinês, que girou em torno de 2 bilhões de dólares na média, mas saltando de 2,5 bilhões de dólares em 1999 para 7,7 bilhões em 2002.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Quando se analisa os dados das economias que compõem o Sudeste Asiático e Cingapura, a tendência foi díspar. Com o conglomerado de economias do dinâmico Sudeste regional, a economia chinesa apresentou superávit entre 1995 e 1997, cerca de 1,1 bilhão na média, mas passou a apresentar sensível déficit de 150 milhões na média entre 1998 e 1999, que se aprofundou no período seguinte, de 1,1 bilhão em 2000 e para a 3,8 bilhões dólares em 2002.

Com Cingapura, por seu turno, os fluxos comerciais foram diminutos no período, além do fato de que houve oscilações de ano para ano até 1999, quando a economia da cidade-Estado passou a apresentar permanente posição deficitária com a economia chinesa, muito por conta da importação de maquinário chinês para seu complexo industrial naval.

Para além de uma mera exposição destes dados em um setor chave para a expansão econômica chinesa no período, a posição mundial chinesa de importador líquido de máquinas e equipamentos industriais apresenta-se como condição *sine qua non* para elucidar o elevado ganho de produtividade interna e competitividade externa do complexo industrial-empresarial chinês,

corroborando a tese de Lo (2006) de que os pressupostos de uma mudança econômica estrutural em qualquer economia que tardiamente traça seu rumo ao seu desenvolvimento econômico perpassa pela liderança da indústria. Nesse sentido, a tese do autor de que a demanda agregada passou a ser fortemente estimulada pela expansão dos investimentos na indústria pesada se coaduna com a necessidade de importação deste tipo de equipamentos dos centros mais avançados tecnologicamente que os produzem.

Ademais, tais dados reafirmam a tese do supracitado autor de que os investimentos industriais realizados no período se transbordaram para outros setores econômicos via redução de custos e preços dos produtos finais originados na indústria chinesa, o que impactou a tendência de alta da taxa de lucro das empresas chinesas no período, via introdução de padrões tecnológicos aparato produtivo nacional, num processo de transição para um patamar industrial *capital-deepening*.

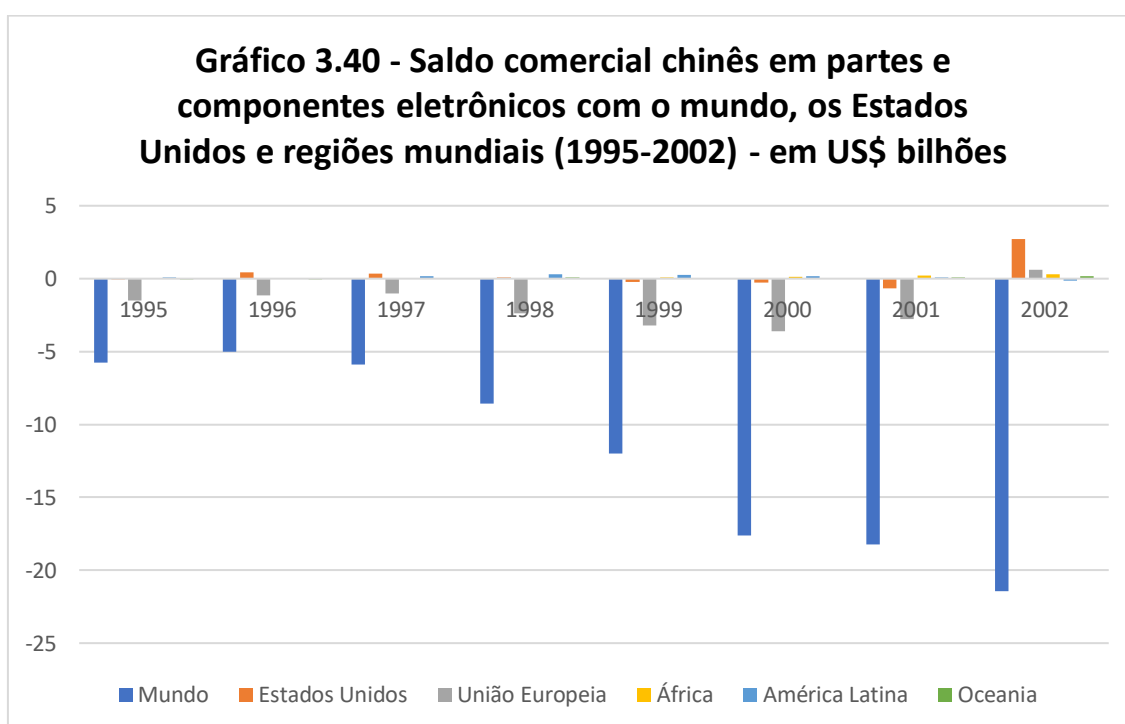
Com relação ao segmento de partes e componentes eletrônicos, a economia chinesa também foi importadora líquida com o resto do mundo. Tal dinâmica reflete o engajamento do Estado chinês em promover a entrada das firmas chinesas nas redes mundiais de produção e comércio de produtos industrializados, cada vez mais intensivos em tecnologia e capital.

Nesse sentido, conforme se denota do gráfico 3.40, o déficit mundial chinês neste segmento foi de cerca de 5,7 bilhões de dólares em 1995, saltando para 8,58 bilhões em 1998 e chegando a um ponto máximo de 21,4 bilhões em 2002. A União Europeia destaca-se como principal região fornecedora de tais produtos para a economia chinesa quando se exclui a região asiática, tendo em vista o déficit chinês com os europeus da ordem de 1,49 bilhão de dólares em 1995, saltando para 3,62 bilhões em 2000, mas se alterando em 2002 para um superávit chinês de cerca de 600 milhões de dólares.

Com os Estados Unidos, a economia chinesa apresentou um comércio relativamente pequeno neste setor, ainda que, no saldo médio do período, a economia chinesa tenha apresentado superávit de 300 milhões de dólares, muito por conta do superávit de 2,73 bilhões ocorrido em 2002. Neste ponto, ainda que não tenha havido posição de destaque no comércio chinês com os Estados

Unidos neste segmento no período, torna-se imprescindível mencionar que muitas partes e componentes eletrônicos de Taiwan continham peças e componentes individuais oriundos dos Estados Unidos. Então, as exportações de Taiwan para a economia chinesa, neste segmento, devem levar em consideração esta dinâmica, especialmente no setor de semicondutores e chips eletrônicos¹⁴⁰.

Quando se analisa a América Latina, a região africana e a Oceania, o fluxo comercial chinês neste segmento foi praticamente nulo, ainda que tenha havido modesto superávit da economia asiática.



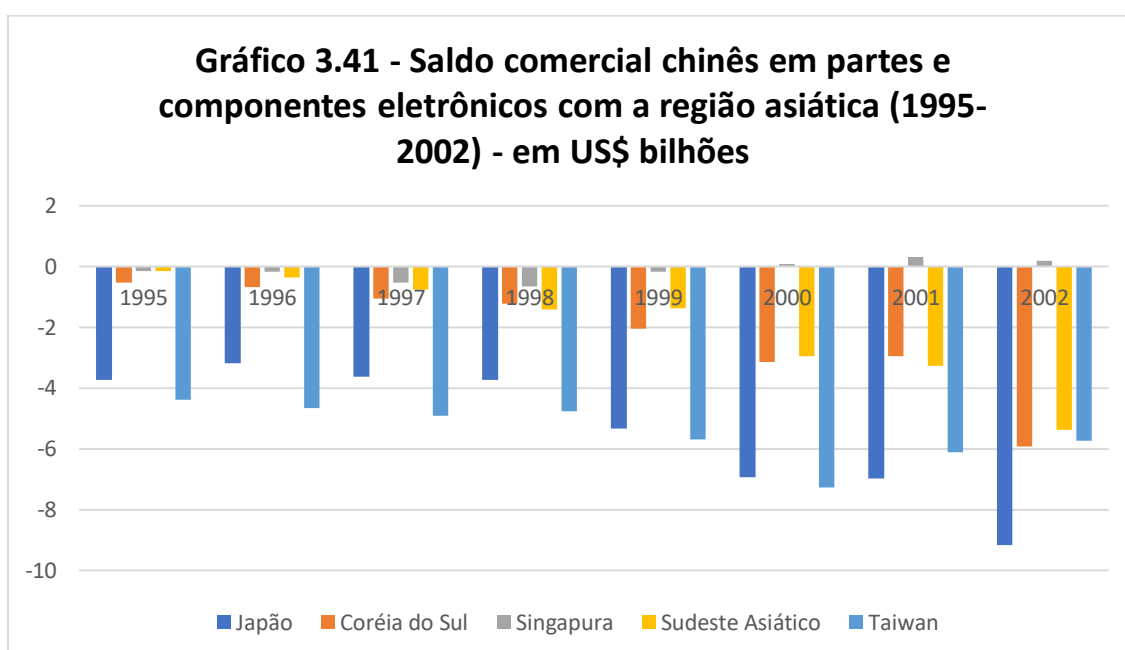
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Ao se analisar os fluxos chineses neste segmento com a região asiática, os dados constantes no gráfico 3.41 expressam a forte integração da economia chinesa com as economias regionais, refletindo a estratégia governamental de Pequim em aprofundar a presença chinesa nas redes de produção e comércio asiáticas de bens intensivos em tecnologia e capital, além do papel central que a região desempenhou para o esforço nacional de *catch-up* empreendido pelo Estado chinês.

¹⁴⁰ Cf. Chevalérias (2010); Zuo (2018); Kan *et al* (2014); Crew *et alli* (2007); Saxenian (2001); Lee *et alli* (2008); Blackwill *et al* (2021); Maizland (2021).

Hierarquicamente, Taiwan e Japão foram os dois principais fornecedores de partes e equipamentos eletrônicos para a economia chinesa, com um déficit chinês em relação a Taiwan que se manteve na casa dos 5 bilhões de dólares na média entre 1995 e 1998, saltando, após a crise asiática, para cerca de 6,5 bilhões de dólares na média entre 1999 e 2002¹⁴¹.

A mesma dinâmica ocorreu com relação à economia japonesa, pois o déficit chinês se situou na casa dos 3,7 bilhões de dólares na média entre 1995 e 1998, elevando-se para 5,3 bilhões em 1999, e se aprofundando entre 2000 e 2002, quando saiu de 6,9 bilhões para chegar a 9,1 bilhões de dólares.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

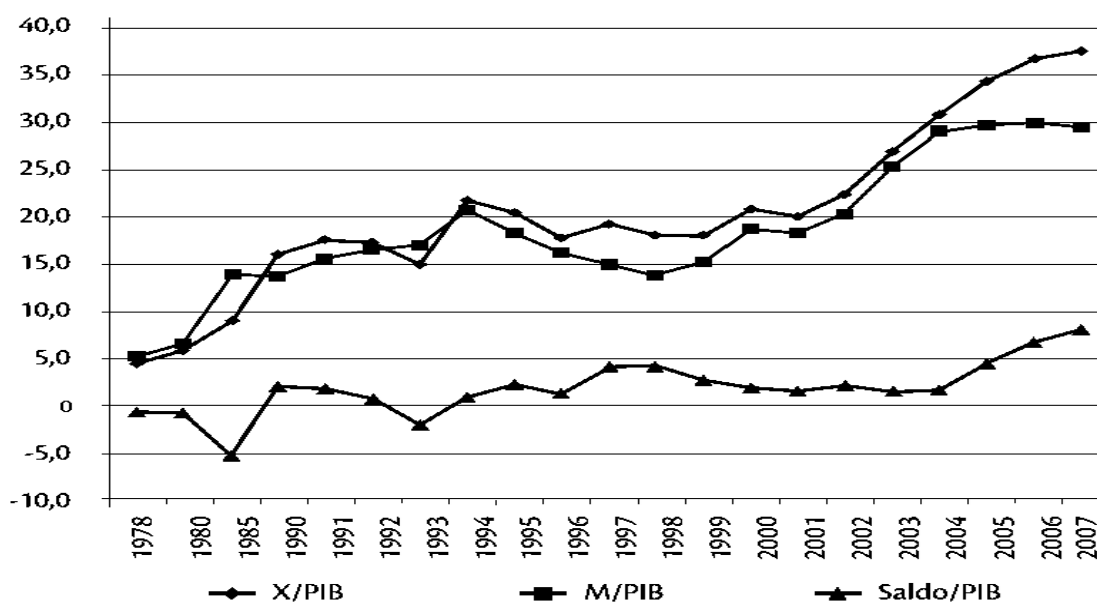
Quando se analisa os dados envolvendo a Coreia do Sul e o Sudeste Asiático, a crise asiática claramente influenciou a acoplagem dos exportadores destes países neste segmento à economia chinesa, tendo em vista que o déficit chinês com os sul-coreanos saiu de cerca de 500 milhões de dólares em 1995 para mais de 1 bilhão em 1997, saltando para cerca de 2 bilhões em 1999 e 3,1 bilhões em 2000, chegando ao ponto máximo de 5,9 bilhões de dólares em 2002.

¹⁴¹ Adicionando-se às relações entre Taiwan e Estados Unidos no segmento, há que se destacar a preponderância das relações das firmas da diáspora chinesa sediadas na “ilha rebelde” com as firmas chinesas em si, além do fato de que a economia de Taiwan era uma das economias mais avançadas tecnologicamente na região no período, ao lado da economia japonesa, conforme lembram Arrighi (2008) e Castells (1999).

Com o Sudeste asiático, o déficit chinês saltou de 1 milhão de dólares em 1995 para 700 milhões em 1997, subindo para 1,4 bilhão em 1998 e 2,9 bilhões em 2000, atingindo o pico máximo de 5,3 bilhões de dólares em 2002. Com Cingapura, apesar de não ter havido destaque neste segmento, ainda assim a economia chinesa apresentou um modesto déficit na média do período entre 1995 e 2002, da ordem de 140 milhões de dólares.

Quando analisa estes dados no seu conjunto, reforça-se a argumentação teórica proposta por Jabbour (2010), Hung (2015) e Medeiros (2006) de que a gestão cambial permissiva à apreciação da moeda chinesa frente às suas homólogas asiáticas nos anos imediatos à crise da região foi fator crucial para dar início a um processo de centralização da economia chinesa na região asiática (mesmo que isto implicasse, teoricamente, em maior custo em termos de perda de competitividade das exportações chinesas – o que, de fato, não ocorreu).

Gráfico 3.42 – Comercio exterior chinês segmentado em proporção do PIB (1978-2007)



Fonte: Medeiros (2013), p. 453.

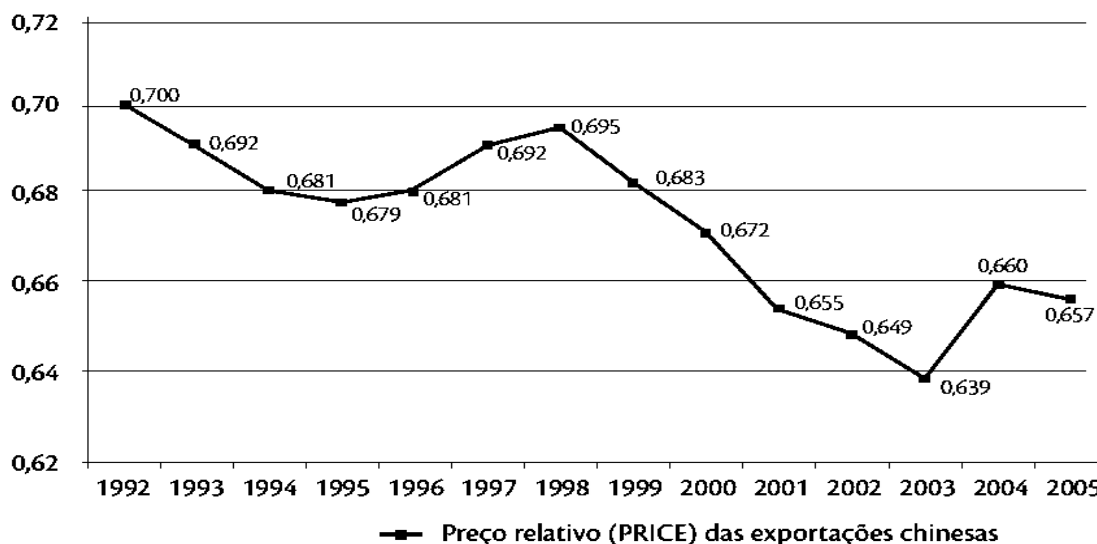
Dizemos isto, pois, contrariamente ao que propõem as teorias econômicas clássicas e neoclássicas sobre o assunto, a relação *coeteris paribus* e inversamente proporcional entre exportações industriais e câmbio não pode ser aplicada ao caso chinês, haja vista que o drive exportador do país apresentou forte elevação em termos de aumento do volume exportado/importado como

proporção do PIB, especialmente quando se analisa os dados pós-1999 (gráfico 3.42), mesmo que o saldo das exportações líquidas tenha apresentado declínio na proporção do PIB, o que esconde um fato importantíssimo, afinal o saldo das exportações líquidas tendeu ao declínio mas em meio a um crescimento médio do PIB da ordem de 9% ao ano.

A hipótese para se explicar a elevada competitividade do drive exportador chinês em meio à valorização cambial frente às moedas asiáticas encontra amparo ao se analisar o custo relativo das exportações chinesas que, a partir de 1998, caiu vertiginosamente, somente se estabilizando em 2003 (gráfico 3.43), a despeito da valorização cambial ocorrida após 1997.

Isto se deu, em primeiro lugar, devido à produtividade do fator trabalho, que se elevou em escala muito maior do que a elevação dos salários em termos nominais¹⁴², influenciando positivamente a competitividade da produção chinesa, e, em segundo lugar, à incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos, que impactaram sobremaneira a introdução de novos, e cada vez mais baratos, produtos manufaturados à pauta exportadora chinesa (FUNG, 2015).

Gráfico 3.43 – Preço relativo das exportações chinesas (1992-2005)



Fonte: Medeiros (2013), p. 461.

Paralelamente a isto, para enfrentar a crise do setor externo, que diminuiu a participação do saldo das exportações líquidas como proporção do PIB chinês

¹⁴² Ver tabela 3.7.

(gráfico 3.42) e elevou a necessidade das economias asiáticas em ter maior acesso à economia chinesa a partir de 1997, a saída encontrada pelo Estado chinês foi alavancar o nível de gasto governamental via elevação do volume de investimentos tanto do próprio Estado, o qual vinha apresentando declínio desde 1993¹⁴³, quanto das empresas estatais.

Nossa hipótese é a de que esta medida se apresentou bem sucedida por dois motivos: em primeiro lugar, devido ao ambiente macroeconômico interno, extremamente favorável em relação ao aumento do gasto governamental após a reforma fiscal de 1994, além das reformas do sistema bancário e financeiro, que aliviaram os bancos estatais e as empresas chinesas (estatais ou não) de parte dos passivos impagáveis, abrindo margem para o uso do sistema bancário/de crédito como instrumento eficaz para fomentar a abertura de novas frentes de investimentos, formuladas pelo governo central após-1997¹⁴⁴.

Em segundo lugar, mas não menos importante, a manutenção em patamar elevado da demanda agregada como proporção do PIB foi elemento determinante para orientar as novas frentes de expansão dos investimentos e acumulação de capital no interior da economia chinesa, assim como para absorver as exportações das economias da região asiática, especialmente nos setores de máquinas e equipamentos e partes e componentes eletrônicos, quanto nos setores de bens de consumo leve e bens de consumo durável¹⁴⁵.

Neste contexto, há que se mencionar que as tarifas médias ponderadas de importação chinesas passaram por substancial declínio entre 1993 e 2002, conforme se pode notar no gráfico 3.44. Tanto é que, em 1993, a tarifa média ponderada de todos os produtos importados pela economia chinesa se situava na casa dos 30%, revelando um elevado grau de protecionismo da economia chinesa, o que vai ao encontro do argumento de Chang (2004) de que economias periféricas em processo de desenvolvimento econômico devem apresentar elevados níveis de protecionismo econômico e tarifário.

¹⁴³ Ver gráfico 3.4.

¹⁴⁴ Ver gráfico 3.10.

¹⁴⁵ Conforme gráfico 3.10, o nível da demanda das famílias chinesas se situou na casa dos 45% do PIB na média do período entre 1993-2002.

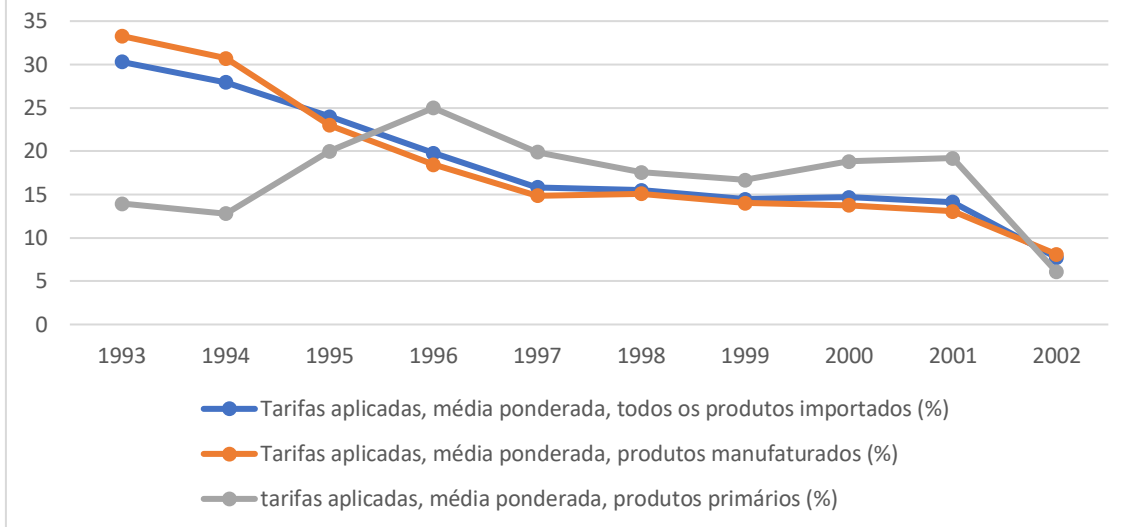
Porém, as tarifas de importação chinesas sobre todos os produtos caíram para menos de 8% já em 2002, muito por conta da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, com o comprometimento chinês de diminuir, ao longo de 15 anos, as barreiras, tarifas e qualquer outro tipo de práticas desleais/não padronizadas de comércio internacional.

No que tange às tarifas sobre os produtos primários, houve expressiva oscilação e tendência de alta no período, essencialmente porque as reformas no setor rural entre 1994 e 1996 necessitaram de proteção comercial, especialmente de produtos oriundos dos Estados Unidos e do Vietnã (arroz e grãos). Tanto é que, entre 1996 e 1999, a tarifa média ponderada de produtos primários importados caiu de quase 25% para 16,6%, subindo para cerca de 18,8% em 2000 e para 19,1% em 2001, mas caindo drasticamente para 6% em 2002.

No que tange aos produtos manufaturados, as tarifas médias ponderadas de importação apresentaram queda contínua no período analisado, saindo de 33,2% em 1993 para 8,1% em 2002, em clara demonstração de que a competitividade da produção chinesa dependia muito menos de proteção tarifária à sua indústria nacional (nascente ou não) e de práticas excessivas de desvalorização cambial (que, de fato, não ocorreu), do que dos elevados índices de produtividade da força de trabalho e de capital, dos investimentos estatais destinados a abrir novas frentes de acumulação de capital e do *catch-up* tecnológico

Neste sentido, isto se refletiu na pauta exportadora do país, afinal a produção chinesa, conforme Fung (2015), apresentou um poder de competição em termos de preço a nível mundial, especialmente após a crise asiática de 1997, que nenhum outro país ou economia no mundo conseguiu ter.

Gráfico 3.44 - Tarifas de importação, média ponderada - produtos manufaturados, primários e totais - em % - (1993-2002)



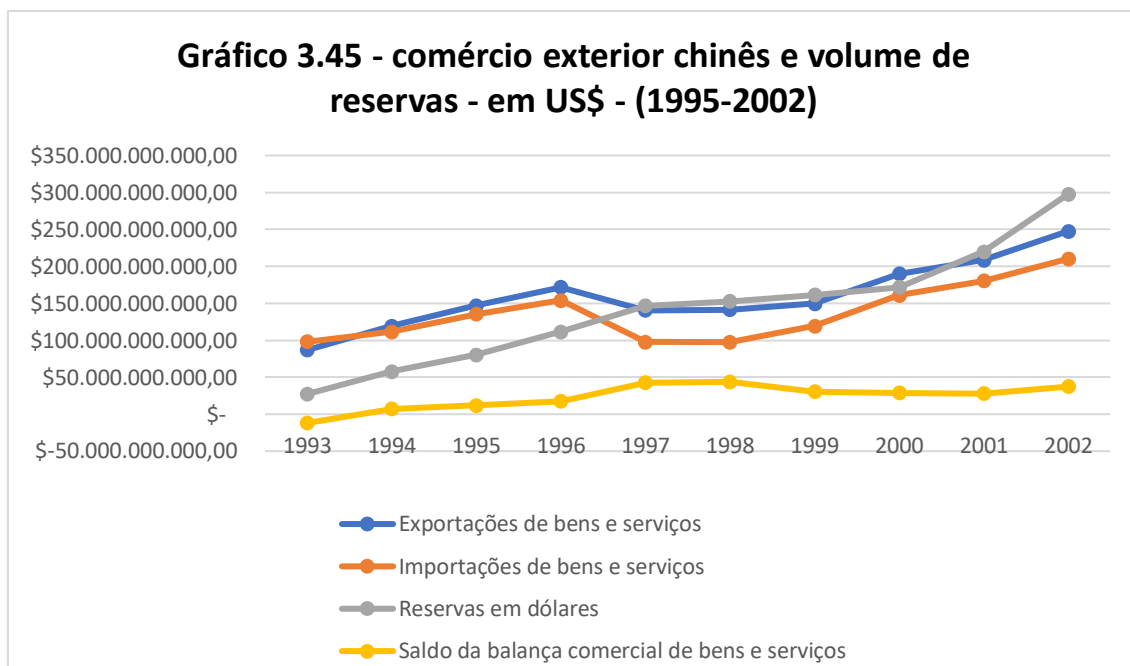
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

Por fim, a estratégia do Estado chinês no tocante aos objetivos inerentes ao setor externo da economia chinesa (tendo na política cambial, na atração de IDE e na estratégia exportadora instrumentos de atração de divisas “fortes” para dar sustentabilidade à pauta importadora do país, cada vez mais carregada de bens de capital necessários ao aprofundamento de seu parque tecnológico) tiveram como resultado uma torrente crescente do volume exportado chinês que, com exceção do ano de 1997, em todos os outros anos o crescimento foi acelerado tanto das exportações quanto importações, resultado da elevada competitividade da produção industrial chinesa a nível mundial, e da entrada avassaladora da economia chinesa nas redes mundiais de produção, comércio e investimentos.

Tanto é que, já em 1996, as reservas chinesas dólares já haviam rompido a barreira dos 100 bilhões, inclusive é neste contexto que o BPC passou a adquirir os *Treasury Bonds* do FED, dando início a um processo de interdependência comercial-financeira com os Estados Unidos que Handel Jones (2010) chamará anos mais tarde de relação *Chinamerica*.

Em 1997, o volume das reservas chinesas chegou a mais de 150 bilhões de dólares, se estabilizando entre 1998 e 1999 em torno de 160 bilhões para, finalmente, a partir de 2000, o BPC partir agressivamente rumo a uma política

de aumento de liquidez em moeda forte, cujos resultados se fizeram sentir já em 2001, quando as reservas chinesas chegaram a 220 bilhões de dólares e, em 2002, saltaram para 300 bilhões, conforme o gráfico 3.45.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020).

3.4. Considerações finais do capítulo

O processo de transformação econômica vivido pela economia chinesa no período analisado neste capítulo foi algo de destaque. Não obstante a ampla base teórica e quantitativa que exemplifica a ascensão da China como um importante centro de acumulação de capital na economia-mundo capitalista, há que se destacar que isto somente foi possível devido a alguns determinantes que marcam o período em questão.

Em primeiro lugar, internamente houve a consolidação da aliança entre o PCC e o ELP na administração do Estado chinês, que possibilitou levar adiante uma nova e revigorada fase do projeto reformista e de aprofundamento da acumulação de capital, ainda que o impacto social de tal fase tenha apresentado resultados relativamente antagônicos aos anseios imediatos das camadas menos favorecidas da sociedade chinesa.

Por outro lado, isto foi compensado por uma elevação da amplitude de novas atividades econômicas que foram sendo criadas e que conseguiram

incorporar a massa de trabalhadores que buscavam melhores condições de subsistência, à luz do crescente processo de urbanização ocorrido.

Nesse sentido, as reformas dos setores urbano e rural estiveram concatenadas à gestão macroeconômica voltada a conferir maior complexidade à estrutura produtiva e tecnológica chinesa, com uma gradual abertura de frentes de expansão setoriais e com um rígido, mas não proibitivo, controle estatal sobre a atuação empresarial, haja vista as determinações de alocação de recursos impostas pelo Estado chinês às empresas nacionais (estatais ou não) e estrangeiras que passaram a operar, de maneira altamente concorrencial, na economia chinesa, especialmente no setor industrial.

Tal dinâmica pode ser interpretada como aquilo que Fonseca (2015, p. 8) chama de “políticas-fim”, as quais são “formuladas ou implementadas para atingir objetivos conscientemente visados em áreas específicas, como as políticas industrial, agrária, tecnológica e educacional (quando vinculadas a objetivos econômicos)”, e cujos prazos de maturação são a médio e longo prazos.

Para além das bem-sucedidas políticas setoriais consubstanciadas nas “quatro modernizações”, que levaram a uma verdadeira transformação na agricultura, na ciência & tecnologia, na indústria e no complexo bélico-militar, o Estado chinês implementou várias políticas setoriais aditivas ao projeto de desenvolvimento neste segundo *round* reformista, conforme foram as políticas de avanço educacional em nível terciário, a própria política de desenvolvimento industrial com maior intensidade tecnológica e de capital e a alavancagem da produção (industrial ou não) ligada ao setor rural. Em suma, houve múltiplos setores estimulados pelo Estado na sua estratégia estruturalmente reformista.

Para tanto, a gestão macroeconômica implementada pelo Estado chinês, que conferiu a base necessária para o avanço reformista e o aprofundamento da acumulação de capital neste segundo período das reformas pode ser considerada como uma “política-meio”, conforme a conceituação de Fonseca (2015, p. 8), “as quais constituem instrumentos manipulados pelos formuladores de políticas visando à estabilidade macroeconômica”, com impacto a curto prazo.

Esta estabilidade macroeconômica proposta pelo autor pode ser entendida no caso chinês como a reforma da política fiscal implementada a partir de 1994, a repressão financeira e a reforma dos sistemas bancário e financeiro ocorridas no mesmo ano, além de uma política cambial totalmente alinhada e serventária ao processo de desenvolvimento econômico almejado pelas lideranças do Conselho de Estado, que estimulou tanto a elevação das exportações chinesas, quanto se tornou indutora da atração de IDE necessário ao *catch-up* tecnológico e mesmo ao avanço exportador em produtos intensivos em tecnologia e capital.

Ainda no âmbito interno, as medidas de caráter jurídico-institucional implementadas pelo governo de Pequim objetivaram estimular o aprofundamento da acumulação e capital em novos e antigos setores que foram impactados por tais medidas, além de terem sido importantes para expandir os limites às garantias ao capital privado nacional e estrangeiro atuante na economia chinesa, à luz dos receios inerentes à política de nacionalização de propriedades privadas após revolução de 1949.

Uma série de medidas institucionais implementadas tiveram profundos impactos sobre a estrutura empresarial estatal, que liderou os investimentos na abertura de novas frentes de expansão da acumulação de capital, assim como impactaram a forma como o setor privado nacional e estrangeiro poderiam atuar na economia chinesa, nos setores autorizados pelo Estado.

Merecem destaque, neste sentido, a *Regulations on Transforming the Management Mechanism of Industrial Enterprises Owned by the State* de 1992, o *The Decision Issues Regarding the Establishment of the Socialist Market Economic System* de 1993, a *Company law* de 1994, o *Provisional Regulations Guiding Foreign Investments* de 1995, o *The Decision on Several Important Issues Regarding Reform and Development of the State-Owned Enterprises* de 1999 e a criação da *State-Owned Assets Supervision and Administrative Commission (SASAC)* em 2003.

Tais reformas jurídico-institucionais, por possuírem um caráter de médio e longo prazos no curso de maturação de seus impactos, vão ao encontro da tese de Fonseca (2015) de que países em rota de desenvolvimento econômico

tipicamente nacional devem implementar “políticas institucionais” para tal fim, as quais

compreendem mudanças legais, nos códigos e nas regulamentações, nas “regras do jogo”, na delimitação dos direitos de propriedade, nos hábitos, preferências e convenções, bem como na criação de órgãos, agências e empresas públicas, ou mesmo privadas ou não governamentais, desde que dependam de decisões estatais (FONSECA, 2015, p. 8).

Desta forma, sob o nosso ponto de vista, estas medidas reformistas no aparato jurídico-institucional foram determinantes para que o Estado chinês mantivesse sob seu comando e controle, direta ou indiretamente, o processo reformista nesta nova fase mais complexa em termos de abertura de novos setores à acumulação de capital e em termos do crescimento de novos atores nacionais e estrangeiros privados atuantes no interior da economia chinesa.

Do ponto de vista externo, até a crise asiática de 1997 a economia chinesa apresentou uma relação econômica majoritária com os dois principais centros de comando da dinâmica mundial de acumulação capitalista, a saber, os Estados Unidos e a União Europeia, além do próprio Japão, em segundo plano.

Após a referida crise, a economia chinesa passou a ser o pêndulo das relações de produção, comércio e investimentos na região asiática, impactando, sobremaneira, sua inserção a nível mundo-capitalista, haja vista que a economia chinesa passou a ser, em escala e intensidade cada vez maior, o centro gravitacional das economias asiáticas, ao mesmo tempo em que se transformou num duplo-polo frente às economias e regiões a nível mundial (MEDEIROS, 2006).

Esta nova dinâmica pós-1997 passou a alterar a estrutura de funcionamento da economia-mundo capitalista a favor da economia chinesa, tendo em vista o crescente grau de complementariedade visto entre a dinâmica de acumulação interna chinesa (baseada numa forte expansão material) e a dinâmica de acumulação dos dois centros de comando da economia mundo-capitalista (baseadas numa forte expansão financeira), mas com claro saldo a favor da primeira, levando a uma ruptura com os padrões mundiais de produção, comércio e investimentos pretéritos à referida crise e estabelecidos sob comando Ocidental, conforme destaca Barbosa (2015; 2019).

Quando se analisa a estrutura da economia-mundo capitalista durante o período, percebe-se que a expansão financeira centrada nos Estados Unidos passou por uma fase de auge, haja vista a livre mobilidade mundial dos fluxos de capitais, cujo centro nervoso (e que deu impulsos de euforia e depressão aos agentes econômicos) foi a praça financeira de Nova Iorque, o coração do sistema capitalista mundial (BELLUZO, 2009; ARRIGHI, 2008).

Este auge da expansão financeira e a consequente transferência das plantas produtivas das ETN ocidentais em busca de redução de custos de produção no período é dialeticamente a base da ascensão (e da consequente expansão material) das economias da região asiática durante o período, que aprofundou uma expansão econômica nos anos 1990 assentada na atração mundial de IDE, na inserção de suas corporações nas redes mundiais de produção e na intensificação da sua superavitária posição comercial mundial, com destaque especial à economia chinesa e suas corporações.

A partir das reformas internas e deste cenário externo, a China adentrou no novo milênio como um espaço crescentemente favorável à acumulação de capital a nível mundial, pois as reformas macroeconômicas e institucionais e os estímulos de avanço setorial que o Estado chinês implementou possibilitaram a abertura de novas frentes de expansão para a valorização tanto dos capitais chineses, quanto dos capitais forâneos que naquela economia adentraram, num processo que passou a desestruturar as bases pretéritas de funcionamento da economia-mundo capitalista.

Desta forma, a China chegou em 2002 como a quarta economia do mundo em PIB a preços constantes (US\$ 2,9 trilhões), a quarta economia do mundo com a maior taxa de investimentos em capital fixo (38,25% do PIB), o terceiro maior recebedor mundial de IDE (US\$ 57 bilhões) naquele ano, o terceiro maior parque industrial do mundo em valor adicionado (US\$ 1,2 trilhão - ficando apenas atrás dos Estados Unidos e do Japão) e o sexto maior exportador de bens e serviços do mundo (US\$ 445 bilhões) também naquele ano. Tudo isto em apenas 25 anos de reformas econômicas e a instauração de mecanismos endógenos de acumulação de capital!

Epílogo: A caminho de um quinto “ciclo sistêmico de acumulação” centrado em *Zhongnanhai*?

Muitas interpretações correntes no pensamento econômico convencional buscam, de forma simplista, enquadrar o padrão de desenvolvimento econômico chinês em fórmulas conceituais rígidas. Enquadramentos como “capitalismo de Estado”, “privatizações” e “abertura econômica” são colocados como o centro do sucesso das reformas, o “*export drive*” como o dínamo do crescimento econômico, “máximo de mercado com máximo de Estado” para se explicar a relação entre Estado e economia. Enfim, uma miríade de formulações e hipóteses teóricas buscam “enquadrar” o fenômeno chinês aos seus desideratos, sem penetrar nas dinâmicas histórica e interna da sociedade chinesa, tampouco em fatores sistêmicos mundiais.

Para além de uma abordagem econômica reducionista e à luz do que foi exposto nos capítulos deste trabalho, o fenômeno da ascensão chinesa não pode ser analisado somente a partir de uma única ótica predeterminada, isolada, que não leve em consideração uma análise dialética que englobe o singular e o geral em termos das tendências estruturais de longa duração do sistema capitalista, das conjunturas nacionais e internacionais de curto e médio prazos e das medidas nacionais internas de desenvolvimento.

Nesse sentido, a ascensão chinesa na economia-mundo capitalista entre 1978 e 2002 deve ser compreendida, sob o nosso ponto de vista, à luz dos desdobramentos históricos e sistêmicos ocorridos a nível mundial, destacando-se que as medidas implementadas pelo PCC, no comando do Estado chinês, sempre objetivaram a complexificação da sociedade chinesa, com forte tônica nacionalista, através do desenvolvimento das forças produtivas internas.

Conforme se observou ao longo do trabalho, importantes medidas internas foram colocadas em prática pelo Estado chinês visando a abertura de novas frentes de expansão à acumulação de capital na economia chinesa. Iniciando-se com as “quatro modernizações”, setores econômicos inteiros foram gradualmente estimulados pelo Estado e se assimilaram à dinâmica interna de acumulação de capital, gerando resultados imprescindíveis à estratégia estatal de crescimento econômico com desenvolvimento estrutural das forças produtivas, especialmente nos setores agrário, industrial e tecnológico.

Indelevelmente, a primeira fase das reformas foi impulsionada pelo suporte do setor externo aos imperativos políticos, econômicos, sociais e tecnológicos internos, haja vista que o rompimento do relativo isolamento com o exterior, a aproximação política e econômica com os Estados Unidos e a estratégia de atração de capitais produtivos ofereceram a via necessária para o grupo liderado por Deng Xiaoping colocar a locomotiva chinesa para trilhar uma nova rota de desenvolvimento, calcada na expansão do mercado interno e na elevação da competitividade externa, em claro contraste com as fracassadas medidas implementadas por Mao (e a gangue dos quatro) durante a “revolução cultural” precedente.

Até a crise asiática de 1997, a economia chinesa apresentou resultados satisfatórios em termos de assimilação de novos setores à acumulação de capital. A atuação empresarial de agentes privados nacionais e estrangeiros em setores previamente selecionados pelo Estado atingiu considerável relevância. O grau de participação chinesa nos fluxos de produção, comércio e investimentos na economia-mundo capitalista elevou-se de forma importante. Enfim, a economia chinesa apresentou números de darem inveja a qualquer país periférico e/ou semiperiférico do sistema mundial naquele momento.

Além disso, não se pode deixar de notar que, no início da década de 1990, o Estado chinês implementou uma série de medidas institucionais e de gestão macroeconômica que tornaram muito maior a competitividade e a produtividade das empresas estatais chinesas, tendo em vista a maior exposição destas à concorrência entre si, à concorrência com as empresas privadas e coletivas nacionais nos setores em que atuavam, também como uma maior exposição concorrencial nos setores da economia chinesa em que as ETN atuavam.

À medida que o grau de competitividade e produtividade empresarial avançava, especialmente no setor industrial, medidas de gestão macroeconômica foram sendo implementadas, destinadas tanto a dar suporte às firmas chinesas, quanto a dar fôlego ao Estado chinês, que assumiu para si a responsabilidade de coordenar a estratégia reformista via planejamento central e viabilizar o *funding* direcionado à “economia real”, para a concretização dos investimentos requeridos ao alcance do objetivo maior do Conselho de Estado, que era o desenvolvimento das forças produtivas internas.

Após a crise asiática, a economia chinesa passou por um aprofundamento das suas transformações (as quais já se haviam iniciado no início da década de 1990), que impactaram não somente a dinâmica interna de acumulação, mas também as dinâmicas asiática e mundial, em última instância.

Ao nosso olhar, tal crise ofereceu à economia chinesa uma janela de oportunidade para inaugurar uma nova etapa de sua rota de desenvolvimento. Se a primeira fase de reformas (1978-1992) pode ser considerada uma fase de mudança do padrão de desenvolvimento econômico, podemos dizer que a segunda fase entre 1993 e 2002 pode ser considerada a consumação desse processo, sacramentado após a referida crise da região em 1997.

Dizemos isto, pois, a supracitada crise, ao ser ocasionada por um longo processo de mundialização da financeirização (cujas origens remontam à crise dos anos 1970 e a consequente “contrarrevolução monetarista” de Reagan/Thatcher que inaugurou a “expansão financeira”), fragilizou as economias asiáticas a tal ponto destas não conseguirem fazer frente ao novo contexto internacional de crises recorrentes, que impactou fortemente suas corporações e, em última instância, sua dinâmica interna de acumulação e seu nível de competitividade mundial. Como saída a tal solavanco, os governos das economias asiáticas afetadas pela crise tiveram de adotar, sob pressão dos agentes e representantes da alta finança mundial, medidas econômicas fortemente contracionistas e alinhadas ao “consenso de Washington”.

Com pragmatismo e procurando expandir a influência do mercado chinês para além das tradicionais fronteiras econômicas até então, o Estado chinês atuou de maneira a puxar as redes de produção, comércio e investimentos, que ligavam economicamente as economias asiáticas, à economia chinesa, numa espécie de “buraco negro” que atrai para dentro de si tudo o que passa à sua frente.

Neste contexto é que a economia chinesa se tornou central na dinâmica de acumulação de capital asiática, além de ter-se tornado um duplo-polo na economia-mundo capitalista, conforme tão bem diagnosticado por Medeiros (2006). Esta recentralização no espaço asiático de acumulação pode ser interpretado como uma primeira etapa de um processo de expansão do

magnetismo internacional chinês que se seguiu nos anos posteriores, haja vista os movimentos disruptivos em termos produtivos, comerciais, tecnológicos e financeiros que a voracidade econômica chinesa tem causado no início deste novo milênio.

A presente dissertação procurou discorrer sobre esse processo e, auxiliados pelo escopo metodológico utilizado, gostaríamos de nos perguntar nesse epílogo em que medida o esquema aqui proposto pode ajudar a entender o período posterior não analisado, que engloba as duas primeiras décadas do século XXI.

Buscando dar conta deste desafio, podemos dizer que após 2003, durante os governos de Hu Jintao e, principalmente, durante Xi Jinping (2013 em diante), a centralidade e importância da economia chinesa para as outras economias regionais não só continuou a crescer, como também se tornou vital para puxar o crescimento destas últimas, seja pela maior integração produtiva entre tais economias com a economia chinesa, seja pelos próprios investimentos chineses que passaram a ser alocados no plano regional, principalmente após a criação *Belt and Road Initiative*.

Do ponto de vista da economia-mundo capitalista, o deslocamento de produtores asiáticos em terceiros mercados no segmento de produtos industrializados, essencialmente nas economias centrais (Estados Unidos e União Europeia), fez com que a economia chinesa passasse a ser um centro de destaque em termos de produção e exportação de tais produtos, também como um dos mais importantes em termos de importações.

Se por um lado as redes de comércio de produtos industrializados entre China, Estados Unidos, União Europeia e Japão apontam uma tendência estrutural favorável à economia chinesa em termos de superávit comercial, por outro lado as redes asiática e mundial de produtos básicos, semimanufaturados e bens de capital têm sido fortemente impactadas pela forte demanda chinesa, com a própria região asiática, também como a América Latina, o continente africano e a Oceania, se articulando para suprir esta demanda.

Diferentemente de uma visão meramente mercantilista, é importante ressaltar que a economia chinesa se integrou à economia-mundo capitalista de

forma a estabelecer novas formas de vinculação com os espaços centrais, semiperiféricos e periféricos, em que, em mais de alguns casos, países e regiões inteiras passaram a apresentar superávits comerciais com a economia chinesa e a depender cada vez mais desta demanda (e em alguns casos de investimentos chineses) para satisfazer suas necessidades internas de acumulação.

Isto revela não somente uma maior expansão mundial da presença da economia chinesa, também como denota, conforme bem lembra Barbosa (2015), uma alteração substancial da dinâmica de funcionamento da própria economia mundo-capitalista, com a China passando a desestruturar mundialmente a seu favor as redes produtivas, comerciais e de investimentos, especialmente após a crise asiática, impactando toda a hierarquia econômica mundial estruturada no pós-guerra.

Tal ponto chama a atenção pelo fato de que a acelerada expansão material pela qual a economia chinesa passa neste novo milênio (e seu crescente impacto mundial) intensificou tendências de regressão econômica estrutural em diversas paisagens do sistema capitalista mundial, especialmente na periferia e semiperiferia, além de regiões e setores econômicos internos das economias centrais.

Basta ver, nesse sentido, a aceleração da regressão econômica (e aqui não estamos falando somente de desindustrialização!) pela qual tem passado as economias da América Latina, que reassumiram, cada uma a seu modo, o papel de exportadoras de *commodities*, algo que também tem ocorrido em economias das regiões africana, oceânica e asiática. Cabe destacar, ainda, a desestruturação de setores econômicos inteiros nos Estados Unidos, como ocorrido na região do “cinturão da ferrugem”, devastada pela transferência de plantas produtivas norte-americanas para a Ásia, com consequências negativas para o mercado de trabalho e as condições de vida locais.

Para além de uma mera questão de deslocamento de mercados contra os países do Sul global, a intensificação da presença econômica mundial chinesa entre o fim da década de 1990 e o início do novo século tornou possível a

reestruturação das posições dos países periféricos e semiperiféricos nas redes econômicas mundiais.

Se olharmos economias como a brasileira, a argentina e a sul-africana, percebemos que, após 2002, estas se deslocaram, em termos gerais, de uma posição semiperiférica para uma posição literalmente periférica em termos de comércio externo não somente nas suas relações com a economia chinesa, mas também em termos mundiais na sua totalidade. O contrário pode ser visto em economias como a vietnamita e as demais economias do sudeste asiático, até então periféricas, mas que, no início do novo milênio, já ocupavam uma posição semiperiférica a nível mundial, haja vista o processo de industrialização e crescimento econômico acelerado que percorreram nos anos 1990, num sinal claro de que a expansão material na região asiática impactou sensivelmente a hierarquia econômica entre as diversas economias e regiões mundiais.

Ou seja, torna-se evidente que a expansão material ocorrida na economia chinesa e sua maior importância mundial faz parte de um movimento dialético de avanço econômico por parte de uma região cujo centro de acumulação tem sido cada vez mais a economia chinesa (o que se acelerou após a crise de 2008), às custas do recrudescimento econômico de outras economias e regiões mundiais, que se tornaram fortemente dependentes da economia chinesa em termos de sua dinâmica interna de acumulação e inserção econômica mundial.

Paralelamente, este movimento dialético tem de ser analisado sob o prisma dos desdobramentos que a expansão financeira norte-americana apresentou sobre toda a economia-mundo capitalista não somente durante os anos 1980 e 1990, mas também durante os anos 2000, chegando até a crise financeira de 2008.

Levantamos esta questão por entendê-la condição *sine qua non* da ascensão chinesa em termos de crescimento, desenvolvimento e avanço gradual rumo ao centro onde repousa o alto comando da economia-mundo capitalista, pois, conforme destaca Arrighi (2008), a tentativa frustrada dos Estados Unidos em consolidar o “Projeto para o Novo Século Norte-Americano”

e o tão sonhado “império mundial” sediado em Washington¹⁴⁶ apresentou como consequência o desgaste comercial e financeiro norte-americano e a expansão do mercado mundial como nunca antes, tendo em vista que a expansão financeira (financeirização) do período esteve atrelada ao crescente endividamento norte-americano para sustentar suas guerras no exterior¹⁴⁷ e a satisfação do consumo de sua população interna com produtos baratos e de qualidade vindos da Ásia, principalmente da China.

Do nosso ponto de vista e seguindo a proposta de Arrighi (2008), foi isto que alavancou a expansão material da região asiática e, especialmente, da China¹⁴⁸ em termos produtivos, comerciais e de investimentos, levando à expansão de um mercado verdadeiramente mundial. Dito de outra forma, a China se aproveitou do fracasso do projeto para o novo século norte-americano para satisfazer sua dinâmica interna de acumulação de capital.

Ressalta-se, ainda, que a posição comercial norte-americana com a economia mundial no período entre 2003 e 2008 se deteriorou rapidamente, especialmente na relação com a China, que apresentou crescentes e elevados superávits comerciais com a economia norte-americana, aplicando parte deste superávit nos *Treasury Bonds* do Tesouro do Estados Unidos de forma a manter a liquidez de suas reservas, ao mesmo tempo retroalimentando a expansão financeira, o endividamento e as aventuras militares infrutíferas dos norte-americanos, que levaram à crise de 2008.

Então, podemos afirmar, categoricamente, que a expansão econômica chinesa nos anos 1990 e 2000 esteve intimamente associada à mundialização da financeirização das economias do Atlântico Norte, num ciclo vicioso que somente se arrefeceu com o estouro da crise do *subprime*¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Frustração que veio com a fatídica, precoce e altamente custosa (em termos financeiros e humanos) derrota da “doutrina da guerra ao terror” de Bush, na guerra do Iraque.

¹⁴⁷ A centralidade mundial do dólar, os déficits gêmeos (fiscal e comercial) norte-americano, a desregulamentação das contas capitais nacionais e dos sistemas financeiros das economias centrais, semiperiféricas e periféricas, a adoção mundial do “consenso de Washington” e o elevado custo financeiro das aventuras que o “galinheiro em Washington” se meteu no Oriente Médio, para parafrasearmos Giovanni Arrighi (2008), estão no centro do dinamismo econômico mundial no período entre 2003 e 2008.

¹⁴⁸ Cf. Castells (1999).

¹⁴⁹ Cf. Jones (2010).

É por conta deste motivo que Arrighi (2008) coloca a China como a grande vitoriosa da “guerra ao terror” norte-americana, pelo fato de que parte do crescimento econômico chinês foi impulsionado pela expansão da demanda criada na economia norte-americana via crédito e bens de consumo importados baratos e baratos da China, também como pelo infrutífero e altamente custoso esforço de guerra no Iraque (e Afeganistão).

Parafraseando o autor italiano, os norte-americanos se viciaram na voracidade chinesa de compra de *Treasury Bonds* e a importação de produtos baratos oriundas da economia chinesa. Isto satisfez os grupos políticos no controle da Casa Branca e do Capitólio no sentido aumentar a satisfação material e a alienação da população norte-americana à medida que a posição militar do país no Iraque (e Afeganistão) gradualmente se deteriorava.

Esta crescente dependência estrutural dos Estados Unidos com a economia chinesa apresentou consequências políticas importantes. Em primeiro lugar, por conta da regressão econômica estrutural de regiões da economia norte-americana, surgiram movimentos que Arrighi (2008) chama de “conservadores por contrarrevolução”, que são cidadãos norte-americanos brancos, oriundos da classe operária e/ou da classe média, que sucumbiram à financeirização e suas consequências no mercado de trabalho, e que passaram a reagir à perda de *status* social identificando-se muito mais com símbolos dogmáticos e nacionais como Deus, as forças armadas e o Partido Republicano do que com seus interesses de classe, com as organizações trabalhistas e com o próprio Partido Democrata, visto como porta-voz dos ricos e causa principal dos desastros do país.

Além disso, o sociólogo italiano afirma que os neoconservadores exploraram com relativa habilidade esta predisposição dos *losers* da financeirização, objetivando conquistar seus votos e, uma vez no poder, colocar em prática políticas públicas que beneficiassem os super-ricos e que amortizassem, de modo indireto, os anseios e as frustrações de sua base eleitoral, levada cada vez mais ao extremo no campo do discurso político, racial e de ódio ao Partido Democrata.

Desse ponto de vista e diferentemente dos tradicionais conservadores dentro e fora do Partido Republicano, generalizou-se uma baixa preocupação no alto comando político do país se o governo e os cidadãos dos Estados Unidos se viciassem nos produtos baratos e no farto crédito chinês que, de forma direta, estava no centro da deterioração econômica e social vivida pela força de trabalho norte-americana não inserida na “nova economia”. O que de fato importava era fazer com que a imagem do Presidente fosse a de um “homem de verdade”, firme, patriota, um agente divino dentro do salão oval que levasse a sociedade e o país à utopia do *E Pluribus Unum*.

Isto foi acompanhado de um arrefecimento dos ataques à economia chinesa, considerada economicamente estratégica para os anseios político e militar mundiais do governo norte-americano, mas com a sempre clara disposição e retórica de que esta parcimônia de Washington somente era praticada com a China em vista ao alerta de que as lideranças políticas chinesas não deveriam ousar questionar a força bélica e os valores da sociedade norte-americana. Mas, à medida que os conflitos no Oriente Médio se tornavam demasiado custosos e a dependência com a China aumentava, mais claro ficava os problemas estruturais da economia norte-americana¹⁵⁰.

Pode-se afirmar, então, que a China se aproveitou do contexto internacional durante a primeira década do século XXI para alavancar seu nível de crescimento e desenvolvimento econômico, à luz de um processo de franco enfraquecimento produtivo, comercial e financeiro norte-americano, que se acentuou após a crise financeira de 2008, haja vista as medidas implementadas pelo Estado chinês para evitar uma brusca e acentuada queda da acumulação interna vigente até então.

A contrapartida deste processo de ascensão chinesa no novo milênio foi a “estagnação secular” das economias norte-americana e do Atlântico Norte, algo que já vinha ocorrendo desde os anos 1990, mas que se acelerou fortemente após a crise de 2008, conforme propalado por ninguém menos que

¹⁵⁰ Tal cenário (e a vista grossa do governo Obama para esta questão) deixam pistas para se compreender a ascensão do “trumpismo”.

Larry Summers, em seminário do Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano de 2015¹⁵¹.

Neste contexto de resposta à supracitada crise, há que se ressaltar que medidas contracíclicas chinesas estiveram fortemente alinhadas ao papel cada vez maior do Estado no estímulo econômico direto, com medidas fiscais e monetárias expansionistas de curto e médio prazos, mas com o agravante de que, desde 2008 e até o presente momento, têm-se visto uma clara estratégia política chinesa de fomentar a expansão de seu mercado interno via investimentos nos setores industriais mais sofisticados em termos tecnológicos, com a criação de complexos empresariais interligados setorialmente, além do estímulo à continuidade da internacionalização das grandes corporações chinesas não somente na região asiática, mas também sobre toda a economia-mundo capitalista.

Para tanto, a criação de um novo paradigma de cooperação internacional tornou projetos como a *Belt and Road Initiative*¹⁵², o *China 2025*¹⁵³ e o *Made in China*¹⁵⁴ algo estratégico para a expansão da influência política e econômica mundial chinesa, com o Estado chinês utilizando-se politicamente de todo o seu arsenal produtivo, comercial e financeiro para reconfigurar, de forma politicamente determinada e planejada, a dinâmica de acumulação de capital mundial em torno da economia chinesa, ao oferecer acesso ao mercado consumidor chinês a corporações de países periféricos e semiperiféricos, financiamentos a projetos de infraestrutura, muitas vezes a fundo perdido, em países e regiões subdesenvolvidas¹⁵⁵ e crédito para empresas e países que necessitam de *funding* para investimentos e financiamento de despesas correntes e que são considerados estratégicos pelo governo chinês no seu objetivo de diversificação de parcerias mundiais.

¹⁵¹ Cf. Summers (2015).

¹⁵² Cf. Hilman *et al* (2020); Jinping (2018); Jinping (2019a), itens “*diplomacia com os países vizinhos*” e “*cooperação com os países em desenvolvimento*”; Jinping (2019b), item “*iniciativa “cinturão e rota”*”, Zha *et al* (2020).

¹⁵³ Cf. Dollar *et alli* (2020); Gabriele (2020), item 2: “*China’s National Innovation System*”.

¹⁵⁴ Cf. Naughton (2021), item “*the Innovation-Driven Development Strategy, 2015-Present*”, Diegues *et al* (2021).

¹⁵⁵ O que contrasta com as condicionalidades impostas, por exemplo, pelo Banco Mundial ao financiamento de projetos similares em tais regiões pobres do mundo. Para uma análise aprofundada deste assunto, ver Morris *et alli* (2020).

Esta estratégia de avanço econômico (interno e externo) e tecnológico (das corporações chinesas) implementada pelo Estado chinês suscitou, claramente, a abertura de novas frentes de confrontação mundial entre a potência declinante, os Estados Unidos, para tomarmos os termos do Arrighi (2008), e a potência em ascensão, a China, desde pelo menos 2017.

Do ponto de vista político, a criação da estratégia norte-americana do “Indo-Pacífico”¹⁵⁶ ainda durante o segundo governo de Barack Obama e sua acentuação durante o governo Trump coloca a China como o grande rival estratégico dos Estados Unidos a médio e longo prazos, especialmente nas regiões permeadas pelos oceanos Índico e Pacífico. Insere-se, neste contexto, as crescentes tensões entre as duas potências em torno da questão de Taiwan e nas questões que envolvem o mar do Sul da China.

Por outro lado, a consolidação dos BRICS e a criação de suas duas instituições de fomento econômico e financeiro¹⁵⁷ suscitam no governo norte-americano temores de uma rearticulação política mundial em torno do governo de Pequim¹⁵⁸, pois tal agrupamento de países envolve nações singulares, cada uma se inserindo a seu modo na arquitetura de poder do sistema mundial.

Do ponto de vista comercial, financeiro e tecnológico, a ascensão chinesa trouxe à baila as disputas em torno da exploração de novos mercados consumidores pelas corporações chinesas, tanto nos setores mais simples, quanto nos mais sofisticados, conforme já dissemos. A consequência disto é que os Estados Unidos se utilizam, desde Trump, de uma retórica beligerante quanto à presença das corporações chinesas nos mercados mundiais, especialmente nos mercados de países tradicionalmente aliados de Washington, argumentando que a presença destas corporações mina o crescimento econômico de tais países, aliado ao fato de que o governo chinês estaria utilizando-se de seu poder político sobre tais corporações para promover práticas de espionagem e ganho de mercados via *dumping*¹⁵⁹.

¹⁵⁶ Cf. Brown *et al* (2019); Medcalf (2020).

¹⁵⁷ Notadamente o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas, criados na cúpula de Fortaleza, Brasil, em julho de 2014.

¹⁵⁸ Cf. EUA (2015); EUA (2017); EUA (2021b); Richard *et al* (2016); Siddiqui (2016).

¹⁵⁹ Cf. EUA (2017); EUA (2018); EUA (2019); EUA (2020); EUA (2021b); EUA (2021d); Prestowitz (2021); Ratner *et alli* (2019).

Tal constatação levou ao lançamento da “guerra comercial” (que não é somente comercial, mas sim política e tecnológica) pelo governo Trump (e que continua com Biden), buscando, dentre outras coisas, conter a expansão da influência econômica chinesa através de pressões às nações aliadas dos Estados Unidos para que sancionem a presença das corporações chinesas nos mais diversos setores em que elas atuem nos mercados destas nações¹⁶⁰.

Do nosso ponto de vista, o aspecto tecnológico está no fulcro desta retórica norte-americana anti-China. Em primeiro lugar, pelo fato de que, desde a chegada de Xi Jinping ao poder e a busca daquilo que ele considera o “sonho chinês”¹⁶¹, as grandes corporações de tecnologia chinesas estão em compasso de desenvolvimento acelerado de novos processos e produtos, cada vez mais disruptivos, que mitigou não somente o *gap* tecnológico entre as corporações chinesas vis-à-vis suas concorrentes norte-americanas, europeias, japonesas e sul-coreanas, como também fez com que a economia chinesa pudesse chegar à vanguarda tecnológica em setores considerados estratégicos e com fins duais (civil e militar), os quais, tradicionalmente, configuram-se como as “vantagens comparativas” das economias que compõem o centro da economia-mundo capitalista frente às economias semiperiféricas e periféricas.

Estamos falando das disputas que envolvem a tecnologia de telecomunicações de quinta geração (5G), o avanço chinês sobre os setores de semicondutores, partes e componentes eletrônicos intensivos em capital e tecnologia, a fabricação de aeronaves comerciais, a fabricação de produtos e serviços ligados à *green economy* e a criação do e-Reminbi e sua utilização nas relações financeiras, comerciais e produtivas da China com os países que assinaram acordos com os chineses no escopo da *Belt and Road Initiative*¹⁶².

É com base neste contexto que se deve levar em consideração, para além dos efeitos da pandemia do novo coronavírus, o realinhamento político que o governo de Joe Biden vem promovendo junto às nações da Europa Ocidental, ao Japão, à Coreia do Sul e demais nações asiáticas consideradas estratégicas

¹⁶⁰ Cf. Oertel (2021); Michaels *et al* (2021); Esteban *et al* (2020); Baker *et al* (2020).

¹⁶¹ Huaguang *et al* (2013); Rosales (2020); Jinping (2019a), item “*socialismo com características chinesas e o sonho chinês*”; Jinping (2019b), item “*o sonho chinês*”.

¹⁶² Cf. Kumar *et al* (2020); Prasad (2017); Subacchi (2017); Green (2019).

à estratégia norte-americana de contenção da China¹⁶³, também como o lançamento de pacotes governamentais trilionários de investimentos com efeitos econômicos transversais na economia norte-americana para os próximos dez anos¹⁶⁴, subsidiados com aumento de impostos aos mais abastados, buscando:

1) Estimular a geração de empregos e a melhora da participação da demanda das famílias na demanda agregada da economia norte-americana (via aumento de investimentos estatais diretos e aumento gradual do salário-mínimo, justamente nas regiões que mais sofreram com a “perda de empregos para a China” e que se situam nas fileiras dos apoiadores de Trump)¹⁶⁵;

2) Realizar e induzir investimentos na infraestrutura física do país (visando conferir maior competitividade estrutural à economia norte-americana frente à economia chinesa, contribuindo para a diminuição dos custos de produção e consequente aumento da competitividade empresarial dos Estados Unidos)¹⁶⁶;

3) Promover vultosos investimentos em ciência e tecnologia atrelados à *green economy* (com destaque para os programas de investimentos nas universidades, centros de pesquisa e instituições empresariais ligadas ao desenvolvimento de novas e disruptivas tecnologias que levem à elevação da eficiência energética de longo prazo e ao uso intensivo de capital)¹⁶⁷.

Mais uma vez, frisa-se: não se pode compreender a estratégia norte-americana oriunda da “guerra comercial” (iniciada por Trump e continuada por Biden sob novas bases e meios) sem se levar em conta que tais medidas visam, em última instância, a contenção da ascensão da China, a presença mundial de suas corporações, seu forte crescimento econômico e os efeitos desta ascensão sobre a desarticulação de amplos setores produtivos, de diversas economias nacionais, do Norte ao Sul global.

O enfraquecimento da posição norte-americana e de seus aliados na governança da economia-mundo capitalista (e do próprio sistema mundial) e a tentativa de manter uma liderança declinante tem levado a um verdadeiro “caos

¹⁶³ Cf. Overfield (2021); Wong (2021).

¹⁶⁴ Cf. EUA (2021c); Politi (2021).

¹⁶⁵ Cf. Donnan (2021).

¹⁶⁶ Cf. EUA (2021a); Kupchan *et al* (2021); Politi (2021).

¹⁶⁷ Cf. Hancock (2021).

sistêmico” aos moldes de Arrighi (2008), haja vista a reação norte-americana durante o governo Trump de colocar em questão algumas normas e regras da OMC em termos comerciais e tarifários com o objetivo de sancionar a economia chinesa e suas empresas¹⁶⁸, mas que se fizeram sentir negativamente em diversos setores, regiões e economias mundiais¹⁶⁹, e cujos resultados foram pouco satisfatórios para a economia norte-americana¹⁷⁰.

À luz da exposição deste trabalho, o avanço tecnológico chinês sobre os setores mais sofisticados, a abertura de novas frentes internas de acumulação de capital, a melhora das condições materiais e culturais da população, o controle político sobre o mercado e suas forças motrizes, o aumento da influência da economia e das corporações chinesas sobre todos os setores da economia-mundo capitalista, desde os mais básicos até aqueles situados na fronteira tecnológica, permite-nos colocar um conjunto de questões para se pensar o papel da China nestas duas primeiras décadas do século XXI.

Em primeiro lugar, torna-se claro que se está colocando às claras um dilema importante na estrutura da reprodução ampliada de capital. De um lado, a atual expansão financeira centrada nos Estados Unidos, a expansão do mercado mundial ocorrida nestas duas primeiras décadas do século XXI e a “estagnação secular” das economias do Atlântico Norte parecem apresentar uma saturação, um limite das estruturas da economia-mundo capitalista centrada na economia norte-americana, haja vista a pouca margem para novos aumentos de escala e alcance que uma nova rodada de expansão da acumulação centrada em Washington-Nova Iorque possa gerar.

Em segundo lugar, a ascensão econômica chinesa nas redes mundiais de produção, comércio e investimentos, sua estrutura produtiva alinhada aos objetivos políticos definidos pelo Conselho de Estado e o avanço das corporações do país em setores de vanguarda tecnológica colocam a China como um dos centros de uma possível continuidade da acumulação ampliada. Colocamos no campo hipotético esta continuidade pois está evidente que se

¹⁶⁸ Cf. The Economist (2018a); The Economist (2018b). EUA (2021e).

¹⁶⁹ Por exemplo, houve a elevação de tarifas e a imposição de quotas de importação mais rígidas a produtos derivados de aço e alumínio, cujos impactos se fizeram sentir nos principais produtores e exportadores mundiais destes produtos. Ver York (2020).

¹⁷⁰ Cf. Bloomberg (2021).

chegou a um ponto em que as alianças entre os poderes do Estado e do capital, base de todo ciclo sistêmico de acumulação precedente ao norte-americano, não consegue mais avançar no sentido de criar um novo espaço central, único, que possa comandar toda a dinâmica da reprodução ampliada de capital na economia-mundo capitalista.

Em terceiro lugar, há sinais evidentes de que o atual tempo histórico da acumulação ampliada de capital apresenta um nível de concorrência entre blocos de capital e poderes estatais que pode eliminar a entrada de novos atores no centro da dinâmica da reprodução ampliada. Dizemos isto, pois, a China é o último país, nas últimas décadas, que conseguiu tal feito; outros países e blocos de capitais de regiões periféricas têm apresentado perda significativa de relevância em termos de acumulação relativa em comparação com a dinâmica dos países centrais; o volume de capital necessário para competir mundialmente aumenta a cada momento, e; a sujeição política de países e regiões periféricas a poderes políticos de primeira grandeza tem-se mostrado evidente.

Então, dois cenários de ordem metodológica e sistêmica se colocam em nossa frente: o primeiro, baseado na consolidação da China como participante do centro da reprodução ampliada juntamente com Estados Unidos e União Europeia, mas com a consolidação de uma aliança da primeira com estes no sentido de arregimentar a administração do sistema mundial de forma triangular, mas ainda assim com a preponderância do governo de Washington nos ditames desta nova arquitetura mundial.

O segundo, baseado na China como participante do centro da reprodução ampliada de capital juntamente com Estados Unidos e União Europeia, mas com alguns agravantes: do ponto de vista político, o caos sistêmico mundial, conforme pensado por Arrighi (1996; 2008), se aprofundará, de forma que a superioridade de força do Ocidente e dos Estados Unidos, em particular, frente ao Oriente, que marcou os últimos quinhentos anos da dominação ocidental sobre o sistema mundial, chegará ao seu limite, haja vista a paridade de força nuclear/estratégica entre Estados Unidos e China.

Disto deriva o fato de que se está formando desde o início do novo milênio uma nova coalizão de forças internacionais que envolve, de um lado, o Ocidente,

liderado pelos Estados Unidos, e, de outro lado, a aliança, ainda que informal, entre China e Rússia. Esta nova coalizão de forças reflete a ascensão chinesa e o reerguimento russo, em contraposição ao enfraquecimento norte-americano.

Neste cenário, pressupõe-se que Washington não aceite compartilhar a administração do centro da acumulação ampliada com a China, mas também percebendo que uma confrontação militar (sempre vista nos períodos de caos e transições sistêmicas, no modelo de Arrighi) é algo inconcebível.

Decorrente da paridade estratégico-militar, é no campo econômico que o caos sistêmico emitirá fortes sinais de uma possível transição sistêmica. A “guerra comercial”, entendida no seu sentido mais amplo como uma resposta norte-americana à ascensão comercial, tecnológica e, em última instância, econômica chinesa, evidencia a não aceitação pelo poder estatal e pelo capital norte-americanos de uma ascensão chinesa que já está em curso e o compartilhamento da administração do alto comando da economia-mundo capitalista e da administração do sistema mundial com os chineses.

De um lado, a iniciativa de Joe Biden de lançar a *Build Back Better World Partnership*¹⁷¹ em parceria com os países do G7 em junho de 2021 é uma clara demonstração de como se dará a reação norte-americana à ascensão econômica chinesa e à sua *Belt and Road Initiative*. Esta reação evidencia a não aceitação norte-americana de uma maior presença e influência chinesa em âmbito mundo-capitalista, o que se soma aos planos trilionários de investimentos dos Estados Unidos para os próximos dez anos, conforme citado, para aumentar o grau de competição econômica com os chineses.

De outro lado, a ação chinesa e a reação norte-americana demonstram que estamos possivelmente diante de um período de caos sistêmico, em que pode estar ocorrendo uma transição da dinâmica central de acumulação ampliada de capital em direção à economia chinesa e seu entorno regional, com o poder estatal chinês, que controla o poder do capital chinês, assumindo uma

¹⁷¹ Lançado pelos Estados Unidos e os demais países do G7 (Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido) em junho de 2021, é um plano de investimento mundial em infraestrutura a ocorrerem até 2035, da ordem de 40 trilhões de dólares. Tem como escopo previsto, além dos países do G7, a América Latina, o continente africano e a região asiática (regiões periféricas e semiperiféricas). Sobre os detalhes deste plano, ver EUA (2021f).

tônica de continuidade de aumento de sua influência a nível mundial, que pode estar colocando a nossa frente uma nova onda de troca de guarda no alto comando da economia-mundo capitalista, que não será pacífica dada a posição norte-americana e seu amplo e complexo poder de reação a este processo.

À luz da experiência e das tendências históricas de longa duração, a ruptura com o neoliberalismo (o qual está na base da atual expansão financeira) implementada pelo governo Biden reflete a tentativa norte-americana de retomar para si a centralidade da dinâmica mundial de acumulação de capital, a qual está gradual e lentamente se centrando na economia chinesa (a única grande economia que cresceu em 2020), além de tentar retomar um padrão de acumulação material mínimo em detrimento do padrão estritamente financeiro, vigente até então.

Este processo de caos sistêmico mundial, as rupturas e continuidades históricas de longa duração e o gradual abandono do paradigma neoliberal de política econômica pelos Estados Unidos (com a consequente elevação da importância do poder estatal no direcionamento da acumulação de capital) abre um novo tempo histórico e novos espaços para países e regiões da periferia e semiperiferia da economia-mundo capitalista se rearticularem interna e externamente, estabelecendo um novo tipo de acumulação de capital e organização social que eleve as suas aspirações nacionais de desenvolvimento como prioridade máxima.

Em meio a este dilema mundial de ascensão econômica chinesa e a reação norte-americana, os desafios para o Brasil são imensos, pelo fato de que a economia brasileira está há mais de quarenta anos alicerçada num padrão de acumulação calcado cada vez mais no seu componente financeiro, com exceção de alguns momentos em que a esfera material tomou grande impulso, como nos governos Lula (2003-2010) e no primeiro governo Dilma (2011-2014).

Além disso, o alto grau de regressão econômica estrutural ocorrido desde os anos 1990 impactou sobremaneira a inserção econômica externa brasileira, calcada cada vez mais na importação líquida de capitais forâneos de curto prazo (dos países centrais) e na especialização produtiva em produtos básicos (direcionados, majoritariamente, à região asiática).

Este cenário externo desafiador impõe a necessidade de execução (muito mais do que formulação) de um paradigma próprio de desenvolvimento nacional, assentado num projeto político que dê suporte ao desenvolvimento, que reintroduza na economia brasileira mecanismos institucionais e de política econômica que viabilizem uma expansão material robusta e que rearticule o capital e o trabalho nacionais em vista a alterar a inserção econômica externa do país em direção a uma maior complexidade produtiva, comercial e tecnológica.

Jogamos luz ao caso brasileiro pois a ascensão econômica e tecnológica chinesa oferece exemplos de como a atuação do Estado, orientando e articulando as forças produtivas e sociais internas, é decisivo para qualquer projeto de desenvolvimento tipicamente nacional. Na outra face, o gradual enterro do neoliberalismo por parte do governo de Joe Biden evidencia para países e regiões periféricas e semiperiféricas da economia-mundo capitalista a necessidade de execução de um paradigma de política econômica ancorado nas necessidades nacionais de desenvolvimento, em meio a uma dinâmica econômica mundial em profunda e rápida transformação.

As indagações deste epílogo são colocadas num elevado nível de abstração histórica e teórica, e revelam o alto grau de complexidade do cenário político e econômico mundial neste novo século. Não procuramos respondê-las, mas apenas estabelecer o terreno para uma futura agenda de pesquisa, a nível doutoral.

Em meio ao amplo debate teórico-acadêmico e às várias reticências explicativas sobre a temática proposta neste trabalho, torna-se evidente para nós que, para se analisar e compreender o significado da ascensão econômica e social chinesa em termos mundiais neste novo milênio, há que se retornar às décadas iniciais do processo reformista, analisar sua relação com o contexto externo da época e, principalmente, entender sua relação com a potência em flagrante declínio hegemônico, a saber: os Estados Unidos.

Com um olhar sobre a história e a utilização do arsenal teórico aqui proposto, percebemos que há a possibilidade de se compreender a ascensão mundial chinesa no tempo presente, formular hipóteses sobre seu significado e analisar (ainda que com limitações, percalços e suscetibilidades ao erro) se

estamos a caminho de um quinto “ciclo sistêmico de acumulação” centrado em *Zhongnanhai*. É nesse sentido que este trabalho se propõe a colaborar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D. **Por que as nações fracassam:** as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012.

ALLEN, F; QIAN, J; QIAN, M. China's financial system: past, present, and future. In: **SSRN Electronic Journal**, march, 2005. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/228171879>>. Acesso em: 12/12/2020.

_____. In: BRANDT, L.; RAWSKI, T. (Org.). **China's Great Economic Transformation**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.

ARMSTRONG, S. P. The Politics of Japan–China Trade and the Role of the World Trade System. **The World Economy**, V. 35: 1102-1120. Hoboken, EUA: Wiley, 2012, págs. 14-32. Disponível em: <https://editorialexpress.com/cgi-bin/conference/download.cgi?db_name=ACE10&paper_id=81>. Acesso em 02/03/2020.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim:** origens e fundamentos do século XXI. Trad. Beatriz Medina. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.

_____. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto; São Paulo, SP: Editora UNESP, 1996.

BAARK, E.; SUYING, L. Science and Technology Policy Reforms in China: a critical assessment. In: **Copenhagen papers, vol. 5**. Copenhagen, Dinamarca: The Copenhagen Journal of Asian Studies, 1990. Disponível em: <<https://rauli.cbs.dk/index.php/cjas/article/view/1770/1790>>. Acesso em: 02/03/2020.

BAKER, L; CHALMERS, J. As Britain bans Huawei, U.S. pressure mounts on Europe to follow suit. **Reuters**. 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-britain-huawei-europe-idUSKCN24F1XG>>. Acesso em: 10/05/2021.

BANCO MUNDIAL. **Data Bank - World Development Indicators**. 2020. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=world-development-indicators>>. Acesso em: 27/12/2020.

BARBOSA, A. F. **A presença chinesa na África e na América Latina**. Projeto Ministério da Fazenda / IPEA: Chamada pública 001/2014. Relatório final de pesquisa. 2015.

_____. El ascenso chino, las transformaciones de la economía-mundo capitalista y los impactos sobre los patrones comerciales em America Latina. In: SALAZAR, A; SALAZAR, C (Org.). **La región Asia-Pacífico: desafíos para el desarrollo, hoy**. La Paz, Bolívia: Editora Presencia SRL, 2019, págs. 207-241.

_____. Podem a História Económica e a Economia Política Contribuir para a Montagem do Quebra-Cabeça Chinês? In: ZHONGGUO, Y. **Revista de Estudos Chineses, nº 7**, Lisboa, Portugal: Instituto Português de Sinologia, 2011.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2007.

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo, SP: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Economia, 2004.

_____. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. São Paulo, SP: UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

BERSTEIN, S.; MILZA, P. **História do século XX: volume 1: 1900-1945, o fim do “mundo europeu”**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2007a.

_____. **História do século XX: volume 2: 1945-1973, o mundo entre a guerra e a paz**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2007b.

_____. **História do século XX**: volume 3: de 1973 aos dias atuais: a caminho da globalização e do século XXI. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2007c.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2000.

BIN, S. **China's trade development strategy and trade policy reforms: overview and prospect**. Tianjin, China: The institute of international economics, 2015.

BLACKWILL, R. D; ZELIKOW, P. The United States, China, and Taiwan: A Strategy to Prevent War. In: Council of Foreign Relations, **Council Special Report, nº 90**, February of 2021. Disponível em: <https://cdn.cfr.org/sites/default/files/report_pdf/the-united-states-china-and-taiwan-a-strategy-to-prevent-war.pdf>. Acesso em: 10/04/2021.

BLOOMBERG. How China Won Trump's Trade War and Got Americans to Foot the Bill. **Bloomberg Businessweek**. 2021. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-01-11/how-china-won-trump-s-good-and-easy-to-win-trade-war>>. Acesso em: 27/04/2021.

BOUTIN, K. Defence technology and industrial base. In: BITZINGER, R; POPESCU, N. (org.). **Defense industries in Russia and China**: players and strategies. Paris, France: European Union Institute for Security Studies, 2017.

BURNS, E. M. **História da civilização ocidental**: do homem das cavernas até a bomba atômica. Vol. 1, Rio de Janeiro, RJ: Editora Globo, 1966.

BRAGA, J. P.; NOGUEIRA, I. Mercado de trabalho e salário-mínimo na China. **Geosul**, v. 35, n. 77. Florianópolis, SC, 2020, págs. 49-72. Disponível em: <<http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p49>>. Acesso em: 03/04/2021.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**: Vol. 2 - O jogo das trocas. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2009a.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**: Vol. 3 - O tempo do mundo. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2009b.

BROWN, K; WU TZU-HUI, K. **The Trouble with Taiwan.** History, the United States and Rising China. London: Zed Books, 2019.

CAI, F.; LIN; ZHOU, L. **The China miracle:** development strategy and economic reform, Hong Kong, China: The Chinese University of Hong Kong Press, 2003.

CARDOSO DE MELLO, J. M. A contrarrevolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro:** uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, págs. 15-24.

CAREY, R; LI, X. The BRICS in international development: the new landscape. **Evidence report, nº 189, rising powers in international development.** London, UK: Institute for Development Studies, 2016. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57c4472f40f0b61272000028/er189_thebricsininternationaldevelopmentthenewlandscape.pdf>. Acesso em: 22/10/2020.

CARVALHO, F. J. C. **Bretton Woods aos 60 anos.** Sem data. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf>. Acesso em: 25/02/2019.

CASTELLS, M. **Fim de Milênio:** a era da transformação: economia, sociedade e cultura, vol. 3, 2ª ed., tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, A. B. From semi-stagnation to growth in a sino-centric market. In: **Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política. Vol. 28, nº 1,** January-March, 2008.

CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil.** 4ª ed. rev. ampl. – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CHANG, H. J. **Chutando a escada:** a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004.

CHERNAVSKY, E.; LEÃO, R. P. F. A evolução e as transformações estruturais do comércio exterior chinês. In: ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. (Org.). **Comércio**

internacional: aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa. Brasília, DF: IPEA, 2010.

CHEN, Z. **Governing Through the Market: SASAC and the Resurgence of Central State-Owned Enterprises in China.** (Tese de Doutorado). Birmingham, UK: University of Birmingham: Department of Political Science and International Relations, 2017. Disponível em: <https://etheses.bham.ac.uk/id/eprint/8381/3/Chen_Zhiting18PhD.pdf>. Acesso em 19/02/2021.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo, SP: Xamã, 1996.

CHEVALERIAS, P. The Taiwanese Economy After the Miracle: An Industry in Restructuration, Structural Weaknesses, and the Challenge of China. In: **China Perspectives**, 2010/3, setembro de 2010. Disponível no DOI em: <10.4000/chinaperspectives.5301>. Acesso em 10/04/2021.

CHINA. Five-year Plans. WEBSITE China.org.cn. 2020. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/guideline/156529.htm>>. Acesso em: 10/12/2020

CHINA, P. R. of. **Law of the People's Republic of China on Chinese-foreign Equity Joint Ventures.** Beijing, China: Decision of the National People's Congress of the People's Republic of China, 1990. Disponível em: <http://www.fdi.gov.cn/1800000121_39_2447_0_7.html>. Acesso em: 05/02/2020.

_____. **Chinese Statistical Yearbook 2009.** National Bureau of Statistics of China, 2009. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2009/indexeh.htm>>. Acesso em: 20/01/2019.

_____. **The decision of the central committee of the communist party of china on major issues concerning the reform and development of state-owned enterprises.** 1999. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/lawsdata/chineselaw/200211/20021100053897.html>>. Acesso em: 15/09/2020.

_____. **Interim Regulations on Supervision and Management.** 2003a. Disponível em: <http://en.sasac.gov.cn/2003/11/24/c_118.htm>. Acesso em: 12/12/2020.

_____. **China State-owned Assets Management System Reform Entering New Stage.** 2003b. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-news/news03-0522.htm>>. Acesso em: 12/12/2020.

_____. **Company Law of the People's Republic of China.** 1993. Disponível em: <<http://www.lawinfochina.com/Display.aspx?lib=law&Cgid=7672>>. Acesso em: 12/12/2020.

CHEW, Y; LI, R; OTOO, E; TIOMKIN, D; TRAN, T. **Taiwan: Semiconductor Cluster.** Microeconomics of competitiveness, course paper. Boston, Massachusetts, USA: Harvard University: Harvard Business School, May 2, 2007. Disponível em: <https://www.isc.hbs.edu/Documents/resources/courses/moc-course-at-harvard/pdf/student-projects/Taiwan_SemiconductorCluster_2007.pdf>. Acesso em: 01/04/2021.

CUNHA, A. M.; ACIOLY, L. China: ascensão à condição de potência global – características e implicações. In: CARDOSO JR, J. C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. **Trajetórias recentes de desenvolvimento:** estudos de experiências internacionais selecionadas. Brasília, DF: IPEA, 2009.

DIEGUES, A. C; ROSELINO, J. E. Política industrial, tecno-nacionalismo e indústria 4.0: a guerra tecnológica entre China e EUA. **Texto para Discussão 401.** Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2021. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD401.pdf>>. Acesso em: 02/04/2021.

DOLLAR, D; HUANG, Y; YAO, Y. **China 2049.** Economic Challenges of a Rising Global Power. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2020.

DONNAN, S. Biden's Plans Face Youngstown Test That Defeated Trump and Obama: One U.S. president after another has promised to turn this Rust Belt city around. The latest proposal to pump in tens of millions of dollars is bringing

hope—and skepticism. **Bloomberg**. 2021. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/features/2021-05-23/biden-s-plans-face-youngstown-test-that-defeated-trump-and-obama>>. Acesso em: 02/06/2021.

ELLIOTT, D; YAN, K. **The Chinese financial system: an introduction and overview**. John L. Thornton, China Center at Brookings. Washington, DC, USA, 2013.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. Trad. Sergio Blum. São Paulo, SP: Editora 34, 2012.

EITERER, A. F. **Espaço e ciclo sistêmico de acumulação: a dinâmica espacial do capitalismo histórico**. Juíz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Curso de Geografia, 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA (EUA). **2018 Report to Congress**. Washington, DC: United States-China Economic and Security Review Commission, 2018. Disponível em: <<https://www.uscc.gov/sites/default/files/2019-09/2018%20Annual%20Report%20to%20Congress.pdf>>. Acesso em: 10/10/2020.

_____. **2019 Report to Congress**. Washington, DC: United States-China Economic and Security Review Commission, 2019. Disponível em: <<https://www.uscc.gov/sites/default/files/2019-11/2019%20Annual%20Report%20to%20Congress.pdf>>. Acesso em: 11/10/2020.

_____. **How the American Rescue Plan, the American Jobs Plan, and the American Families Plan Meet the Moment for Moms this Mother's Day**. Washington, DC: The White House, 2021a. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/blog/2021/05/09/how-the-american-rescue-plan-the-american-jobs-plan-and-the-american-families-plan-meet-the-moment-for-moms-this-mothers-day/>>. Acesso em: 15/05/2021.

_____ . **Interim National Security Strategic Guidance:** renewing America's advantages. Washington, DC: The White House, 2021b. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>>. Acesso em: 22/04/2021.

_____ . **National Security Strategy of the United States of America.** Washington, DC: The White House, 2015. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf>. Acesso em: 20/10/2020.

_____ . **National Security Strategy of the United States of America.** Washington, DC: The White House, 2017. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 23/10/2020.

_____ . **President Biden and G7 Leaders Launch Build Back Better World (B3W) Partnership.** Washington, DC: The White House, 2021f. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/12/fact-sheet-president-biden-and-g7-leaders-launch-build-back-better-world-b3w-partnership/>>. Acesso em: 18/06/2021.

_____ . **Statement of President Joe Biden on American Rescue Plan Oversight.** Washington, DC: The White House, 2021c. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/05/17/statement-of-president-joe-biden-on-american-rescue-plan-oversight/>>. Acesso em: 18/05/2021.

_____ . **Trade Bulletin.** Washington, DC: United States-China Economic and Security Review Commission, 2021d. Disponível em: <https://www.uscc.gov/sites/default/files/2021-04/April_2021_Trade_Bulletin.pdf>. Acesso em: 09/05/2021.

_____ . **Trade Bulletin.** Washington, DC: United States-China Economic and Security Review Commission, 2021e.

Disponível em: <https://www.uscc.gov/sites/default/files/2021-06/June_2021_Trade_Bulletin.pdf>. Acesso em: 22/06/2021.

ESTEBAN, M; OTERO-IGLESIAS, M. Europe in the face of US-China rivalry. **Report by the European think-tank on China (ETNC), January 2020**. Madrid, Spain: Real Instituto Elcano, 2020. Disponível em: <https://www.clingendael.org/sites/default/files/2020-01/Report_ETNC_Europe_US_China_Rivalry_ETNC_January_2020.pdf>. Acesso em: 04/03/2021.

FAO. Land use indicators. **FAOSTAT-DATA**, 2021. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/EL> >. Acesso em: 01/02/2021.

FIORI, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

_____. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FOGEL, R. Why China is likely to achieve its growth objectives. **NBER Working Paper Series, Working paper, n.12122**, 2006.

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): texto para discussão – 2103, julho de 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2103.pdf>. Acesso em: 20/04/2021.

FU, X.; BALASUBRAMANYAM, V. N. Township and Village Enterprises in China. **Lancaster University Management School Working Paper 2002/001**. Department of Economics, Lancaster University Management School, Lancaster, United Kingdom, 2002.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983.

GABRIELE, A. **Enterprises, Industry, and Innovation in the People's Republic of China**. Questioning Socialism from Deng to the Trade and Tech War. Singapore: Springer, 2020.

GOH, K; MURAVSKA, J. **Military-owned businesses**: corruption & risk reform. Defence and security programme: International transparency, London: UK, 2012.

GOLLEY, J; MENG, X. Has China run out of surplus labour?. In: **Chinese Economic Review**, nº 22 (4), 2011, págs. 555-572. Disponível em: <10.1016/j.chieco.2011.07.006>. Acesso em: 10/10/2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, vol. 3, 2002a.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, vol. 5, 2002b.

GREEN, M. China's debt diplomacy: how Belt and Road threatens countries' ability to achieve self-reliance. **Foreign Policy Magazine**. 2019. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2019/04/25/chinas-debt-diplomacy/>>. Acesso em: 28/09/2019.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. 5ª ed. – Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2007.

HAGGARD, S; HUANG, Y. The Political Economy of Private-Sector Development in China. In: BRANDT, L; RAWSKI, T (Org.). **China's Great Economic Transformation**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010, págs. 337-374. Disponível em: doi:10.1017/CBO9780511754234.011. Acesso em: 01/02/2020.

HAMRIN, C. L; ZHAO, S. **Decision-Making in Deng's China**: Perspectives from Insiders. Armonk, NY, USA: M. E. Sharpe, 1995.

HANCOCK, T. Biden's Biggest-Ever Investment Plan for U.S. Still Trails China. **Bloomberg**. 2021. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-04-02/biden-s-biggest-ever-r-d-plan-still-leaves-u-s-trailing-china>>. Acesso em: 02/06/2021.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2005.

HASKEL, J; LAWRENCE, R. Z; LEAMER, E. E; SLAUGHTER, M. J. Globalization and U.S. Wages: Modifying Classic Theory to Explain Recent Facts. In: **Journal of Economic Perspectives, American Economic Association**, **26 (2)**. 2012, págs. 119-40. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.26.2.119>>. Acesso em: 05/05/2019.

HILLMAN, J. E. **The Emperor's New Road**. China and the Project of the Century. New Haven, USA: Center for Strategic & International Studies (CSIS), 2020.

HIRATUKA, C. A reorganização das empresas transnacionais e sua influência sobre o comércio internacional no período recente. In: ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. (org.). **Comércio Internacional**: aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa. Brasília: Ipea, 2010.

HOBBSBAWN, E. **A Era do Capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra, 2014.

_____. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra, 2013.

_____. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

HOFMAN, B; WU, J. Explaining China's development and reforms, **Working Paper No. 50**, Washington, DC: Commission on Growth and Development, 2009.

HUAGUANG, H; JIANZHANG, L. **The Roadmap of the 18th CPC National Congress and The Chinese Dream**. Beijing: Foreign Language Press, 2013.

HUANG, Y. **Capitalism with Chinese characteristics**: entrepreneurship and state. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.

HUANG, Y; WANG, X. 'Strong on quantity, weak on quality': China's financial reform between 1978 and 2018. In: GARNAUT, R; SONG, L; FANG, C. **China's 40 years of reform and development**: 1978-2018. Australia: Australian National University Press; China: Social Sciences Academic Press, 2018, págs. 291-312.

HUNG, H-F. **The China boom: why China will not rule the world.** Nova Iorque, EUA: Columbia University Press, 2015.

ISRAEL, J. **Dutch primacy in world trade: 1585-1740.** Oxford: Clarendon Press, 1989.

JABBOUR, E. K. **A China e a economia política do socialismo.** (Tese de Doutorado). São Paulo, SP: Universidade de São Paulo - USP, 2010.

JIA, W. **Chinese Foreign Investments Law and Policies: Evolution and transformation.** London, UK: British Library, 1994.

JIE, W. **On Deng Xiaoping Thought.** Beijing, China: Foreign Languages Press, 1996.

JINPING, X. **A governança da China. Volume 1.** Rio de Janeiro: Contraponto: Foreign Language Press, 2019a.

_____. **A governança da China. Volume 2.** Rio de Janeiro: Contraponto: Foreign Language Press, 2019b.

_____. **The Belt and Road Initiative.** Beijing: Foreign Language Press, 2018.

JONES, H. **Chinamerica: The Uneasy Partnership that Will Change the World: Why the future of America is China.** Washington, DC, USA: McGraw-Hill Education, 2010.

KAN, S.A.; MORRISON, W. M. **U.S.-Taiwan Relationship: Overview of Policy Issues.** Congressional Research Service Report: Prepared for Members and Committees of Congress, December of 2014. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R41952.pdf>>. Acesso em: 23/03/2021.

KEYNES, J. M. **As consequências econômicas da paz.** Trad. Sérgio Bath. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2002.

_____. **A teoria do emprego, do juro e da moeda.** Trad. Mario R. da Cruz. São Paulo, SP: Atlas, 1982.

KISSINGER, H. **Ordem mundial**. Trad. Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2015.

_____. **Sobre a China**. Trad. Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2012.

KOBAYASHI, S; BAOBO, J; SANO, J. **The “three reforms” in China**: progress and outlook. Japan Research Institute, Tóquio, Japão: 1999, nº 45. Disponível em:

<<https://www.jri.co.jp/english/periodical/rim/1999/RIMe199904threereforms/>>.

Acesso em: 10/10/2020.

KUMAR, A; ROSENBACH, E. Could China’s Digital Currency Unseat the Dollar? American Economic and Geopolitical Power Is at Stake. **Foreign Affairs**, May 20, 2020. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-05-20/could-chinas-digital-currency-unseat-dollar>>. Acesso em: 01/02/2021.

KUPCHAN, C. A; TRUBOWITZ, P. L. The home front: why an internationalist foreign policy needs a stronger domestic foundation. **Foreign Affairs**. 2021. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-04-20/foreign-policy-home-front>>. Acesso em: 25/05/2021.

LARDY, N. R. **China**: rebalancing economic growth. The China balance sheet in 2007 and beyond. Center for Strategic and International Studies and the Peterson Institute for International Economics, 2007.

_____. Private sector development. In: GARNAUT, R; SONG, L; FANG, C. **China’s 40 years of reform and development**: 1978-2018. Australia: Australian National University Press; China: Social Sciences Academic Press, 2018, págs. 329-344.

LAW INFO CHINA. **Company Law of the People's Republic of China. (2020)**. Disponível em: <<http://www.lawinfochina.com/Display.aspx?lib=law&Cgid=7672>>. Acesso em: 10/10/2020

LEÃO, R. P. F. A economia política da transição chinesa no último quartel do século XX. In: IPEA. **Revista Tempo do Mundo. Vol. 4, nº 3**, Brasília, DF: 2012, p. 153-177. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6121/1/RTM_v4_n3.pdf>.

Acesso em: 02/02/2019.

_____. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas**: uma interpretação. Dissertação (Mestrado) –. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia, 2010.

LEE, C. W; HAYTER, R; EDGINGTON, D. W. Large and latecomer firms: the Taiwan semiconductor manufacturing company and Taiwan's electronics industry. In: **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, vol. **101**, nº **2**, Royal Dutch Geographical Society KNAG: Blackwell Publishing Ltd., 2008. Disponível em DOI: <[10.1111/j.1467-9663.2009.00539.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.2009.00539.x)>. Acesso em: 23/02/2020.

LEE, J. C; WON, Y. J; JEI, S. Study of the Relationship between Government Expenditures and Economic Growth for China and Korea. **Sustainability** **11**, nº **22**. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su11226344>>. Acesso em: 02/04/2020.

LEE, T. V. **Foreigners in Chinese Law**. New York, USA; London, UK: Garland Publishing, Inc, 1997.

LEI, J; LIU, Y; QI, Y; ZHANG, Q. 40 Years of Technological Innovation in China: A Review of the Four-Stage Climbing Track. In: **Journal of Industrial Integration and Management**, vol. **4**, nº **3**, World Scientific Publishing Co., 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1142/S2424862219500088>>. Acesso em: 10/03/2020.

LÊNIN, V. **Obras Escolhidas**. Volume III. São Paulo, SP: Editora Alfa-Omega, 1980.

LI, Y. China's debt problem and rising systemic risks: impact of the global financial crisis and structural problems. **Research Papers (83)**. Geneve, Switzerland: South Centre, 2017.

LI, Y. **The Chinese Way of Economic Reform and Development**. Beijing: China: Foreign Languages Teaching and Research Press, 2010.

LI, S.; XIA, J. The roles and performance of state firms and non-state firms in China's economic transition. In: **World Development**, vol. 36, nº 1: págs.: 39-54, 2008. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X07001969>>. Acesso em: 27/04/2020.

LIN, J. **New Structural Economics: A Framework for Rethinking Development and Policy.**, Washington, D.C., USA: The World Bank, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/2232>>. Acesso em: 27/07/2019.

LIN, S. China's Fiscal Policy and Fiscal Sustainability. In ITO, T.; PARULIAN, F. (Org.), **Assessment on the Impact of Stimulus, Fiscal Transparency and Fiscal Risk**. ERIA Research Project Report, 2011, págs. 77-116. Disponível em: <www.eria.org/publications/research_project_reports/images/pdf/y2010/no1/ch3_China_Fiscal_Sustainability_Shuanglin_Lin.pdf>. Acesso em: 23/02/2020.

LO, D. China's quest for alternative to neo-liberalism: market reform, economic growth, and labor. In: **The Kyoto economic review**, nº 76, volume 2, dezembro, 2007. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43213355?seq=1>>. Acesso em: 02/03/2021.

_____. Making sense of China's economic transformation. In: **Working Papers 148**. London, UK: University of London, SOAS, Department of Economics, 2006. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/soa/wpaper/148.html>>. Acesso em: 03/03/2021.

MA, D. China's 20 Percent Problem: Millennial Migrants' Discontent. **Foreign Affairs Magazine**. 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-08-25/chinas-20-percent-problem>>. Acesso em: 01/02/2021.

MAIZLAND, L. **Why China-Taiwan Relations Are So Tense**. Council of Foreign Relations, May 10, 2021. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/china-taiwan-relations-tension-us-policy>>. Acesso em: 01/02/2021.

MANKIEW, N. G. **Introdução à economia:** princípios de micro e macroeconomia. Tradução da 2ª edição: Maria José Cyhar Monteiro. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2001.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe.** Tradução: Maria Júlia Goldwasser; revisão: Zélia de Almeida Cardoso. 4ª Ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2010.

MARTI, M. E. **A China de Deng Xiaoping:** o homem que pôs a China na cena do século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2007.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Trad. De Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MCNEILL, W. **The pursuit of power:** Technology, armed force, and Society since A.D. 1000. Chigago, USA: University of Chicago Press, 1984.

MEDCALF, Rory. **China, America, and the Contest for the World's Pivotal Region.** Manchester: Manchester University Press, 2020.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. In: **Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política**, vol. 26 n. 3, July/Sept, 2006.

_____. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C; SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano.** Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

_____. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, R. **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008):** América Latina, Ásia e Rússia. Vol. 2. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2013.

MEHRAN, H. QUINTYN, M. Reformas do setor financeiro na China. In: **Finanças & Desenvolvimento.** São Paulo, SP: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Edição

de Março, 1996. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fdesenvolvimento/article/view/64291>>. Acesso em: 03/02/2021.

MICHAELS, D; POP, V. China faces European obstacles as some countries heed U.S. Pressure: Concerns over Chinese geopolitical aggression prompt smaller European countries to block Chinese companies from public bids. **Wall Street Journal**. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/china-faces-european-obstacles-as-some-countries-heed-u-s-pressure-11614088843>>. Acesso em: 23/02/2021.

MITSUHIRO, S. **Beyond the Full-Set Industrial Structure**: Japanese Industry in the New Age of East Asia. Tokyo: LTCB Interational Library Foundation, 1994.

MOCELIN, L. F. **A correção de rumos de uma nação**: a Rússia sob o comando de Vladimir Putin. (Dissertação de mestrado). São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, 2016.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A segunda guerra fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Prefácio de Samuel Pinheiro Guimarães. 4º Ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

MORRIS, S; PARKS, B; GARDNER, A. Chinese and World Bank Lending Terms: A Systematic Comparison Across 157 Countries and 15 Years. **CGD Policy Paper 170**. Washington, DC: Center for Global Development, 2020. Disponível em: <<https://www.cgdev.org/publication/chinese-and-world-bank-lending-terms-systematic-comparison>>. Acesso em: 02/03/2021.

NAUGHTON, B. **SASAC and Rising Corporate Power in China**. Washington-DC, USA: Hoover Institution, issue 24, spring of 2008.

_____. **The Chinese economy**: transitions and growth. Cambridge, MA, USA: Massachusetts Institute of Technology (MIT), 2007.

_____. **The Rise of China's Industrial Policy 1978-2020**. Ciudad de México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2021. Disponível em: <https://dusselpeters.com/CECHIMEX/Naughton2021_Industrial_Policy_in_China_CECHIMEX.pdf>. Acesso em: 04/04/2021.

NITSCH, M; DIEBEL, F. Guanxi Economics: Confucius Meets Lenin, Keynes, and Schumpeter in Contemporary China. *European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention*, **5**, 2008, págs. 77-104. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=B5C415E599DE3CDA77AEA9CFC102813?doi=10.1.1.501.4030&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 15/02/2021.

MOFFITT, M. **O dinheiro do mundo**: de Bretton Woods à beira da insolvência. Tradução: Lucas de Azevedo Assunção. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984.

OERTEL, J. US-China confrontation and repercussions for the EU. **European Council on Foreign Affairs**. 2021. Disponível em: <<https://ecfr.eu/article/us-china-systemic-rivalry-repercussions-for-the-eu/>>. Acesso em: 26/03/2021.

OI, J. C. Fiscal Reform and the Economic Foundations of Local State Corporatism in China. In: **World Politics** **45**, October of 1992. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2010520>>. Acesso em: 29/07/2019.

OKAZAKI, K. **Banking system reform in China**: the challenges of moving toward a market-oriented economy. National Security Research Division, Japan, 2007. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/occasional_papers/OP194.html>. Acesso em: 15/07/2020.

OLIVEIRA, C. A. B. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo, SP: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

_____. Reformas econômicas na China. In: **Economia Política Internacional**: análise estratégica, nº 5, abril/junho, Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2005. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=70&tp=a>>. Acesso em: 02/02/2019.

OLIVEIRA, H. A.; LESSA, A. C. **Política internacional contemporânea**: mundo em transformação. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

ORTUSO, A. C. **A ética da concorrência e seus heróis**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia, Campinas, SP: 2008, 271p. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285777>>. Acesso em: 10/11/2020

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD Rural Policy Reviews, China**. Paris, France: 2009.

OVERFIELD, C. Biden's national security strategy is starry-eyed about U.S. allies: managing rifts in alliances should be built into strategic planning. **Foreign Policy Magazine**. 2021. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2021/05/14/biden-national-security-strategy-us-allies-partners/>>. Acesso em: 25/04/2021.

PALMA, J. G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina". In FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PAULINO, L. A.; MOCELIN, L. F. Estado, sistema financeiro e desenvolvimento industrial da China entre 1978 e 2008. **Revista Intellector**. Ano XV, Vol. XVI, Nº 32, jul./dez, 2020, págs.73-91.

PENG, L. **Ninth five-year plan in retrospective**. 1996. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/95e/95-english1/2.htm>>. Acesso em: 05/09/2020.

PKULAW. **Provisional Regulations on Guiding Foreign Investment**. 1995. Disponível em: <http://pkulaw.cn/fulltext_form.aspx?Db=qikan&Gid=2102ae0976a27e72aab05b8e747c892bdfb&EncodingName=>>. Acesso em: 10/10/2020.

PINTO, P. A. P. Taiwan – um futuro formoso para a ilha? Aspectos de segurança e política. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, nº 47, 2ª ed., 2004, págs. 59-99. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a03.pdf>>. Acesso em: 04/02/2021.

PIRES, M. C. Reflexões sobre os modelos de desenvolvimento de Brasil e China no alvorecer do século XXI. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C (org.). **China e América Latina: a geopolítica da multipolaridade**. São Paulo, SP: Fundação Memorial da América Latina, 2012, págs. 63-83.

POLITI, J. Yellen urges US companies to embrace Biden infrastructure plan: Treasury secretary highlights benefits to corporate America as negotiations in Congress over \$2.3tn package heat up. **Financial Times**. 2021. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/26b0d117-9556-4956-9a7e-79c080524764>>. Acesso em: 01/06/2021.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012.

PRASAD, E. S. **Gaining Currency**. The Rise of the Renminbi. New York: Oxford Press University, 2017.

PRESTOWITZ, C. **The World Turned Upside Down**. America, China, and the Struggle for Global Leadership. New Haven: Yale University Press, 2021.

QIAN, Y; WU, J. **Working paper nº 69: China's transition to a market economy: how far across the river?** Stanford University, EUA: 2000. Disponível em: <<https://kingcenter.stanford.edu/sites/default/files/publications/69wp.pdf>>. Acesso em: 08/09/2020.

RAMOS, L. C. S. **A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana**. (dissertação de mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Relações Internacionais, 2005. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=6617@1>>. Acesso em: 10/05/2017.

RATNER, E; ROSENBERG, E; SCHARRE, P. Beyond the Trade War. A Competitive Approach to Countering China. **Foreign Affairs**, Dec 12, 2019. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2019-12-12/beyond-trade-war>>. Acesso em: 15/03/2021.

RIBEIRO, L. C. S. Ciclos sistêmicos de acumulação arrighianos e a crise econômica de 2008: será o fim do ciclo norte-americano? In: **Diálogo e interação**, vol. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.faccrei.edu.br/dialogoeinteracao>>. Acesso em: 01/08/2019.

ROSALES, O. **El Sueño Chino**. Como se ve China a sí misma y cómo nos equivocamos los occidentales al interpretarla. Ciudad Autónoma de Buenos

Aires, Argentina: Siglo XXI Editores; Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45114/elsuenochino_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02/03/2021.

ROSS, J. **Deng Xiaoping and John Maynard Keynes: Marx, Keynes and China Today**, 2012. Disponível em: <<http://www.solidarityeconomy.net/2012/02/10/marx-keynes-andchina-today/>> Acesso em: 19/03/2021.

ROZELLE, S; ZHANG, L; YI, H; LUO, R; LIU, C. **The Human Capital Roots of the Middle Income Trap: Education, Nutrition and Health Inequality in China**. Paper presented at Conference on the Study of Inequality in China, June 17, Beijing, China, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/agec.12059>>. Acesso em: 22/10/2020.

RUIZ, R. M. Desenvolvimento e Política regional na China. In: SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (coord.). **Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro**. Belo Horizonte, MG: Cedeplar/UFMG, 2004.

SAMPAIO JR, P. A. Brasil e China – estratégias antípodas de participação na globalização dos negócios. In: GUIMARÃES, S. P. (Org.) **Brasil e China multipolaridade**. Brasília, DF: IPRI/FUNAG, 2003.

SARAIVA, José Flávio S. (Orgs). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SAXENIAN, A. L; HSU, J. Y. The Silicon Valley-Hsinchu Connection: Technical Communities and Industrial Upgrading. In: Oxford University Press, **Industrial and corporate change, vol. 10, nº 4**, 2011. Disponível em em DOI: <[10.1093/icc/10.4.893](https://doi.org/10.1093/icc/10.4.893)>. Acesso em: 20/03/2020.

SIDDIQUI, K. Will the Growth of the BRICs Cause a Shift in the Global Balance of Economic Power in the 21st Century? **EMERGE Conference**. University of Huddersfield, UK, 2016. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/74212376.pdf>>. Acesso em: 20/07/2018.

SILVER, B. J. "Plunges into utter destruction" and the limits of historical capitalism. In: ATZMULLER, R; BRIGITTE, A; BRAND, U; DÉCIEUX, F; FISCHER, K; SAUER, B. **Capitalism in transformation: movements and countermovements in the 21st Century**. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing, 2019.

SIMON, D. F; GOLDMAN, M. (Orgs). **Science and Technology in Post-Mao China**. Cambridge, Massachusetts, USA: Harvard University Press, 1989.

SONG, L. State-owned enterprise in China: Past, present and prospects. In: GARNAUT, R; SONG, L; FANG, C. **China's 40 years of reform and development: 1978-2018**. Australia: Australian National University Press; China: Social Sciences Academic Press, 2018, págs. 245-373.

SPRINGUT, M; SCHLAIKJER, S; CHEN, D. **China's Program for Science and Technology Modernization: Implications for American Competitiveness**. US-China Economic and Security Review Commission, 2011.

SUBACCHI, P. **The People's Money**. How China is building a global currency. New York: Columbia Press University, 2017.

SUMMERS, L. H. Secular Stagnation. In: FMI. **IMF Conference: Secular Stagnation, Growth and Real Interest Rates**. Florence, Italy, June 18-19, 2015. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/seminars/eng/2015/secularstag/pdf/Summers_pres.pdf>. Acesso em: 15/01/2021.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, págs. 27-53.

TAKAGI, S. The yen and its East Asian neighbors, 1980-1995: cooperation or competition. In: ITO, T.; KRUEGER, A. O. (Eds.) **Changes in exchange rates in rapidly developing countries: theory, practice, and policy issues**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1999.

THE ECONOMIST. How to rescue the WTO: The American-led trade order is in danger. But it may yet be saved. **World trade, July 21st, 2018, edition**. 2018a.

Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2018/07/19/how-to-rescue-the-wto>>. Acesso em: 27/04/2019.

_____. The rules-based system is in grave danger: Donald Trump's tariffs on steel and aluminium would be just the start. **The threat to world trade, March 10th, 2018, edition.** 2018b. Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2018/03/08/the-rules-based-system-is-in-grave-danger>>. Acesso em: 27/04/2019.

TORRES FILHO, E. T. Japão: da industrialização tardia à globalização financeira. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** 4ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **UNCTAD STAT.** Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChoosenLang=en/>. Acesso em: 02/03/2020.

VOVELLE, M. **A Revolução Francesa explicada à minha neta.** Trad. Fernando Santos. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2012.

WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder americano:** os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2004.

_____. **O fim do mundo como o concebemos:** ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2002.

WANG, N. Y; From Dual-Track to Single Track: how will China continue its high rate growth? In: HERR, H; JAN, P. (Orgs.). **Current Issues of China's Economic Policies and Related International Experiences - The Wuhan Conference 2002.** Berlin, Germany: Business Institute Berlin at the FHW Berlin – Berlin School of Economics, 2003. Disponível em: <https://www.berlin-professional-school.de/fileadmin/portal/Dokumente/IMB_Working_Papers/WP_16_part1_Current_Issues_of_China_s_Economic_Policies_and_Related_International_Experiences.pdf>. Acesso em: 10/04/2018.

WANG, X. China's macroeconomics in the 40 years of reform. In: GARNAUT, R; SONG, L; FANG, C. **China's 40 years of reform and development:** 1978-2018.

Australia: Australian National University Press; China: Social Sciences Academic Press, 2018, págs. 167-186.

WONG, C. An update on fiscal reform. In: GARNAUT, R; SONG, L; FANG, C. **China's 40 years of reform and development: 1978-2018**. Australia: Australian National University Press; China: Social Sciences Academic Press, 2018, págs. 271-290.

WEI, S; ZHANG, X. The competitive saving motive: Evidence from Rising Sex Ratios and Savings Rates in China. In: **Journal of Political Economy**, nº 119 (3), 2011, págs. 511-564. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/660887>>. Acesso em: 23/10/2020.

WONG, A. How not to win allies and influence geopolitics: China's self-defeating economic statecraft. **Foreign Affairs**. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2021-04-20/how-not-win-allies-and-influence-geopolitics>>. Acesso em: 20/05/2021.

WONG, C. Budget reform in China. In: **OECD Journal on Budgeting**, V. 7, nº 1, 2007.

WOO, W. T. Chinese economic growth: sources and prospects. In: FOUQUIN, M.; LEMOINE, F. (ed.). London, UK: **The Chinese Economy**, Economica, 1998.

WU, J. **Understanding and interpreting Chinese economic reform**. Mason: Thomson Higher Education, 2005.

XIAOPING, D. **Build socialism with Chinese characteristics**. Translated by the bureau for the compilation and translation of works of Marx, Engels, Lenin and Stalin under the Central Committee of the Communist Party of China. Beijing, China: Foreign Languages Press, 1984.

_____. **Selected Works of Deng Xiaoping**. Volume I. Pequim, China: Foreign Language Press, 1994a.

_____. **Selected Works of Deng Xiaoping**. Volume I. Pequim, China: Foreign Language Press, 1994b.

_____. **Selected Works of Deng Xiaoping**. Volume I. Pequim, China: Foreign Language Press, 1994c.

XU, C; ZHANG, X. **The Evolution of Chinese Entrepreneurial Firms: Township-Village Enterprises Revisited**. Chicago, USA, 2009.

YORK, E. Tracking the Economic Impact of U.S. Tariffs and Retaliatory Actions: tariff tracker. **Tax Foundation**. 2020. Disponível em: <<https://taxfoundation.org/tariffs-trump-trade-war/>>. Acesso em 04/04/2021.

YU, Y. The reform of China's exchange rate regime. In: GARNAUT, R; SONG, L; FANG, C. **China's 40 years of reform and development: 1978-2018**. Australia: Australian National University Press; China: Social Sciences Academic Press, 2018, págs. 313-328.

ZEMIN, J. **Selected works of Jiang Zemin**. Vol. 1. Beijing, China: Foreign Languages Press Co. Ltd, 2010.

_____. **Selected works of Jiang Zemin**. Vol. 2. Beijing, China: Foreign Languages Press Co. Ltd, 2012.

ZHA, D; DONG, T. China's Economic Diplomacy at Seventy: Bifurcation and Future Agendas. In: DOLLAR, D; HUANG, Y; YAO, Y. **China 2049**. Economic Challenges of a Rising Global Power. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2020, págs. 305-323.

ZHANG, C; ZENG, D. Z; MAKO, W. P; SEWARD, J. **Promoting Enterprise-Led Innovation in China**. Washington, DC: The World Bank, 2009.

ZHU, Q; ELBERN, S. Economic institutional evolution and further needs for adjustments: Township Village Enterprises in China, In: **ZEF Discussion Papers on Development Policy, nº 56**, University of Bonn, Center for Development Research (ZEF), Bonn, Germany, 2002.

ZHU, Z. **Essays on China's Tax System**. Rotterdam, Holanda, (tese de doutorado), 2007.

ZONENSCHAIN, C. N. **O caso chinês na perspectiva do "catch-up" e das instituições substitutas**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, 2006.

ZUO, Y. The U.S. Global Strategy and Its Taiwan Policy. In: **China Review**, vol. **18**, nº. **3**, 2018, págs. 149-176. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26484536>>. Acesso em: 16/04/2021.